

**UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Adriana Ricardo da Mota Almeida

**ENTRE O MONUMENTO IDEALIZADO E O REALIZADO:
A ESCOLA NORMAL LIVRE MUNICIPAL DE SOROCABA
(1929 A 1967)**



**Sorocaba/SP
2015**

Adriana Ricardo da Mota Almeida

**ENTRE O MONUMENTO IDEALIZADO E O REALIZADO: A ESCOLA NORMAL
LIVRE MUNICIPAL DE SOROCABA (1929 A 1967).**



Tese apresentada à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade de Sorocaba, como
exigência parcial para obtenção do título de
Doutor em Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jane Soares de
Almeida.

**Sorocaba/SP
2015**

Ficha Catalográfica

A444e Almeida, Adriana Ricardo da Mota
Entre o monumento idealizado e o realizado : a Escola Normal
Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967) / Adriana Ricardo da
Mota Almeida. -- 2015.
243 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Soares de Almeida
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba,
Sorocaba, SP, 2015.

1. Educação – Sorocaba (SP) – História. 2. Escolas públicas –
Sorocaba (SP) - História. 3. Escola Normal Livre de Sorocaba –
História. I. Almeida, Jane Soares de, orient. II. Universidade de
Sorocaba. III. Título.

Adriana Ricardo da Mota Almeida

**ENTRE O MONUMENTO IDEALIZADO E O REALIZADO: A ESCOLA NORMAL
LIVRE MUNICIPAL DE SOROCABA (1929 A 1967).**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção
do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovada em: 25/08/2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) Dr.(a) Jane Soares de Almeida
Universidade de Sorocaba

Prof.(a) Dr.(a) Rosa Fátima de Souza
UNESP Araraquara

Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Garcia
Universidade de Sorocaba

Prof.(a) Dr.(a) Vânia Regina Boschetti
Universidade de Sorocaba

Prof.(a) Dr.(a) Wilson Sandano
Universidade de Sorocaba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que direta e indiretamente tiveram alguma forma de participação na minha vida durante a sua construção. A minha família, meus pais, minha professora orientadora, pela compreensão e paciência. À memória Prof. Dr. Hélio Iveson Passos Medrado. Aos meus bichinhos de estimação que permaneceram inúmeras horas ao meu lado, enquanto lia e escrevia como que entendendo e oferecendo o apoio e incentivo. Também é dedicado a todos aqueles que acreditam que é no mergulho profundo da história da educação que se dá a verdadeira educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, a minha família, especialmente meu esposo Alcindo e meus filhos Thales e Ítallo, pelas manifestações de amor, paciência, compreensão e incentivo. Aos meus pais pela vida e pelo amor. À querida Prof^a Dra. Jane Soares de Almeida, orientadora zelosa, fez-me fincar os pés no chão, acolheu-me sem titubear, acreditando no meu potencial de construção do conhecimento histórico e pela amizade construída em curto espaço de tempo. Ao caro Prof. Dr. Wilson Sandano pela luz e inspiração no objeto tema de pesquisa. Eternamente grata!

RESUMO

Esta Tese de Doutorado tem o propósito de realizar a interpretação histórica e compreender o processo de instalação e organização da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba no período compreendido entre a sua criação e extinção, respectivamente 1929 a 1967. O foco da pesquisa é a análise do ensino normal nessa instituição, investigando os campos da história da educação, das instituições escolares e cultura(s) escolar(es), considerando as seguintes categorias: origem, arquitetura predial, fontes históricas documentais, tempos, espaços e os sujeitos presentes na trama que organizou a instituição. A Escola Normal Livre de Sorocaba, laica, emergiu num momento de forte tensão sociopolítica entre duas facções do Partido Republicano Paulista e foi mantida pela prefeitura municipal, daí o adjetivo contraditório “livre”, já que era subordinada ao Estado. A equiparação às oficiais estaduais ocorreu somente vinte e cinco anos após a sua criação. Emergiu na condição de “anexa” ao Ginásio Municipal pela Lei Nº 209, de 16 de janeiro de 1929. Em 1931 criou-se a Escola de Aplicação anexa à Escola Normal Livre, a qual funcionou no mesmo prédio. Instituição escolar marco do ensino secundário de humanidades em Sorocaba, formou os primeiros professores primários na cidade e cerca de mil professores durante os trinta e oito anos de história. O papel social da Escola Normal Livre de Sorocaba foi formar professores primários para atuarem nos grupos escolares de Sorocaba e cidades da região, além das escolas rurais e ou isoladas. Apesar dos imensuráveis percalços e resistências por conta dos dispositivos escolares de controle que contribuíram para identificar as características de cultura(s) escolar(es) singular(es), podemos afirmar que a mesma cumpriu seu papel, face ao reconhecimento histórico e social que perdura até os dias atuais.

Palavras-chave: Escola Normal Livre; Cultura(s) Escolar(es); História da Educação.

ABSTRACT

This Doctoral Thesis aims to realize the historical reinterpretation and understand the installation process and organization of the Normal School Free Sorocaba City in the period between its creation and extinction, respectively 1929 to 1967. The focus of the research is the analysis of normal education at this institution, investigating the fields of history of education, educational institutions and school culture, considering the following categories: Source, building architecture, documentary historical sources, times, spaces and subjects present in the plot that organized the institution. The Free Normal School of Sorocaba, laic, emerged at a time of strong socio-political tension between two factions of the Republican Party of São Paulo and was maintained by the municipal government, hence the contradictory adjective "free", since it was subordinate to the state. The equation to state officials occurred only twenty-five years after its creation, provided that "attached" to the Municipal Gymnasium by Law No. 209 of 16 January 1929. In 1931 was created the Application School attached to the Normal School free, which worked in the same building. School institution framework of secondary education in humanities in Sorocaba, formed the first primary school teachers on city, and about one thousand teachers during the thirty-eight years of history. The social role of the Normal School Free Sorocaba was to form primary school teachers to work in school groups of Sorocaba and cities in the region, in addition to schools and rural or isolated. Despite the immeasurable setbacks and resistance because of school control devices that helped to identify the characteristics of culture (s) school (s) individual (s), we can say that it has fulfilled its role, given the historical and social recognition that endures to the present day.

Keywords: School Normal Free; Culture (s) School (s); History of Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panorama das Escolas Normais Livres no estado de São Paulo.....	48
Figura 2 - Membros do diretório do Partido republicano Paulista.....	56
Figura 3 - Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury.....	65
Figura 4a - Grupo de alunos do Ginásio Municipal.....	71
Figura 4b - Grupo de alunos do Ginásio Municipal.....	72
Figura 5 - Primeiro corpo docente e administrativo do Ginásio e Escola Normal Livre.....	75
Figura 6 - Primeira turma de alunas do Ginásio Municipal.....	76
Figura 7 - Grupo de alunas da Escola Normal Livre (1930).....	77
Figura 8 - Comício realizado em 06 de novembro de 1947, em Sorocaba.....	97
Figura 9 - Placa de inauguração das novas dependências em 1968.....	99
Figura 10 - Primeiro prédio provisório da Escola Normal Livre.....	126
Figura 11 - Projeto pioneiro do Ginásio e Escola Normal Livre elaborado pelo Engenheiro e Professor Júlio Bierrenbach de Lima.....	125
Figura 12 - Obra de construção do prédio oficial ao final da década de 1930 e o prédio oficial nos anos 50.....	134
Figura 13 - Fachada da Escola Normal na década de 1950.....	137
Figura 14 - Fachada da Escola Normal na década de 1960.....	137
Figura 15 - Início das obras de ampliação do prédio: início de 1968.....	138
Figura 16 - Obras de ampliação do prédio: final da década de 1960.....	138
Figura 17 - Quadra escolar (antes da ampliação) na década de 1960.....	139
Figura 18 - Fachada do prédio em 2015: Av. Dr. Eugênio Salerno, esquina com a rua Rio de Janeiro, no centro de Sorocaba.....	140

Figura 19 - Termo de abertura do livro ponto docente nº 01 da Escola Normal Livre.....	154
Figura 20 - Anúncio referente a Achilles de Almeida.....	156
Figura 21 - Poesia “Dentro da matta”, escrita pelo Prof. Bacharel em Direito Achilles de Almeida.....	157
Figura 22 - Página nº 112 “a” do segundo livro ponto(1932).....	162
Figura 23 - Página nº 112 “b” do segundo livro ponto(1932).....	163
Figura 24 - Página 114 “b” do segundo livro ponto(1932).....	164
Figura 25 - Página 117 “a” do segundo livro ponto(1932).....	164
Figura 26 - Página 117 “b” do segundo livro ponto(1932).....	165
Figura 27 - Página nº 38 do segundo livro ponto(30 de março de 1931 a 30 de novembro de 1932).....	166
Figura 28 - Página nº 01 do terceiro livro ponto(1944 a 1946).....	167
Figura 29 - Página nº10 terceiro livro ponto.....	171
Figura 30 - Professora Josephina Zília de Carvalho.....	173
Figura 31 - Página 108 “a” do livro ponto(1945).....	174
Figura 32 - Página 163 “a” do livro ponto(1945).....	175
Figura 33 - Um dos primeiros livros de matrícula da Escola Normal.....	178
Figura 34 - Propaganda jornalística referente ao Prof. de inglês Ernest Norcross.....	181
Figura 35 - Certificado de aprovação.....	182
Figura 36 - Atestado médico.....	182
Figura 37 - Requerimento de matrícula do curso normal.....	182

Figura 38 - Atestado de bom comportamento.....	183
Figura 39 - Comprovante pagamento taxa de exames de admissão.....	184
Figura 40 - Normalistas no início da década de 1930.....	185
Figura 41 - Quadro dos professores e diretor do Ginásio Municipal.....	187
Figura 42 - A maior turma de formandos: 1944 em frente à Catedral Metropolitana de Sorocaba.....	197
Figura 43 - Formandos 1944, confraternizando em 1969, comemorando Jubileu de Prata no “Recanto Britânia” em Brigadeiro Tobias.....	198
Figura 44 - Turma de formandos de 1957.....	198
Figura 45 - Ofício recebido pelo diretor do CRPE-USP- Dr. Fernando de Azevedo- 1957.....	206
Figura 46 - Folha nº35 do primeiro livro ponto docente(1931).....	220

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Fontes históricas e períodos.....	22
Quadro 2 - Prefeitos de Sorocaba a partir da proclamação da República	81
Quadro 3 - Disciplinas ministradas no 1º ano A Normal (12/03/1930), período da manhã.....	155
Quadro 4 - Disciplinas ministradas no 1º ano B Normal (12 de março de 1930), período da tarde.....	155
Quadro 5 - Disciplinas ministradas no 2º ano Normal (março de 1930), período tarde	155
Quadro 6 - Disciplinas ministradas e primeiros professores.....	158
Quadro 7 - Alterações no quadro docente e respectivas disciplinas nos anos de 1931 e 1932.....	160
Quadro 8 - Funcionários de apoio no ano de 1944.....	169
Quadro 9 - Disciplinas ministradas e professores (1945).....	172
Quadro 10 - Alunos normalistas destaque no início da década de 1930.....	180
Quadro 11 - Número de alunos matriculados e formados na década de 1940.....	188
Quadro 12 - Diretores de 1929 a 1967.....	192
Quadro 13 - Número de formandos na década de 1940.....	196
Quadro 14 - Funcionários e professores em 1952.....	208
Quadro 15 - Horários das aulas na Escola de Aplicação.....	221
Quadro 16 - Equipe docente da Escola de Aplicação na década de 1940.....	221
Gráfico 1 - Profissão dos pais dos alunos matriculados no Ginásio em 1950.....	200
Gráfico 2 - Porcentagem de alunos matriculados por gênero.....	201

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 AS ESCOLAS NORMAIS OFICIAIS E LIVRES NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONJUNTURAS SOCIOPOLÍTICAS	33
2.1 As Escolas Normais Oficiais e Livres no Estado de São Paulo: histórico.....	34
2.2 A força das estruturas do poder político na educação sorocabana e a criação do Ginásio e Escola Normal Livre na cidade de Sorocaba (1927 e 1929).....	49
2.2.1 O Ginásio e a Escola Normal Livre: os dias seguintes de uma história.....	70
3 DESVENDANDO A “CAIXA PRETA” DA ESCOLA NORMAL LIVRE: MONUMENTOS E DOCUMENTOS	84
3.1 Instituições de memória: a seleção, resgate e coleta das fontes históricas...84	
3.2 Nas comemorações do Jubileu de Ouro, o papel da imprensa local: narrar a história da Escola Normal Livre: conformidades e desconformidades.....	90
3.3 Teses, antíteses e sínteses: a legislação norteadora.....	105
3.4 A perpetuação de um monumento histórico: o prédio escolar e seu papel social.....	122
3.4.1 Algumas apologias acerca do monumento predial: um breve diálogo com Althusser.....	140
4 A GEOGRAFIA DOCUMENTAL ESCOLAR E A FABRICAÇÃO DE BOAS FLECHAS COM VARIADOS TIPOS DE MADEIRA: CULTURA(S) ESCOLAR(ES)?	146
4.1 Os registros e seus atores históricos escolares: Livros ponto 1929 a 1930, 1931 a 1932 e 1944 a 1946: inspetores fiscais, diretores, secretários de escola, professores e funcionários.....	154
4.1.1 Documentos e provas de exames de admissão: março e dezembro de 1929.....	176
4.1.2 Livros de matrículas e históricos iniciais da Escola Normal.....	177
4.1.3 Livro de matrículas dos alunos do curso profissional normal (1941 a 1952).....	187
4.1.4 Livros de registro de diplomas dos professores formados pela Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1942 a 1945 - 1946 a 1950).....	194
4.1.5 Ano de 1950: a volta do Ginásio Municipal.....	199
4.2 Pluralidade e potencialidades das fontes históricas oficiais: memorandos enviados, recebidos e os ofícios.....	201
4.3 Relatórios anuais 1953 e 1960: a voz e a vez do diretor?.....	212
4.4 Laboratório de ver para saber fazer: a Escola de Aplicação.....	218
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
6 REFERÊNCIAS	233

1 INTRODUÇÃO

A tese de doutorado denominada **“Entre o monumento idealizado e o realizado: a Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba: 1929 a 1967”**, na linha de pesquisa história e historiografia da educação e no conjunto dos estudos sobre a história das instituições escolares, objetivou realizar uma interpretação histórica e compreender o processo de instalação e organização dessa escola, de modo a apreender seu funcionamento e sua evolução.

Segundo Le Goff (2013), o fazer histórico é composto por dois tipos de materiais: os documentos (provas escolhidas pelo pesquisador) ou fontes históricas escritas e os monumentos (herança do passado) ou o prédio escolar.

A Escola Normal Livre Municipal foi criada pela lei municipal nº 209 (Projecto nº 01 de 16 de janeiro de 1929), cerca de um ano após a criação do Ginásio Municipal, pela lei Nº 204 de 31 de dezembro de 1927, na condição de anexa, ou apêndice do mesmo.

O recorte temporal de investigação foi da sua fundação até 1967, quando deixou de ser Escola Normal e tornou-se o “Instituto de Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas”, conforme a lei Nº 1452, de 18/02/1967.

Essa escola de formação de professores primários em regime de externato, atendeu desde sua fundação, alunos do sexo masculino e feminino, e emergiu num contexto político vulnerável, de disputas entre duas facções do Partido Republicano Paulista, ou peerrepistas¹.

Uma das facções apoiava a criação de escolas de humanidades na cidade, e era formada em sua maioria por membros da maçonaria (Loja Preseverança III), os quais tiveram forte influência e desempenharam um papel político relevante nesse período histórico.

A outra facção, dos vergueiristas (hegemonia do sobrenome da tradicional família Vergueiro), liderada por Luiz Pereira de Campos Vergueiro, desde o início da década de 1910 até o final da década de 1920, posicionava-se contra à tal ideia.

Nesse período, a cidade foi privada da criação de escolas secundárias de humanidades, embora já houvesse um movimento social e político em prol de sua

¹ PRP: Partido Republicano Paulista: dominante no estado de São Paulo a partir do início da República no Brasil.

criação e instalação desde a década de 1910, porém esse governante não acreditava na sua relevância, não havendo portanto, empenho em concretizar esse plano.

Para ele, a prefeitura de Sorocaba não dispunha de condições financeiras para arcar com a instalação e manutenção dessas escolas e tão somente apoiava a criação de escolas profissionalizantes, por conta da expansão naquele momento, de indústrias e fábricas na cidade, visando uma formação básica de jovens cidadãos para atuarem nas mesmas.

No aspecto financeiro, Luiz Pereira de Campos Vergueiro tinha razão. Realmente a prefeitura não dispunha de sustentação financeira para manter essas escolas. Porém, até quando Sorocaba permaneceria na fila de espera pelas escolas secundárias?

Assim que o vergueirismo foi derrotado, em 1927, o projeto de criação das escolas foi adiante, apesar de todas as dificuldades de ordem partidária, local, predial e financeira, já que o então governador do estado de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque apoiava piamente a oposição:

Prestes apoiava tão abertamente os antivergueiristas que, segundo efeméride publicada em um jornal local, pedia-lhes “que combatessem o vergueirismo, prometendo que nos daria um ginásio, uma Escola Normal e uma escola profissional” (Cruzeiro, 29/10/1989). De fato, um ano depois de implantado o Ginásio Municipal – então como escola privada -, começa a funcionar em Sorocaba a Escola Profissional Fernando Prestes, que ganha força atuando em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana (GONÇALVES; GONZÁLEZ, 2007, p.188).

O Ginásio Municipal, criado em 1927 e iniciando suas atividades em 1928, funcionou a princípio, num prédio hoje extinto, à rua Barão do Rio Branco, nº 03, esquina com a rua São Bento. Em 1929 foi criada a Escola Normal Livre, que funcionou no mesmo local por dois anos (1929 a 1930), cedido pelos maçons e onde esteve instalada a Loja Maçônica Perseverança III, a qual mantinha a escola noturna destinada aos operários das fábricas.

Nos cinco anos seguintes (1931 a 1936), instalou-se numa casa à rua Álvaro Soares, região central da cidade, que posteriormente abrigou o Clube Estrada de Ferro Sorocabana:

[...]Em seu primeiro ano, o ginásio municipal, apesar de assim denominar-se funcionou com o apoio financeiro e no espaço onde a loja maçônica Perseverança III já mantinha o curso de alfabetização noturno gratuito. Somente em 1929 foi transferido para a Rua Álvaro Soares (onde hoje está

instalada a sede da Estrada de Ferro Futebol Clube). (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2007).

Essa mudança deu-se por conta da demanda de alunos que aumentou nos anos seguintes. A partir de 1937 até 1941, funcionou provisoriamente nas salas do prédio recém construído do Ginásio do Estado, que levou o nome do governador Prestes, na Av. Dr. Eugênio Salerno, onde localiza-se hoje a Escola Estadual “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, o “Estadão”. Nesse momento, o Ginásio Municipal estadualizou-se, e a Escola Normal permaneceu municipal.

Em 1938 foi finalmente dado início à construção do prédio definitivo da Escola normal, entregue em 1942, na mesma gleba situada na avenida acima citada, esquina com a rua Rio de Janeiro, na região central da cidade, e permanece até os dias de hoje, sendo que a ampliação do mesmo viria a ocorrer somente ao final da década de 1960, apesar de já estar autorizado onze anos antes: Lei Nº 119, de 04/07/1949. (Dispõe sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba), a qual analisaremos no capítulo II.

Investigar a história de uma instituição escolar normal fez-nos recorrer aos estudos de autores que versaram sobre a história das instituições escolares educativas, como Gatti Jr.(2002), Magalhães(1998;2004), Nosella e Buffa (1996;2005;2007;2013), Sanfelice (2006; 2007; 2008), Tanuri (1979;2000) entre outros. Portanto, falamos do monumento ou do *suporte físico* onde ocorreram as práticas ou culturas escolares, ou do seu próprio *modus operandi* (SAVIANI, 2013, p.29).

Justino Magalhães afirma que, no plano histórico, uma instituição educativa é uma:

Complexidade espaço- temporal, pedagógica organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s) pessoa (is), através de expectativas, institucionais (MAGALHÃES, 1998, p. 61-62).

Já o pesquisador português Antônio Nóvoa (1991;1997;1999) foi um dos autores que contribuiu para o entendimento quanto ao sentido da criação das escolas normais e dos paradoxos que envolveram a consolidação da profissão docente.

Esse autor afirma que os professores seriam a voz dos dispositivos de escolarização, e por esse motivo o Estado não teria hesitado em criar condições

mínimas para a sua profissionalização. Ao falar acerca dos dispositivos, recorreremos às reflexões foucaultianas, deslocadas aos estudos de Agamben, que assim conceitua os mesmos:

[...]qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar (2005, p. 5).

Se o nosso objeto de estudo foi a escola normal, e sua função maior era a formação de professores, compreendemos essa possibilidade de pensar sobre as fontes históricas disponíveis como dispositivos escolares de controle e de que formas esses dispositivos influenciaram diretamente na formação da cultura escolar do período.

Ressaltamos que a maior parte da documentação encontrada, a qual analisamos, nada mais foi que instrumentos de controle do trabalho docente, e não poderíamos deixar de pensar o próprio Estado como dispositivo de controle da própria escola normal oficial, e especialmente das livres como veremos. O termo livre parece não ter sido o mais adequado, pois essas escolas estiveram sob o controle permanente do Estado, mesmo após a equiparação.

Pudemos portanto, problematizar a Escola Normal como uma instituição legitimadora de conhecimentos, práticas e saberes necessários para a formação de parte do professorado sorocabano, conhecendo e construindo sua identidade histórica.

Refletimos sobre essa escola como um espaço com projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros socioculturais, portanto como núcleo de tensões permanentes entre os agentes escolares.

A motivação pela pesquisa deu-se durante a participação nas aulas do Grupo de Estudos em História da Educação (GEHE), da Universidade de Sorocaba, no período correspondente aos anos de 2012 e 2013 no qual atuei como diretora da Escola Municipal "Getúlio Vargas", antiga Escola Normal Livre Municipal, despertando a curiosidade em investigar sua história e trajetória apropriando-se da análise das

fontes histórico- educativas disponíveis nos seus arquivos mortos e conjuntamente nos arquivos do Gabinete de Leitura Sorocabano e Jornal Cruzeiro do Sul.

A criação da Escola Normal Livre Municipal já foi investigada por pesquisadores da Universidade de Sorocaba (UNISO): Sandano (2009) e Boschetti e Sandano (2014), e houve evidências, partindo dos resultados de seus trabalhos, da carência de dar continuidade à investigação propriamente da escola normal.

A implantação da Escola Normal Livre Municipal marcou o início do sistema de ensino secundário público municipal em Sorocaba, ao final da Primeira República.

“Os anos trinta foram marcados pelo processo de industrialização, considerável crescimento populacional, variações políticas, além de reformas educacionais”. (NOSELLA; BUFFA, 1997, p.12), e a Escola Normal em Sorocaba foi criada nessa conjuntura sociopolítica.

Algumas questões norteadoras fizeram-se pertinentes no decorrer da pesquisa:

- Que sociedade produziu a Escola Normal Livre de Sorocaba? A quem se destinou?
- Que resultados pretendeu com as ações empreendidas e que resultados atingiram de fato?
- Por que a cidade de Sorocaba parece ter sido privada de instituições secundárias educacionais de caráter público, naquele momento histórico?
- Por que a equiparação da Escola Normal Livre às oficiais ocorreu somente vinte e cinco anos após sua criação?
- Quais os vestígios da(s) cultura(s) escolar(es) produzida(s) e inculcada(s) por essa instituição escolar que foram instituídas para si, seus agentes e para a sociedade na qual estava inserida?

Para responder a essas questões e construir a identidade histórico escolar, fizemos a análise, problematização e reflexão acerca das fontes históricas encontradas e pudemos responder como determinações sociais e políticas para além da escola influenciaram direta e indiretamente o seu interior, ou suas práticas e não práticas. Que experiências humanas relevantes puderam ser reveladas? E quais não revelaram-se ou não puderam revelar-se?

Nosso conjunto de fontes históricas coletadas foi adequado e suficiente?

A declaração de Aróstegui, nos leva a crer que sim:

[...]são fontes adequadas para um tema aqueles conjuntos documentais capazes de responder a um número maior de perguntas, com um número menor de problemas de fiabilidade, de equivocidade, ou os que melhor se adaptam aos fins da pesquisa (2006, p.511).

Em vários momentos da pesquisa, o alcance das respostas levou-nos a novas perguntas, sendo possível efetuar correlações quanto ao papel central desses documentos historicamente produzidos para compreensão da organização e funcionamento da instituição naquele período.

Quais seriam as alternativas teóricas e metodológicas que oportunizariam maneiras eficazes de problematizar a documentação e sua forma de uso e interpretação?

Alguns pesquisadores como Castanha(2013), Orso (2013) e Ragazzini (2001) enfatizaram que são as perguntas que o pesquisador/ historiador/ educador faz aos documentos que lhes conferem sentido e ainda assim, podem ou não, responder a determinados fatos com algumas limitações:

Ao representarmos o trabalho historiográfico como uma ponte entre o presente e o passado- que adquire a sua estabilidade à medida que estabelece um balanceamento adequado entre a localização, a leitura e o emprego das fontes, de uma parte, e a determinação dos problemas historiográficos, a construção e o uso dos esquemas interpretativos-, chegamos a conclusão de que a relação do historiador com as fontes é uma das bases, um alicerce fundamental da pesquisa (RAGAZZINI, 2001, p.15).

Ao relacionarmo-nos com as fontes, debruçamos sobre os estudos dos diversos autores que debateram sobre o tema. O aparato teórico-crítico foi essencial.

Nossa opção metodológica foi a análise histórico- crítica de conteúdo e sustentamo-nos nas pesquisas de Buffa e Nosella (2008), além de Saviani (1986) e Sanfelice (2007).

Para esses autores, essa metodologia pode ser considerada sinônimo da pedagogia dialética, que busca captar o real movimento histórico educacional e social ao evidenciar no sistema capitalista, relações sociais de dominação.

A metodologia dialética tem raízes sólidas marxistas, as quais não podem ser desconsideradas, pois é também sob essa luz que podemos compreender algumas questões histórico educacionais a partir de condicionantes sociais, não deixando

esmaecida a sociedade que produziu neste caso, a Escola Normal Livre de Sorocaba, oportunizando a superação de uma análise crítico- mecanicista ou a-histórica.

Para Nosella e Buffa (2005), a dialética, em seu sentido etimológico, significa “a arte de relacionar os contraditórios”, e ao tomar como objeto de pesquisa uma instituição escolar, pensamos que foi a metodologia que mais respondeu aos nossos anseios:

O fundamental, portanto, em pesquisas sobre Instituições Escolares, para o método dialético, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social: dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno (NOSELLA E BUFFA, 2005, p. 5082).

Houve a necessidade, no decorrer da pesquisa, de detalharmos alguns pontos que consideramos relevantes por conta dos pormenores, assim utilizando-nos de descrições narrativas explicativas.

Noronha(2007) alerta quanto a cautela do pesquisador ao utilizar-se de descrições ou narrativas fragmentadas da realidade, sob pena de reduzir a qualidade das análises e resultado do trabalho, especificamente sobre instituições escolares.

Essa autora afirma que faz-se necessário romper com a perspectiva descritiva e com os registros oficiais da escola. Neste aspecto, contrapomos com a autora, pois acreditamos que uma outra possibilidade, ao invés de romper (cujo significado é dilacerar, rasgar), seria a de superar essa perspectiva.

Superar não no sentido de fazer desaparecer, mas de possibilitar um novo e relevante sentido às narrativas e descrições que fizeram-se necessárias, num sentido de enriquecimento e suficiência do trabalho, já que contextualizamos e sustentamos teoricamente considerando o particular e o geral, conforme explanamos acima, garantindo portanto sua qualidade.

Nosso suporte teórico constituiu-se de pesquisadores em conformidade com os campos investigativos: Sobre História da Educação no Brasil e aspectos macro sociais: Hobsbawn (1998), Le Goff (1999), Marc Bloch(2002), Romanelli (2013), Reis Filho (1995). História da Educação em Sorocaba: Barreira (2005), Boschetti e Borghi (2011), Gonzales e Gonçalves (2005-2007), Sandano (2009). Escola Normal no estado de São Paulo e Sorocaba: Boschetti e Sandano (2014), Sandano (2007), Tanuri (1979; 2000). Fontes históricas e historiografia das instituições escolares: Castanha (2013), Gatti (2005), Sanfelice (2006; 2007; 2008; 2009), Lombardi (2004;

2005), Magalhães (2004), Mogarro (2006), Orso (2013), Le Goff (1999), Nosella (2013), Buffa (1996), Nosella e Buffa (2008- 2013). Cultura escolar: Julia (2001), Souza(1998), Saviani(2013), entre outros.

Pesquisar uma instituição educativa escolar sugeriu articular adequadamente o geral com o particular, ou o macro e o micro. Sanfelice afirma que:

[...] a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, 'acomodadas' dialeticamente no seu interior (2007, p.78).

A dimensão geral, sendo compreendida como sendo os contextos históricos políticos e sociais brasileiros, regionais e do município foram pontuados de modo que, ao adentrar a escola (o particular), foi possível compreender e constatar sua relevância na história da educação sorocabana, apesar das inúmeras lacunas, as quais demonstraremos na exposição dos capítulos.

Desta forma, a escola, ou o particular pode ser entendida como expressão do desenvolvimento social geral. Ou seja, como uma árvore dentro da floresta (SANFELICE, 2007), ou, uma escola também pode ter a dimensão do geral se pensarmos que a secretaria desta estaria no plano do particular.

Para Nosella e Buffa:

[...] as melhores pesquisas ocorrem quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou etc(2013, p. 58).

Esse significado social foi corroborado no decorrer do trabalho, e podemos antecipar que várias dezenas de alunos e professores atuantes oriundos dessa escola foram imortalizados nos nomes das escolas de caráter público estaduais e municipais da cidade, fato que indica reconhecimento e relevância social.

Magalhães sustenta acerca das instituições escolares:

[...]organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização

dos atores e o normativismo burocrático e político ideológico estruturante (2004, p. 124).

Nosso desafio e intuito a partir dessa afirmativa foi o de (re)constituir sua identidade e relevância histórica progressa, partindo da análise e problematização das fontes históricas encontradas, que são construções humanas, como poderemos conferir na tabela abaixo, e concedendo-lhe um sentido histórico, como que desvendando sua *caixa preta*.

Abaixo, as fontes históricas encontradas no arquivo morto da instituição:

Quadro 1- Fontes históricas e períodos:

Fontes históricas	Período
Leis municipais e decretos de criação	1927 a 1967
Exames e documentos de admissão alunos	1929
Livro Ponto docente Escola Normal Livre	1929 a 1930 1931 a 1932
Livro de matrículas, registro e fichas individuais	1930 a 1933
Primeiras matrículas Escola normal	1929 a 1933
Correspondências recebidas e enviadas à Secretaria Municipal de Educação	1935 a 1955
Registro de Diplomas dos Professores formados pela Escola Normal Livre Municipal	1942 a 1945 1946 a 1950
Livro ponto dos funcionários do corpo administrativo e docente da Escola Normal e Escola de Aplicação Anexa	1944 a 1946
Mapas de Movimento	1960 a 1967
Livro ata de exames da Escola de Aplicação (Curso Primário) Anexa à Escola Normal Municipal de Sorocaba	1944 a 1963
Livro de matrículas Ginásio Municipal de Sorocaba	1950 a 1952
Relatórios Anuais	1954 e 1960
Correspondências recebidas e expedidas: Prefeitura Municipal	1957 a 1967
Correspondência expedida para a Prefeitura Municipal	1952 a 1965
Relatório de Atividades Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas"	1954 e 1960
Correspondência Geral	1957 a 1967
Correspondência recebida da Secretaria da Educação	1959 a 1963

Fonte: Arquivo morto E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Durante a coleta e exame dessas fontes históricas foram oportunizadas visões do funcionamento e engrenagem do poder público local e órgãos diretores, além de indícios de práticas cotidianas escolares, e dessa forma, pudemos compreender como se deu parte da(s) cultura(s) escolar(es) nesse período.

Salientamos que os documentos listados na tabela foram coletados por amostragem, ou seja, todos os que estavam disponíveis relativos ao período.

Não havia nos arquivos uma sequência coesa, ou uma coletânea completa por assunto ou período, cremos que pelos motivos que explicitamos no decorrer do trabalho, fazendo com que alguns resultados fossem parciais.

Certamente o fato de a escola não possuir prédio próprio por cerca de treze anos desde a sua criação, fez com que os arquivos ocupassem locais físicos provisórios para o armazenamento, e perdendo a lógica organizativa que lhe teria sido conferida além dos descaminhos nas mudanças de instalações:

[...] hoje apresentam-se geralmente com a documentação disposta ao sabor do acaso e evidenciando a desorganização arquivística que terá sido provocada pelas mudanças de localização ao longo do tempo [...] (MOGARRO, 2006, p.74).

Para Orso, não há outra forma do pesquisador reconstruir a história senão recorrendo às fontes. E se determinados tipos não existirem?

Esse mesmo autor conceitua fontes como sendo:

[...] documentos, registros, marcas e vestígios deixados por indivíduos, por grupos, pelas sociedades e pela natureza que representam ou expressam uma determinada forma de ser da matéria, seja ela natural, humana ou social, em seu processo de contradição e transformação. O acesso a elas torna-se um meio de conhecer o passado, permite desvendar os hábitos, os costumes, a produção, a distribuição e o consumo, a forma de organização de indivíduos e das sociedades, enfim, de conhecer o modo de sobrevivência (2013, p.43).

Complementando o raciocínio do autor, recorreremos aos vestígios ainda existentes ou parcela da massa documental deixados pelos atores escolares.

Se fontes são produções humanas, estas quando deixam de existir, é devido às ações também humanas, que por razões desconhecidas deixaram de existir ou não foram devidamente preservadas, certamente pelo seu maior ou menor grau de relevância para aquelas pessoas naquele contexto histórico.

Vidal (2007, p. 66), afirma que esses registros em seus respectivos arquivos mortos [...] “alcançam status diferentes no que concerne à sua concepção como documento e, portanto, a sua conservação em arquivos”.

Logo, as chances de encontrarmos os testemunhos de ações administrativas em detrimento das ações pedagógicas, ou dos processos de ensino e aprendizagem sobrepuseram-se.

A mesma autora sustenta que são ainda mais difíceis de encontrar os registros dos alunos que dos professores, talvez porque “as práticas escriturais docentes sejam por vezes também práticas institucionais, testemunhos do exercício da profissão, ou porque os professores tendam a permanecer no espaço escolar por mais tempo.”

Há nessa afirmação uma contradição, pois se nosso raciocínio considerar que numa escola os alunos são sempre a maioria, é evidente que os arquivos mortos não dariam conta de arquivar essas produções ao longo do tempo. Mas nem por amostragem? Nem os melhores cadernos dos ditos melhores alunos?

Então, se a autora diz que para garantir um acervo histórico de qualidade faz-se necessário o arquivamento desses três grupos de escrita: a administrativa, a docente e a discente, e no nosso caso, praticamente resgatamos documentos de cunho administrativo, então não poderíamos ter escrito a história dessa escola?

A frase de Julia(2001, p.17), “O historiador sabe fazer flecha com qualquer madeira” rebate essa afirmação, que pode nos trazer uma dupla interpretação: a flecha tanto pode ser a fonte como o produto final. E a madeira, também pode ser a fonte (já que as fontes devem ser (re)significadas pelo pesquisador), e dessa forma forneceram novas possibilidades de interpretação e sentido.

No caso desta pesquisa, não encontramos nenhum vestígio no período investigado relativo à produção de alunos ou professores, exceto algumas amostras de exames de admissão da primeira turma da escola normal, em 1929.

Diante dessa perspectiva, consideramos os vários atores envolvidos no processo de criação e institucionalização dessa escola.

Como se deu a produção desse espaço destinado à formação docente, ou “daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JR., 2002, p.20).

Igualmente pesquisamos e utilizamos fotos da instituição, reportagens, artigos de jornais e imagens coletados nos arquivos das Instituições de Memória, segundo Saviani (2013), cujo conceito será explorado no capítulo II: o Gabinete de Leitura Sorocabano e o acervo historiográfico do Jornal Cruzeiro do Sul. São instituições sorocabanas centenárias, e o acervo disponível permitiu recuperar o contexto educacional no qual a escola foi criada e desenvolvida, assim como dimensionar a participação do poder público local no processo de instalação.

As imagens fotográficas encontradas remetem à fachada predial, sala de aula e algumas turmas de alunos e formandos e optamos por inseri-las durante a redação do texto.

Foram previamente digitalizadas, interrogadas e problematizadas, mas em nenhum momento foram utilizadas como mera ilustração ou ornamento, buscando dessa maneira enriquecer o teor da pesquisa, como que para torná-la palpável.

Quanto ao conceito de fontes históricas, Saviani (2007, p.5), propõe um que, no seu sentido plural significa: “documentos originais dos quais se extraem testemunhos e dados”.

Para esse autor, não parece possível considerar as fontes como origem do fenômeno histórico. As fontes estão na origem e constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado, da cultura escolar.

Houve portanto, a compreensão de como se deu a formação dessa cultura escolar na estrutura normalista, assim perdurando durante algumas décadas, mesmo após 1967, quando já não era mais uma escola normal.

Dominique Julia conceitua cultura escolar como sendo um:

[..]conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e normas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)(2001, p. 17).

Práticas essas que foram desvendadas não em sua totalidade, mas no escopo da tentativa de esgotar as possibilidades de compreensão ao longo desses trinta e oito anos e a constatação do que permaneceu e do que se perdeu no espaço do suporte físico das práticas educativas (SAVIANI, 2013), as quais envolveram os atores que foram a razão de ser de uma escola: alunos, professores, diretores, secretários escolares e demais.

O trabalho foi dividido em três capítulos, e dedicamos os dois últimos capítulos para adentrar de fato à Escola Normal e a questão da cultura escolar e dessa forma legitimar e garantir a relevância do trabalho realizado na instituição naquele período.

Corroboramos com Castanha, quando alerta que:

Nas teses ou dissertações, é comum os autores dedicarem aproximadamente setenta por cento do texto escrito para tratar de questões secundárias ao objeto da pesquisa, reservando o restante para analisar efetivamente tal objeto. Essa lógica precisa ser invertida (2013, p. 84).

Analisamos, como categoria abrangente, a cultura escolar no período delimitado nas seguintes categorias de análise:

- a) Origem: criação, construção e instalação do ginásio e Escola Normal Livre de Sorocaba e panorama de implantação das escolas normais livres no estado de São Paulo: conjunturas sociopolíticas;
- b) Documentos: legislação, memorandos, livros de registros, relatórios anuais, livros ponto e de matrículas, atas de conselho classe série;
- c) Edifício escolar: projetos, implantação e organização do espaço, ampliação;
- d) Professores, administradores e funcionários: origem, formação, atuação e organização;
- e) Alunos: origem social e destino profissional;
- f) Os saberes: currículo e disciplinas;
- g) Livros ata de conselho classe/ série e relatórios anuais, burocracia, organização do poder;
- h) A escola de aplicação anexa à escola normal.

Tivemos portanto, um:

[...]quebra-cabeça a ser decifrado. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares[...] ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas que ali se cruzam. (SANFELICE, 2007, p.77).

No capítulo “**As escolas normais oficiais e livres no estado de São Paulo: conjunturas sociopolíticas**”, fizemos referência à conjuntura de criação e implantação das escolas normais oficiais e livres no estado, ao final da década de 1920.

As escolas normais oficiais (mantidas pelo Estado), fizeram parte do projeto republicano de educação e foram originadas com o objetivo de melhorar a formação dos professores, que seriam responsáveis pela alfabetização e instrução da elite e massa da população.

Já as normais livres (ou equiparadas²) foram criadas com a finalidade de suprir uma demanda emergente de professores primários para atuar nas escolas rurais e grupos escolares nas cidades do interior do estado de São Paulo, e seriam mantidas pelos cofres do sistema público municipal ou particular, pois o Estado não possuía, já na década de 1920, condições financeiras de mantê-las (TANURI,1979).

No ano de 1928 o Estado arcava com dez escolas normais oficiais, concentradas em cidades da zona central e leste.

Por mais que as escolas normais livres tivessem sido criadas para remediar a falta de professores primários, visando atender a uma demanda emergente de alfabetização à população nas áreas urbanas e rurais do estado, o que de fato aconteceu, o real grupo favorecido foi o dos políticos, pois, se de um lado, com a reforma de 1927, com a mudança de duração do curso normal para três anos, supriu a demanda da formação de professores primários, por outro lado, aumentou-se o número de escolas normais (livres), o índice de alfabetização e o número de eleitores.

Romanelli (2013), afirma que na maioria dos contextos sociopolíticos, as questões partidárias atendiam a interesses de classes sociais distintas, contrariando os objetivos do projeto republicano de educação.

Abordamos o contexto das escolas normais e como ocorreu o processo de implantação das escolas normais livres no Estado de São Paulo, o qual foi consolidado a partir do ano de 1928 (TANURI,1979), indagando quanto ao conjunto de tramas políticas estatais na tentativa de elucidar a questão da necessidade de expansão dessas escolas, por conta da carência de professores nas zonas rurais, e também urbanas.

No capítulo **“Desvendando a “caixa preta” da escola Normal Livre: monumentos e documentos”**, discorreremos sobre como se deu o processo de seleção, coleta e resgate das fontes históricas disponíveis no interior da escola e nos espaços das instituições de memória sorocabanas. Quais foram os vestígios históricos disponíveis?

Do total do montante de fontes coletado na instituição, 30% referiu-se ao período de 1929 a 1935. O restante, 70%, ao período de 1942 a 1967.

² Essas escolas seriam equiparadas se atendessem aos critérios exigidos pelo Estado e tivesse autorização para funcionar (detalharemos no capítulo I), e então teriam seus diplomas expedidos e validados pelas escolas normais oficiais, mantidas pelo Estado.

Notamos uma culminância de transformações na dinâmica interna da escola a partir da década de 1950, como pudemos comprovar, nos aspectos prediais, administrativos e pedagógicos, assim como alterações legais relevantes.

Para Orso, ao resgatar as fontes e selecioná-las:

[...]estamos ampliando as possibilidades de compreensão da História da Educação e da própria História, na medida em que se relacionam com a totalidade social de cada momento (2013, p.34).

Num primeiro contato com os espaços onde estavam guardados os arsenais das fontes, percebemos que não houve critérios definidos para armazenamento dos mesmos.

Fizemos em seguida, a análise de algumas reportagens jornalísticas publicadas na ocasião da comemoração do Jubileu de Ouro da Escola Normal, comemorado em 1979, ocasião em que foi narrada a história da escola considerando alguns fatos relevantes e suas contradições, a respeito de datas, por exemplo, escritas por jornalistas, articuladores ou colaboradores dos jornais, além de uma outra redigida pelo professor Renato Sêneca de Sá Fleury, o qual fez apontamentos relevantes sobre essas contradições, na mesma ocasião, em 1979. O prof. Fleury veio a falecer no ano seguinte.

Prosseguimos trazendo reflexões e questões relativas aos espaços escolares ou os prédios provisórios, os quais abrigaram a Escola Normal nos primeiros treze anos de existência, conforme citamos no início do texto.

O processo de estabelecimento do prédio oficial deu-se no final da década de 1930 e concretizou-se somente no início da década de 1940.

Houve um projeto inicial, arquitetado em 1929, pelo então engenheiro da prefeitura e professor de matemática e álgebra, Júlio Bierrenbach de Lima, que parece ter sido sabotado e engavetado, cremos que por questões políticas e econômicas. Também a chamada “campanha do tijolo”, ardilosa, e bem articulada com a população sorocabana via imprensa jornalística, a qual visou angariar fundos por meio de apelos diretos aos empresários sorocabanos, obtendo assim, a doação do terreno e parte do material de alvenaria necessário para a sua construção, sendo destaques desse tópico.

Em **“A geografia documental escolar e a fabricação de boas flechas com variados tipos de madeira: cultura(s) escolar(es)”**, trouxemos inicialmente a

reflexão de Mogarro (2006), sobre a “*Geografia documental da escola*” a qual traz o contexto das práticas e pautas escolares, sociais e culturais de uma época.

Ao refazer o itinerário histórico educacional da Escola Normal Livre por meio de sua(s) cultura(s) escolar(es), como uma das categorias de análise, foram considerados alguns aspectos peculiares: falamos de uma escola normal livre e municipal, e conforme explanamos no primeiro capítulo, a adjetivação “*livre municipal*” vem carregada de questões sociopolíticas e econômicas intrínsecas à sua história e inculcadas nos grupos de agentes que nela atuaram, considerando os tempos e espaços distintos, nos percursos de sua trajetória histórica e cultural.

Um dos conceitos que mais se aproximaram e responderam aos nossos questionamentos e aos objetivos deste trabalho, em relação à cultura escolar foi o de Julia, que assim descreve:

[...]um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10).

Práticas e normas que caracterizaram o grupo de atores que fizeram da escola uma instituição possuidora de uma identidade distinta e que foi sofrendo alterações conforme mudavam as administrações municipais, os diretores e professores.

Diante desse contexto pudemos afirmar que houve mais de uma cultura escolar no recorte histórico pesquisado. Uma que vai da criação até o início da década de 1940, a qual chamamos de cultura escolar provisória, que coincidentemente deu-se no período do governo provisório da Era Vargas (1930 a 1937) e outra que foi de 1942 a 1967.

Como foram construídas as culturas de uma escola normal livre, que foi criada para ser vigiada pelo poder público estatal, embora não pudesse contar com esse poder nos aspectos relevantes ao funcionamento da escola? Que subordinou-se às condições inadequadas dos prédios provisórios? Que foi administrada por nada menos que quinze diretores no período de 1929 a 1967, que respondiam à chefia imediata do prefeito e secretários de governo, e além disso, por intempéries de ordem financeira e implicitamente políticas?

Discorreremos em seguida sobre a trajetória dos diretores, professores e alunos que passaram e deixaram (ou não) a sua marca na escola normal.

A figura do diretor foi marcante durante todo o percurso de atuação da escola normal. Em todos os documentos analisados há a marca administrativa.

Verificamos o valor dos memorandos e ofícios enviados e recebidos, assim como correspondências e circulares internas da escola para a prefeitura e vice e versa, os quais foram coletados em quantidade abundante em relação aos demais tipos de documentos, embora estivessem armazenados de forma precária no arquivo. Algumas pastas não encontravam-se em condições de manuseio devido ao estado avançado de deteriorização.

Seu conteúdo fez referência a assuntos burocráticos internos, de cunho social, de contatos diretos com as demais escolas da cidade e região, assim como instituições superiores de educação, a partir dos anos cinquenta, as quais faziam questão da representação e participação da Escola Normal Municipal em seus eventos.

Estas informações também puderam comprovar parte do seu status de reconhecimento, assim como algumas das especificidades da cultura escolar nesse período, já que foi possível a análise de acordo com as mudanças de diretores e prefeitos.

Esse conjunto de fontes ofereceu potencialidades de análise no sentido de caracterizar as relações institucionais com o organismo de tutela (secretaria de educação) e avaliar o relativo grau de autonomia da instituição diante do poder central (prefeitura).

Examinamos dois relatórios anuais referentes aos anos de 1954 e 1960, os únicos encontrados e escritos pelos respectivos diretores. Esses relatórios apontaram alguns resultados, melhorias e aspectos em sua maioria positivos sobre o andamento da escola, quase que levando-nos a um estado de cegueira momentânea da compreensão da instituição escolar como primorosa ou livre de mazelas políticas, financeiras e sociais.

O laboratório de aprendizagens docentes ou a escola modelo ou de aplicação foi criada pelo Decreto de 12 de março de 1890, durante a primeira reforma da Escola Normal no Estado de São Paulo, conduzida por Caetano de Campos, visando a qualidade do preparo prático dos normalistas. Sobre a relevância da criação dessas escolas, conforme o decreto afirma o decreto nº 27 de 12/03/1890:

[...]sem professores bem preparados praticamente instruídos nos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz (apud REIS FILHO,1995, p.50).

A primeira escola de aplicação em Sorocaba foi criada em 1931, anexa à Escola Normal Livre, na condição de obrigatória, e durante quase duas décadas foi dirigida pela professora- diretora Ana Maria Augusto Rosa, formada pela mesma escola e teve como docentes somente mulheres, sendo que várias delas também foram formadas nessa escola, onde lecionaram até a aposentadoria.

Naquele momento, uma das condições para a equiparação seria a obrigatoriedade de as normais livres criarem e manterem uma escola de aplicação anexa à normal.

Lourenço Filho, em 1930, foi nomeado diretor geral da instrução pública, e mandou suspender a equiparação de todas as escolas livres que solicitaram-na a partir desse ano, conforme o Anuário de Ensino do Estado de SP de 1935-1936, citado por Tanuri(1979), apenas trinta e cinco conseguiram equiparar-se das quarenta e oito que requereram. Um dos seus objetivos era controlar a criação indiscriminada de escolas normais livres.

Se um ensino primário bem sucedido dependia de uma boa formação e atuação dos professores normalistas, para Caetano de Campos, o papel de uma escola de aplicação era considerado a base de toda a reforma da instrução pública paulista (REIS FILHO, 1995, p. 53). Não seria possível ser professor sem ter visto fazer e sem ter feito (CARVALHO, 1989).

2 AS ESCOLAS NORMAIS OFICIAIS E LIVRES NO ESTADO DE SÃO PAULO: CONJUNTURAS POLÍTICAS.

Abordamos o contexto das escolas normais oficiais no estado de São Paulo alguns anos antes da implantação e expansão das escolas normais de caráter livre, a partir do ano de 1928, assim como os trâmites burocráticos para sua efetivação.

As escolas normais foram criadas à princípio com a função de melhorar a formação docente, e posteriormente para aumentar a demanda de professores nas zonas rurais dos municípios.

Tanuri(1979) compôs um dos trabalhos de relevância quanto à questão das Escolas Normais Oficiais e Livres no estado de São Paulo de 1890 a 1930.

Em 1928, segundo essa mesma autora, o estado de São Paulo contava com dez escolas normais oficiais, sendo duas na capital e oito no interior, mais precisamente nas regiões central e leste do estado, cujo objetivo era a formação de professores primários para atuarem primeiramente nas escolas rurais e depois nos grupos escolares. O primeiro projeto que conferiu à iniciativa privada e às Câmaras Municipais o privilégio de criar escolas normais e equipará-las³, é do ano de 1900⁴, portanto um projeto republicano.

Somente em 1928 é que houve a expansão de escolas normais livres em algumas regiões do estado de São Paulo.

Eram os anos finais da Primeira República, e a educação era a menina dos olhos republicanos. Seus anseios eram fundados nos ideais de cidadania e saber, como capazes de trazer o progresso das luzes, havendo a percepção de que não bastava ensinar, mas fazia-se necessário *saber ensinar*.

De acordo com Reis Filho:

Não há dúvida, os republicanos-democratas paulistas dos primeiros meses da república identificaram com rigor o passo essencial para a renovação eficiente do ensino: a preparação científica e técnica do professor. Essa precisão funda-se no conhecimento da realidade educacional, mais do que em formulação teórica. As tentativas imperiais de reforma do ensino

³ Por instrumento de equiparação entende-se o efeito de validação dos diplomas que fossem expedidos por essas escolas, então de caráter livre, estadual ou particulares de ensino secundário ou superior às escolas normais oficiais do Estado.

⁴ Projeto nº 74 de 1900. Anais da Câmara de Deputados do Estado de São Paulo: 1900, pp. 902-904. As escolas normais equiparadas, de iniciativa privada e municipal, foram, neste projeto denominadas “escolas normais livres”. A mesma denominação seria utilizada em 1927, quando a Lei nº 2269 efetivamente introduz tais escolas no sistema de ensino paulista.

elementar, sem professores, foram tantas e de tão longa data: não há Presidente de Província, nem relatório de Diretor Geral da Instrução pública, que não assinale deficiências do magistério primário. Deficiências culturais e técnicas. Professores que mal sabem o que ensinam, sem método e sem recursos pedagógicos de qualquer espécie[...] É a identificação da realidade educacional concreta que possibilita o realismo da solução: preparação prévia e adequada do professor, por meio de um órgão específico para a sua formação (1995, p. 51).

2.1 As Escolas Normais Oficiais e Livres no Estado de São Paulo: histórico.

O monopólio do Estado em relação às escolas normais oficiais já existentes seria mantido e com a vinda das normais equiparadas ou livres, quase que suprimido, e dessa forma a criação, manutenção e a responsabilidade seriam do município e das instâncias particulares, embora a fiscalização devesse ser estadual.

Na história da criação das escolas normais de caráter livre no estado de São Paulo, a partir de 1928, vimos que a porcentagem de normais livres mantidas pelo poder público municipal foi significativamente inferior em relação às livres mantidas por particulares, embora não tenhamos dados precisos, mas consideramos os trabalhos de Furtado(2004) e Inoue(2014), por exemplo, os quais apresentaram dados específicos e levantamentos da quantidade de escolas normais livres municipais ou particulares em determinadas regiões do estado num determinado período, e assim pudemos ratificar e sustentar essa afirmação.

As escolas normais livres seriam franqueadas e essa expansão foi necessária por conta da demanda iminente de professores em diversas cidades paulistas, porém aliada à contenção de despesas por parte do estado, que já não tinha condições de arcar com essas escolas.

O princípio da liberdade de ensino, compreendido como o direito de os particulares abrirem escolas, seria garantido explicitamente na Constituição Paulista de 24/07/1891, art.20, nº 11, alínea e, com a seguinte formulação:

Compete ao Congresso Estadual legislar sobre o ensino primário, secundário, superior e profissional, que será gratuito e obrigatório no primeiro e livre em todos os graus (apud TANURI, 1979).

A iniciativa pública municipal e privada encontrou inúmeros obstáculos quanto à expansão do ensino primário e secundário, neste caso no âmbito do Ensino Normal no Estado de São Paulo:

A administração estadual reconhecia apenas os títulos fornecidos pelos estabelecimentos oficiais dessa modalidade, constituídos pela Escola Normal da capital e pelas escolas complementares, de modo que os egressos das eventuais escolas normais particulares que fossem instaladas poderiam, em decorrência, apenas exercer o magistério fora da rede estadual ou concorrer às cadeiras provisórias como elementos leigos. As mesmas restrições sofreriam os formados por escolas normais que os municípios porventura decidissem criar. (TANURI,1979, p.195).

Tanuri afirma que, já desde o início do século, houve tentativas pouco numerosas de estendimento do direito de criação de estabelecimentos de caráter normal particular e municipal que pudessem gozar das mesmas regalias das instituições estaduais, por meio da equiparação.

Nessa ocasião, a Câmara dos Deputados vinha recebendo representações de inúmeras cidades por meio de projetos de criação dessas instituições, já que o meio político percebeu rapidamente que o prestígio junto à sociedade local seria exato.

Os cofres públicos estaduais pareciam não possuir política de prioridade para a construção e manutenção de novas escolas normais, e a possível solução seria a criação das normais livres, municipais ou particulares na condição de equiparadas às oficiais, fato que eximiria o Estado da responsabilidade, porém, mantendo o vínculo com o mesmo.

Compreendemos que a criação das escolas normais na condição de livres pode ter sido uma estratégia astuta do Estado, passando a responsabilidade aos municípios ou instituições privadas quanto à manutenção desses caros, mas necessários pacotes.

A população, ou grande parte dela, obviamente não compreendeu a trama existente entre as linhas e atrás das linhas, porém, diante de todos os percalços que estariam por vir, a implantação de uma Normal na cidade de Sorocaba, apesar de em caráter livre, foi marco relevante em se tratando da implementação e expansão do ensino secundário de humanidades, que a partir de então, seria consolidado.

Para a equiparação, as condições eram rigorosas, como aponta Tanuri:

- a) observância do plano e do programa de ensino da Escola Normal do estado; b) existência de um patrimônio de 30:000\$000 representado por apólices da dívida pública federal ou estadual ou de 40:000\$000 representado pelo prédio em que funcionasse o estabelecimento; c) a associação deveria apresentar-se constituída judicialmente. Além do mais, uma inspeção prévia seria realizada pelo Inspetor Geral do Ensino, encarregado de verificar a idoneidade moral e técnica do diretor e do corpo docente, a existência de laboratórios, gabinetes e aparelhos necessários ao ensino das ciências físicas e naturais, a observância do

plano de ensino do estabelecimento e se este reúne todas as condições legais". Concedida a equiparação, o estabelecimento passava a subordinar-se à fiscalização do Inspetor Geral do Ensino (1979, p.197).

Provavelmente essa rigidez quanto à condição das normais livres para funcionamento deve ter caído por terra, visto o caso específico de Sorocaba, pois a equiparação só viria oficializar-se vinte e cinco anos após sua criação e funcionamento, e há apenas treze (13) anos de sua extinção, em 1967, conforme o decreto Nº 22.902-K, de 27 de novembro de 1952, no segundo capítulo, junto à análise do arcabouço legal.

E como iremos constatar, a cidade de Sorocaba não teve condições de cumprir todas essas exigências do Estado ao longo de seu estabelecimento, o que foi ocorrer somente nos fins da década de 1960, ou seja, quase ao final do seu período de funcionamento como escola normal.

Em se tratando da exigência da condição de idoneidade moral e técnica dos diretores e professores, tivemos desde farmacêuticos até reverendos atuando na docência da normal, além de professores normalistas. Teria sido pela dificuldade de contratar professores com formação específica?

Ou seria o advento tão arcaico e ao mesmo tempo tão atual dos chamados *cabides de emprego*, para os *costas largas* dessa época que eram garantidos?

Algumas críticas pontuais que incidiram sobre a organização da Escola Normal na vigência da reforma de 1925 diziam respeito à sua reduzida feição profissional, advinda, na opinião dos educadores, sobretudo do regime de cursos mistos, ou seja: da conjugação dos cursos propedêutico e técnico-pedagógico; da mutilação das escolas complementares, como responsáveis pelo rebaixamento do nível das normais; da má distribuição das matérias entre os professores que, repentinamente, viram suas cadeiras acrescidas de novas disciplinas, como por exemplo: Noções de Direito Usual, História da Língua, etc.

Uma outra questão mencionada com frequência nessa reforma, foi referente ao número de escolas normais oficiais, considerado excessivo e inconveniente aos cofres públicos. O Estado arcava com dez delas.

O parecer do Ensino Normal durante o Inquérito de 1926, sobre a instrução pública, idealizado pelo prof. Fernando de Azevedo, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, foi avaliado à luz da reforma de 1925, que trazia a bandeira do conservadorismo.

O mérito desse Inquérito foi o de evidenciar duas tendências entre os educadores: uma conservadora, fixada nos modelos do passado e outra renovadora apoiada em novos ideais de educação e em novos padrões de organização escolar.

Alguns de seus participantes como, Almeida Junior, Sud Menucci, Lourenço Filho e o próprio Fernando de Azevedo (seu organizador), mencionaram a existência de um excesso de escolas normais e a necessidade de suprimir parte delas ou de transformá-las em ginásios (VIDAL, 2011, p. 116).

Na opinião de Sud Menucci, da expansão das escolas normais resultara uma queda da qualidade de seu ensino, embora julgando que a melhor medida seria a realização de um curso normal em nível pós-secundário, acreditava que o Estado não teria condições de remunerar suficientemente bem o professor assim formado, para que o magistério primário, em competição com outras atividades do mercado de trabalho, não ficasse relegado a segundo plano.

Quanto ao ensino pós-secundário, foi uma ideia posta em prática nesse período, já que, durante a reforma do Ensino Normal (Decreto nº 5.846, de 21/02/1933), duas medidas foram relevantes:

[...]por um lado, a distinção do curso de formação profissional do curso ginasial ou propedêutico. Pela lei, todas as Escolas Normais do estado deveriam ministrar o curso ginasial fundamental de cinco anos seguido da formação profissional de dois anos de duração (apud SOUZA, 2011, p. 345).

Portanto, as normais livres estavam incluídas, e dessa forma, a escola oferecia quatro anos de curso ginasial, e três anos de curso normal (o pós-secundário), sendo que o primeiro ano do normal de três anos seria o pré-normal, ou o ano preparatório ao curso de formação de professores primários.

Restava ao poder público estadual, abandonar suas crianças, passando a responsabilidade aos municípios ou às instâncias de caráter particular.

No caso da implantação no município de Sorocaba, veremos que as pedras no meio do caminho seriam inúmeras, ao iniciar da precária condição financeira dos cofres públicos municipais, inclusive para instalação do prédio que abrigaria as escolas. Aliás, parece que no setor educacional, infelizmente a escassez financeira sempre assombrou as ações.

A escola como instituição educativa e cultural, promotora da educação, cuja finalidade maior é promover mudanças estáveis e desejáveis nos indivíduos que por

ela passam, é possuidora de cultura(s) própria(s) e entendemos que foi uma pluralidade cultural, conforme as conjunturas históricas e políticas de cada período histórico.

Várias escolas normais livres mantidas por particulares quase sempre possuíam um programa didático fortalecido pelos preceitos católicos, e foram várias, como pudemos verificar: “Escola Normal Livre Nossa Senhora...”, Escola Normal Livre São...”, Escola Normal Livre Santa...”

Já numa escola normal mantida pelo município, no nosso caso, pudemos evidenciar inconstâncias no programa didático pedagógico, como apontamos no segundo capítulo, e sendo criada como um apêndice do Ginásio Municipal, o qual, de acordo com a Lei municipal Nº 204/1927, seguia obrigatoriamente o programa didático do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Em 1927, dois anos após a reforma de 1925, novas mudanças incidiram sobre o sistema de formação de professores primários, as quais foram descontínuas e desconexas em relação à reforma anterior.

A reforma ocorrida nesse ano, durante o governo de Júlio Prestes de Albuquerque, com Amadeu Mendes na diretoria Geral da Instrução Pública, tinha diretrizes semelhantes àsquelas que haviam norteado os legisladores de 1920, quais sejam, os propósitos de expandir o ensino primário e de levá-los aos recantos mais afastados do estado mesmo às custas de sua qualidade.

Alegavam que não havia professores diplomados em número suficiente para preenchimento das vagas nas escolas rurais e que urgia reorganização do ensino, de modo a satisfazer as necessidades imperiosas do Estado referentes à escolarização primária, como nova tentativa de resolver o problema do analfabetismo.

A solução seria a formação rápida de um professorado numeroso, no cerne da solução do problema do analfabetismo na zona rural.

O governador Prestes em sua plataforma eleitoral, afirmava sobre a vasta população rural, a qual seria objeto de cuidados especiais durante o seu governo: “Alma de nossa riqueza e que jaz no desamparo com 151.000 mil crianças crescendo na ignorância por falta de professores e de escolas.” (TANURI, 1979, p. 190.)

Se eram apontadas cerca de mais de 150.000 mil crianças analfabetas por falta de professores nas escolas, e considerando a média de trinta alunos por sala de aula, haveria necessidade de pelo menos uns 5.000 mil novos professores, evidentemente

que um número impossível de ser atendido pelas escolas normais até aquele momento existentes.

Já havia 2.150 mil escolas em 1928 na área rural, porém encontravam-se vagas por falta de professores.

Seria necessário no mínimo seis anos para que o Estado pudesse formar professores para preenchimento das vagas dessas escolas, havendo de considerar a média verificada ano após ano dos diplomados.

Isto sem considerar evidentemente o crescimento da população, o aumento da população imigratória no estado, as renovações das escolas já providas e o número de professores que, após formados não seguiriam carreira, buscando por outras profissões.

A Lei Nº 2269 de 31/12/1927 reforma a instrução pública, em especial a Escola Normal, que trouxe algumas alterações: Simplificação do currículo cujo curso passa a ser de três anos (com exceção da Escola Normal da Praça, que conservou a organização anterior), ampliação do curso das escolas complementares para três anos atribuindo-lhes o regime de professores especializados por matéria, de acordo com a organização que lhes foi dada em 1920 e a equiparação das escolas normais livres municipais e ou particulares que viessem a fundar-se no estado, às escolas oficiais de três anos.

Aliás, a Escola Normal da Praça da República era a pioneira dentre as oficiais estaduais, de caráter secundário⁵ e assumia uma posição superior em relação às demais oficiais existentes e as que viriam a ser criadas deveriam sujeitar-se ao programa educacional modelo por ela utilizado.

Os alunos formados nessa escola dispunham de inúmeras regalias, entre elas:

Preferência para os cargos de diretores de escolas primárias, profissionais e secundárias, professores de escolas complementares e normais, inspetores de ensino, bem como dispensa do estágio de duzentos dias de efetivo exercício em zona rural, exigido a todos os diplomados pelas escolas normais, no caso de nomeação para escola urbana (TANURI, 1979, p.184).

A quase totalidade das escolas normais oficiais localizava-se na região centro-leste do Estado e a maioria dos formandos era formada por moças.

⁵ As escolas normais secundárias formavam professores que estariam aptos a atuar no ensino secundário ou ginasial e nas próprias escolas normais primárias, assim como habilitavam para cargos de direção escolar.

Os rapazes, além de constituir parcela reduzida, estando de posse do diploma de normalista que praticamente equivalia ao certificado do curso secundário, optavam por tentar oportunidades mais vantajosas que o exercício do magistério nas escolas rurais.

Naquele momento muitos parlamentares contestavam a conveniência da redução do tempo do curso normal para formar professores para o atendimento na zona rural. Ou seja, se até professores leigos atuaram durante bom tempo nessas escolas, alguns anos a menos na formação normalista, não fariam diferença. Menos educação aos menos desprovidos.

Esse grupo mostrou-se inconformado com a mutilação, simplificação e redução dos cursos que sucessivas administrações sempre pareceram querer aperfeiçoar, e no fim acabavam por sugerir outras medidas para a possível solução do problema, porém sem muito êxito.

Ratificamos com Romanelli:

[...]a centralização do poder político obedece à regras diferentes na condução da política educacional. O fortalecimento do poder central implica o controle político por parte dos representantes de esferas mais altas, os quais por isso mesmo, têm mais condições para traçar diretrizes ou criar estruturas globais. Nestas, evidentemente, preponderam quase sempre os interesses e valores dos grupos dominantes. Se na composição do poder entram grupos de interesses divergentes, a organização do ensino obedecerá sempre às tendências do grupo mais fortemente representado, ou ao jogo das mútuas concessões e dos compromissos emergentes com as alianças ocasionais ou permanentes que as facções promovem, visando ao próprio fortalecimento (2011, p. 30-31).

Estaria consolidada na história da educação brasileira, quanto ao curso de formação de professores primários, o caráter secundário e não superior, que seria o almejado, e ainda com tempo reduzido, fato que certamente teria influência direta na qualidade da formação docente.

Tanuri cita a reforma na Escola Normal iniciada pela lei nº 88, de 08/09/1892, alterada pela lei nº 169 de 07/08/1893, as quais referenciam as principais ideias republicanas:

[...]a criação de um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido, dividido em dois cursos (elementar e complementar); a criação dos “grupos escolares”, mediante a reunião de escolas isoladas, com o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos; a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios (2000, p.69).

Essas metas, no mínimo ambiciosas para a época, não foram atingidas em sua totalidade, em especial a Escola Normal superior e os cursos complementares, embora o projeto tenha permanecido na legislação até meados de 1920.

Mesmo de um lado, havendo políticos demonstrando preocupação quanto ao fato, e necessidade de reversão, de outro lado, instâncias maiores deixariam permanecer como estava, para atendimento de outros e próprios interesses que não os da população emergente escolar.

Após reforma realizada no governo Júlio Prestes, em decorrência da preocupação com o ensino rural, foram criadas 1056 novas classes em escolas isoladas. O projeto das escolas normais livres (alvo de atenções dos primeiros reformadores republicanos) procurava salvaguardar certas regalias aos alunos formados pela Escola Normal da capital (TANURI, 1979, p. 197).

Ao introduzir as escolas normais livres (que poderiam ser municipais ou privadas), certamente parte da demanda por professores primários titulados seria suprida em diferentes regiões do estado, mas não em todas.

A região oeste do estado ainda permaneceria durante cerca de trinta anos desprovidas de escolas normais.

Há evidências, de acordo com a autora, de que a mola propulsora quanto à criação e conseqüente expansão das Escolas Normais Livres foi de fato, a oneração aos cofres públicos estaduais.

Havia insegurança por parte dos parlamentares, que acreditavam que a condição de multiplicação da franquia dessas escolas às iniciativas municipais e privadas pudesse ocasionar em deterioração dos bons padrões do ensino, já que a Escola Normal era a menina dos olhos dos republicanos, porém consideravam que o estado de São Paulo ainda não tinha condições de inovar (escolas normais livres eram consideradas uma inovação em se tratando da expansão do ensino normal, já que poderiam multiplicar-se rapidamente) utilizando-se desse projeto como outros estados do Brasil já haviam implementado: Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Esse fato já era citado, conforme Tanuri, lá em meados de 1903, por um articulista dos Anais do Senado, ao manifestar o seu descrédito quanto ao regime de equiparação:

Ninguém ignora que entre nós os colégios e academias equiparados, sem patrimônio suficiente, vivem de expedientes condenáveis, iludindo a lei com subterfúgios vergonhosos. Para subsistirem muitos deles sujeitaram-se a todas as exigências dos seus fregueses, praticando escândalos clamorosos. Ainda ultimamente vieram à luz, na imprensa do Rio, revelações apavorantes pelas quais se patenteou que diversos colégios equiparados vendem por 500\$000 réis certificados de exames a quem é reprovado nos ginásios oficiais. É semelhante regime que se pretende aplicar no ensino normal de São Paulo? (1979, p.198-199)

Com esses argumentos, manifestava sua rejeição ao projeto. Mas não havia nem haveria outra melhor saída plausível.

A equiparação funcionava mais como um instrumento de fiscalização do estado sobre as escolas normais livres, que deveriam buscá-la de qualquer forma, sob pena de serem fechadas, de acordo com o decreto 17.698, de 26 de novembro de 1947.

Aliás, conforme citamos anteriormente, fazia-se necessário considerar que a Câmara dos Deputados vinha recebendo vários projetos de criação de escolas normais livres em diversos municípios em algumas regiões do estado de São Paulo, como Jacareí, Mogi Mirim, Taubaté, Amparo, Sorocaba, Botucatu, Pindamonhangaba entre outras.

Garantir a esses e outros municípios a validação desses projetos traria considerável prestígio político, ainda mais no caso específico de Sorocaba, que em meados de 1928 estava vivendo quase uma guerra política de interesses partidários, como poderemos verificar adiante.

Em Sorocaba, a Escola Normal livre foi criada num momento histórico que emergia por escolas secundárias, e diversas famílias de posses vinham encaminhando seus filhos para estudar em outras cidades a fim de garantir prosseguimento nos estudos.

A descrença inicial quanto à qualidade e idoneidade de uma Escola Normal livre, se seus diplomas seriam devidamente validados, pode ter sido um dos motivos que fizeram com que vários alunos da Normal Livre de Sorocaba (conforme registrado no livro de históricos escolares), na década de 1930, tivessem solicitado transferência para as escolas normais oficiais de outras cidades, como Itapetininga, Campinas e São Paulo.

Não encontramos nenhum documento que pudesse provar que a equiparação para a normal de Sorocaba fosse negada por conta do não atendimento aos requisitos básicos, como destacamos acima, mas mesmo quando consolidou-se a equiparação

em 1953, a escola não possuía as dependências exigidas, como os laboratórios de física e química, que só passariam a funcionar após a ampliação ocorrida em 1968.

Todas as escolas normais livres particulares ou municipais foram criadas em caráter emergencial, de acordo com o parecer da Comissão das Escolas Normais, Anais da III Conferência Nacional de Educação, São Paulo. Departamento de publicidade da Diretoria Geral da Instrução Pública, 1930, p.513:

Estes estabelecimentos são, em nosso meio, institutos de emergência, aceitáveis em face da carência de mestres e da exiguidade de escolas oficiais. Enquanto as condições econômicas dos estados não lhes permitirem formar em suas escolas, professores em número suficiente às necessidades do ensino, as normais livres representam a solução mais razoável (apud TANURI, 1979, p. 204).

Nesse contexto, dúvidas, críticas e incertezas quanto às possíveis consequências sofridas do trabalho realizado nessas instituições, já que o esmero com que o estado edificava e assistia às suas escolas era admirável. Ao iniciar pelos prédios majestosos, sempre condizentes com sua importância, no caso das oficiais, simplesmente monumentais.

Citamos Nosella, ao elencar as características do edifício da Escola Normal oficial secundária construída na cidade de São Carlos em 1916, em pleno movimento histórico republicano, o qual valorizava a escola primária obrigatória, gratuita e universal, como instrumento de modernização:

[...]a escola normal, projetada pelo arquiteto alemão Rosencrantz, construída pelo engenheiro Raul Porto e pelo mestre de obras Torello Dinucci, de estilo eclético, com elementos neo-clássicos e de art-nouveau[...]É um prédio que privilegia espaços típicos de instituições de cultura geral como biblioteca, hall, diretoria, laboratórios científicos e anfiteatros, acentuando a formação e a cultura humanista geral[...]piso de cerâmica francesa, mármore italiano, lustres de cristal, além do mobiliário inglês e austríaco (1996, p. 38).

Como pudemos constatar, luxo e pompa testemunharam essa arquitetura, que enquanto expressão humana, fez-se linguagem dos reais valores e potências de uma sociedade. Pelas imagens que pesquisamos das demais escolas normais oficiais, em outras cidades, a suntuosidade imperava.

A Escola Normal Oficial da Praça por exemplo, era considerada a Sourbonne brasileira, segundo Tanuri (1979), por conta do trabalho sério e alta projeção discente, espalhada pelo Brasil afora.

A incerteza e apreensão que pairava no ar quanto à possível inadequação do funcionamento das normais livres, ou sua mercantilização, ou ainda “fábricas de diplomas” e “instrumento de politiquice” era manifestado por meio do Senado na pessoa do parlamentar Freitas Vale, em 1927, (TANURI, 1979, p.205-206), que alertava quanto à necessidade de “rigor na autorização da equiparação e fiscalização” das mesmas, sob pena de consequências irreparáveis, como borrar a imagem de uma escola normal.

Uma das principais dúvidas era se os formados pela normal livre só poderiam exercer o magistério em escolas rurais. Cada cidade cuidaria de responder a essas dúvidas e assim acalmar os ânimos dos interessados.

Em Sorocaba não foi diferente, ficando essa atribuição destinada ao prof. Fleury, o qual foi cauteloso ao estudar os decretos e leis referentes à criação das escolas normais livres e enfatizar quanto aos privilégios que seriam concedidos aos diplomados, publicando no jornal “Correio de Sorocaba”, o seguinte artigo em março de 1930:

As Escolas Normaes Livres- Quaes os direitos dos professores por ella diplomados?

Já foi publicado o folheto de cerca de 158 p. em que se reúnem as leis e o regulamento de ensino público paulista, encontrando-se nessa publicação, as leis números 2269, de 31 de dezembro de 1927 e 2315 de 21 de dezembro de 1928, bem como o decreto Nº 4600, de 30 de maio de 1929. No título XVII, à página 109, capítulo único, trata, esse regulamento, das escolas normaes livres.

Sorocaba, que possui uma dessas escolas, equiparadas às normaes officaes de três annos e mantida pelos cofres municipaes, precisa conhecer certas particularidades referentes á organização das normaes livres, bem como os direitos que adquirem os professores por ella diplomados.

O espírito nacionalista que precisamos, a todo o transe desenvolver entre a população do paiz, tornando o brasileiro sempre e cada vez mais brasileiro, ditou o artigo 398, que exige sejam as escolas normaes livres fundadas e mantidas por nacionaes.

Os cursos e programas devem ser organisados de conformidade e como o regimen adoptado nas congêneres officaes devendo seguir-se a orientação didactica emanada da Directoria Geral da Instrucção Publica.

Oras pois, bastante dependentes as chamadas escolas normaes livres, denominação que, diga-se de passagem, não exprime com fidelidade a organização das normaes particulares ou municipaes (como a de Sorocaba) levando os leigos a serem tratados de estabelecimentos que gosam de absoluta independência, completa liberdade didactica, vivendo esquecidas da direcção estadual e, com relação á assiduidade dos alumnos, não exigindo-lhes frequência, como geralmente se dá nos cursos livres.

Nada disso se observa: as normaes livres são fiscalizadas directamente pelos inspectores estadoaes, têm permanentemente um inspector fiscal, têm os mesmos cursos e programas das escolas officaes, obrigam-se a seguir a orientação didactica adaptada pelo ensino normal official e os alumnos são obrigados á frequência, sendo eliminados os que ultrapassem número de faltas de comparecimento.

A denominação que mais lhes convém, pois, é a de escolas normaes equiparadas.

Em cada município não poderá ser equiparada mais de uma Escola Normal livre, no regimen de externato, e nos municípios onde houver Escola Normal estadual, também não poderá funcionar uma normal livre.

As exigências para a matrícula e promoção no curso das normaes livres, bem como tudo que se referir ao regimento escolar, são os mesmos estabelecidos para as officiaes.

Os candidatos aprovados nos exames das normaes livres poderão transferir-se para as normaes officiaes e vice-versa, independente de novos exames. Aos inspectores especialistas incumbe orientar o ensino de música, desenho, trabalhos manuaes e gymnastica.

Passemos, para finalizar, estas rápidas informações, ao artigo 412, que diz textualmente: os professores diplomados pelas escolas normaes equiparadas gozarão de todos os direitos que tem os diplomados pelas escolas officiaes de tres anos. Com a transcrição desse artigo devem desaparecer todas e quaesquer dúvidas que possam existir quanto aos direitos dos diplomados pelas normaes livres. Elles estão claramente definidos.

Terão preferência sobre os professores formados pelas escolas normaes de três annos (officiaes ou equiparadas), os professores diplomados no regimen das escolas normaes de quatro annos e os formados pela Escola Normal da Praça(capital).

Essas preferências são para os cargos de diretores de escolas primárias, profissionais e secundárias; de professores de escolas complementares; de inspectores de ensino; e de lentes de escolas normaes quando em concurso, classificados em igualdade de condições. Por Renato Fleury (FLEURY, JORNAL CORREIO DE SOROCABA, 25/03/1930).

Com a divulgação desse texto e considerando o prestígio de quem o redigia, certamente todas as dúvidas em relação à Escola Normal Livre naquele momento foram sanadas, além de demonstradas as suas vantagens, dando ao mesmo por ora, característica propagandística. O professor cometeu apenas um equívoco quanto à afirmação da condição de equiparação tão logo a escola foi fundada, fato que só viria a ocorrer muitos anos mais tarde.

Outro fato relevante não citado pelo professor Fleury, e que certamente era desconhecido dos interessados, é que pelo fato de a escola estar naquele momento estabelecida em local provisório, e mesmo após conquistar espaço definitivo, em 1942, as dependências ideias de uma escola normal, além das salas de aulas, como laboratórios, auditório, biblioteca, entre outros, não foram concretizadas. Esses requisitos, porém, não eram condições decisivas para a equiparação.

Tanuri afirma que essas escolas eram denominadas de *livres*, porém não tinham condições de fazer jus a essa adjetivação.

Eram subordinadas à fiscalização do Governo por meio de um inspetor fiscal que seria nomeado para cada uma delas, além da obrigatoriedade de atender às

seguintes condições, para garantia do privilégio da equiparação, sendo alguns itens abaixo, os quais também forma apontados no texto escrito pelo prof. Fleury:

Terem sido fundadas e serem mantidas por nacionais, com corpo docente também nacionais; Serem seus cursos e programas organizados de acordo com o regime adotado nas escolas normais oficiais; Possuírem um patrimônio mínimo de duzentos contos de réis; Estarem situadas em municípios que não possuíssem Escola Normal oficial, exceto no caso de escolas com regime de internato; Apenas uma Escola Normal livre no regime de externato seria equiparada em cada município; Ser o professor de Pedagogia e Didática de nomeação do Governo, com os mesmos vencimentos de seus pares das escolas normais oficiais (1979, p. 207-208).

Em 1º de março de 1928 o governo já havia equiparado 17 escolas normais livres, e ao final desse mesmo ano, 26, sendo duas na capital e 24 no interior, as quais solicitaram e obtiveram equiparação.

Em meados da década de 1930, conforme pudemos constatar na figura 01, abaixo, o estado contava com 49 escolas normais livres e esse fato causou mal estar nas lideranças que temiam pelo demasiado aumento dessas escolas sem planejamento, não considerando recursos materiais e humanos, e as reais necessidades definidas pela expansão do ensino primário nessa época, fato que poderia prejudicar a formação dos normalistas.

Durante a Revolução, no mesmo ano, por ocasião da instituição do governo provisório, houve a exoneração em massa de todos os professores leigos do estado, então em número de 1050, boa parte nomeada por critérios estritamente políticos.

Em seguida foi aberto concurso para provimento de 900 cadeiras, e concorreram mais de 1600 professores diplomados, evidenciando a contribuição das normais livres. Nessa ocasião, a normal livre de Sorocaba ainda não havia formado a sua primeira turma, o que ocorreria somente em 1932. O crescimento da rede de ensino normal livre foi responsável pelo ritmo acelerado da expansão do ensino primário, já que produzia professores em maior quantidade que a real demanda do mercado de trabalho, vindo a influenciar diretamente na ampliação deste.

Por conta dessa realidade o governo resolveu implementar novas exigências para a equiparação das escolas:

Parecer favorável emitido por uma comissão de três membros designada pela diretoria geral da instrução pública para “investigar no lugar as condições de escola”; Obediência à orientação didática emanada da diretoria geral de

ensino; Inspetor fiscal⁶ geral que visitaria frequentemente as escolas; Funcionar em prédios com perfeitas condições higiênicas e pedagógicas; possuir mobiliário adequado, gabinete de ciências físico naturais; biblioteca especializada e material didático indispensável; manter curso primário anexo para a prática pedagógica(escola de aplicação) (TANURI, 1979, p.211).

Fernando Azevedo, assim que passou a ocupar o mesmo cargo antes ocupado por Lourenço Filho, tomou uma nova medida: nenhuma Escola Normal poderia ser equiparada além das já existentes, a não ser que estivessem em regime de fiscalização prévia.

Havia algumas diferenças fundamentais entre as escolas normais livres em relação às oficiais: as livres recebiam um corpo alunado bastante heterogêneo, com preparo geralmente de nível primário, independentemente da escolarização anterior, por meios de exames de admissão, e as oficiais recebiam alunos já com preparo regular, geralmente com o curso ginasial concluído, além dos três anos de duração. Essas escolas na verdade não tiveram a oportunidade de realizar a seleção de seu pessoal docente nos moldes processados pelas oficiais e estavam sujeitas às disponibilidades financeiras das municipalidades ou das entidades responsáveis pela sua manutenção. Até 1927 inexistiam dispositivos legais que prescrevessem a instalação de escolas- modelo(aplicação), a elas anexadas, para o exercício da prática pedagógica. As escolas normais livres foram:

[...]criadas nas mais diversas condições, seja como estabelecimentos isolados, seja como meros apêndices de ginásios municipais e de colégios particulares confessionais ou leigos, quer no regime de internato, quer no regime de internato-externato ou simplesmente externatos escolas normais livres, conquanto submetidas aos planos e programas oficiais e à fiscalização do governo, apresentaram características peculiares que as tornaram distintas das escolas oficiais. Embora padecendo de limitações, puderam atender a uma parcela cada vez mais ampla e diversificada da população, penetrando em regiões onde o ensino oficial, quer normal quer secundário, ainda não havia chegado. E a partir da reforma de 1933, quando foram

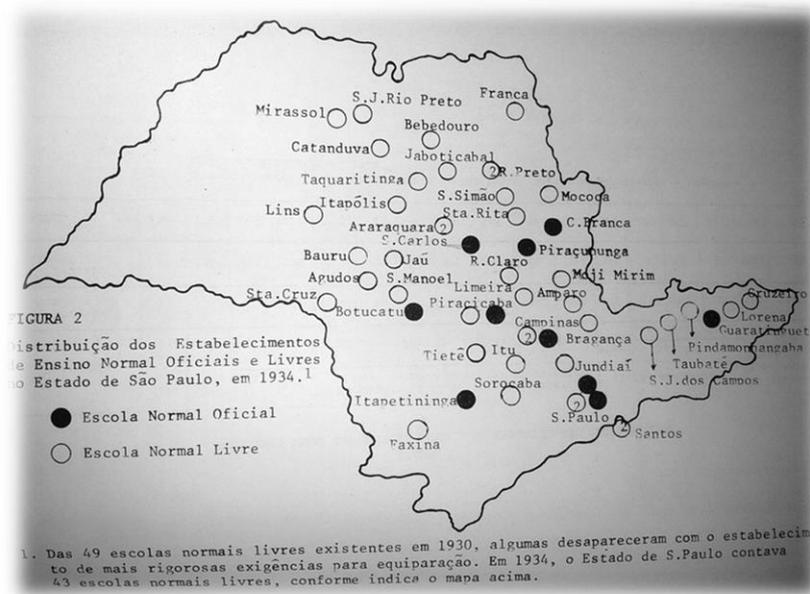
⁶ De acordo com o decreto nº 4600, de 30/05/1929, art. 407, as atribuições do inspetor fiscal eram: 1. comparecer diariamente à escola para visar o ponto do pessoal, ficando sujeito ao regime de faltas de licenças estabelecido para o funcionalismo do estado; 2. Verificar e visar os documentos de inscrição dos candidatos aos exames de admissão verificar, assistindo as aulas com assiduidade, se a orientação didática adotada está sendo seguida; 4. Manter com a diretoria geral correspondência assídua, informando-a, com a possível urgência, sobre qualquer irregularidade que se verifique na escola; 5. Resolver as dúvidas que apareçam na execução das leis e regulamentos de ensino, sujeitando seu ato à aprovação da diretoria geral; 6. Chamar a atenção do diretor da escola para as irregularidades que porventura verificar; 7. Acompanhar o inspetor geral ou o especial em suas visitas, prestando-lhe com a diretoria da escola as informações que forem solicitadas; 8. Lembrar ao diretor da escola as medidas que julgar necessárias; 9. Justificar as faltas, atestar o exercício e informar os pedidos de licença do professor de pedagogia e didática (apud TANURI, 1979, p.211)

obrigadas a manter o curso secundário fundamental como preparatório para o normal, passaram a colaborar também na tarefa de expansão de ensino secundário no interior do estado (TANURI, 1979, p. 213).

Apesar do montante de dificuldades as escolas normais livres, evidentemente formaram uma quantidade bem maior de professores em relação às normais oficiais, no estado.

A figura a seguir mostra a realidade das escolas normais no estado de São Paulo no ano de 1934:

Figura 01 - Panorama das Escolas Normais Livres no Estado de São Paulo em 1934:



Fonte: TANURI(1979, p. 218).

A região centro- leste e parte da noroeste foi privilegiada na instalação dessas escolas, sendo que a região oeste estaria fadada a espera de cerca de mais duas décadas. Das 49 já instaladas, 06 extinguiram-se por conta do não atendimento às rigorosas exigências.

2.2 A força das estruturas do poder político na educação sorocabana e a criação do Ginásio e Escola Normal Livre Municipal em Sorocaba (1927 e 1929).

O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana e continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma". (HOBSBAWN, 2013, p. 25).

Para reconstituir da Escola Normal Livre Municipal, fez-se necessário introduzir também a história da criação do Ginásio Municipal, considerando as Leis Nº 204/1927 e Nº 209/1929, já que ambas foram idealizadas em tempos históricos semelhantes, sendo que, primeiramente criou-se o Ginásio Municipal em 1928 e posteriormente, em 1929, a Escola Normal Livre, anexa ao Ginásio.

A opção por elaborar a identidade histórica de uma instituição educativa escolar é tentativa de enunciação e elaboração de um discurso, de uma reinterpretação à qual se daria num estatuto privilegiado, vinculado a diferentes momentos ou fases da instituição e ao seu contexto. Portanto:

[...]fazer história das instituições escolares não é um relato ou recitação de acontecimentos, mas uma narrativa com interpretações, releituras que se apresentam na dimensão de representação, de uma versão da história institucional". (SAVIANI, 2007, p. 14.)

Examinamos os processos que anteciparam a criação do primeiro Ginásio de caráter público municipal sorocabano, atrelados às tensões, transformações e manobras políticas, econômicas e sociais, atentando à ênfase da implantação tardia do Ensino Secundário em Sorocaba.

O início do século XX na cidade de Sorocaba foi marcado pelo processo de industrialização e concomitantemente pela vinda considerável de trabalhadores imigrantes e nacionais (deste modo em todo o estado de São Paulo nas cidades principiadas à industrialização).

Pareciam ser pelos políticos as chamadas figuras excluídas, os donos de indústrias, os quais podiam auxiliar o desenvolvimento das atividades econômicas que eram realizadas em áreas díspares da cidade.

Tidos como agentes históricos, eram alvo também dos discursos de caráter progressista por meio de da imprensa municipal, e cuja finalidade seria afeiçoá-los como seres economicamente úteis, porém politicamente dóceis, assim sendo: a cidade oferecia o espaço para a labuta, para a cidadania, porém, parece que o imperativo atrás das linhas era muito claro: *permaneçam em estado de cegueira política, sem voz nem vez nas decisões.*

A dinâmica da condição e sistema capitalista que estava consolidando-se por meio de uma condição de perversa de progresso social estaria evidenciando-se, e aqui cabe uma das condições humanas tão bem e simplesmente colocadas por Arendt

(2007, p.152), quanto ao *homo faber*, ou o criador do artifício humano, como ser depredador da natureza a qualquer preço, neste caso com o objetivo explícito da produtividade, construção do mundo funcional humano, ou o progresso, numa certa revolta prometéica, se portando esses, como senhores e amos da terra, a partir do extermínio das criações divinas para e pelo homem.

Sorocaba tornava-se a passos largos uma cidade com fortes características industriais e empregadoras, logo promissora, e por outro lado reafirmando preconceitos sociais e discriminações, afastando por vezes, os trabalhadores nacionais das tecelagens, construindo e desconstruindo a partir de então, relações socioculturais que certamente viriam desembocar no interior das instituições educativas escolares.

De acordo com Sandano:

A região de Sorocaba, na década de 1920, contava com aproximadamente 160.000 pessoas, cerca de 12% do total do estado. Era a terceira maior cidade do interior paulista, superada apenas por Campinas e Ribeirão Preto, possuindo 49.468 trabalhadores, sendo 66% no setor primário, 19% no setor secundário e 15% no setor terciário. Devido ao desenvolvimento industrial, que se apresentava no momento, absorvia-se nesta cidade 55,3% da mão de obra nas indústrias (2007, p. 4).

Durante boa parte do século XX, a cidade reproduzia a partir da mídia local⁷ a metáfora da Manchester Paulista⁸ e assim moradores e cidadãos podiam constatar por meio de das paisagens urbanas, ou seja, representadas por robustas construções fabris, edifícios, telhados do tipo inglês e altas chaminés.

A atenção dos moradores também era chamada por meio de dos sons estridentes das sirenes que emanavam das fábricas, as quais marcavam o tempo diário na cidade. Pinto Junior (2006), cita Le Goff (2002, p.534), afirmando que, se na Idade Média “o tempo era ritmado pelos sinos das igrejas”, em Sorocaba grande parte da população urbana habituava-se a medir e a controlar o tempo cotidiano com o

⁷ Rádios, jornais, revistas, almanaques entre outros meios de comunicação “confirmavam” diariamente o progresso da cidade, assim como jogos de futebol transmitidos ao vivo via rádio, artigos publicados em jornais, fotos panorâmicas em revistas da cidade, ou seja, vários suportes midiáticos reanimavam a representação de cidade industrial.

⁸ O termo ‘Manchester Paulista’, difundido a partir de 1905 para exaltar o município, é representativo do avanço da modernidade capitalista em Sorocaba”. A associação de Sorocaba com Manchester teve sua razão de ser, pois naquele momento histórico a cidade inglesa estava consolidada como um importante centro industrial da Europa, constituído principalmente por empresas da área têxtil. A comparação, portanto, tinha por objetivo destacar a “vocação progressista” local. (PINTO JUNIOR, 2006.)

auxílio das sirenes das grandes fábricas de tecelagem, entre elas: Santa Maria, Santo Antônio, Estamparia, Santa Rosália, Barbero e Votorantim.

Assim o tempo do início da era capitalista era marcado em Sorocaba e em outras cidades fabris pelas indústrias, influenciado mesmo os não operários. E se nas igrejas tínhamos os sinos, nas fábricas as sirenes, logo mais controlaríamos e marcaríamos o tempo das aulas no início, durante e ao término das mesmas nas escolas por meio de dos sinais encolerizantes que permaneceriam arraigados até os dias atuais tanto em parte das instituições escolares públicas quanto nas privadas.

Logo, sirenes, despertadores e relógios de pulso formariam a díade indispensável ao homem labutador.

Esse período determinante da história de Sorocaba, o qual fez com que as indústrias têxteis fossem a principal fonte de sobrevivência para inúmeras famílias sorocabanas, responsáveis pelo crescimento do desenvolvimento socioeconômico, deu-se até o início da década de 1970, quando a cidade não foi mais capaz de acompanhar o ritmo de crescimento dos principais concorrentes em outras regiões do país, além da concorrência, falta de recursos, não investimento em novas tecnologias de produção, o que levou fatalmente ao estado de despreparo para com as concorrências de mercado, perdendo espaço e assim fechando postos de trabalho e referências fazendo com que inúmeros moradores mudassem de ramo e até de cidade em busca de outras colocações profissionais.

Encerrava-se um uma etapa econômica de características fechadas que foi revitalizada mais tarde e de modo mais abrangente, e dessa maneira o ideário sorocabano de Manchester Paulista superou-se.

Inferimos portanto, que a história da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, perpassou desde o seu início até sua extinção em pleno período industrial.

Durante o século XIX, alguns processos históricos fomentaram a impossibilidade de concretizar a formação de um sistema nacional de ensino, transferindo para a política local municipal a perspectiva de suprir sua inexistência. (GONZALES, 2007).

Até os fins do século XIX e o início da terceira década do século XX, era precário um sistema regular de ensino secundário na cidade de Sorocaba. Até 1805, eram os beneditinos que se encarregavam da instrução na cidade, com o objetivo de preparar para o sacerdócio (VIEIRA, 1986).

A partir de então, houve algumas opções privadas de acesso ao ensino “das primeiras letras” e de 1834 a 1880 chegou a funcionar um curso de “Gramática Latina”, mantido pela Província em diversas cidades, que acabou por extinguir-se. Por esse período, e até 1929, várias tentativas de implantação de escolas secundárias foram registradas na cidade, porém não firmadas.

Quase todas fracassaram, inclusive um Ginásio Municipal Sorocabano, que funcionou entre 1909 e 1911, conforme já citado, única ação de caráter educacional realizada pelos vergueiristas (facção política dominante na cidade).

De acordo com Ferreira (2007), sendo a educação interdependente do movimento histórico, portanto, fez-se necessário breve análise das conjunturas sociais e políticas históricas, para então adentrarmos a instituição escolar.

Sorocaba foi governada pelos militantes do chamado vergueirismo⁹ durante cerca de duas décadas.

Havia duas facções do Partido Republicano Paulista (PRP). Uma defendendo a condição, por meio de do “Jornal Cruzeiro do Sul”, ativo até os dias de hoje, (de propriedade de um Vergueiro, Joaquim Firmiano de Camargo Pires, fundador e proprietário), escrito pelo Dr. Afonso Vergueiro, Cecê César e Castronovo.

Outra lutava pela oposição, o “Jornal Correio de Sorocaba”, onde escreviam o Dr. Diogo Moreira Sales (promotor público da comarca de Sorocaba), Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury e Carlos Correia.

Em 1926 o vergueirismo teve sua primeira derrota, ao ser eleito um vereador da oposição: Gustavo Schreppel (Sorocaba teve um prefeito vergueirista de 1926 a 1927: Luiz Pereira de Campos Vergueiro).

O “Correio de Sorocaba” foi minando as bases vergueiristas, denunciando todos os seus atos contraditórios, entre eles o não apoio em criar instituições escolares secundárias na cidade, preparando a chamada batalha final que ocorreria nas eleições de 1928.

Importante lembrar que o então governador do Estado, Júlio Prestes de Albuquerque, era contrário à situação dominante a qual Sorocaba estava sendo

⁹ Vergueirismo: Partido Republicano Paulista que dominou a política sorocabana por algumas décadas. Era chefiado, e daí o nome, pelo senador estadual Luiz Pereira de Campos Vergueiro, um homem muito evoluído em alguns assuntos e um retrógrado em outros. Por exemplo, Sorocaba lutava para ter uma escola secundária de humanidades. O Vergueiro dizia que Sorocaba não precisava de ginásios, mas de escolas profissionais, combatendo sempre a instalação de escolas normais em nossa cidade.

submetida, e apoiava a oposição, inclusive afirmando que Sorocaba seria agraciada com a criação de um ginásio, Escola Normal e escola profissional caso o vergueirismo fosse enfim derrotado (GONÇALVES, 2007).

Em se tratando de educação, durante os cerca de 20 anos nos quais o vergueirismo dominou a política sorocabana, a única ação no caso da implantação do ensino secundário, foi a implantação do Ginásio Sorocabano, que pouco atuou, derrubado provavelmente pelos pressupostos pregados pela Lei Rivadávia Corrêa¹⁰.

Existiu e funcionou, de 1909 a 1911, o Ginásio Sorocabano, equiparado oficialmente, sob a competente direção do Dr. César Lacerda de Vergueiro, hoje deputado federal, com ótimo corpo docente estipendiado pela Câmara Municipal, mediante matrícula gratuita de alunos pobres. [...] e no 3º ano de função, quando foi suprimido ex-vi da perniciosa Lei Rivadávia, já havia grande número de candidatos à matrícula, contando-se entre estes cento e tantos pedidos para o internato, sendo cerca de 200 o total dos alunos freqüentes. (VIEIRA, 1986).

Portanto, devido à curta atuação desse Ginásio (que não era público), os cidadãos sorocabanos de boas posses que desejassem e pudessem ver seus filhos formados precisariam mandá-los para outras cidades a fim de vê-los cursando o ginásio, escolas normais e ou superiores.

De acordo com Vieira (1986), os vergueiristas João Clímaco de Camargo Pires, mudou-se para Itapetininga em 1915, Carlos Malheiros Oeterer em 1916, para Campinas e Joaquim Firminiano de Camargo Pires, em 1926, teria vendido o Jornal, o qual era proprietário, acima citado (Cruzeiro do Sul), e se mudado para São Paulo, sendo que alguns, após as formaturas dos filhos retornaram à Sorocaba e outros não.

Há indícios de que, conforme esse historiador, Sorocaba emergia de institutos educacionais secundários desde 1917, e diante do marasmo político diante de ações concretas nesse sentido, mesmo os que não tivessem condições financeiras estariam fadados a ver seus filhos sem a devida instrução, assim como que desperdiçando inúmeras vocações.

Para fins de amenizar as lutas partidárias na cidade, esteve em Sorocaba no dia 07 de agosto de 1927, o deputado estadual Bernardo Júnior, enviado pelo

¹⁰ A Lei ou Reforma Rivadávia Corrêa(1911), ocorreu quando o então Presidente da República Hermes da Fonseca tinha como ministro da justiça o então jurista Rivadávia Corrêa e ambos buscaram o fim do status oficial de ensino. Baseando-se em uma interpretação de 1 artigo da Constituição de 1891, o governo, por meio de um decreto presidencial apoiado pelos parlamentares, determinou que as escolas de ensino secundário e superior perderiam seu status de oficial e passariam a ser entidades corporativas autônomas, logo, de ensino livre.

governador Júlio Prestes a fim de reorganizar o diretório do PRP. Na escolha, membros da oposição tornaram-se a maioria, permanecendo somente dois membros vergueiristas.

No dia seguinte, 08 de agosto, foram eleitos os novos dirigentes do diretório: Presidente: João Clímaco de Camargo Pires; vice-presidente: Cel. João Padilha de Camargo (maçon); 1º secretário: João Ferreira da Silva (maçon); 2º secretário: Renato Mascarenhas (maçon) e tesoureiro: João Câncio Pereira (maçon), além dos outros componentes: o farmacêutico João Machado de Araújo (mais tarde se tornaria prefeito de Sorocaba), o industrial Dr. Onaldo Machado, o advogado Gustavo Schreppel (maçon), David Joaquim Augusto, Luiz Teixeira do Espírito Santo e Francisco Euclides da Silva.

Durante esse ano, os dois vergueiristas pediram demissão e também o industrial Dr. Onaldo Machado, sendo substituídos por outros opositoristas.

De acordo com Romanelli (2013), a composição de forças representadas pelo poder político local, caso não estejam em consonância com as da esfera ampla central, pode levar à inexistência de condições da promoção de uma base sustentável, neste caso educacional, portanto incapaz de executar suas diretrizes centrais. Foi justamente o que aconteceu na cidade.

E no caso das duas facções políticas, o grupo que defendia interesses mais conservadores, os vergueiristas, nunca fez questão de aliar-se com o grupo de interesses mais democráticos ou liberais, especialmente em se tratando de ações político educacionais neste caso, a criação de institutos de educação escolar de caráter secundários, conforme Menon:

O engodo político não conhecia limites. O deputado estadual 'Dr. Campos Vergueiro' durante a campanha encetada pelo jornal, assumia perante a Câmara Municipal o compromisso de continuar a trabalhar junto aos poderes constituintes do Estado, cada vez com mais empenho, para que a justa ambição do povo sorocabano de possuir um estabelecimento em que a sua juventude e a dos municípios vizinhos possam se ilustrar, torne-se dentro de breve uma realidade. Entretanto em 18 de outubro de 1912, na seção da Câmara dos Deputados, o mesmo parlamentar, durante as discussões, apresentava o projeto de lei nº 29, em que pedia a criação de quatro escolas preliminares, e somente elas, para a cidade (1998, p.39).

E no caso de Sorocaba, é sabido que até o final da década de 1920, houve ínfimos avanços no que diz respeito à educação secundária, de fato por conta das ações dessa facção que monopolizou o poder na cidade, e que parecia não acreditar

na importância do ensino de caráter secundário, pois o foco eram os próprios interesses, ou a manutenção do *status quo*.

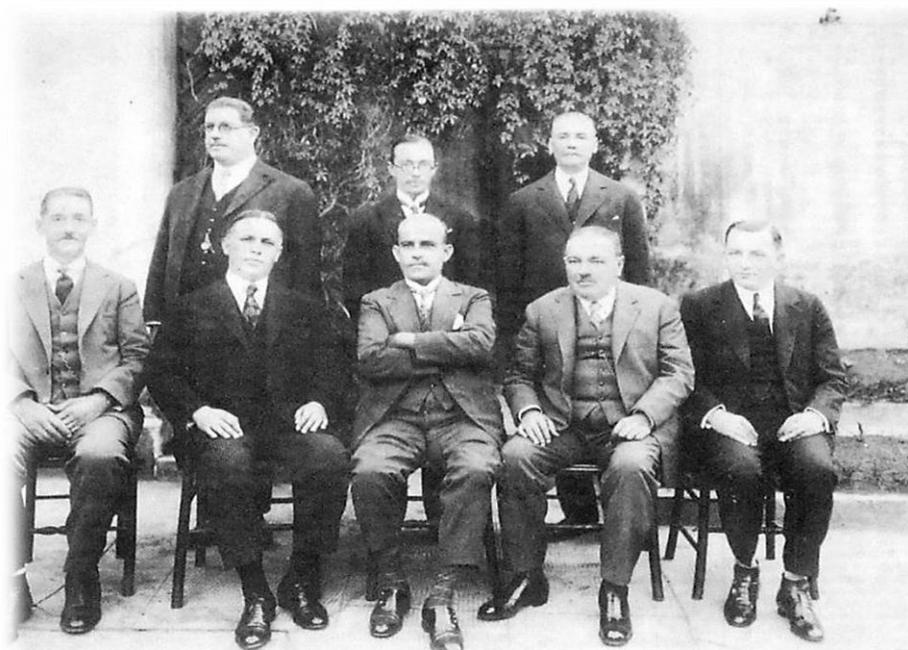
Um fato curioso é que apesar da resistência quanto à criação e implantação de escolas secundárias na cidade, inclusive havendo prejuízo aos seus próprios filhos, como apontamos acima, pois apesar de essas famílias possuírem condições de arcar com as despesas da manutenção dos mesmos em instituições secundárias em outras cidades, havia a questão do possível desconforto pelo fato de deixar a família.

Fomos levados a crer que, os motivos pelos quais houve essa resistência foram de ordem pessoal, a partir de pormenores irrelevantes, e sem justificativa razoável.

Assim, corroboramos com Romanelli:

[...]a política de clientela, própria desse tipo de organização de poder, tende a favorecer apenas aquela parcela da população local que mantém laços de dependência e reforça a autoridade dos donos do poder. A construção de escolas, sua manutenção, a nomeação de pessoas para ocupar cargos de magistério, a veiculação de verbas da esfera do poder central para a do poder central obedecem muito ao grau de prestígio e força dos que controlam esse último (2013, p. 30).

Figura 2 - Membros do diretório do Partido Republicano Paulista:



Membros do
Diretório do
Partido Republicano
Paulista que
batalharam pela
criação e
instalação do
Ginásio Municipal.
Da esquerda
para a direita,
em pé, Januário
Salerno, João
Câncio Peretra
e Luis da Silva
Oliveira; sentados
Isaac Pacheco,
João Ferreira da
Silva, João
Machado de Araújo,
João Padilha
de Camargo e
Renato Mascarenhas.
Foto pertencente
ao arquivo do
dr. Cláudio
César Machado
de Araújo.

Fonte: Reportagem sobre a criação do ginásio e Escola Normal livre(VIEIRA,1986).

Importante salientar que o grupo de opositoristas acima, o qual empenhou-se diretamente para a criação das escolas humanitárias secundárias era em sua

maioria formado por maçons, constatando portanto, a influência direta de seus bem feitos na história da educação sorocabana, em especial, João Padilha de Camargo(o segundo sentado da direita para a esquerda), que no mesmo dia após a eleição, saudou o deputado Bernardo Júnior e pela primeira vez haveria notícias de alguém solicitando a fundação de um Ginásio Municipal e uma Escola Normal na cidade.

Noticiou-se o acontecimento por meio de Diogo Moreira Sales (maçon):

[...] falou o Sr. Cel. Padilha sobre a necessidade que se apresenta, desde muito tempo em Sorocaba, da criação, aqui de uma escola secundária. Com a sua reconhecida ilustração e competência, estudou o cel. Padilha o assunto sob todos os seus aspectos, apoiando-se em vasta messe de exemplos, colhidos pela observação dos fatos. A fundação em Sorocaba de um ginásio, uma Escola Normal ou um instituto profissional é velha e justa aspiração do nosso povo. Devemos considerar que é um dos problemas mais difíceis para os pais, a educação dos seus filhos nesta cidade. Se a família tem recursos e pode mandá-los para fora, as despesas que faz para o custeio dele é considerável, além das preocupações naturais que a separação lhe dá. Muitas famílias sorocabanas tem sido obrigadas a mudar para outras cidades por esse motivo. Aqui em Sorocaba só há instrução primária e as tentativas particulares pra a organização de um curso secundário encontram, como é óbvio, vários empecilhos de ordem material (CORREIO DE SOROCABA, SALLES, 14/08/1927).

Aliás, a força dos ideais maçônicos sorocabanos foram determinantes para o pontapé inicial quanto à emergência de criação das escolas secundárias:

[...] o ideário liberal maçônico estreitamente afinado com os ideais republicanos se fizeram presentes no poder, e, também, reforçaram o conceito da força da educação para transformar o indivíduo em cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz, portanto, de exercer a liberdade propiciada pela cidadania (BOSCHETTI, 2014, p. 105).

Vieira (1986), ressaltou que houve um princípio de polêmica dentro do próprio “Correio de Sorocaba”, quando Roque Antunes, sorocabano, lente¹¹ da Escola Normal de Itapetininga manifestou-se contra um ginásio em Sorocaba, sendo a favor de uma escola profissional, que já havia sido criada por lei estadual, porém ainda não instalada.

O apoio naquele momento seria dado pelo fato de a cidade estar em de processo de industrialização, visando a relevância de demanda mais adiante.

¹¹ Lente: professor catedrático. É a categoria mais elevada da carreira docente universitária em Portugal. Corresponde à categoria de professor titular no Brasil.

O mesmo Roque Antunes retratou-se no dia 29 de setembro dizendo que era contra um ginásio estadual, pois já havia um em Tatuí e Itapetininga, mas não contra um ginásio municipal, porém reafirmava que a cidade ganharia com uma instituição de ensino profissional.

O professor Renato Sêneca de Sá Fleury, Moreira Sales e Isaltino Costa assinaram posteriormente a campanha feita por Padilha.

Na sequência, o grupo de opositores do diretório visitou o Dr. Júlio Prestes, trazendo boas notícias. O governador ratificou o apoio quanto à criação do ginásio e instalação da escola profissional, e Sorocaba seria agraciada com tais instituições.

Noticiou-se no mesmo ano:

GINÁSIO MUNICIPAL- Reuniram-se ontem, às 15 horas no edifício da Câmara Municipal os membros do nosso diretório político e vereadores a fim de trocarem ideias sobre a criação, nesta cidade, de um ginásio a ser mantido pela Câmara local. A fundação desse estabelecimento de ensino secundário foi recebida com geral simpatia, mostrando-se todos desejosos de que se dê sua breve instalação. No decorrer da reunião ficou deliberado estudasse o sr. Prefeito um meio de, com possíveis reduções em diversas verbas do orçamento para 1928, em vias de organização, ser conseguida a verba de sessenta contos anuais destinada à manutenção do ginásio. Podemos informar que o prof. Jorge Betti, possuído da melhor boa vontade nesse sentido, vai incluir no orçamento essa verba, embora com o sacrifício de outro títulos cujo fundamento ficou plenamente demonstrado na reunião de ontem, pela franca e minuciosa exposição do sr. Prefeito, diante dos compromissos da Câmara para o ano vindouro. Na reunião acima estiveram presentes o sr. cap. João Clímaco de Camargo Pires, presidente do diretório do Partido Republicano local e vereador, membros srs. João Padilha de Camargo, Francisco Euclides da Silva, João Machado de Araújo, Renato Mascarenhas, Gustavo Schreppel, também vereador, João Cândio Pereira e David Joaquim Augusto...e ainda compareceram os senhores vereadores senador Campos Vergueiro, presidente da Câmara, prof. Jorge Betti, prefeito municipal, Fernando Schnorr e Gustavo Magalhães[...] (CRUZEIRO DO SUL, 07/10/1927).

No dia 20 de outubro, em sessão da Câmara, um Projeto de Lei criando o Ginásio Municipal de Sorocaba, de autoria do então vereador Gustavo Schreppel foi enviado para a comissão de Justiça e Fazenda, tendo sido aprovado no dia 26.

No dia 28 o *Cruzeiro do Sul* publicaria a Lei Nº 203/1927 que instituía um orçamento para o ano de 1928, no qual constou uma verba de 60 contos de réis, para a abertura e manutenção de um Ginásio em Sorocaba.

Alguns dias após, Diogo Moreira Sales publicou no "Correio de Sorocaba":

O Ginásio- O Ginásio Municipal será criado. O início do seu curso se dará naturalmente no próximo ano. Será um estabelecimento de ensino acessível

a todos, pois como já dissemos, os alunos só pagarão uma taxa anual de cento e vinte mil réis que será cobrada parceladamente. Assim, desse modo temos conseguido para nossa terra uma grande realização, cujos frutos benéficos para a coletividade logo se farão sentir. Sorocaba portanto, com a nova orientação política que bem tendo desde a agosto, já começa a sentir seus efeitos. O Ginásio para Sorocaba está criado. O diretório político que tanto se empenhou para a sua realização se outros merecimentos não tivesse, só pela cristalização da ideia da fundação desse estabelecimento de ensino secundário já se tornaria credor da estima pública. Com a lei municipal, criando o Ginásio, apresentada e defendida na Câmara pelo vereador Gustavo Schreppel e a consequente votação orçamentária de sessenta contos para a manutenção desse estabelecimento, a sua vida está assegurada(SALES, CORREIO DE SOROCABA, 03/11/1927).

Para João Padilha de Camargo, seriam “grandes as vantagens e extraordinários os benefícios do Ginásio à cidade, e nenhuma pessoa de espírito seguro pensaria de modo contrário”.

Pessoas de espírito seguro, para ele, seriam pessoas dotadas de discernimento, especialmente as do âmbito político, que detinham o poder e compreendiam a relevância das instituições secundárias de ensino para o progresso.

Mesmo que a princípio, essa população correspondesse a uma ínfima parcela predominante, de um grupo chamado dominante de valores.

Em seguida, os jornais locais noticiaram a abertura de um curso preparatório montado pelos professores Achilles de Almeida(nos anos seguintes um dos diretores da Normal), José Reginato (professor da Normal) e Albertino Manente para preparar os alunos interessados em prestar os exames de admissão que se realizariam, pelas leis do ensino, no início de março do ano seguinte.

Essas aulas tiveram início no dia 04 de novembro de 1928, porém não encontramos dados relativos à quantidade de possíveis candidatos interessados.

Onde o ginásio iria estabelecer-se? O então prefeito Luiz Pereira de Campos Vergueiro foi oficiado imediatamente pelos membros da Loja Maçônica Perseverança III, os quais ofereceram as instalações da escola noturna primária que mantiveram em Sorocaba, sem ônus ou quaisquer outras despesas para a prefeitura, pelo tempo que fosse necessário, porém não obtiveram sequer resposta.

Ficou evidente o oposicionismo e interesses de certa forma particularistas, em especial da pessoa do prefeito quanto à instalação do Ginásio na cidade. Após a consolidação e implantação do Ginásio, a facção vergueirista tentou outras formas de “derrubar” a implantação do ginásio, como veremos a seguir.

Quais seriam os motivos que poderiam levá-los a contrariar o ideário da criação das escolas secundárias em Sorocaba?

Elencaram-se algumas hipóteses:

Talvez pela ideia ter partido da oposição com o projeto de lei apresentado por Schreppel? Talvez em vista da precipitação, do “Correio de Sorocaba” de uma vitória antes mesmo que a lei fosse aprovada? Talvez a reunião *acontecida* na Câmara Municipal e a assinatura da Lei 204 fosse manobra para tentar esvaziar esse movimento crescente na cidade, em favor do ginásio, embora sem a intenção de levá-lo adiante? (VIEIRA, 1986).

E concluiu: “Sei que muitos poderão descrever de uma atitude tão mesquinha, mas a politicalha é capaz de tudo”.

Quanto à hipóteses acima apresentadas por Vieira, a primeira, que aponta o fato de a ideia ter partido da oposição, parece não condizente, por que antes e durante todo o domínio vergueirista em Sorocaba, já não eram almejadas as escolas secundárias, após ensaios e tentativas mal sucedidas desde o final do século XIX?

A segunda hipótese, da suposta precipitação do Correio de anunciar uma vitória antes da aprovação da lei parece inoportuna, pois na emergência desse avanço para a cidade, como pensar ou cogitar a desaprovação da tal lei?

E por fim, quanto à terceira hipótese, que a assinatura da Lei Nº 204 “fosse manobra para tentar esvaziar esse movimento crescente na cidade, em favor do ginásio, embora sem a intenção de levá-lo adiante” parece estapafúrdia, já que a cidade a essa altura estava sofrendo danos significativos e do mesmo modo, estaria aquém de outras cidades de porte semelhante.

Ao primeiro dia do ano seguinte, noticiou-se:

Ginásio Municipal: Comunicam-nos do Diretório Republicano local que esse Diretório está decidido a instalar no próximo mês de fevereiro do ano fluente o Ginásio Municipal, com ou sem a subvenção do município. O corpo docente, escolhido e abalizado, lecionará as matérias do primeiro ano do curso ginásial, e os alunos em novembro deste mesmo ano serão examinados por uma banca examinadora de nomeação oficial, sendo portanto válidos todos os exames prestados para matrículas em qualquer estabelecimento de ensino superior. No ano vindouro, 1929, esse ginásio será oficializado, isto é, equiparado ao Colégio Pedro II. Todos aqueles confiados na lei municipal que criou aquele instituto de ensino nesta, estão fazendo preparar os seus filhos, deverão continuar a fazê-lo, certos de que não serão em caso algum prejudicados. Os motivos desta resolução serão mais tarde divulgados, para conhecimento dos que se interessam pela instrução da juventude sorocabana (CORREIO DE SOROCABA, 1º/01/1928).

Parecia que tudo vinha ocorrendo da forma conforme o desideratum¹² do diretório republicano. Como os oposicionistas poderiam ser contrariados, visto a nobre intenção para com a população sorocabana, que deveria portanto, apoiar os esforços desses então líderes políticos.

Continuaram os ataques do Correio contra a falta de atitude dos políticos que não faziam questão da instalação do Ginásio, e notícias corriam em todas as edições seguintes.

Aos doze dias de janeiro noticiou que o diretório convidara os professores que comporiam a Congregação. No dia quinze, a Loja Maçônica Perseverança III comunicava a cessão das instalações de sua escola noturna, a pedido do diretório e, finalmente, duas boas novidades: a divulgação do corpo docente do ginásio: Diretor: o farmacêutico João Machado de Araújo; vice diretor, o farmacêutico Albertino Manente e secretário, Prof. Antonio Funes (maçon, que mais tarde seria o primeiro diretor da Normal Livre).

Professores do 1º ano: português e instrução moral e cívica, Prof. Achilles de Almeida (advogado, também seria depois o 2º diretor da Normal Livre); Francês e Inglês, Prof. José Reginato; Geografia, Prof. Antonio Funes; Aritmética, farmacêutico Albertino Manente e Desenho, Prof. José Pereira da Fonseca Junior. Fizemos verificações pontuais no terceiro capítulo.

Nos anos seguintes, estariam aguardando para lecionar os seguintes: *doutores* Júlio Bierrenbach de Lima, João Pedro Salerno (engenheiros), Américo Augusto de Figueiredo (advogado e comissário de polícia de Sorocaba, cujo cargo foi transformado mais tarde em delegado adjunto); Professores Genésio Machado, Antonio Miguel Pereira Junior e Renato Sêneca de Sá Fleury, reverendo Jorge Bertolaso Stella e senhor João Ferreira da Silva.

A segunda novidade foi a publicação do edital pelo Jornal “Correio de Sorocaba”, de inscrição chamando os interessados em prestarem os exames de admissão:

Ginásio Municipal: de ordem do farmacêutico João Machado de Araújo, diretor deste estabelecimento de ensino secundário, recentemente fundado nesta cidade pelo diretório republicano de Sorocaba, faço ciente aos interessados que, a contar de amanhã, 20 do corrente, estará aberta a inscrição para os exames de admissão ao primeiro ano do curso ginasial que se realizará nos primeiros dias de março vindouro, devidamente fiscalizados

¹² Latim: O que muito se deseja.

por um inspetor enviado pelo Departamento Nacional de Ensino, devendo encerrar-se a mesma inscrição no dia 10 de fevereiro próximo. A inscrição para os aludidos exames será feita durante o período acima, mediante requerimento endereçado ao sr. Diretor do ginásio e assinado pelos senhores pais ou tutores dos candidatos. O abaixo assinado, em sua residência, à rua 7 de Setembro nº 21, nesta, dará aos interessados todos os esclarecimentos necessários. Sorocaba, 19 de janeiro de 1928. Antonio Funes, secretário (CORREIO DE SOROCABA, FUNES, 19/01/1928).

O fato é que, se de um lado esta notícia trouxe satisfação ao povo sorocabano, do outro, no dia 26 do mesmo mês, houve uma reunião entre os vereadores e o prefeito, e o fechamento dessa deixaria a população estarecida conforme publicação pelo Jornal Cruzeiro do Sul:

Ginásio Municipal: Na sessão de ontem da edilidade local, foi aprovada a seguinte resolução assinada pelos vereadores srs. dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro, cap. João Clímaco de Camargo Pires, prof. Jorge Moysés Betti, Gustavo Magalhães e cap. José Antunes Soares: A Câmara Municipal de Sorocaba resolve suspender até que se verifique melhor oportunidade, a execução da Lei Nº 204 de 3 de dezembro de 1927 que cria o Ginásio Municipal desta cidade.

Justificação: A Câmara Municipal de Sorocaba, depois de prévio entendimento com o diretório do Partido Republicano local e ante a afirmação deste de que no orçamento do Estado para o exercício de 1928 seria consignada uma verba de rs. 30:000\$000 como auxílio para a respectiva manutenção, votou a lei Nº 204 de 3 de dezembro criando o Ginásio Municipal de Sorocaba. Criado como se acha o ginásio por ocasião da discussão e votação no Congresso do orçamento estadual, era inteiramente cabível a votação do auxílio referido que, entretanto, e de acordo com os regulamentos em vigor, só seria pago à municipalidade depois de instalado e inaugurado o novo estabelecimento. Dessa forma a Câmara Municipal instalando até princípios de março o novo Ginásio como se determina na lei que o criou, estaria habilitada a, no correr do exercício de 1928, receber aquele auxílio (CRUZEIRO DO SUL, 26/01/1928).

O auxílio financeiro, que estava contemplado no orçamento estadual para o ano seguinte, não foi figurado.

Ainda assim, a Câmara Municipal orientou-se sobre a possibilidade de, mesmo sem ele, fazer cumprir a lei Nº 204, porém, verificou-se que com menos de cem contos de réis seria inviável criar e instalar o ginásio local de maneira digna e compatível com o “caráter de estabelecimento de ensino secundário, público e municipal, mantendo-se ainda durante o seu primeiro ano de funcionamento”.

Evidentemente, era algo caro o aluguel e as acomodações de um próprio bem localizado, provido de dependências adequadas, mobiliário e material escolar, verba para fiscalização federal, remuneração do pessoal docente e administrativo entre outras despesas.

Sendo a verba estabelecida na lei nº 204 (a qual verificaremos detalhadamente adiante), de sessenta contos de réis, seria constatado um déficit de ao menos quarenta contos, cuja receita municipal anual não poderia suportar.

Conforme apontamos no início deste capítulo, uma escola secundária na condição de livre padecia de vantagens.

Pelo contrário, constatamos a estratégia do governo estadual em abandonar as suas crianças, deixando os municípios desprovidos de quaisquer tipos de apoio necessários, neste caso, o financeiro, embora a fiscalização seria ferrenha em vários aspectos já apontados.

Quais seriam portanto, as opções ou requisitos mais plausíveis? Suspender a execução da Lei Nº 204, aguardar até o próximo ano a promessa do governo estadual quanto a verba adequada? Aumentar a verba pelo município com recursos próprios?

O “Cruzeiro do Sul” censurou esse fato (entenda-se que ao apontarmos esse jornal, apontamos os membros do PRP vergueiristas), e os mesmos disseram num trecho da reportagem:

[...]ao governo da cidade restam duas soluções: ou o adiamento da instalação do ginásio ou a montagem deste, em moldes acanhados, deficientes e com prejuízos até dos méritos do corpo docente (CRUZEIRO DO SUL, MEMBROS PRP, 28/01/1928).

Essas possibilidades, claro, foram um balde de água fria, ofendendo e afetando diretamente os docentes então atuantes, além da população e demais interessados.

No dia seguinte, 29, o “Correio” rebateu o opositor, quase que despindo de vez a máscara da facção vergueirista, nas palavras do vereador de oposição, Gustavo Schreppel, que tentava elucidar os mecanismos do poder da política sorocabana:

Protesto- Sendo a Câmara Municipal, como corpo legislativo e soberano, o único órgão competente para conhecer as necessidades públicas do município e obviá-las, e tendo ela reconhecido a necessidade inadiável e premente de um instituto de ensino secundário nesta cidade, decretou a criação de um Ginásio Municipal (Lei Municipal nº 204) dotando-o com uma subvenção de rs.60:000\$000 no orçamento da despesa para o corrente exercício de 1928. Confiando a palavra oficial da Câmara, muitos pais e tutores de crianças em idade de receberem instrução secundária, mandaram prepara-las para os respectivos exames de admissão que deveriam realizar-se em março vindouro. Mas o senhor prefeito municipal, que é apenas o órgão executivo da municipalidade, o encarregado de executar as leis por ela decretadas e, portanto, um simples subordinado e não um superior, julgou-se com o absurdo direito de sobrepor-se a sua vontade à vontade soberana dos representantes do município com grave afronta à opinião pública em sua quase unanimidade, e por isso teimosamente deixou de fazer em tempo

oportuno a nomeação do corpo docente e pessoal administrativo do Ginásio Municipal, anulando assim, de fato, uma lei regularmente discutida e aprovada e uma disposição clara e expressa do orçamento municipal. Trata-se evidentemente de um capricho de administrador que quer-se arrogar o direito de ditadura no município, o que vem deprimir os bríos da municipalidade, sofisticando para sobrepor a própria vontade ao solene veredictum do corpo legislativo de Sorocaba, metendo-se entre as pontas de um dilema: Ou a Câmara Municipal de Sorocaba conhece as necessidades públicas a atender e sabe o que faz quando discute, delibera e resolve, e as suas leis devem ser cumpridas e fielmente executadas, e nesse caso houve um menosprezo e desobediência do sr. Prefeito, julgando-a inferior as suas luzes e capacidades; ou não sabe o que faz e as suas resoluções necessitam de beneplácito alheio, caso em que fica por terra a dignidade e a soberania do poder legislativo do município. Protestando contra esse fato escandaloso, altamente comprometedor para os créditos morais dos homens públicos deste município, o abaixo assinado, na qualidade de legítimo representante do povo, na qualidade também de membro do diretório republicano local e em nome da maioria deste, cumpre o seu dever, requerer seja este protesto transcrito na ata da presente sessão, para todo o tempo constar. Sala de sessão da Câmara Municipal de Sorocaba, 29 de janeiro de 1928- Gustavo Schreppel (CORREIO DE SOROCABA, Redator: CARLOS CORREIA. 29/01/1928).

Esse pronunciamento fez-se pertinente àquela altura dos acontecimentos, claro que desconcertando o outro lado da facção. No mês de fevereiro no mesmo ano, pronunciou-se o Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury¹³, ator imprescindível, peça chave na montagem, desmontagem e remontagem do quebra-cabeça ao longo da elucidação da criação e história dessa instituição.

[...]É pueril asseverar que faltou o recurso que proporcione a esta terra um estabelecimento digno do seu desenvolvimento. Como é pura infantilidade falar em montagem deste (do ginásio), em moldes acanhados, deficientes, com prejuízo até dos méritos do corpo docente. Afirmar que faltaram recursos é aludir a uma fraqueza, a cujos efeitos a população de Sorocaba jamais deixará fenecer seus méritos, porque as nobres iniciativas aqui sempre

¹³ **Renato Sêneca de Sá Fleury** (1895-1980), diplomou-se em 1912, pela Escola Normal da Praça da República de São Paulo, nascido em Sorocaba. É autor de *Na roça*: cartilha rural para alfabetização rápida, publicada em 1935, além de inúmeras outras publicações pela Editora Melhoramentos, tendo alcançado 133 edições, até a última, de 1958, sendo estas adotadas pelo Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. Pseudônimo: R. S. Fleury, ensaísta, pedagogo, escritor de Literatura Infantil, professor, professor catedrático de Pedagogia e Psicologia, jornalista, membro da Academia de Ciências e Letras de São Paulo, membro fundador do Centro Sorocabano de Letras. Teve intensa atuação no magistério paulista: "[...] foi diretor organizador dos ginásios estaduais de Itu e de Ribeirão Preto, delegado de Ensino em Araraquara, inspetor de Escolas Normais" (Grohmann, 2008), e foi diretor da Escola Normal de São Carlos, segundo informações contidas em Poliantéia comemorativa do 1º. centenário do Ensino Normal de São Paulo (1946: 41). Ainda segundo Grohmann (2008), Fleury: "Ministrou aulas de Psicologia Educacional e Pedagogia na escola de formação profissional de professores primários de Sorocaba (Escola Normal Livre de Sorocaba), onde lecionou desde a sua fundação até 1942, quando aposentou-se como fiscal estadual da mesma. Foi presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba(1954 a 1956). Teve por examinadores em concursos prestados, os renomados pedagogos Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Antônio Firmino de Proença e Gastão Stang. (GROHMANN*, 2008). *Marta Miquelina Grohmann, sobrinha bisneta de Fleury.

encontraram abrigo seguro em cada coração bem intencionado, do que sobejam exemplos, num confortador desdobramento de gestos elevados. Quanto aos prejuízos até dos méritos do corpo docente, além de ofensiva essa afirmação, oriunda, por certo, de cochilo- não posso crê-la intencional- demonstra uma desoladora falta de noção do valor de uma escola, ainda que, em pleno século XX, instalada com evangélica pobreza daquela humilde escola de Anchieta, semente fecunda de cuja pujante deiscência brotou Piratininga, a maravilhosa São Paulo de hoje. Faça-se o ginásio, como for possível. Modesto ou primando pelo luxo de suas instalações, mas confiado ao civismo do seu corpo docente, será sempre uma escola, de cujo seio hão de exfruir as mesmas faúlhas que iluminaram para sempre a obra grandiosa do poeta missionário, o meigo Anchieta (CORREIO DE SOROCABA, fev./1929).

E assim sucedeu-se. O Ginásio continuou sendo implantado apesar dos pesares. Entretanto, apesar de estar nomeado municipal, seu sustento dava-se pelos membros maçons do diretório (opositores), sendo portanto, de caráter particular.

O historiador Vieira(1986) apontava sua desconfiança desde sempre quanto à iniciativa de ordem maçônica na criação do ginásio, e no intuito de constatar a conjectura, solicitou ao colega também maçom Adail Odin de Arruda que verificasse os livros ata dessa instituição, e foram encontrados registros de auxílios de diversas

Figura 3- Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury:



categorias, propiciados ao Ginásio Municipal por essa Loja Maçônica Perseverança III, porém, nada que permitisse afirmar que a mesma teria de fato financiado a sua fundação.

Aos doze de fevereiro de 1928, o Correio noticiou o encerramento das inscrições para exame de admissão, sendo sessenta e dois inscritos.

Noticiava também a reforma do prédio da Escola Noturna para fins de adaptação, prevista a finalização ao término do mês vigente.

O mesmo “Correio” publicou aos 11 de março do mesmo ano, notícia da vinda da comissão estadual à cidade a fim de discutir sobre a emergência da equiparação:

[...]Ignorando a burla da Câmara Municipal, supondo que o ginásio já estava funcionando e municipalizado, há um mês mais ou menos chegava a esta cidade uma comissão encarregada pelo governo do Estado de examinar as instituições que, devido ao seu aparelhamento e condições, poderiam ser equiparadas às escolas normais do Estado, na qualidade de escolas normais livres.

Essa comissão, a mesma que verificou as condições do Colégio das Madres Beneditinas, chefiada pelo prof. Arnaldo Araújo, veio também examinar o ginásio para o fim de tal equiparação, entretendo-se a respeito com o Sr. João Machado de Araújo, diretor do estabelecimento(e no ano seguinte prefeito da cidade); mas por faltar a subvenção da Câmara Municipal, seria preciso para equipará-lo, provar a existência de uma associação com o capital de 200 contos de réis, que pudesse garantir a manutenção e funcionamento regular, como não houvesse tempo para se organizar tal sociedade, a equiparação ficou adiada para o ano vindouro(CORREIO DE SOROCABA, CORREIA, 11/03/1928).

Com isso, pudemos compreender, conforme esse mesmo historiador, que se a Câmara Municipal tivesse honrado e mantido sua palavra, municipalizando o ginásio, seria dispensada a exigência do capital (como ocorreu na cidade de Tietê, e Sorocaba já estaria gozando não só das vantagens de um instituto secundário, mas também da regalia e direitos de uma Escola Normal livre, e, o que é mais ainda, de uma Escola Normal livre não somente para um sexo, mas para um e outro sexo, com a modicidade¹⁴ de taxas que muito favoreceriam as classes pobres e desprotegidas.

Essa mesma edição trouxe o edital convocando os candidatos inscritos para comparecerem no dia seguinte, 12 de março, para prestarem os exames, que seriam presididos pelo comandante Arthur de Freitas Seabra, que já encontrava-se em Sorocaba.

Nesse mesmo dia houve exames de Português e Aritmética e nos dias seguintes, provas orais dessas e de outras matérias.

Os então professores do ginásio formaram uma junta examinadora: Antonio Funes (no ano seguinte 1º diretor da Escola Normal Livre), Albertino Manente, João Doretto, Genésio Machado, Nestor Grilo e como suplente, Antonio Miguel Pereira Junior.

¹⁴ Taxas consideradas baixas, módicas.

Do total de candidatos inscritos, apenas três não compareceram pelo fato de se encontrarem ausentes da cidade. Destes, 54 inscreveram-se na primeira série. E seguiu citando os nomes.

Alguns não teriam terminado o curso, por motivo de desistência pelo alto custo das mensalidades, ou por transferência para outras escolas de cidades vizinhas.

Enfim, aos 2 de abril de 1928, aconteceu a aula inaugural, a qual foi noticiada pelo “Correio” no dia 5:

A sala de aula, que fica na esquina do prédio que dá para as ruas Barão do Rio Branco e XV de novembro, com 5 amplas janelas, por onde a luz se derrama exuberante estava completamente cheia com os 54 alunos matriculados no primeiro ano ginásial. “Na face daqueles alunos bailava um sorriso de íntimo regozijo pela significação daquele dia, daquele momento” (CORREIO DE SOROCABA, CORREIA, 05/04/1928).

Para os cidadãos sorocabanos, momento marcante, já era dado início, ainda que tardiamente, a um novo ciclo na sua história da educação, com a concretização do ensino secundário, após inúmeros calços e percalços.

Com a presença do corpo docente, o sr. farmacêutico João Machado de Araújo, digno diretor do estabelecimento de ensino que acaba de afirmar a sua vitalidade, fez a apresentação dos professores aos alunos.

Utilizou-se de palavras animadoras, concitando os estudantes a cumprirem o seu dever e dizendo esperar tudo dos senhores professores, para bom êxito do instituto cujo funcionamento acabava de ser inaugurado.

Falaram eloquentemente os senhores farmacêuticos Albertino Manente, José Pereira da Fonseca Junior, profs. José Reginato e Achilles de Almeida. Todos os ilustres oradores, além de demonstrarem de um modo exuberante e claro as vantagens para Sorocaba, da organização de uma casa de ensino daquela ordem, salientaram o grande patriotismo e o grande amor à instrução por parte do nosso digno diretório do Partido Republicano Paulista (VIEIRA, 16/03/1986).

O Sr. João Machado de Araújo, que era membro direto do diretório, agradeceu em nome do mesmo as palavras amigas, ratificando os mesmos sentimentos de patriotismo e demonstrando sua gratidão quanto ao apoio da Loja maçônica Perseverança III:

Ilmos. Srs. Venerável e demais membros da Augusta e Benemérita Loja Perseverança III. Venho hoje à presença dessa Augusta e Benemérita Loja,

para cumprir o gratíssimo dever de agradecer os relevantes serviços, prestados por essa importante sociedade, à causa da instrução, concorrendo com o seu auxílio valioso e desinteressado para que a idéia da criação de um Ginásio e de uma Escola Noturna neste município não percesse, antes se tornasse na mais palpitante das realidades. Primeiro Diretor do “Ginásio Municipal de Sorocaba” e hoje Prefeito Municipal, venho trazer o meu duplo agradecimento, de cidadão, que encontrou, no momento preciso, o apoio material e valioso da realização de tão grande empreendimento, e, de governador da Cidade, em nome do povo beneficiado, o apoio, que lhe foi prestado por essa útil instituição, cujo nome está ligado a tantos e tão grandes atos de benemerência e que, no momento propício, pôs á disposição do Ginásio o seu prédio a Rua Barão do Rio Branco com o material escolar, que nele existia, para o funcionamento desta casa de ensino – sem ônus de qualquer espécie, pelo tempo que preciso fosse. Aproveito ainda oportunidade para patentear o meu reconhecimento pelas felicitações que enviou-me por intermédio da distinta comissão composta dos srs. Manoel Affonso, Dr. Júlio Bierrenbach de Lima e José Rodrigues Filho, no dia em que a Escola Normal Livre, de Sorocaba, iniciou o seu curso regular e oficial. Apresento a V. Sas. os protestos da mais distinta e elevada consideração. João Machado de Araújo – Prefeito Municipal. (ALEIXO IRMÃO, 1994, p.553).

Estiveram presentes naquele dia, além do corpo docente, três representantes da Loja Maçônica Perseverança III e o vereador Gustavo Schreppel, autor da lei Nº 204 que, direta e indiretamente foi a causa da fundação do Ginásio Municipal.

E nesse mesmo dia a Loja Maçônica Perseverança III aprovou em sessão um voto de louvor pela fundação do Ginásio Municipal comunicando a diretoria do mesmo por meio de ofício.

Vieira relata que realizou algumas entrevistas com ex alunos da primeira e segunda turmas do ginásio, os quais relataram que não havia sido adotado um uniforme, embora os mesmos demonstrassem claramente a ânsia pelo uso de uma farda semelhante ao do “Ateneu” em Campinas, o qual ditava a moda e era muito invejado na época, tanto que os alunos acabaram por combinarem entre si e passaram a usar uma boina que fora oficializada pela diretoria, porém não durou por muito tempo.

O custo do material escolar sempre foi alto, estando aquém das possibilidades financeiras de muitas famílias naquela época. Os livros adotados foram somente para as línguas e os pontos eram ditados pelos professores.

Ditar pontos foi uma prática docente que mesmo anos mais tarde sendo estritamente proibida ao corpo docente, como poderemos constatar nos regimentos escolares, perdurou por décadas, adentrando o século XXI. Podemos nomeá-lo como mais um dispositivo de controle escolar, pois ao ditar, o professor pode garantir o silêncio, a ordem, a disciplina e a interrupção do ato reflexivo pelo corpo alunado!

O Gabinete de Leitura Sorocabano era o espaço nobre no qual os alunos recorriam para as pesquisas e estudos, já que o mesmo adquiriu exemplares dos principais livros e outros das demais matérias.

E conta com orgulho que dava gosto de se ver a “Sala de Estudos”, ao fundo do Gabinete, constantemente cheia de estudantes absorvidos em seus estudos e pesquisas.

Não se contentado em somente auxiliar os estudos, o Gabinete instituiu um prêmio de 50\$000 réis para o Ginásio e no ano seguinte, quando da criação da Escola Normal, outro de mesmo valor, que seriam destinados aos alunos pobres que obtivessem a primeira classificação em ambos os educandários, válidos tão somente aos que a Prefeitura isentasse das taxas.

As matérias lecionadas tinham um caráter de profundidade, visto que havia aulas de Anatomia e Fisiologia Humana, que são inerentes aos cursos de medicina.

O brilhantismo dos professores era destacado em nomes como: Américo Augusto de Figueiredo, Alda Meira, José Reginato, Albertino Manente e Luiz Bonito, sendo que todos mais tarde lecionariam também na Normal Livre.

Enquanto o Ginásio prosseguia nos primeiros e difíceis, em seis meses de trabalho, a condição polêmica entre os dois jornais continuava, tanto que o “Cruzeiro” atacou o Ginásio publicando o seguinte:

Com efeito, onde está o Ginásio? Será porventura aquela casa de ensino acanhada instalada num velho casarão da rua Barão do Rio Branco, onde um grupo de aplicados jovens e estudiosas senhoritas procuram instrução? Não é possível. Ginásio por quê? Por que não se chama Externato Sorocabano? Não vemos diferença entre um outro. O mesmo prédio, corpo docente o mesmo, alunos quase os mesmos, as instalações não mudaram. Não há espaço agradável e bom para a permanência dos alunos durante o tempo de recreio, destinado ao descanso, e são forçados para espalhar os estudos, a ficar na rua fatigando a atenção com o bulício desta e respirando um ar que, por ser de rua não é dos mais recomendáveis. Do que não depende do Diretório teria o visitante a melhor impressão: professores esforçados e conscientes de seus deveres, alunos inteligentes e cheios de sincera vontade de aprender. Entre seus próprios componentes a idéia já não tem mais aquele calor do princípio. E tanto é assim que o cel. João Padilha de Camargo, sincero entusiasta pela viabilidade do Ginásio, chegou muito recentemente a solicitar demissão do diretório, do qual é presidente, por notar o esmorecimento dos companheiros no levar adiante a iniciativa, que diga-se com justiça, lhe cabe na maior parte (CRUZEIRO DO SUL, 03/10/1928).

Como de fato o prédio onde estava em funcionamento o Ginásio não dispunha de um pátio ou quintal, os ex-alunos entrevistados ratificaram a informação, porém ao invés de “*fatigando a atenção com o bulício*”, era para eles uma distração na verdade,

uma vez que a rua Barão do Rio Branco sempre foi de intenso movimento, enquanto outros permaneciam na sala de aula durante o período de recreio, e esses testemunhos nos levam a constatar serem infundadas as manifestações da imprensa, já que tínhamos um grupo por ora seleto de alunos focados e entusiasmados com os estudos e sequer cogitavam a hipótese de perderem o seu precioso tempo com o “bulício”, como designavam os noticiários da esquerda.

O jornal adversário reconheceu os méritos, em especial de João Padilha de Camargo, como entusiasta e batalhador na criação do Ginásio Secundário e Escola Normal Livre em Sorocaba, embora, houve também evidências de que a criação desses educandários foi um dos pivôs das ferrenhas disputas entre as facções peerrepistas.

Concomitantemente, ocorria outro fato de suma importância na cidade, por ocasião das eleições municipais que se aproximavam: o auge das desavenças entre essas duas facções políticas, inferindo finalmente em derrota do vergueirismo, que percebendo-se de antemão derrotados, retiraram suas candidaturas, no mês de outubro de 1928.

O diretório garantiu vitória concorde. Foram eleitos então: João Ferreira da Silva, Luiz da Silva Oliveira, Isaac Pacheco, João Machado de Araújo, Simpliciano de Almeida(sendo estes indicados respectivamente para prefeito e vice-prefeito para o ano de 1929), Manoel Ferreira Leão, João Cândio Pereira.

Câmara eleita, a qual foi, segundo Vieira(1986), de extremo benefício ao Ginásio e Escola Normal Livre Municipal.

À título de solenização foi oferecido aos eleitores pobres um churrasco regado à chope, no futuro prédio da escola profissional e aos eleitores ricos, um encorpado copo de champanhe nas instalações do Clube União Recreativo[...], inclusive com enterro simbólico do vergueirismo, na praça Cel. Fernando Prestes, o que fez com que alguns arruaceiros motivados pela excessiva ingestão alcoólica arrancassem as placas de homenagem ao pai de Joaquim Firmiano de Camargo Pires(fundador do “Cruzeiro do Sul”), e de João Clímaco de Camargo Pires, último presidente vergueirista do Diretório Político.

2.2.1 O Ginásio e a Escola Normal Livre: os anos seguintes de uma história.

Quando a escola normal foi criada em 1929, não houve a criação de um programa oficial para a mesma, o que nos leva à compreensão de que foi seguido o mesmo programa do ginásio, talvez com algumas adaptações, mas não um específico para a normal, como verificamos na Lei Nº 209/ 1929.

Havia uma diversidade nas formações profissionais e/ ou acadêmicas: farmacêuticos, engenheiros, comissários de polícia, reverendos, ex professora de colégios cariocas, bacharelado em Belas Artes no Rio, pianista formada para a docência de música, bacharéis em Direito na docência e direção da Escola normal, além dos professores!

Abaixo, duas fotografias publicadas no jornal “Correio de Sorocaba”, mostram um pequeno grupo de alunos do Ginásio Municipal, já em 1930, e pudemos analisá-la à luz do conceito de imagem fotográfica como sendo um discurso produzido:

Se a imagem é um discurso podemos pressupor que a literalidade da fotografia não é algo natural, mas cultural. Seu código precisa, portanto, ser aprendido. A fotografia pode ser prática de significação (LIMA e CARVALHO, 2010, p.42-43).

Esses garotos tinham a faixa etária de aproximadamente catorze anos, visto que essa era a idade mínima exigida para matrícula no Ginásio. Na foto, estão sete alunos juntamente com seis docentes. A distinção foi por conta das calças curtas utilizadas pelos meninos.

Notamos que todos os alunos usavam sapatos, ternos e meias, o que nos levou a afirmar como a escola era para poucos. Poucos das famílias mais abastadas financeiramente nessa época:

Figura 4-a- Grupo de alunos e professores do Ginásio Municipal:

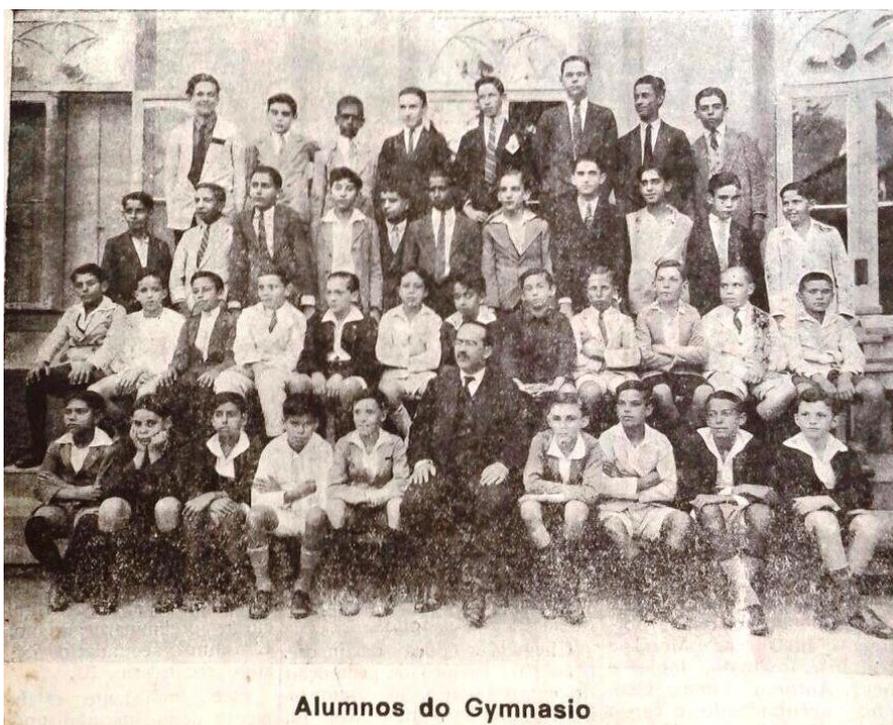


Fonte: JORNAL CORREIO DE SOROCABA", O ENSINO SECUNDÁRIO, MARÇO/1930.

Essas fotos foram tiradas no mesmo local, e pelo formato das janelas, seria no interior em uma das dependências de um dos prédios provisórios, certamente já na rua Álvaro Soares, visto que nesse ano, já havia a segunda turma do curso normal, e as dependências do primeiro prédio situado à rua Barão do Rio Branco já não comportaria essa quantidade de alunos.

Os professores homens usavam incondicionalmente o terno e a gravata, e na foto abaixo, também alguns alunos usavam gravata, embora a maioria usasse camisa e terno. Os cabelos sempre bem curtos e aparados:

Figura 4 – b - Grupo de alunos e professores do Ginásio Municipal:



Fonte: JORNAL CORREIO DE SOROCABA”- O ENSINO SECUNDÁRIO.MARÇO/1930.

Podemos concluir que, naquele momento histórico, em que uma instituição escolar secundária iniciava a sua consolidação social, a fotografia foi um marcador social, construindo status, aspirações, identidades e até exclusões e inclusões.

Em 1929, João Machado de Araújo, já ocupando o cargo de prefeito da cidade, ao promulgar, em 16 de janeiro, a Lei Municipal nº 209, “encampou” esse Ginásio e o transformou em Ginásio Municipal, bem como criou a Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

A criação da Escola Normal Livre Municipal foi bastante apoiada pelo governo do Estado, na pessoa de Júlio Prestes de Albuquerque, conforme promessa feita aos componentes do diretório municipal do PRP.

Aos 11 dias de novembro de 1928, o Correio publicou:

Três notáveis melhoramentos para Sorocaba- Graças aos esforços dos políticos situacionistas, que em boa hora assumiram a direção de Sorocaba e a boa vontade do povo, que deu apoio às nobres iniciativas do diretório a nossa terra que já desfruta a grande vantagem do Ginásio Municipal, que vai em franco progresso, contará em breve com mais dois notáveis melhoramentos. São eles a Escola Normal Livre o a Escola Profissional. A Escola Normal Livre, que funcionará anexa ao Ginásio iniciará seu funcionamento a 1º de fevereiro do ano vindouro, sendo que oportunamente será anunciada a abertura de inscrições para o exame de admissão. Devidamente autorizados pelo diretório podemos informar aos interessados

que convém iniciar desde já o preparo dos candidatos para haver tempo de se apresentarem a exame, podendo, nesse sentido, se entenderem com o Sr. João Machado de Araújo, digno diretor do Ginásio. Logo que nossos edis tomarem posse dos cargos dar-se-á a municipalização do Ginásio e Normal que também será reconhecida pelo governo estadual (JORNAL CORREIO DE SOROCABA, 11/11/1928).

A nota jornalística afirmou que o reconhecimento pelo governo estadual da escola normal(equiparação) ocorreria em curto espaço de tempo. Não foi o que ocorreu.

O diretório buscava enquanto isso, um prédio central que pudesse comportar esses dois educandários, pois as instalações da Escola Noturna não teriam condições de abrigar além das duas classes do Ginásio e mais a primeira turma da Normal.

O jornal “Cruzeiro” que a partir do dia 17 de novembro daquele ano passou a ter como proprietário o Sr. Castronovo e com a saída do dr. Afonso Vergueiro e Cecê César já não combatiam mais o Ginásio, e nesse mesmo dia publicou:

Exames ginasiais- Desde ontem encontram-se nesta cidade os srs.drs. Armando Bernardes, fiscal federal junto ao Ginásio Municipal de Sorocaba, Antonio Picarolo, Álvaro Araújo e prof. José Borges Junior, examinadores da turma de promoção do 1º para o 2º ano naquele estabelecimento. Inscreveram-se para os atuais exames 36 candidatos, que ontem se submeteram às provas escritas de português e francês. O resultado foi muito bom, pois exceto três alunos reprovados em Português, todos os mais conseguiram aprovação nessa matéria e em francês, sendo que nesta houve 15 notas distintas. Hoje se chegarem outras turmas de examinadores, prosseguirão as provas. Em caso contrário se realizarão outros exames de admissão para os quais se inscreveram 21 candidatos(JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 17/11/1928).

E na sequência, o mesmo jornal tornou pública a listagem com os nomes dos aprovados, e notou-se o brio ao enfatizar que, futuramente vários desses alunos alçariam formações e profissões, as quais seriam reconhecidas socialmente, como dentistas, médicos, advogados, diretores, prefeitos, deputados e professores da Escola Normal e Grupos Escolares.

O segundo diretor do Ginásio e primeiro da Normal Livre, prof. Antonio Funes, num de seus relatórios publicados pelo jornal, fez mérito ao então corpo docente e 1º diretor do Ginásio:

Contribuíram para esse resultado satisfatório o trabalho eficaz dos senhores professores e a bem orientada direção reta e austera do Sr. João Machado de Araújo que exerceu o cargo de diretor nesse ano letivo de 1928. [...] A receita montou a 27:346\$200 réis, tendo-se gasto igual quantia com a

manutenção do referido estabelecimento de ensino(JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 17/11/1928).

Aos vinte dias do mês de dezembro, noticiou-se o falecimento de um dos principais idealizadores da implantação do Ginásio, autor da Lei Nº 204, Gustavo Schreppel, que esteve muito doente nos dias anteriores ao seu falecimento.

Era advogado, natural de Sorocaba, e acabou não prestigiando sua vitória. Ocupou vários cargos de representação popular, tendo sido também escrivão da 2ª Coletoria Federal, além de membro do Diretório do Partido Republicano. A prefeitura municipal decretou feriado além de patrocinar o féretro.

Janeiro de 1929: fim do vergueirismo e posse da nova Câmara Municipal composta por seus adversários, em sessão presidida pelo juiz de Direito da Comarca, dr. Aguiar de Souza, na qual não teria comparecido nenhum sequer dos ex-vereadores.

Após votação ficou assim constituída a nova cúpula governamental: Presidente e vice-presidente da Câmara: João Ferreira da Silva e Aníbal da Costa Dias; 1º e 2º secretário: João Cândio Pereira e Luiz da Silva Oliveira; prefeito e vice-prefeito: João Machado de Araújo e Simpliciano de Almeida.

Findada a cerimônia, o presidente convocou em seguida os edis eleitos para uma sessão extraordinária, cuja pauta era o projeto de lei Nº 209, que municipalizava enfim o Ginásio e criava a Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

O mesmo foi lido pelo então secretário João Cândio Pereira, e em seguida João Ferreira da Silva declarou que, pelo fato de ser um projeto de lei assinado pela totalidade dos membros da Câmara, o regimento interno ordenava que fosse considerasse aprovado e decretado, passando em seguida ao prefeito para promulgação e publicação.

Fevereiro de 1929: o Jornal Correio publicou Edital de inscrição para os exames de admissão da primeira turma da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, com a presença de um inspetor vindo de São Paulo.

Foram 52 aprovados, mas não temos a informação de quantos inscritos para esta primeira turma da Normal, sendo que o relatório de 1930 (o jornal Correio registrou cinquenta e cinco candidatos aprovados, sendo três deles transferidos das normais de Botucatu, São Paulo e Tietê.

Abaixo, algumas imagens das primeiras turmas do Ginásio Municipal e Escola Normal Livre, assim como do primeiro corpo docente, coletadas no acervo do Gabinete de Leitura Sorocabano, por meio da edição do jornal de março de 1930:

Figura 5 - Primeiro corpo docente e administrativo:



Fonte: Gabinete de Leitura Sorocabano. CORREIO DE SOROCABA.
O ENSINO SECUNDÁRIO. MARÇO/1930.

É possível notar o mesmo espaço de concentração para a pose das fotos. As janelas e porta aos fundos nas imagens podem comprovar.

Na imagem acima, temos o total de dezesseis docentes e membros do corpo administrativo, sendo apenas quatro mulheres.

Já na figura 6, abaixo, um grupo de alunas uniformizadas e engravatadas, diferente da figura 7, que refere-se ao grupo de normalistas, uniformizadas, porém sem gravatas:

Figura 6 - Primeira turma de alunas do Ginásio Municipal:



Fonte: Gabinete de Leitura Sorocabano: Jornal "CORREIO DE SOROCABA" O ENSINO SECUNDÁRIO. MARÇO/ 1930.

Figura 7 - Grupo de alunas da Escola Normal Livre(1930):



Fonte: CORREIO DE SOROCABA. ENSINO SECUNDÁRIO. MARÇO/ 1930.

Ambas as imagens mostram além da figura masculina do diretor, ao centro, a presença de professoras, vestidas de preto. Todas as garotas usavam corte de cabelo bem curto, estilo que marcou uma época, assim como as professoras, detalhe que poderia representar traços de uma certa independência feminina.

As roupas escuras sóbrias eram usadas em sinal de respeito e por conta da própria condição social, não evidenciando a moda e podiam também representar a crise econômica mundial nesse momento histórico.

Ainda no mês de fevereiro, o jornal “Correio” noticiou quanto ao novo prédio escolhido (ainda provisoriamente), localizado onde hoje está instalado o Clube “Estrada de Ferro Sorocabana”, na rua Álvaro Soares, que já estaria alugado e passando por reforma para abrigar os dois educandários municipais, e também destacou a dívida do ginásio com a Loja Maçônica Perseverança III, por ocasião do ano de 1928, quando o prédio foi cedido gratuitamente para o início do seu funcionamento.

Era possível cursar o Normal sem antes ser diplomado no Ginásio, desde que houvesse idade mínima (14 anos) e aptidão constatada. Tanto que houve alunos inscritos nos dois cursos: ginásial e normal. É fato que essas ocorrências deram-se antes da regulamentação junto ao DECRETO N. 5.846, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1933, que reformava o Ensino Normal.

Aos 26 dias de fevereiro o “Correio” difundiu que o prefeito João Machado de Araújo nomeou o Sr. Antonio Funes, então secretário do Ginásio Municipal, para diretor do mesmo estabelecimento e da Escola Normal Livre anexa.

Já no dia 07 de março, publicou a notícia de que o Ginásio encontrava-se em regime de fiscalização prévia do Departamento Nacional de Ensino, e que a mesma proporcionar-lhe-ia os direitos dos estabelecimentos equiparados ao Colégio Pedro II.

A equiparação dependia de dois anos de fiscalização prévia, prazo que poderia ser prolongado. Podemos entender que ao menos o Ginásio realmente foi equiparado, embora não encontramos nenhum documento ou decreto que pudesse comprovar esse fato.

Em meados de outubro de 1930, após vitória da revolução getulista e a derrota inconformada do vergueirismo pelos opositores, o povo, inclusive o sorocabano comemorava eufórico.

Entre as diversas arruaças confundidas com comemorações, o prédio do Ginásio e personalidades a ele ligados tiveram suas casas apedrejadas, entre eles: Prefeito João Machado, Renato Mascarenhas, João Ferreira da Silva, Simpliciano de Almeida e João Padilha de Camargo, do Diretório, além do prof. Renato Sêneca de Sá Fleury.

Além disso, as instalações do jornal que mais havia batalhado pelo Ginásio e Escola Normal Livre, porta-voz do Diretório sorocabano, da Câmara Municipal e da Prefeitura, o “Correio de Sorocaba”, fora literalmente empastelado também pelos arruaceiros de plantão: o povo jogou pelas janelas todo material inflamável, ateando fogo. Martelou todo o maquinário, estragou os tipos, enfim, praticamente inutilizou o jornal.

O fato de o Gabinete de Leitura Sorocabano contar ainda com exemplar arquivado do ano de 1935, nos levou à constatação de que mesmo após esse lamentável despautério, esse jornal conseguiu reestabelecer-se.

A Junta Governativa, após o ocorrido, então constituída para dar novos rumos ao destino da cidade, aclamou o Sr. Otacílio Malheiros como novo prefeito da cidade, o qual governou de 1930 a 1932.

Logo no início de 1931, correram boatos de que o Ginásio e a Escola Normal poderiam ser fechados por medidas de ordem estritamente econômicas, e o “Cruzeiro” noticiou:

Procuramos saber o que há de real sobre o assunto e podemos devidamente autorizados declarar que tais boatos não tem fundamentos. O sr. Otacílio Malheiros, muito digno prefeito municipal, jamais cogitou daquele fechamento, embora as condições financeiras da Prefeitura não sejam boas. O sr. governador da cidade deu ontem andamento aos papéis que devem ser remetidos à Diretoria Geral do Ensino, pedindo inspeção prévia da Escola Normal, de acordo com a reforma¹⁵ que foi recentemente publicada. Esta semana será enviada a São Paulo a quantia de 14:000\$000 destinada ao pagamento do professor fiscal. Dada a situação difícil que a prefeitura atravessa, o sr. prefeito resolveu reduzir em 50% os vencimentos de professores e pessoal administrativo da escola, e espera que o corpo docente acolha com patriotismo essa medida que se viu forçado a tomar, nesta hora em que todos os brasileiros devem esforçar-se para o reerguimento financeiro, econômico, político e social do Brasil. Informaram-nos que os srs. professores estão dispostos a esse sacrifício, a fim de não ser a cidade privada daquelas casas de ensino secundário. A medida que tomou de reduzir os vencimentos dos professores, foi medida geral, extensiva a todo o funcionalismo municipal (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 12/01/1931).

¹⁵ Reforma Lourenço Filho, em São Paulo, 1931.

Declaração prestada pelo então diretor do Ginásio e Escola Normal, sr. Achilles de Almeida, aliás devidamente autorizado pelo prefeito.

O período de 1933 a 1935 trouxe indícios marcantes de tragédia na política sorocabana, visto que houve o assassinato (cremos que não de forma gratuita) de dois prefeitos, sendo o Dr. David Alves Ataíde (1932-1933) e o Dr. Eugênio Salerno(1933-1935).

Período vulnerável, visto que somente no ano de 1933, houve a atuação de quatro prefeitos, sendo o então dr. David Ataíde (assassinado em fins de janeiro), o Dr. João da Costa Marques, que assumiu em 18 de fevereiro, o Coronel Ary Cruz, que tomou posse em 6 de julho e o sorocabano dr. Eugênio Salerno que governou desde setembro até o seu assassinato em agosto de 1935.

Algumas atitudes do Sr. Ataíde teriam causado revolta num grupo de estudantes, quando no dia 25 de março, aniversário de São Paulo, teriam solicitado ao prefeito que mandasse acender as luzes da Praça João Pessoa(hoje Cel. Fernando Prestes), afim de comemorar a data, e não foram atendidos.

O “Cruzeiro” então publicou:

Magoados os estudantes assim como toda a população sorocabana em geral pelo esquisito gesto do prefeito, negando o coreto da praça João Pessoa, para o concerto do dia 25 em honra ao aniversário de São Paulo, os nossos estudantes dirigiram o seguinte telegrama ao dr. Ataliba Nogueira, chefe da Casa Civil do Interventor Federal: “Estudantes Sorocaba protestam ato prefeito negando o coreto para o concerto em homenagem ao aniversário da fundação de São Paulo (CRUZEIRO DO SUL, 27/01/1931).

No dia 30, o povo foi convidado para uma manifestação na praça contra as atitudes do prefeito Ataíde, que escurecera a mesma para acabar com os footings¹⁶.

Cerca de 5.000 pessoas estavam presentes e passeavam de velas acesas em manifesto, com duas bandas de músicas revezando-se no coreto.

O prefeito também estava presente e começou a apagar as velas a tapas, e minutos após, em frente ao Gabinete de Leitura Sorocabano, foi alvejado fatalmente.

Já o assassinato do então prefeito Eugênio Salerno, deu-se por ocasião da construção do prédio oficial, em agosto de 1935, quando o mesmo trabalhava muito em prol de conseguir fundos para alavancar a obra dos prédios que atenderiam ao Ginásio (que seria estadualizado) e posteriormente o da Escola Normal.

¹⁶ Flerte/paquera que acontecia em caminhadas em forma de círculos, sendo garotas de um lado e garotos do outro, para assim encontrarem-se. Famoso durante anos na cidade.

O mesmo estando em fase de acabamento, motivou o prefeito Salerno a ir a São Paulo, conseguindo, juntamente ao Departamento das Municipalidades, levantar empréstimo de 150:000\$000 réis entre os sorocabanos, e “pagando 8% de juros e com um prazo de 5 anos para amortização”. E no dia 17, do mesmo mês, sorrateiramente, Eugênio Salerno foi assassinado em praça pública.

Fatos trágicos envolvendo dois dirigentes sorocabanos que não foram devidamente desvendados até então.

Coincidentemente ou não (cremos que não), esse fato deu-se justamente em seguida à criação do Decreto Nº 11 de 21/01/1933, que resolvia sobre a organização das matrículas e taxas da Escola Normal e Ginásio Municipal, e também ao ato Nº 12 de 24 de janeiro de 1933, que resolvia sobre a gratuidade (ainda que parcial) e pagamento de taxas referente ao Ginásio e Escola Normal, em pleno período da revolução de 1930 e 1932, e concomitantemente com o ingresso de Getúlio Vargas no poder da nação brasileira, e logo após a derrota do vergueirismo na cidade de Sorocaba.

Mera coincidência? Certamente que não. O telegrama enviado teria sido mesmo por estudantes ou por alguém que tivesse se passado por eles?

Parece que essas ocorrências nunca foram investigadas com afinco a fim de real desvendamento dos fatos.

Segue abaixo, para fins de curiosidade, conhecimento e constatação a listagem de prefeitos da cidade de Sorocaba desde a proclamação da República até 1967:

Quadro 2 - Prefeitos sorocabanos a partir da proclamação da república:

Prefeito	Início do mandato	Fim do mandato
Capitão José Vaz Guimarães	1895	1896
Augusto da Silveira Franco	1896	1899
Capitão José Dias de Arruda	1899	1901
Coronel Francisco Loureiro	1901	1902
João Ribeiro de Carvalho Braga	1902	1902
Coronel José de Barros	1902	1908
Capitão João Clímaco de Camargo Pires	1908	1911
Doutor Álvaro Soares	1911	1913
Capitão Joaquim Eugenio Monteiro de Barros	1913	1914
Capitão Augusto César do Nascimento Filho	1914	1921
Capitão Joaquim Eugenio Monteiro de Barros	1921	1923
Capitão João Clímaco de Camargo Pires	1923	1926
Doutor Luiz Pereira de Campos Vergueiro	1926	1927

Professor Jorge Moisés Betti	1927	1929	1
Doutor João Machado de Araujo	1929	1930	2
Otacilio Malheiros	1930	1932	3
Doutor Ernesto de Campos	1932	1932	4
Doutor David Alves Athaide +	1932	1933	5
Doutor João da Costa Marques	Fev/1933	Jul/1933	6
Tenente Coronel Ary Cruz	Jul/1933	Set/1933	7
Doutor Eugênio Salerno +	1933	1935	8
Doutor Francisco de Paula Camargo	1935	1936	9
Porfirio Loureiro	Mai/1936	Jul/1936	10
Alcino de Oliveira Rosa	1936	1938	11
Capitão Augusto César do Nascimento Filho	1938	1943	12
Doutor José Fernal	1943	1945	13
Doutor Mário Schimidt Ingles de Souza	1945	1946	14
Doracy Amaral	Jan/1946	Abr/1946	15
João Wagner Wey	1946	1947	16
Doracy Amaral	Mar/1947	Abr/1947	17
Nelson da Costa Marques	Abr/1947	Mai/1947	18
Jorge Frederico Schrepel	Jun/1947	Dez/1947	19
Doutor Gualberto Moreira	1948	1950	20
Armínio de Vasconcellos Leite	1951	1951	21
Emerenciano Prestes de Barros	1952	1954	22
Doutor Gualberto Moreira	1955	1959	23
José Lozano	1959	1960	24
Doutor Artidoro Mascarenhas	1960	1963	25
Doutor Emerenciano Prestes de Barros	1962	1962	26
Benedito Camargo Santos	Set/1962	Out/1962	27
Oswaldo Duarte	Out/1962	Nov/1962	28
Armando Pannunzio	1964	1969	29

Fonte: Arquivos pessoais Sr. Otto Wey Netto.

Sorocaba foi governada por nada menos que vinte e nove prefeitos num período de trinta e oito anos de história da Escola Normal, sendo evidente a alta rotatividade. Conseqüentemente, a rotatividade de diretores nesse período também foi fato.

De acordo com Tanuri, podemos afirmar com base em seus estudos, que há evidências quanto à fragilidade política e conseqüentemente educacional para cidade nesse período, pois ao vivenciarmos essa mudança em relação aos prefeitos, podemos inferir que:

[...]essas mudanças sucessivas, sem uma linha de continuidade, a ausência de diretrizes advindas de uma política escolar traçada, refletindo mais as ideias pessoais dos detentores do poder. A cada mudança de governo e substituição da cúpula dirigente do ensino, novas alterações sofria o sistema escolar (1979, p. 180).

Essas alterações certamente davam-se em âmbito nacional e municipal.

A criação do Ginásio e Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, em 1927 e 1929 respectivamente, foi a divisora de águas quanto ao início de fato da implantação do ensino secundário na cidade, tardio em relação às demais cidades de porte semelhante, embora implicitamente, parece que com o propósito de atender à cobiça de algumas camadas representadas na estrutura política local, por meio de das legislações, que segundo Romanelli (2013), são legisladas por pessoas (como todas as pessoas), com limites de valores, mesmo que de acordo com essa mesma escala de valores, própria da camada a qual pertence.

Logo, a organização formal de uma rede de ensino passa a ser diretamente influenciada e responsabilizada pelo poder político. No caso de Sorocaba, o poder político local.

Assim corroborando a questão proposta por Romanelli (idem), “a quem serviria a criação das escolas secundárias”?

Em 1929 Sorocaba contava com 3.953 alunos matriculados em instituições públicas, sendo elas cinco grupos escolares, quatro escolas reunidas (noturnas) e 38 escolas isoladas, das quais 26 rurais e 12 urbanas, segundo relatório do setor de Higiene e Instrução do Estado, de 1929, endereçado à Diretoria Geral do Ensino, visando resultado de pesquisa sobre profilaxia do tifo amarelo.

Em Sorocaba, os ideais nacionalistas aparecem em padrões de pensamento, mas não nos padrões e realização do poder público.

O primeiro grupo escolar da cidade foi criado em 1896, por sugestão de um comerciante e vereador Antonio Padilha de Camargo, que dá nome à escola (coincidentalmente seu irmão João Padilha de Camargo foi o idealizador do Ginásio e Escola Normal).

O grupo escolar nasceu com a incumbência de atender a uma classe social bem definida, pois a elite sorocabana frequentou a escola particular até 1896 (MENON, 1998, p. 94)

Somente em 1910 Sorocaba teria uma escola pública gratuita, e ainda assim com horário incompatível de atendimento aos alunos operários, remetendo à denúncia por meio do jornal “O operário”, quanto às condições de exploração trabalhista as quais eram submetidos os trabalhadores, inclusive as crianças, que trabalhavam em péssimas condições e correndo riscos eminentes de acidentes e até óbito.

3 DESVENDANDO A “CAIXA PRETA” DA ESCOLA NORMAL LIVRE: MONUMENTOS E DOCUMENTOS.

O termo “caixa preta” foi utilizado por Dominique Julia(2001), considerando a metáfora aeronáutica, e neste caso, objetivando compreender o que ocorreu no interior da escola. Podemos afirmar que tivemos mais de uma caixa preta a ser desvendada, já que houve a questão dos prédios provisórios anteriores, inclusive com o possível extravio de uma delas, que pode estar guardada no prédio da Escola Estadual Julio Prestes de Albuquerque, hoje “Estadão”, conforme já citamos. Esse período compreendeu os anos de 1937 a 1941, e conseguimos resgatar apenas pequena quantidade de fontes históricas nesse período por esse motivo.

Quanto ao período de 1929 a 1936, reavemos um ínfimo conjunto de fontes, por amostragem, pelo fato dessa condição improvisada dos prédios nesse período.

A massa documental, ou a quantidade maior de fontes localizadas, é referente ao período em que o prédio foi definitivamente construído, ou de 1952 a 1967.

Tivemos portanto, uma caixa preta documental armazenada dentro de uma caixa maior, o monumento predial escolar, já que sua arquitetura muito assemelhou-se a uma caixa predial de tamanho compactado (vide figura 13).

3.1 Instituições de memória: a seleção, resgate e coleta das fontes históricas.

De acordo com Miguel, (2007, p.113), o processo de levantamento das fontes históricas é o ato de “preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetivos e novas abordagens.”

Logo, do levantamento das fontes à construção de uma historiografia ou uma história da história de uma instituição escolar temos um caminho que depende do subsídio dessas mesmas fontes encontradas, e do que teremos nesse conjunto:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade de que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro[...] determinada imagem (LE GOFF, 2013, p. 548).

O período de seleção, coleta e resgate das fontes primárias no estabelecimento ocorreu durante todos os meses do segundo semestre de 2013, enquanto estive atuando como gestora do mesmo, logo, sem maiores percalços, já que o acesso deu-se livremente.

Para Orso:

O processo de resgate das fontes amplia as possibilidades de compreensão da História da Educação e da própria história, na medida em que se relacionam com a totalidade social de cada momento (2013, p.34).

Há três espaços distintos na instituição escolar, nos quais encontramos parte das fontes históricas utilizadas: a ex sala de aula, chamada de arquivo morto principal, localizado no primeiro andar do chamado “prédio velho”, a antessala anexa à secretaria escolar e uma outra sala, situada no terceiro andar do chamado “prédio novo”, praticamente obsoleta, onde estão armazenadas várias pastas contendo memorandos, ofícios, mapas de movimento, além de materiais referentes ao período posterior ao nosso recorte. Alguns em estado precário, impossibilitando o manuseio.

Nas demais salas(arquivo morto e antessala), é notável o cuidado no acondicionamento das fontes, já que todos os livros, os mais antigos, estão encapados com papel do tipo kraft, conservados, no interior dos armários de ferro, e mesmo com a ação do tempo, encontram-se em bom estado de conservação.

Sanfelice, ressalta que instituições escolares salvo pouquíssimas exceções, não possuem uma cultura política de preservação de fontes:

É bastante difundida a imagem do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, em cubículos, porões ou banheiros quebrados. A poeira, a umidade e as traças são as causas mais constantes de deterioramento desse tipo de material (2006, p.25).

Toda a documentação coletada referiu-se ao nosso recorte histórico, mas a escola possui um vasto acervo a partir da década de 1970, que entendemos ser material de grande valia para pesquisas posteriores:

Torna-se urgente localizar, sistematizar, organizar e divulgar essas fontes, problematizando-as e validando-as de forma que elas possam alimentar a novos temas e objetos de estudo incluídos no campo científico da história da educação[...] (MOGARRO, 2006, p.78).

Alguns grupos de documentos estão numa sala destinada ao arquivo morto escolar. Outros, numa sala improvisada, localizada no terceiro andar do chamado prédio novo, em más condições de armazenamento, desorganizadas, portanto o trabalho foi de garimpagem, o que levou um bom tempo.

Tivemos a informação que quem teria organizado esses arquivos, em especial os localizados no prédio velho, foi uma secretária, que trabalhou nessa escola de 1977 a 2010, iniciando na função aos dezessete anos de idade.

A súmula de um secretário escolar, conforme regimento escolar datado de 1965, um dos quais analisaremos no capítulo III, trouxe em um dos seus itens: “organizar o serviço da secretaria, de modo a concentrar nela toda a escrituração e a preservação dos documentos escolares”, o que nos remete a afirmar que a acomodação, preservação e conservação dos documentos teria sido realizada pelo secretário escolar.

Fizemos a tentativa de convidar essa pessoa para um diálogo e possível entrevista, visto a sua relevante contribuição ao longo desse tempo, porém a mesma não demonstrou interesse, alegando que essas lembranças poderiam interferir em seu sistema nervoso, e educadamente esquivou-se.

Por onde iniciáramos a coleta, resgate e escolha? Que critérios utilizaríamos?

Não foi possível apresentar números ou dados precisos em relação a quantidade exata do número de alunos formados por ano, faixa etária etc., até pelo fato das desistências de alguns alunos no decorrer do curso e dos anos. De um modo geral, estimamos que cerca de hum mil alunos estudaram na Escola Normal Livre nesse período histórico.

Logo, interessou-nos averiguar como se deram as ações transformadoras nos atores escolares, assim como no meio escolar.

Para Romanelli (2013), aculturar-se é humanizar-se, ou o processo que nos transforma em seres humanos e a modificação da própria condição humana.

Uma instituição é formada por pessoas, as quais constroem e dão vida à mesma, e os atores protagonistas dessa época, os quais criaram, redigiram, legislaram, foram de certa forma imortalizados pelo fato de terem direta e indiretamente construído uma cultura escolar sólida, reconhecida naquele contexto social como de excelência na formação, ainda que, de parte dos jovens sorocabanos e da região.

Essa autora afirma que cultura:

[...]se define como algo muito mais abrangente do que o simples resultado da ação intelectual do homem; ela é o próprio modo de ser humano, “o mundo próprio do homem”. Distingue-se por seu duplo aspecto de processo e de produto, o primeiro definindo a ação contínua e recíproca do homem e do meio e o segundo, resultado dessa ação, definindo o conteúdo dos bens culturais conquistados, os quais, por sua vez, condicionam novos desafios à capacidade perceptiva, a sensibilidade, à inteligência e à imaginação humanas (ROMANELLI, 2013, p. 20).

As fontes históricas conforme o quadro 1, apresentado na introdução do trabalho, foram escolhidas, separadas para análise considerando as décadas de recorte e seus períodos: 1929 a 1950 e 1951 a 1967, por conta das inúmeras mudanças ocorridas, e sustentarão nossas investigações acerca da história dessa instituição:

[...] A leitura dos documentos não serviria pois para nada se fosse feita com ideias preconcebidas[...]A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (LE GOFF, 2013, p. 487).

De acordo com Miguel (2007), o processo de levantamento das fontes históricas é o ato de “preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetivos e novas abordagens.”

Logo, do levantamento das fontes à construção de uma historiografia ou uma história da história dessa instituição escolar tivemos um caminho que dependeu do subsídio das fontes históricas encontradas, e do que tivemos nesse conjunto:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade de que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser primeiro lugar analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro[...] determinada imagem (LE GOFF, 2013, p. 548).

O período de busca, coleta e resgate das fontes primárias na escola ocorreu durante todos os meses do segundo semestre de 2013, enquanto estive atuando como gestora do mesmo, logo, sem maiores percalços, já que o acesso deu-se livremente.

Parece que aos olhos dos atores sociais responsáveis por arquivar as fontes, houve distinção e evidências quanto aos documentos considerados de relevância ou não, conforme explicamos no início deste trabalho.

As pastas onde estavam armazenados os memorandos ou ofícios enviados e recebidos estavam localizadas na sala quase obsoleta, citada acima, e várias delas encontravam-se em estado avançado de deteriorização, não sendo desta forma possível a coleta e tão menos a análise de seu conteúdo.

Outros, arquivados em pastas tipo arquivo, todas devidamente identificadas por períodos, por exemplo: 1935 a 1945, recebidos e ou enviados, prefeitura municipal. Pastas estas parcialmente conservadas, pelo desgaste temporal natural. Mesmo assim, não havia uma sequência completa dos mesmos, levando à conclusão de um possível extravio ou descarte.

Recordamos que até o ano de 1941 a Normal Livre funcionou em três prédios provisórios (prédio da Loja Maçônica, casa na rua Álvaro Soares e nas salas do prédio do Ginásio do Estado).

Chamou-nos atenção a quantidade ínfima de fontes produzidas pelo alunado. Após muito vasculhar, encontramos apenas alguns testes de ingresso no primeiro ano de funcionamento da Normal, portanto da primeira turma, todas idênticas, só alterando o nome dos candidatos e respostas por eles dadas, aplicadas nas mesmas datas e para um mesmo grupo, e por esse motivo optamos por coletar apenas algumas amostras para análise.

Pudemos embasar com Vidal, essa nossa percepção:

Encontramos muito mais facilmente nos arquivos os testemunhos da atividade administrativa do que propriamente os vestígios dos processos de ensino e aprendizagem. Por uma espécie de seleção natural, alguns desses vestígios, entretanto sobrevivem, escapando ao descarte intencional ou deteriorização (2007, p. 66).

Continuando nosso processo de resgate, análise e coleta, estivemos explorando duas Instituições de Memória sorocabanas, as quais foram imprescindíveis na complementação do conjunto de vestígios históricos sobre a Escola Normal Livre.

O conceito de “Instituição de Memória” é apresentado por Saviani, como emergente na área da História da Educação. O papel dessas instituições é o de

organizar, armazenar e preservar acervos que podem ser constituídos como repositórios da memória coletiva.

Para esse autor:

São, pois, instituições de memória os Arquivos públicos e particulares, Museus, Centros Culturais, Centros de memória e Órgãos de Preservação do Patrimônio Cultural, Arquitetônico e Artístico de modo geral. Cada um desses diversos tipos de instituições de memória mantém os respectivos acervos organizados segundo arranjos apropriados com a descrição de seu conteúdo e a elaboração de instrumentos úteis a estudos e pesquisas, como índices, guias, repertórios e inventários (2013, pp. 14-15).

Uma das Instituições de Memória pesquisadas foi o Arquivo do Jornal Cruzeiro do Sul, que mantém armazenada desde sua primeira edição, publicada no ano de 1903. Possui um arquivo morto, devidamente projetado para armazenamento de fontes históricas jornalísticas, inclusive já com espaço reservado para os próximos quinze anos, segundo a funcionária responsável.

Realizamos a pesquisa com a ajuda da funcionária mais antiga do Jornal, responsável pelo acervo, que trabalha há quarenta e cinco anos nesse setor, senhora Mirian Keller, num total de três visitas.

Todas as edições dos jornais encontravam-se digitalizadas, fator que facilitou por demais a localização da documentação para nós relevante.

Por meio das pistas por nós informadas (ano, dia, ocorrência, assunto), ela buscou reportagens, algumas imagens e artigos específicos sobre o nosso objeto de pesquisa, respeitando o recorte histórico.

Seu trabalho pode simplificar a vida do pesquisador, já que as cópias dos materiais são feitas nas próprias dependências do Jornal, por meio de taxas acessíveis.

A outra instituição de memória a qual buscamos e encontramos alguns vestígios históricos foi o Gabinete de Leitura Sorocabano.

Encontramos exemplares do Jornal “Correio de Sorocaba”, o qual circulou nas décadas de 1920 e 1930, portanto essenciais a nossa pesquisa, embora haja apenas algumas restritas edições, por conta do avançado estado de deteriorização em que encontram-se.

Não existe no Gabinete o procedimento de digitalização, portanto o exame do jornal foi tarefa extremamente delicada, obrigando ao uso de máscaras e luvas, pelo fato de esfarelarem-se entre os dedos durante o manuseio.

Ainda assim, encontramos pistas indispensáveis ao andamento da pesquisa, visto que o jornal “Correio de Sorocaba” rivalizava-se com o “Cruzeiro do Sul”, conforme demonstramos no capítulo 1 da pesquisa.

3.2 Nas comemorações do Jubileu de Ouro, o papel da imprensa local: narrar a história da Escola Normal Livre- conformidades e desconformidades.

A história da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba foi narrada com brevidade ou ausente de maiores detalhes por alguns jornais locais, na ocasião do seu aniversário de 50 anos, o Jubileu de Ouro, comemorado no ano de 1979 além de outras breves reportagens publicadas na década de setenta, oitenta e dois mil.

Há alguns registros desse período que relataram formas diversas de comemorações e homenagens, como missas em ação de graças, apresentações teatrais, jograis, a orquestra sinfônica formada por alunos, professores e funcionários da própria escola, além do coral formado por funcionários, alunos e professores, porém foi uma marca da escola a partir da década de 1970.

Ao longo desse tempo, enquanto Escola Normal Livre, sempre arcou com o peso de uma representação sociopolítica local e coletiva, e todavia, foi alvo de notícias pela imprensa sorocabana, desde os seus primórdios e nas demais fases de sua existência.

Para Saviani:

No sentido de representação coletiva, a história das instituições escolares é uma tentativa de formular uma representação da instituição no que se refere a atitudes e condutas que foram sendo constantemente elaboradas e rearticuladas por meio de seus membros- indivíduos e grupos- diante de estímulos e pressões externas, e quanto ao seu grau de integração e formas de funcionamento. A história das instituições escolares trabalha também com representações no sentido de tornar presente o que está ausente (presentificação do ausente), esforço de construção de uma imagem da escola, como memória (2007, p.15).

O fenômeno de presentificação do ausente é como se, mesmo passadas várias décadas desde o seu nascimento, até os dias de hoje, tivéssemos parcelas de responsabilidades histórica e social de mantermos vivas por meio vestígios de todos

os agentes históricos passados, porém imortalizados, em especial os docentes que foram a representação de uma coletividade, mesmo diante de estímulos e pressões externas, estas de ordem política, ainda assim, conseguiram construir com solidez a imagem memorial histórica da escola.

Encontramos reportagens que relataram sobre as principais ocorrências sobre a história da Escola Normal Livre nos jornais “Cruzeiro do Sul”, “Diário de Sorocaba” e “Opção”, além de reportagens cuja origem ou o nome do jornal não foram localizados, e uma revista publicada anualmente pelo jornal Cruzeiro do Sul, chamada “A cidade”.

Aliás, o emprego do jornal como fonte histórica:

[...]se impõe porque registra o cotidiano escolar e veicula a voz de agentes da prática educacional (professores e alunos) e de teorias educacionais (estudiosos, pesquisadores, legisladores etc.), cujo discurso permite entrever as dificuldades de articulação entre teoria e prática. Usar o jornal como fonte supõe leitura crítico-analítica e interpretativa de sua conexão e dimensão externa e interna mediante um diálogo entre pesquisador e fonte motivado por um problema de pesquisa e aguçado pela indagação. (RIBEIRO, et al, 2014).

Para as autoras, os jornais escritos se consolidaram como fontes relevantes na história da educação brasileira, pois retrataram a voz ao menos de parte da população, sendo essas partes: políticos, donos de comércio, professores entre outros, tornando-se veículo de comunicação imprescindível, na formação e possivelmente na deformação de opiniões.

Já Mogarro(2006), alerta para a necessidade fundamental do cruzamento de dados fornecidos e construídos pelas fontes disponíveis, e cita a possibilidade dos vestígios jornalísticos, os quais neste caso, puderam contribuir significativamente para essa articulação.

Cruzar dados, para a autora, significa realizar correlações entre as informações, sejam estas explícitas ou implícitas.

Os relatos ocorreram com mais ou menos veracidade em relação aos detalhes, outros implícitos ou refutados quanto à história da Escola Normal Livre de Sorocaba. Suas publicações concentram-se nas décadas de 1970, (justamente por conta do jubileu de ouro), mas encontramos outras até o ano de dois mil e cinco.

O primeiro deles, publicado no “Diário de Sorocaba”, em 28/08/1977, traz como título: História da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

Nesse ano, de acordo com os jornalistas, comemorou-se os 49 anos de atividades dessa instituição. O ano base foi o de 1928, da criação do Ginásio Municipal, e não da Escola Normal, um ano após.

Essa reportagem relatou os chamados manifestantes e inspiradores do projeto de criação das escolas ou seja, principalmente os membros do Diretório Republicano Paulista, como já explanado no primeiro capítulo, quase todos maçons.

Uma nota publicada pelo “Cruzeiro”, em agosto de 1979, noticiou a comemoração aos cinquenta anos ou Jubileu de Ouro, considerando, o ano de 1929 como de nascimento da Escola Normal.

Ainda nessa mesma reportagem, os acontecimentos foram sendo resumidos e elencados cronologicamente, citando a abertura do curso primário, em 10 de julho de 1931, chamado de Escola de Aplicação, sendo este, anexo à Escola Normal Livre.

Ao comentar sobre a formatura da primeira turma da Normal, no ano de 1932, foi feita breve alusão a alguns alunos e professores que destacaram-se:

A primeira turma a formar-se pela Escola Normal recebeu seus diplomas em 1932, e dela faziam parte Maria de Lourdes Vieira, Natalina Padilha, Antonio Mendes, Jair de Oliveira Rosa, Artidoro Mascarenhas, Belarmino Rosa Jr., Domingos Pelegrini, Italo Martirani, Pedro Alonso Martins, José Antonio Rodrigues, José Fausto Campolim, Antonio Soares Junior. Parainfou essa turma o então diretor Achilles de Almeida, e estavam entre os homenageados os seguintes professores: Julio de Revoredo, Abdiel Lopes Monteiro, Cônego Francisco Cangro, Nestor Grillo, Antônio Miguel Pereira Junior, João Salerno, José Fonseca Junior, José Reginato, Albertino Manente, Júlio Ferreira e Roskild de Andrade (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, agosto/ 1979).

Em momento algum foi citado o nome do professor Renato Sêneca de Sá Fleury, que em setembro de 1979, rebateu alguns detalhes dessas reportagens que tratavam sobre a história do Ginásio e da Normal, pois foram verificados alguns equívocos, e compreendemos que, um jornalista pode não ser um historiador, acabando por depauperar a veracidade dos fatos além de ocultar detalhes relevantes acerca dos reais fatos.

Relatou o professor Fleury, que Achilles de Almeida foi paraninfo da primeira turma de ginasiandos e não dos normalistas, a qual o próprio Fleury foi paraninfo.

Outras controvérsias: essa mesma reportagem, citou sobre o Ginásio quando passou a ser estadual, no ano de 1937, e então deixou de funcionar na “confortável e bela casa da família Gabriel Dias da Silva, rua Dr. Álvaro Soares, há anos sede de uma associação recreativa”, conforme relatou o professor Fleury, em suas memórias.

O mesmo passou a funcionar nas dependências que fixaram-no até os dias de hoje, localizada na Avenida Dr. Eugênio Salerno, no então “Ginásio do Estado”, hoje Escola Estadual “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, e a Normal Livre Municipal, enquanto aguardava a morosa construção do seu prédio permanente, localizado à mesma rua e mesmo quarteirão, sendo construído, ocupou provisoriamente as salas do Ginásio do Estado.

A obra de construção da Escola Normal deu-se no governo do prefeito capitão Augusto César do Nascimento, e findou somente no ano de 1942.

A reportagem nada mencionou quanto ao ano de início dessa construção, que deu-se por volta de 1938, e levou nada menos que cinco anos para sua conclusão.

Nada citou também quanto ao projeto arquitetônico da escola, pioneiramente realizado pelo engenheiro da prefeitura no ano de 1930 e professor de matemática e álgebra, Júlio Bierrenbach de Lima, e tampouco o citou também como professor destaque.

Quanto ao nome posteriormente dado à Escola Normal, em meados do ano de 1945, ao término da segunda guerra mundial, na gestão do então prefeito José Fernal, teria sido lavrado um ato batizando três escolas municipais com os nomes de Getúlio Vargas, Presidente Roosevelt e Churchill.

Segundo esse noticiário, a Escola Normal por ser a maior delas, foi batizada oficiosamente como nome de Getúlio Vargas, pela imponência, já que o mesmo havia acabado de deixar a presidência do país.

Qual seria o significado para a escola normal receber o nome “Getúlio Vargas”, nesse momento histórico o qual o país se encontrava? Afinal de contas, Getúlio ainda vivia. Orgulho? Afronta? Bajulação? Odiado por uns, mas idolatrado por milhares, apesar de senso comumente ou ideologicamente chamado de “pai dos pobres” ou do povo brasileiro, uma escola levando seu nome, ganharia imediatamente prestígio social em relação às demais escolas na época, portanto um personalismo típico dos governos ditatoriais, cujas características inspiravam o cotidiano da escola.

E se Getúlio se destacou como um bom presidente para o país, a escola deveria destacar-se como uma das melhores, oferecendo a melhor educação e ensino de qualidade, ainda que a um grupo seletivo de alunos.

Esse foi mais um dos motivos que fizeram com que o Prof. Fleury blasfemasse com os teores dessas reportagens, visto que as pessoas que realmente assumiram a batalha ferrenha pelo nascimento das escolas, como João Padilha de Camargo, irmão

de Antonio Padilha de Camargo (idealizador do primeiro Grupo Primário Sorocabano, hoje Escola Estadual “Antônio Padilha”, conforme já citado no capítulo primeiro), sequer foi lembrado, e por uma questão de honra e reconhecimento, a Normal deveria, na opinião dele, chamar-se “João Padilha de Camargo”.

Abaixo, citação do prof. Fleury, constante na próxima reportagem a ser analisada, escrita por ele próprio:

Todas estas recordações, que este autor redige com absoluta isenção de ânimo, devem constituir para os interessados na História de Ensino em Sorocaba, um documento, repassado de verdades, e com esclarecimentos indispensáveis a respeito do palpitante assunto (RENATO SÊNECA DE SÁ FLEURY, in JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 1979).

Creemos que, inclusive por conta dos vestígios comprobatórios, os quais trataremos adiante, é que se deu a consolidação da Escola Normal como um monumento histórico de fato, asseverando com Le Goff:

[...] desde a antiguidade romana o monumentum tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa ou domínio em que memória é particularmente valorizada: a morte” (2013, p.535).

Boa parte dos lentes que lá atuaram tiveram seus nomes imortalizados ao longo do tempo, nos nomes de escolas de caráter público municipais e estaduais de 1º e 2º graus sorocabanas, atentando que professores primários deram nome às escolas primárias, e professores normalistas de áreas, às escolas ginasiais e de 2º grau.

Nessa época, esse fato significou um prestígio imensurável se comparado aos que, da mesma forma, tiveram seus nomes dados às ruas ou avenidas (BOSCHETTI, 2014, oral).

Saviani corroborou com a afirmação de Le Goff, e complementou com a emergência de análise e posição crítica a esse mesmo monumento de cunho sociopolítico e histórico:

História das instituições escolares é memória que se reconstrói pelo poder de perpetuação de suas bases; mas é fundamentalmente, história narrada a partir da crítica ao monumento, marca de poder de uma época, de uma sociedade (2007, p.21).

Salientamos que a Normal foi batizada com o nome de “Getúlio Vargas” no ano de 1945, oficiosamente antes mesmo do falecimento de Getúlio Vargas (que ocorreu em 1954), e que somente em 1950, um Decreto Municipal, que não encontramos, exigiu que todas as escolas de caráter público tivessem um nome, e assim consolidou-se oficialmente o ato.

A mesma reportagem afirmou que, em 1947 a Normal passou a ser noturna, em detrimento da criação do Colégio e Escola Normal “Getúlio Vargas”, conforme a Lei Municipal nº 119 de 04 de julho de 1949, e citou a autorização do funcionamento do 1º ciclo (ginasial e secundário), conforme a Portaria Ministerial nº 375, de 03 de agosto de 1949, e iniciou suas atividades em 1950, sendo que o curso pré- primário foi criado no ano seguinte, em 1951.

Noticiou na sequência que, a equiparação da Normal Livre “Getúlio Vargas” às Escolas Normais Oficiais do Estado somente ocorreu no ano de 1953, ou seja, há exatos 25 anos desde a sua criação, já que a publicação do mesmo deu-se conforme o “DECRETO Nº. 22922-K, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1952”, e foi publicado com a data de 03 de dezembro de 1953. Destacamos nesse ocorrido a morosidade burocrática para efetivação das ações.

Em seguida, citou, na administração de Armando Pannunzio, a Lei Nº 1452, de 18/02/1967, que dispôs sobre a criação do Instituto de Educação Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, desta forma finalizando o ciclo da Escola Normal, e portanto, do período investigado.

Deu sequência aos fatos dos anos seguintes e findou citando todos os diretores que por lá passaram até o ano de 1977:

Foram diretores da escola desde o ano de 1929 até os dias de hoje em ordem cronológica: Antonio Funes, Achilles de Almeida, Antonio Miguel Pereira Junior, Bento Mascarenhas, Mario de Almeida, Daniel Pereira do Nascimento, Diógenes de Almeida Marins, Oswaldo Ellees Casali, Vicente Caputi Sobrinho, Mario de Almeida, Sergio Pedreira, Aureliano Cesar do Nascimento, Otto Wey Netto, José Carlos Gomes, Antonio Pedroso de Souza, Otto Wey Netto, José Carlos Gomes, Antonio Pedroso de Souza, Otto Wey Netto, Antonio Pedroso de Souza, Odinir Furlani e Antonio Pedroso de Souza.

Outra reportagem sobre a história da Escola Normal, foi de agosto de 1978, publicada pelo jornal “Opção”, e trouxe o título: “Nossa história”, contemplando uma foto da obra da construção do prédio oficial da Escola Normal, ao final da década de 1930, a qual foi concretizada somente no início dos anos quarenta.

Em relação à reportagem anterior, pudemos verificar algumas semelhanças, quanto à citação do grupo de políticos inspiradores, membros do Diretório do Partido Republicano, como já citado, assim como os nomes dos formandos da primeira turma em 1932, com a mesma relação conforme a matéria anterior, assim como os nomes dos professores destaque, ocultando novamente os nomes de Bierrenbach e Fleury, o que nos levou a afirmar que o autor da redação se utilizou do conteúdo da primeira reportagem analisada.

Também equipararam-se nas duas reportagens as datas de transformação da Escola Normal diurna para noturna, em 1947, e a novidade foi a citação da interferência direta do Cônego André Pieroni, ainda durante a primeira gestão de Gualberto Moreira, como apoiador desse feito.

As curiosidades em relação à matéria anterior, foram quanto às mudanças que trataram da sua definitiva localização, à avenida Eugênio Salerno, que só veio a ocorrer após a estadualização do Ginásio, no ano de 1938, embora essa reportagem apontou o ano de 1939, e citou quanto ao início da construção do prédio da Escola Normal, e do novo projeto elaborado pelo engenheiro Zenon Letufo.

Um ponto ainda não citado, que seria mais um motivador quanto ao nome da Escola Normal, reafirmando a politicalha: repetiu-se o advento do ato que nomearia as três escolas, que foram batizadas com os nomes de personalidades marcantes como registramos, e que a Escola Normal, por ser a maior delas, teria recebido o nome de Getúlio Vargas, e complementou que Getúlio era amigo pessoal do então prefeito José Fernal.

Outra reportagem bastante atual, de 24 de agosto de 2014, publicada no jornal “Cruzeiro do Sul”, datada de 06 de novembro de 1947, narrou o suposto atentado, inclusive comprovando por meio uma foto do arquivo da família Franco Pinto, a presença de Getúlio, então senador, e a tentativa de eleição para prefeito de Gualberto Moreira, que governou Sorocaba por dois mandatos, de 1948 a 1950 e 1956 a 1959, fato que fez com que pudéssemos afirmar a veracidade do ano da tentativa do atentado, porém, não teria sido esse atentado o motivo de nomeação da escola como forma de homenagear a pessoa de Getúlio:

Figura 8 - Comício realizado em 06 de novembro de 1947, em Sorocaba. De branco, o prefeiturável Gualberto Moreira, ao centro, no microfone, o capitão Franco Pinto, e ao seu lado esquerdo, Getúlio Vargas.



Fonte: Acervo pessoal, família Franco Pinto.

De fato o capitão Franco Pinto apresentava semelhanças com a pessoa de Vargas, conforme a foto acima. Não sabemos se a presença do ex- presidente, que havia governado o país durante quinze anos foi fator determinante para a eleição de Gualberto Moreira, que nove dias após o comício, foi eleito.

Testemunhou o ato, conforme essa reportagem, Otto Wey Netto, que além de aluno, foi vice-diretor e diretor da Escola Normal. Nesse dia, ele narrou os acontecimentos, por meio da rádio local.

Quanto à data correta de estadualização do Ginásio, que uma das reportagens trouxe como sendo verdadeira, o ano de 1937, e a outra, o ano de 1939, podemos comprovar, ainda com a reportagem de 2005, que o Ginásio estadualizou-se ainda no ano de 1936, de acordo com a lei nº 2.476, de 6 de dezembro de 1936¹⁷.

¹⁷Autoriza o Poder Executivo a adquirir, por doação da Prefeitura Municipal de Sorocaba, o prédio, instalações e material didactico pertencentes ao antigo Gymnasio. A Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Prefeitura Municipal de Sorocaba, o prédio, instalações e material didactico pertencentes ao antigo Gymnasio.
Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario. Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 6 de dezembro de 1936. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA Clovis Ribeiro, Cantidio de Moura Campos, Sylvio Portugal. Publicada na Secretaria da Justiça e Negocios do interior, aos 6 de dezembro de 1935. Fabio Egydio de Oliveira Carvalho, Director Geral.

Todavia, o provável ano de iniciação e funcionamento foi 1938, por ocasião do término da construção do prédio do Ginásio do Estado.

Um fato relevante constante na reportagem do jornal “Opção”, referiu-se ao ano de 1949, de criação do Colégio Municipal de Sorocaba, e a Escola Normal voltou a ficar em segundo plano, pois atenderia ao curso ginásial municipal, por conta da lei nº 119, de 04 de julho de 1949, e nessa mesma lei, o então prefeito já autorizou a ampliação do prédio.

Esse fato, tardiamente, veio de encontro com a metas da Reforma da Instrução Pública, em 1892, seguida da Reforma da Escola Normal, em 1890, a qual, segundo Penteadó e Bezerra Neto, tinha como pontos relevantes:

[...] a estruturação do ensino, a qual criou um complexo sistema escolar que atenderia a diversos níveis de ensino, os quais iam do primário e secundário à Escola Normal e ao superior, incluindo também a criação do jardim da infância e do ginásio do estado, seriando, graduando e articulando a aprendizagem, e em segundo lugar, na estruturação e delimitação da competência dos diversos órgãos de direção e controle que foram criados, hierarquizando-o (2012, p.79).

Mas isso somente ocorreu em 1949, quando o Ginásio Municipal Diurno e a Escola Normal Noturna passaram a formar o Colégio e Escola Normal “Dr. Getúlio Vargas”, e veio a emergência de ampliação do prédio, que foi ocorrer somente ao final da década de 1960, na gestão do prefeito Armando Pannunzio, cerca de vinte anos após a autorização.

Todo o trabalho direto e luta para obtenção de verbas federais e efetivação de fato da reforma e ampliação, deu-se na pessoa do então diretor da escola nessa época, Sr. Otto Wey Netto, o qual dirigiu a escola na década de 1960, e sua atuação diferiu em inúmeros aspectos, como iremos constatar adiante.

A placa de inauguração das novas dependências escolares, chamadas até os dias de hoje de “prédio novo”, registrou somente o nome do prefeito, Armando Pannunzio.

Certamente o prof. Fleury nomearia esse ato de “grave injustiça” à pessoa que de fato, teria movido todos os esforços possíveis para a materialização das obras que não foram poucas, para atender as exigências das reformas dos ciclos de ensino, e até pelo fato de a demanda escolar vir aumentando a cada ano:

Figura 9 - Placa de inauguração das novas dependências.



Fonte: Prédio Escolar (2014).

A placa diz o seguinte: “Na inauguração das novas instalações do “Instituto de Educação Municipal Getúlio Vargas” a homenagem dos seus alunos, mestres e funcionários ao seu grande benfeitor, Dr. Armando Pannunzio. Sorocaba, 9-11-1968”.

Os demais registros contidos nessas duas reportagens disseram respeito a períodos posteriores ao nosso recorte de análise.

A próxima e última fonte jornalística sobre a história da Normal analisada, foi: “História do Getúlio Vargas: Memórias do prof. Fleury restabelecem a verdade”.

No memorial escrito pelo próprio Fleury, no final da década de 1970, por ocasião do Jubileu de Ouro da escola, mais precisamente aos 09/09/1979 (ele veio falecer em 1980), pelo jornal “Cruzeiro do Sul”, o qual consideramos a necessidade de trazê-lo na íntegra para fins de continuar e complementar este debate, devido a vasta e minuciosa gama de informações fundamentadas e críticas apontadas, dessa forma contribuindo com o nosso diálogo:

Renato Sêneca de Sá Fleury: Professor no estabelecimento durante 14 anos e fiscal estadual do mesmo.

O primeiro e único Curso Normal Municipal de Sorocaba- Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba- começou a funcionar em 1º de março de 1929, na confortável e bela casa da família Gabriel Dias da Silva, rua Dr. Álvaro Soares, há anos sede de uma associação recreativa.

Seu 1º diretor foi o professor normalista equiparado, Antonio Funes, então docente de uma escola noturna de Votorantim.

Deve-se a fundação da Normal ao Diretório Político do Partido Republicano Paulista, presidido pelo ilustre sorocabano João Padilha de Camargo, principal figura na grande iniciativa de dotar nossa cidade de um ginásio e

uma escola normal, pelo que erraram os que, bajuladores inveterados, deram à Normal Municipal o nome que tem, cometendo grave injustiça a Padilha.

Até fins de 1930, a Normal funcionou com a organização das congêneres estaduais então, porém com apenas o 1º e 2º ano letivos, é claro.

Os cursos normais eram de 4 anos letivos até 1933 (Reforma Fernando de Azevedo, ao que haverá explicações logo adiante.) As normais livres, inovação do governo Júlio Prestes que muito beneficiou Sorocabatins fiscais estaduais.

Foi durante dois anos letivos, fiscal da de Sorocaba, o professor normalista equiparado Genésio Machado, em comissão pois era docente efetivo do Grupo Escolar Visconde de Porto Seguro.

Durante dois anos letivos de funcionamento, teve o seguinte corpo docente: Português, o autor destas memórias, inglês, o engenheiro João Salerno, francês, da. Alda Paiva(exprofessora de colégios no Rio e residente em Sorocaba); matemática, o engenheiro Júlio Bierrembach; psicologia, a profª normalista Campos Maia; geografia, o bacharel Américo Augusto de Figueiredo; história, o professor normalista Nestor Grillo; desenho, José Fonseca Jr.(com o curso completo de Belas Artes do Rio); música, a pianista sorocabana Eutímia Vasconcelos; trabalhos manuais e ginástica- teórica e aplicada- Guiomar Novaes de Oliveira.

Esse corpo docente foi mantido durante alguns anos. Com a subida do alto cargo do Diretor Geral do Ensino Paulista do eminente professor e bacharel Lourenço Filho, de renome internacional, esse egrégio mestre criou nas escolas normais livres municipais (a de Sorocaba estava reconhecida oficialmente desde a fundação), a Secção de Educação, chefiada por um professor normalista, aprovado no concurso então instituído com o título de Professor –fiscal e chefe da Secção de Educação. Esse chefe fiscal estadual era encarregado das aulas de Psicologia, Pedagogia e Didática, tendo dois assistentes, um para escola de Aplicação, anexa ao curso normal.

Até fins de 1930, o autor destas memórias lecionava português na Normal e no curso Ginásial que funcionava no mesmo prédio e vinha de 1928. Mas o prefeito Araujo- amicus infidelis meus- achou que este autor estava ganhando muito mais que os outros docentes (as aulas de português na Normal e no Ginásio eram numerosas), e resolveu confiar as aulas da matéria, no Ginásio à ilustre professora normal Francisca Silveira Queiroz, que lecionou, somente no Ginásio por muitos anos, até seu algo prematuro falecimento. Criada a Secção de Educação, o autor destas recordações foi prestar concurso para professor- fiscal estadual de Normal Livre.

Devidamente classificado passou a exercer o cargo na de Sorocaba a partir de fevereiro de 1931, quando exercia a direção da Normal e do Ginásio o bacharel Achilles de Almeida, nomeado pelo prefeito Malheiros, subserviente a ditadura então vigente no país. Esse cidadão(o prefeito) lavrara -num bilhete à lápis(!!!), a mim entregue por um soldado- minha demissão de professor das duas escolas municipais.

Entretanto, aprovado em concurso de títulos e provas, quem estas memórias redige, retornou à Normal agora como fiscal estadual e chefe de secção de Educação, o que chocou fortemente o prefeito, que cuidou de mover perseguição aquele a quem sumária e ditatorialmente demitira, mas em vão. No exercício de minhas funções na Normal, tive sucessivamente como assistentes os profs. Normalistas Roskild de Andrade, Mario de Almeida (diplomado na escola, e idem, Maria Helena Fleury), esta para prática de ensino e os outros dois para História da Educação, sendo que Helena passou-se para docente de desenho pedagógico até 1943, embora fora da escola haja exercido outros cargos durante algum tempo.

Em 1933 houve a reforma Fernando de Azevedo que passou a exigir curso ginásial completo aos candidatos aos primeiros anos letivos das normais paulistas, estas então elevadas a grau superior, em virtude da lei Gustavo Capanema (1931) não revogada, o que considera curso superior todo aquele que exija curso completo ginásial, então secundário(como o é de fato, embora incorporado ao primário num esdrúxulo fundamental,

inconstitucional). As normais, quer estaduais, quer livres passaram a ter cadeira de sociologia geral e educacional, cujas primeiras aulas em Sorocaba foram confiadas ao autor deste histórico, provisoriamente, tendo assumindo a nova cadeira o bacharel Afonso Vergueiro, substituído após o seu desastroso falecimento, pelo professor normalista Jorge Moysés Betti, que exerceu o cargo até seu prematuro falecimento.

Por este tempo, este autor já estava aposentado(1942). A primeira turma de professores diplomou-se em novembro de 1932, e foi paraninfo este ex- professor, já fiscal estadual da escola, e não o prof. Achilles de Almeida, que paraninhou a primeira turma de ginasianos.

As solenidades muito concorridas, dessas diplomações, tiveram lugar no antigo edifício do Gabinete de Leitura, com dependências alugadas ao Clube União Recreativo. Foi uma festa de cultura, elegâncias e entusiasmos.

A prova que foi o autor destas quem paraninhou a primeira turma de professores está no grande belo quadro de formatura que, creio, permanece como relíquia na escola atual, que já não é a primeira normal de Sorocaba...E nos jornais do tempo.

Interrompi por um tempo as minhas funções na normal em 1934, por ter sido designado pelo emérito e prestigioso prof. Sud Menucci (três vezes Diretor Geral de Ensino, para diretor, em comissão especial, da então Escola Normal Estadual de São Carlos, tendo ficado em meu lugar, provisoriamente, o normalista equiparado Julio Pinto Ferreira (que foi aproveitado no Ginásio até aposentar-se).

Esse colega, mal interpretando as circunstâncias de meu provisório afastamento da Normal, recusou-se, inadvertidamente, a entregar-me o cargo, mas Sud Menucci resolveu serenamente o impasse. O Júlio, que passou a manter-se distante de suas relações, não demorou muito para, esquecendo ressentimentos mútuos, restar amistosos convívios com este autor. A turma de normalistas diplomandas em 1939 (ano da segunda guerra mundial), uma das mais brilhantes que passaram pela escola, elegeu-me seu paraninfo.

A festa de formatura foi soleníssima, no grande salão do União Recreativo, demonstração eloquente do grande prestígio que gozava a Escola Normal de Sorocaba, que atraía estudantes de numerosas localidades do Estado, pois a boa fama do estabelecimento era presente até nos mais altos escalões do Ensino Paulista.

Estas memórias vão até 1942, quando este autor foi aposentado.

Notícias publicadas em Sorocaba quanto ao cinquentenário da Normal, a primeira, já não existente, pois o estabelecimento atual municipal para a formação do magistério vem da inconstitucional reforma do ensino, e pecam por confusões com notícias sobre o Ginásio, por omissões de professores, atribuições de cargos docentes a quem não os exerceu na Normal e outras falhas que precisam ser sanadas.

Assim, por exemplo, foi omitido o nome do professor normalista equiparado bacharel Bento Mascarenhas, que dirigiu a Normal durante vários anos, desde quando ela ainda funcionava no “Estadão” até instalar-se no prédio próprio, desde bons anos, e no qual ainda exerci minhas atividades de chefe de Secção de Educação, e fiscal de Estado até 1942.

Quanto ao Ginásio, é imperdoável a omissão do nome do grande professor, reverendo Jorge Bertolaso Stella, poliglota, linguista e glotólogo¹⁸ de grande renome, que lecionou latim durante algum tempo e foi meu contemporâneo; e o do reverendo Paulo Costivelli, que foi meu substituto na Normal por alguns meses, durante minha comissão na Secretaria da Agricultura do Estado (organização de clubes, agrícolas escolares, que deu em nada por descontinuidade administrativa...)

Todas estas recordações, que este autor redige com absoluta isenção de ânimo, devem constituir para os interessados na História de

¹⁸ Glotólogo: Quem estuda cientificamente as línguas.

Ensino em Sorocaba, um documento, repassado de verdades, e com esclarecimentos indispensáveis a respeito do palpitante assunto.

Em conclusão: a primeira Escola Normal Municipal de Sorocaba, normal livre, desde a fundação reconhecida pelo Governo Estadual de Júlio Prestes, deixou de o ser desde a malfadada reforma do ensino, de 1972, que inconstitucional, subverteu o ensino de nosso país, sendo combatida por altas autoridades pedagógicas, que não têm merecido consideração dos poderes públicos federais e paulistas, estes submissos à inconstitucionalidade de uma reforma degradante, imposta ao Brasil...o “Nom ducor, duco” paulista, está incrivelmente invertido para “Ducor, non duco”...

O lema da bandeira paulista: “*Não sou conduzido, conduzo*”, citado por Fleury, fora invertido, por “*Sou conduzido, não conduzo*”, por conta da postura submissiva dos poderes públicos paulistas e federais.

Renato Sêneca de Sá Fleury foi um dos lentes catedráticos de maior destaque na Escola Normal Livre de Sorocaba durante catorze anos, desde sua fundação, até 1942, ano de sua aposentadoria. Ele atuou como professor normalista e fiscal estadual na mesma escola, afirmando que as normais livres foram uma “*inovação*” do governo de Júlio Prestes de Albuquerque, e que no caso de Sorocaba e dos demais municípios paulistas, vieram em prol do benefício comum.

O memorial redigido pelo lente catedrático Prof. Fleury refletiu absoluta insatisfação pessoal e protesto diante das incoerências políticas, educacionais e sociais, assim como as injustiças vividas por ele próprio e outros professores.

Esclareceu que o intuito do texto foi repassar aos leitores interessados os fatos verídicos e esclarecimentos quanto a História da Educação em Sorocaba, representada pela Escola Normal Livre.

A primeira crítica fez-se quanto aos “*bajuladores inveterados*”, os quais teriam desconsiderado todos os esforços concentrados principalmente na pessoa de João Padilha de Camargo, que na opinião dele deveria ser o nome oficial da Escola Normal.

Exaltou o indiscutível prestígio da Normal Livre de Sorocaba, nos dois primeiros anos de funcionamento, ao enfatizar a formação e origem dos primeiros professores atuantes, apesar das mais diversas formações além de professores normalistas: engenheiros, reverendos, ex professora de colégios cariocas, bacharel em Belas Artes no Rio de Janeiro, pianista formada para a docência de música, bacharéis em Direito, todos atuaram ou na docência ou direção da Escola Normal.

O fato é que a primeira equipe de lentes fez com que a Escola Normal ganhasse certo prestígio, o qual somente aumentou a partir daí.

Por que Fleury afirmou que a Escola Normal Livre de Sorocaba foi reconhecida oficialmente desde a sua fundação? Será que esse reconhecimento foi officioso?

No caso específico do professor Fleury, tivemos evidências, conforme seu relato, da suposta perseguição política contra sua pessoa.

O mesmo lecionou na Escola Normal e no Ginásio Municipal. Eis que, o então prefeito nessa época, Sr. João Machado Araújo, (que ele aponta como seu “amicus indidelis”), teria afirmado que, Fleury estaria recebendo proventos superiores em relação aos demais professores, visto que as aulas de Língua Portuguesa eram numerosas, e resolveu atribuir as aulas do Ginásio à professora Francisca Silveira Queiroz, que teria lecionado somente no Ginásio durante vários anos, até o seu “prematureo falecimento”.

Um dos supostos inimigos políticos de Fleury, o então ex-prefeito João Machado de Araújo não permitiu que ele lecionasse nas duas escolas e Otacílio Malheiros, prefeito atual, segundo Fleury, “bajulador, subserviente à ditadura então vigente no país”, teria lavrado *num “bilhete à lápis(!!!)”* entregue por um soldado, a declaração de sua demissão das duas escolas, fato que, evidentemente causou profunda inconformidade em Fleury.

Poderia a pessoa desse professor ter sido um risco iminente aos políticos dessa época? O que justificou essa marcação acirrada?

Logo que foi criada a seção de Educação, no momento em que recebeu o fatídico bilhete escrito à lápis, Fleury já havia prestado concurso de títulos e provas para professor- fiscal estadual de Normais Livres, e foi bem classificado, vindo a exercer o cargo justamente na de Sorocaba, a partir de 1931, na gestão do bacharel Achilles de Almeida, nomeado pelo então prefeito Otacílio Malheiros.

O bilhete de caráter puramente autoritário e traiçoeiro não surtiu o efeito esperado, visto que o prof. Fleury já não atuava mais como professor, e sim como fiscal estadual e chefe de seção de Educação na Escola Normal, melindrando dessa forma a pessoa do senhor prefeito, o qual teria dado continuidade aos manifestos de perseguição à pessoa do prof. Fleury, já que houve uma tentativa de demissão chamada por ele de “sumária e ditatorial”, porém em vão.

Seus assistentes foram os também renomados professores Roskild de Andrade, Mario de Almeida (que seria o futuro diretor da Normal por vários anos, e Maria Helena Fleury(filha do prof. Fleury), diplomados pela Normal Livre de Sorocaba). Ela para a disciplina Prática de Ensino e os outros dois para História da

Educação. Maria Helena Fleury teria passado para docente de desenho pedagógico até 1942 (ano da aposentadoria do pai Renato Fleury), apesar de ter exercido outros cargos durante certo tempo.

As normais estaduais e livres passaram a ter cadeira de sociologia geral e educacional, cujas primeiras aulas em Sorocaba foram ministradas pelo prof. Fleury, em caráter provisório, e logo após, o bacharel Afonso Vergueiro, falecido prematuramente, de acordo com Fleury, foi substituído pelo professor normalista Jorge Moysés Betti (ex prefeito de Sorocaba), que exerceu o cargo também até o seu inesperado falecimento.

Esclareceu o equívoco noticiado num dos jornais quanto à formatura da primeira turma de normalistas, no ano de 1932, cujo paraninfo foi o próprio Fleury, e não Achilles de Almeida, que paraninfoou a primeira turma de ginasiandos.

As solenidades de formatura foram chamadas por ele de “*verdadeiras festas de cultura, elegância e entusiasmos*”, e a prova estaria “no grande e belo quadro de formatura” que acreditou ter permanecido como relíquia na escola, mas infelizmente o mesmo não foi encontrado em nenhum dos espaços.

Foi inquestionável a importância desse professor nos primórdios da Escola Normal. Certamente, a cultura, eloquência, inteligência e preparo profissional de excelência incomodaram os políticos da época.

Por conta da notória competência, Fleury continuou em posições de destaque como cidadão sorocabano, inclusive foi um dos primeiros diretores do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, na década de 1950.

3.3 Teses, antíteses e sínteses: a legislação norteadora.

As definições de lei contidas no dicionário Aurélio são:

Regra do direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa determinada comunidade, a ordem e o desenvolvimento. 2. Normas ou conjunto de normas elaboradas e votadas pelo poder legislativo. 3. Obrigação imposta pela consciência e pela sociedade. 4. Domínio, poder, mando. 5. Norma, preceito, princípio, regra (FERREIRA, 2004, p. 1191-92).

Essas definições nos levaram à compreensão de que o conceito de lei foi historicamente construído, e da mesma forma o conceito de direito humano.

Castanha, defende que toda lei é uma síntese de inúmeras determinações humanas de acordo com o tempo histórico em que vive. Daí sua afirmação de que, leis são nada mais que mecanismos instituídos pelas sociedades objetivando mediar os conflitos do devires do homem:

Toda lei é uma síntese. Todavia, ao colocá-la em execução, as contradições se revelam, pois, interesses particulares ou de grupos são contestados, as resistências se acentuam, as falhas da lei aparecem. Tais contradições aceleram o debate e novas alternativas são propostas, novas leis são aprovadas. Com a legislação também acontece o processo de tese, antítese e síntese[...]Não basta interpretar a lei pela lei. É preciso compreender as várias dimensões e analisar as ações dos elementos envolvidos no processo de discussão, aprovação e execução. Daí a importância de se fazer a devida contextualização, levando em conta os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, religiosos, morais etc (2011, p. 317-318).

Logo, a necessidade de contextualização do processo de elaboração das mesmas para que possamos apreender o movimento histórico da forma mais adequada possível. Examinamos também, o conjunto de leis que nortearam a criação da escola e outras leis que foram sendo criadas conforme as mudanças de governo e necessidades de demandas específicas.

A Escola Normal Livre Municipal foi criada como escola pública, já que era de caráter municipal, porém em 1933, diante da continuidade das dificuldades financeiras da prefeitura, criou-se o ato N^o12/1933, que instituiu a diminuição do número de alunos que estudavam gratuitamente e cobrando taxas aos alunos cujas famílias fossem privilegiadas financeiramente.

Manteve cota simbólica de gratuidade a alguns poucos alunos, desde que comprovassem aplicação nos estudos fossem aprovados nos exames de admissão, além de comprovação de renda insuficiente familiar e estando de posse de um atestado de miserabilidade emitido pelo juiz da comarca.

A escola dita pública não era para todos, em especial as secundárias, criadas para a formação das elites urbanas (SOUZA, 1995).

Iniciamos a análise do arcabouço legal referente ao Ginásio e Escola Normal Livre Municipal, juntamente com Saviani, que aponta sobre o processo de construção legal: [...] leis são baseadas nas fontes do governo central, ou dos estados

hegemônicos, não tendo, por enquanto condições maiores de refletir as especificidades regionais ou locais (2000, p. 2).

Dessa maneira, ao refletirmos sobre essa afirmação, verificamos que restou aos municípios, a recriação de suas leis seguindo modelos já existentes, aplicados sem considerar as características e perfis específicos dos municípios e ou regiões. Ou seja, quase sempre atendendo às necessidades e demandas hegemônicas numa condição sempre vertical, ou de cima para baixo.

Um exemplo foi o fato de, no Estado de São Paulo, conforme mostramos no capítulo I, a discrepância na concentração e criação de Escolas Normais em regiões centrais do estado e praticamente “esquecer” da região noroeste, como se a mesma não necessitasse de escolas de caráter secundário normais.

Claro que uma cidade como Sorocaba, nessa época, apesar de estar em plena fase de desenvolvimento social e econômico, (em relação às cidades do seu porte), estava engatinhando no que diz respeito ao desenvolvimento educacional, em especial o de nível secundário.

Considerando a compreensão de Estado, como o resultado das relações complexas das classes sociais, de acordo com Ianni(1989), e dessa forma portanto, o mesmo atuou como mediador nessas relações, assumindo uma configuração histórica de acordo com o que cada classe social podia elaborar ou oferecer e então houve a possibilidade de compreender o conjunto das legislações em seus pontos determinantes, assim como em seus pontos limitadores.

Miguel, afirma que:

[...]as diversidades e peculiaridades regionais são capazes de contribuir para complementar ou enriquecer a história da educação, permitindo que a identificação das mesmas e sua compreensão no contexto nacional possibilitem uma nova síntese (1999, p. 87).

E assim, a análise do conjunto de leis de uma instituição escolar, como neste caso, trouxe à discussão um argumento pertinente de Alves(2001), no que diz respeito à relação que existe entre o nacional e o regional, ou universal e singular.

Que o chamado movimento dado pelos conjuntos de leis em sua totalidade correspondeu ao universal, ou movimento da sociedade capitalista, e o lócus onde esses movimentos realizam-se, no caso uma região ou sub região, um município ou uma instituição escolar nesse município, uma obra teórica e ou prática de um educador diz respeito ao singular.

Tratemos então, do singular a seguir, sem deixar de lado o aspecto universal.

A legislação de criação e implantação do Ginásio e Escola Normal Livre foram constituídas conforme citamos, pela Lei Nº 204 de 03/12/1927 que dispôs sobre a criação do Ginásio Municipal de Sorocaba, tencionada e redigida por Gustavo Schereppel, advogado e vereador oposicionista então naquele ciclo periódico histórico.

Também pela Lei Nº 209 (Projecto nº 01 de 1929) que dispôs sobre a Municipalização do Ginásio Municipal Sorocabano e a Criação da Escola Normal Livre, produzida pelo então prefeito João Machado de Araújo, também oposicionista, em seguida, pelo decreto Nº 11, de 21 de janeiro de 1933, que tratou sobre a organização das taxas de matrícula e mensalidades, além do ato de Nº 12, de 23 de janeiro de 1933, que regulamentou quanto à concessão de vagas gratuitas em número restrito.

Posteriormente foi criada a Lei Nº 119, de 04/07/1949, a qual deliberou sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba, e a Escola Normal passou a ser noturna. A Lei Nº 379 de 29 de outubro de 1954, resolveu sobre a reorganização de órgãos públicos.

Andreotti, alerta para o cenário de início da “Era Vargas”, a partir da década de 1930, coincidentemente, tempo histórico de nascimento e evolução da Escola Normal Livre de Sorocaba, em seus primeiros quinze anos, e a importância dada à educação em conjunto com as ações:

Nesse cenário de intenso desenvolvimento das forças produtivas, a educação escolar foi considerada não apenas como propulsora do progresso e instrumento de reconstrução nacional, em conformidade com as aspirações republicanas, mas também como meio eficaz de promoção e ascensão social. [...]nos anos 30 foram adotadas importantes medidas no campo da educação, tais como: a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública; a elaboração de um Plano Nacional de Educação; o estabelecimento, na Constituição de 1934, da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino elementar; além de inúmeras reformas educacionais, algumas de iniciativa da União, outras sob a responsabilidade dos estados(2012, p.106).

Além disso, a autora enfatiza os embates no campo educacional, tensos e conflituosos entre os membros do movimento da escola nova e os conservadores católicos. Ela afirma que:

O setor católico, por sua vez, que detinha uma considerável força política e representava os interesses da iniciativa privada na área da educação, opunha-se às mudanças reivindicadas pelos escolanovistas e defendia: o ensino da doutrina religiosa na escola; a separação entre os sexos nos espaços escolares; o ensino privado e a liberdade e responsabilidade da família quanto à educação escolar dos filhos(idem, 2012, p. 107).

E diante dessa conjuntura sociopolítica brasileira, fizemos a análise primeiramente das leis Nº 204 e 209, em alguns dos seus respectivos artigos.

Apresentamos os textos legais na íntegra, reescritos por esta autora, pelo fato de os mesmos apresentarem-se manuscritos, em xerocópias de baixa qualidade, fato que poderia ter dificultado e comprometido o seu entendimento:

Lei Nº 204, 03/12/1927 Criação do Ginásio Municipal de Sorocaba

“O prof. Jorge Moysés Betti, prefeito de Sorocaba, etc. Faz saber que a Câmara Municipal em sua sessão de 25 de novembro último decretou e ele promulga a lei seguinte:

Artigo 1º: Fica criado nesta cidade de Sorocaba um Gymnásio Municipal de Sorocaba, mantido pelos cofres municipais, assim como pelos donativos e subvenções que porventura venham a se lhe fazer.

Artigo 2º: Esse Gymnásio, que funcionará na conformidade do regimento interno que foi elaborado pela Congregação e aprovado na forma da lei federal do Ensino, adaptará o programma do Colégio Pedro II.

Artigo 3º: Effectivada a fundação do Gymnásio dentro de 90 dias após a promulgação da presente lei, a Câmara Municipal providenciará imediatamente, no sentido de sua equiparação, assumindo os encargos-decorrentes do Capítulo X do decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925.

Artigo 4º: Para os efeitos desta lei e para a instalação provisória do Gymnásio, se a Câmara julgar conveniente, poderá mediante acordo prévio, aproveitar as instalações, mobiliário, de qualquer dos estabelecimentos de ensino existentes nesta cidade.

Artigo 5º: O corpo docente, que se comporá de lentes(professores cathedáticos) e de professores de desenho será nomeado de acordo com o que dispõe a lei de organização municipal por ocasião da instalação do Gymnásio .

§1º: A Congregação do Gymnásio Municipal é constituída pelos professores catedráticos em exercício do ensino.

§2º: O respectivo diretor será eleito por maioria absoluta de votos pela Congregação, devendo a escolha recahir em um de seus membros.

§3º: Ao corpo docente fica assegurada plena autonomia didactica, dentro dos limites do Programa do Collegio Pedro II e das leis que regulam o ensino secundário.

§4º: Os componentes do corpo docente só poderão ser exonerados mediante processo administrativo, devendo ser conservados enquanto bem servirem e enquanto o Gymnásio funcionar com o caráter municipal.

§5º: Os vencimentos mensais dos lentes e professores terão por base o número de matérias lecionadas, sendo de 250\$000 mensaes para uma só matéria e mais 150\$000 mensaes para cada matéria que crescer.

§6º: O catedrático que exercer as funções de Director terá uma gratificação addccional de 100\$000 mensaes.

Artigo 6º: O pessoal administrativo do Gymnásio será nomeado pelo prefeito de acordo com a Lei, sendo conservados no exercício de seus cargos enquanto bem servirem.

§ Único: Os vencimentos mensais do secretário que acumulará as funções de bibliotecário, serão de 300\$000, e os do porteiro serão de 150\$000.

Artigo 7º: Conforme o desenvolvimento e as necessidades gradativas do ensino, os vencimentos estabelecidos na presente lei poderão ser revistos e argumentados.

Artigo 8º: Para a execução desta lei fica desde já aberto à Prefeitura o crédito de 60:000\$000, destinado a prover o funcionamento do Gymnásio Municipal no seu primeiro ano de curso e referente ao exercício financeiro de 1928.

Artigo 9º: Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Ao secretário da Câmara e da Prefeitura para a necessária publicação. Sorocaba, 03 de dezembro de 1927. O Prefeito Municipal Jorge Moysés Betti. Publicada na data supra O secretário Francisco Camargo César.

Lei Nº 209 (Projecto nº 01 de 1929)

Municipalização do Ginásio Municipal Sorocabano e Criação da Escola Normal Livre.

O cidadão José Machado de Araújo, Prefeito Municipal de Sorocaba, etc..

Faz saber que a Camara Municipal, em sua sessão de 15 de janeiro corrente, decretou e ele promulgou a lei seguinte:

Artigo 1º: É municipalizado o actual estabelecimento de ensino secundário disseminado Gymnásio Municipal Sorocabano, digo, de Sorocaba, que passará a mesma disseminação, a ser mantido pelos cofres municipais, assim como pelos donativos e subvenções que porventura venham a ser-lhe feitos e ainda pelo produto das taxas que forem cobradas nos termos desta lei.

Artigo 2º:Esse Gymnásio, que funcionará na conformidade do regimento interno que foi elaborado pela congregação e aprovado na forma da lei federal de ensino, adaptará o programa do Collegio Pedro II.

Artigo 3º:A Câmara Municipal de Sorocaba providenciará imediatamente no sentido da equiparação do Gymnásio, para o que assume os encargos decorrentes do capítulo X do decreto Nº 16752-A, de 13 de janeiro de 1925.

Artigo 4º: O corpo docente, composto de lentes(professores cathedráticos) e de professores de desenho, fica constituído por todos os membros que já o compõe actualmente , mas ficando em disponibilidade os que porventura exerçam cargos públicos, ou quando venham a exercê-los, cargos esses que os incompatibilizem para o exercício do magistério.

§1º__Municipalizado o Gymnásio, as vagas que se verificarem no corpo docente serão providas por concurso nos termos da legislação federal do ensino.

§2º__A congregação do Gymnásio é constituída pelos professores catedráticos em efectivo exercício de ensino.

§3º__O director será nomeado pelo prefeito Municipal, podendo a escolha recahir num dos membros do corpo docente ou sobre pessoa ao mesmo extranha, desde que seja de notória competência.

§4º__Ao corpo docente fica assegurada plena autonomia didáctica, dentro dos limites do Programa do Collegio Pedro II e das leis que regulam o ensino secundário.

§5º__Os componentes do corpo docente só poderão ser exonerados mediante processo administrativo, devendo ser considerados enquanto bem servirem, salvo o caso de reforma da lei federal do ensino que venha impedir o funcionamento do Gymnásio ou este tenha que se fechar por falta de frequência.

§6º__Os vencimentos mensais de director, lentes, professores e funcionários constarão da tabela que for organizada pela Prefeitura e aprovada pela Camara.

§7º__Só perceberão vencimentos os lentes e professores em efectiva urgência de suas cadeiras, assim como os funcionários administrativos em pleno exercício de seus cargos, salvo o caso de moléstia que os afaste tanto a estes como àquelles, dos seus misteres comprovada por atestado médico, hypóttese esta que será regulamentada pelo regimento interno.

Artigo 5º__O pessoal administrativo do Gymnásio será nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo os respectivos funcionários conservados no exercício do cargo enquanto servirem.

Artigo 6º__Fica criada a Escola Normal Livre de Sorocaba, anexa ao Gymnásio Municipal, a qual funcionará de acordo com a lei estadual de ensino.

Artigo 7º__A Câmara Municipal de Sorocaba assume todos os encargos decorrentes da criação da Escola Normal Livre e constantes na Lei estadual Nº 2269 de 31 de dezembro de 1927, que reformou a instrução pública do Estado.

Artigo 8º__O corpo docente da Escola Normal Livre será o mesmo do Gymnásio Municipal e se comporá ainda dos professores que o Prefeito nomear, para o ensino de Gymnástica, Trabalhos Manuais e Música.

Artigo 9º__As taxas de matrículas, frequência e exames de admissão ao Gymnásio Municipal e a Escola Normal Livre constarão também de tabelas a serem organizadas pela Prefeitura e aprovada pela Câmara, devendo todas as taxas ser as mais modicas possíveis e não podendo a municipalidade fazer desses estabelecimentos fontes de renda com fito de lucros.

§ único: Aos meninos pobres de ambos os sexos, quando orphams ou quando filhos ou tutelados de pessoas que não possuem renda superior a 300\$000 mensais, os quais tenham demonstrado gosto pelas letras e aplicação ao estudo, com parecer favorável da congregação, a prefeitura poderá

conceder dispensa das taxas de matrícula, frequência e exames, não podendo o número de lugares destinados a esse alunos gratuitos ser superior a des em cada serie nos dois estabelecimentos a que se refere a presente lei.

Artigo 10º__Fica o prefeito auctorizado abrir os necessários créditos para prover o funcionamento desses estabelecimentos no exercício corrente.

Artigo 11º__Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data da sua publicação.

Ao secretário da Camara e do Prefeito para a necessária publicação. Sorocaba, 16 de janeiro de 1929. O prefeito municipal João Machado de Araujo. Publicada na data supra. O secretario Isaltino de Almeida.

No artigo 1º da lei Nº 204, “Fica criado nesta cidade de Sorocaba um Gymnásio Municipal de Sorocaba, mantido pelos cofres municipais, assim como pelos donativos e subvenções que porventura venham a se lhe fazer.”

Afirmou-se que o Ginásio era mantido pelo governo municipal. Se levamos em consideração o caráter quase que de improvisação com o qual o mesmo foi criado, sem local, instalações e prédio apropriados, sem as condições mínimas necessárias, ficou claro o entendimento de que naquele momento, dificilmente o município teria condições plenas de arcar com um projeto desse nível.

Porém, qual seria o momento financeiro oportuno? Com dificuldades ou não, Sorocaba não podia esperar mais, e aquele realmente era o momento.

Tanto que alguns anos após sua criação, urgiu a necessidade de criação do decreto e ato nº 11 e 12, que concomitantemente regulamentaram as cobranças de taxas para fins de manutenção e sobrevivência, e cessão restrita de vagas para os alunos que não possuíam condições de arcar com as mensalidades, os quais analisaremos em seguida.

O Artigo 2º dessa mesma Lei Nº 204 diz: “Esse Gymnásio, que funcionará na conformidade do regimento interno que foi elaborado pela Congregação e aprovado na forma da lei federal do Ensino, adaptará o programma do Colégio Pedro II.”

O funcionamento do mesmo deu-se conforme “regimento interno elaborado pela congregação”, e não encontramos documento ou regimento que fizesse referência ao funcionamento do Ginásio Municipal por essa ocasião.

Quanto à necessidade de adaptação do Ginásio ao programa curricular do Colégio Pedro II, devemos lembrar que esse Colégio, de caráter público, de considerável prestígio, foi fundado em 1837, na cidade do Rio de Janeiro, e sua criação foi diretamente condicionada à formação de uma elite nacional, predestinada a partir de uma civilização europeia, cristã e branca.

Naquela época, inúmeras outras instituições educacionais de prestígio ou que galgavam certo prestígio serviam-se do “modelo pedagógico” do Pedro II, portanto eram obrigadas a copiá-lo.

Esse projeto teve origem política e cultural do Estado monárquico na época vigente, que visava o relevo da formação dos jovens da elite brasileira, já que era tido como modelo civilizacional europeu (de matriz francesa), logo inspirando a orientação pedagógica do mesmo.

Uma instituição de ensino secundária baseava-se nos preceitos desse projeto educacional, entendido como caminho certo para viabilizar o Estado nacional. Evidentemente destinado à elite nacional.

Quanto ao artigo 3º: “Effectivada a fundação do Gymnásio dentro de 90 dias após a promulgação da presente lei, a Câmara Municipal providenciará imediatamente, no sentido de sua equiparação, assumindo os encargos-decorrentes do Capítulo X do decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925”, não encontramos o decreto acima citado, porém, num dos artigos escritos por Vieira(1986), foram elencadas as condições para o processo de equiparação: passar por avaliação por uma comissão encarregada pelo governo do Estado, a qual examinaria seu aparelhamento e condições, além de provar a existência de uma associação de um capital de 200 contos de réis que pudessem garantir a manutenção e funcionamento regular, porém, na ausência de subvenção da Câmara Municipal e dessa forma não havendo tempo hábil para criação de tal associação, a equiparação seria adiada para o ano vindouro.

Parte do artigo publicado pelo jornal “Correio” trouxe a seguinte afirmação:

Quer isso dizer que se a Câmara Municipal houvesse honrado e mantido sua palavra, municipalizando o ginásio, seria dispensada a exigência do capital como aconteceu em Tietê, e estaríamos já e já gozando não só das vantagens de um instituto secundário, mas também da regalia e direitos de uma Escola Normal livre, e o que é mais ainda, de uma Escola Normal livre não somente para um sexo, mas para um e outro sexo, com a modicidade de taxas que muito favorecem as classes pobres e desprotegidas(JORNAL CORREIO DE SOROCABA, CORREIA, 11/03/1929).

Aliás, a equiparação com as escolas oficiais do Estado deu-se, somente no ano de 1953, conforme decreto nº 22.922-k de 21 de novembro desse ano, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, aos 02 de dezembro de 1953¹⁹.

¹⁹ DECRETO Nº. 22922-K, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1952. Concede Equiparação à Escola Normal Livre “Dr. Getúlio Vargas” de Sorocaba.

Por que a morosidade em oficializar a equiparação, tendo em vista a data de sua criação em 1929, ou seja, vinte e quatro anos depois?

No artigo 4º em seu parágrafo 3º, chamou-nos a atenção a afirmação: §3º: *Ao corpo docente fica assegurada plena autonomia didáctica, dentro dos limites do Programa do Collegio Pedro II e das leis que regulam o ensino secundário.* Como seria possível uma plena autonomia didática diante dos limites de um programa? Estamos certos de que a autonomia didática, além de relativa, foi bem vigiada.

Aliás, um programa didático vindo da capital nacional, apesar de ser o único modelo vigente, iria ser aplicado numa cidade interiorana, portanto, numa outra categoria de elite, bem distinta da carioca certamente.

Ao comparar as leis Nº 204 e 209, tivemos alguns outros pontos que valeram a pena destacar, entre eles:

A expressão “*fundação*”, na nº 204, foi alterada para “*municipalização*” na nº 209. Sucedeu também a eliminação do texto “*efetivada a fundação do ginásio, dentro de 90 dias após a promulgação da lei*”, bem como a retirada do artigo já comentado que permitia a instalação do prédio em qualquer das escolas existentes na cidade.

Anunciou a instituição de concursos para os novos professores e a substituição do dispositivo que mencionou “fica desde já aberto à Prefeitura o credito de 60:000\$000” por, “fica o prefeito autorizado a abrir o necessário crédito”.

Foi clara também a omissão no cumprimento do artigo 9º, da Lei Nº 209, que determinou que fosse organizada uma tabela de taxas, a qual seria aprovada pela Câmara Municipal, sanada pelo Ato nº 11, de 21 de janeiro de 1933, na gestão do prefeito David Alves de Ataíde.

Ainda confrontando essas leis, parece que houve duas causas do decreto da lei “João Machado de Araújo” (209): seria a primeira causa, o parágrafo único do artigo 9º, que era inexistente na lei “Gustavo Schereppel” (204), que instituiu a gratuidade aos ditos e tidos pobres.

Lucas Nogueira Garcez, Governador do Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do artigo 497, § 3º, do decreto Nº 17.698, DE 26-11-1947, tendo em vista relatório e o parecer favorável da comissão de equiparação das Escolas Normais Livres e Municipais Oficiais do Estado de São Paulo, decreta: Artigo 1º- Passa a funcionar sob regime de equiparação às Escolas Normais Oficiais do Estado a Escola Normal Livre "Dr. Getúlio Vargas", de Sorocaba. Artigo 2º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio do Governo do Estado de São Paulo em 27 de novembro de 1953.
Lucas Nogueira Garcez- José de Moura Resende.
Publicado na Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo em 2 de dezembro de 1953.

De acordo com Vieira(1986), esse parágrafo de ordem caritativa teria motivado a criação do ato nº 12/ 1933.

A segunda causa foi a mudança do parágrafo 2º do artigo 5º da lei 204 para o artigo 4º da lei 209, sendo que ambos regulamentaram o modo de escolha dos diretores das escolas.

A lei Nº 204, de forma “democrática”, rogou que o mesmo fosse eleito por maioria absoluta entre os professores, ou congregação, ao passo que a Nº 209 entregou a escolha nas mãos do prefeito, visando certamente a garantia de que o cargo não fosse parar em mãos politicamente adversárias.

Ainda, o diretor poderia ser escolhido entre os professores e ou estranhos, pois a lei exigia que o mesmo “fosse de notória competência”.

Afirmar nos moldes políticos de quaisquer determinados tempos históricos que alguém dispusesse de “notória competência” seria no mínimo atitude pueril e questionável.

Até a Revolução de 1930, João Machado de Araújo, acumulou os cargos de prefeito e diretor do Ginásio, e foi afastado dos mesmos, por questões políticas, e de acordo com a lei Nº 204, ele poderia ser reeleito diretor novamente, porém, a Nº 209, já em pleno vigor, deu ao então prefeito, Otacílio Malheiros, o direito de escolher o novo diretor, ato que recaiu sobre a pessoa de Achilles de Almeida, no início de 1930.

Se a lei Nº 209 dava autonomia dessa decisão pelo prefeito, um fato curioso ocorreu aos 23 de janeiro de 1930, quando o “Cruzeiro” publicou que o Diretório Republicano renunciou coletivamente após o então *governador* Júlio Prestes de Albuquerque ter nomeado, para a cadeira de Pedagogia e Didática da Escola Normal Livre de Sorocaba, a professora Zélia Dulce de Campos Maia, que teria sido removida da Escola Normal Livre de Itu, ao invés do indicado com empenho pelo diretório, professor Antônio Miguel Pereira Junior, irmão de João Câncio Pereira, um dos diretoristas.

Se a Normal Livre era municipal, como poderia o governador, no lugar do prefeito, ter nomeado a senhora professora? Simplesmente pelo fato de ser o governador do Estado? Ou tão somente devido a esse fato?

Rasgou-se elogios do referido jornal junto à nova professora, e aproveitaram o ensejo para “alfinetar”, se de fato os membros do Diretório renunciariam por conta desse ato, ou houve conformismo, mesmo que diante de justo protesto.

O conformismo prevaleceu, visto que os mesmos membros continuaram dirigindo o Diretório. Parece que o imperativo do provérbio português se fez valer: “Manda quem pode, obedece quem tem juízo”.

Já o artigo 9º da referida Lei nº 209, e seu parágrafo único somente foi posto em prática ou obedecido, conforme Vieira(1986), quatro anos após sua promulgação, ou seja, em 1933 com a criação do decreto Nº 11, pelo prefeito David Alves de Ataíde, conforme veremos adiante.

Dizia o seguinte:

Artigo 9º__As taxas de matrículas, frequência e exames de admissão ao Gymnásio Municipal e a Escola Normal Livre constarão também de tabelas a serem organizadas pela Prefeitura e aprovadas pela Câmara, devendo todas as taxas ser as mais modicas possíveis e não podendo a municipalidade fazer desses estabelecimentos fontes de renda com fito de lucros.

§ único: Aos meninos pobres de ambos os sexos, quando orphans ou quando filhos ou tutelados de pessoas que não possuem renda superior a 300\$000 mensais, os quais tenham demonstrado gosto pelas letras e aplicação ao estudo, com parecer favorável da congregação, a prefeitura poderá conceder dispensa das taxas de matrícula, frequência e exames, não podendo o número de lugares destinados a esses alumnos gratuitos ser superior a des em cada serie nos dois estabelecimentos a que se refere a presente lei.

Enquanto não foram criadas as referidas tabelas durante esses quatro anos, desde a criação da Lei Nº 209 até a criação do ato nº 11, este justificou que eram cobradas as taxas somente por determinações verbais e que as mesmas taxas (as anteriores ao ato nº 11, as quais não encontramos documentadas), seriam por demais elevadas, fato que dificultava às famílias de poucos recursos o pagamento, e logo, de promover a educação de filhos e tutelados.

Notou-se que mesmo as taxas estipuladas pelo decreto Nº 11, que pareciam simbólicas, não eram acessíveis a toda e qualquer família, pois conforme afirmou o Sr. Milton Marinho Martins, entrevistado e citado por Sandano:

Era 120 mil réis por mês, um valor um pouco alto e pouco acessível, meu pai ganhava 300 mil réis por mês para sustentar sete pessoas, fora as despesas como aluguel, farmácia, padaria e mercado, portanto para o ensino não sobraria nada (2007, p.10).

As taxas de exame de admissão e taxa anual tinham uma diferença significativa do Ginásio em relação à Escola Normal, sendo estas mais caras, provavelmente pelo fato de terem o caráter profissionalizante.

Ainda o ato Nº 11 afirma que “é dever dos Poderes Públicos incrementar a instrução e torná-la acessível a todos”.

Todos quem? Segundo Souza(1998), “o ensino secundário era para a formação das elites”. E sem sombra de dúvidas esse foi um fato constante neste trabalho.

Apesar da afirmação no ato Nº 12, de que as taxas e mensalidades foram “fortemente” reduzidas (25%), em relação às taxas anteriormente existentes, e que “tais reduções tornam os estabelecimentos acessíveis às pessoas de poucos recursos”, não pareceu atender à população mais carente da cidade.

O que foi constatado, diante dessas afirmações, é que prevaleceu sempre um maior número de alunos cujas famílias eram abastadas financeiramente, e dessa forma privilegiadas em relação às referidas taxas, logo, os poucos alunos pobres sempre foram em número bem inferior, e a condição básica para manutenção de suas matrículas era que os mesmos tivessem real interesse pelos estudos e salientada inteligência.

O ato Nº 12 revogou o parágrafo único do artigo 9º da lei Nº 209, que concedia matrícula gratuita a dez alunos em cada série no Ginásio e Escola Normal, e justificou como sendo um número exagerado de alunos visto que, se havia nove turmas do Ginásio e Escola Normal, seriam portanto, noventa vagas gratuitas, e censurou inclusive o fato de haver naquele momento “exagerados” trinta e seis alunos gozando da tal gratuidade.

Apontou também a questão do número de matrículas no ano anterior, de duzentos e sessenta e dois alunos e frequência média de duzentos e quarenta, além das despesas com futuros equipamentos dos estabelecimentos e instalação dos gabinetes de Física, Química e História Natural (que de fato seriam construídos cerca de trinta anos mais tarde).

Que a municipalidade vinha mantendo com sacrifício evidente os referidos estabelecimentos, que a renda daquele ano em relação às despesas possuía um déficit de quase 50:000\$000 de réis, quanto ao “abuso” das gratuidades, afirmando que boa parte dos “privilegiados” que usufruíam da mesma, porém, tinham perfeitas condições de arcar com as mesmas se fosse o caso.

Ainda considerava outro grande abuso o fato de obterem a gratuidade, pessoas que não “necessitavam”, pelo fato de possuírem amizades políticas ou interesses partidários, impedindo dessa forma que os realmente necessitados, fossem

contemplados, e ainda enfatizando que vários dos alunos que gozavam da gratuidade não eram suficientemente aplicados nos estudos.

Ou seja, clamores e contestações o tempo todo, e ainda instituiu somente cinco gratuidades para cada uma das escolas. E para assegurar que somente os realmente pobres fossem contemplados, exigiu-se um atestado de miserabilidade expedido pelo Juiz de Direito da Comarca, e os que já cursavam gratuitamente, estariam sujeitos a averiguação de uma comissão formada por cinco membros para esse fim.

Caso não fosse verificada a devida aplicação desse ou desses alunos nos estudos, e se realmente suas condições não fossem miseráveis, teriam obrigatoriamente que arcar com as mensalidades.

Evidentemente que essas últimas causaram grande desconforto em parte da população. Cortava pela raiz as “regalias”.

O prefeito Ataíde contrariou inclusive solicitações como a dos estudantes, de que acendesse as luzes da Praça Central a fim de comemorar o aniversário da cidade de São Paulo. Coincidentemente ou não, acabou por perder a própria vida naquela noite.

Vieira, afirmou:

Tenho a impressão de que tudo foi planejado. Ainda mais se levarmos em conta que uns poucos meses antes, os sorocabanos lutavam contra a ditadura na Revolução Constitucionalista e que a nossa cidade esteve a ponto de ser invadida. O sangue ainda fervia (1986).

Abaixo, os decretos Nº 11 de 21 de janeiro de 1933, e ato Nº 12 de 24 de janeiro de 1933, na íntegra, criados com apenas três dias de diferença:

Decreto Nº 11 de 21/01/1933

Organização das matrículas e taxas da Escola Normal e Ginásio Municipal

O cidadão Dr. David Alves de Athayde, Prefeito Município de Sorocaba, atendendo ao que determina o artigo 9º da Lei Municipal Nº 209, de 16 de janeiro de 1929, e a :

Que até o presente não foi organizada qualquer tabela fixando as taxas de matrícula e mensalidades da Escola Normal e Gymnasio; Que as referidas taxas e mensalidades são cobradas por determinações verbaes; Que é de toda conveniência aos alunos e a municipalidade sejam fixadas as contribuições; Que as taxas e mensalidades actuaes são por demais elevadas, o que torna difícil às pessoas de poucos recursos promoverem a educação de seus filhos ou tutelados; Que é dever dos Poderes Públicos incrementar a insruccção e torna-la acessível a todos;

Resolve: Artigo 1º- Aprovar e por em execução a tabela fixando as mensalidades, taxas de matrículas e de transferências:

Escola Normal	
Taxa de Exame e Admissão	50\$000

Taxa Annual	170\$000
Taxa de Transferência	250\$000
Mensalidade	30\$000
Diploma(revogada lei nº16 de 16/11/36)	100\$000

Gymnasio	
Taxa de Exame e Admissão	15\$000
Taxa Annual	100\$000
Taxa de Transferência	250\$000
Mensalidade	30\$000
Diploma(revogada lei nº16 de 16/11/36)	100\$000

Artigo 2º- Revogam-se as disposições em contrario. Sorocaba, 21 de janeiro de 1933. Aprovado pelo D. A. M. Of. Nº 207708 de 20/02/33 David Alves de Athayde(Prefeito Municipal).

Ato Nº 12/1933

O cidadão David Alves de Athayde, Prefeito Municipal de Sorocaba, usando das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto Nº 4810, de 31 de dezembro de 1930, do Interventor Federal no Estado, e atendendo a: Que o paragrapho único do art. 9º da Lei Municipal Nº 209 de 16 de janeiro de 1929, concede a matrícula gratuita a dez alunos em cada serie no Gymnasio e escola Normal;

Que sendo o curso do Gymnasio em cinco series e o da Escola Normal em quatro series seria permitida a gratuidade a 90 alumnos; Que tal numero de alumnos gratuitos seria excessivo; como excessivo é o de 36 alumnos que actualmente geram a gratuidade referida; Que a matrícula em 1932, em ambos os estabelecimentos, foi de 262 alumnos; e a frequência média de 240; Que a concessão de 39 gratuidades representa uma porcentagem sobre a frequência, de 16,25%, coeficiente, sem duvida elevadíssimo; Que as despesas com o aparelhamento dos estabelecimentos e instalação do Gabinete de Phisica, Chimica e Historia Natural tem sido de grande vulto. Que os estabelecimentos tem sido mantidos com grandes sacrifícios para a municipalidade; Que no anno findo a renda foi de 106:450\$400 e a despeza de 155:269\$200- o que representa um déficit de 48:818\$700; Que as taxas e mensalidades foram fortemente reduzidas, sendo que as mensalidades foram reduzidas até 25%;

Que taes reduções tornam os estabelecimentos acessiveis ás pessoas de poucos recursos; Que há sensível abuso na concessão das gratuidades estabelecidas, pois grande parte dos alumnosactualmentegosando da gratuidade podem com grande facilidade, pagar as respectivas mensalidades; Que esse abuso na concessão de gratuidade á pessoas não necessitadas por simples razões de amizade pessoal e de interesse político, vem prejudicar áquelles que na realidade querem mas não podem estudar; Que muitos alumnos que gozam da gratuidade não têm a devida aplicação; Resolve: Art. 1º- Fica revogado pelo presente ato o paragrapho único do art. 9º da Lei Municipal Nº 209, de 16 de janeiro de 1929.

Art. 2º- Ficam creados em cada estabelecimento: Escola Normal e Gymnasio5 lugares gratuitos que serão concedidos aos candidatos devidamente aprovados nos exames de admissão que requererem tal favor, provando não possuírem recursos para custear o seu curso.

§ 1º- O requerimento do candidato deverá vir instruido com o atestado de miserabilidade, passado pelo Juiz de Direito da Comarca.

§ 2º- Os pedidos de gratuidade serão julgados por uma comissão composta de 5 membros nomeados pelo prefeito, devendo ser levado em consideração o gráo de aprovação de cada candidato nos exames de admissão.

§ 3º- A gratuidade refere-se tão somente ás mensalidades e taxas cobradas pela prefeitura e não ás cobradas pela Directoria Geral do Ensino.

§ 4º- A gratuidade não se refere também á taxa de transferencia, que só será dispensada, provando o alumno que se retira definitivamente do Município.

Art. 3º- Os alumnos que actualmente gozam da gratuidade terão as suas concessões revistas e julgadas por uma comissão de 5 membros formada pelo Prefeito Municipal.

§ único- Aquelles que, pela comissão julgadora não forem considerados merecedores do favor da gratuidade, seja por falta de aproveitamento, seja por serem considerados em condições de poder pagar as taxas e mensalidades, ficarão obrigados ao respectivo pagamento caso queiram continuar o curso.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário. Sorocaba, 24 de janeiro de 1933. Dr. David A. de Athayde. Prefeito Municipal Aprovado pelo D.A.M. Of. Nº 20706, de 20/02/33 D. Amaral. Of.Secretaria

Dezesseis anos após, na administração do prefeito Gualberto Moreira, houve a criação da lei Nº 119, de 04/07/1949, que dispunha sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba, a qual trouxe mudanças importantes no funcionamento e atendimento da Escola Normal.

Até essa data, a mesma estava atuando independentemente, como Escola Normal, somente no período diurno, já no prédio oficial, sendo a Escola de Aplicação, anexa à mesma.

Lei Nº 119, de 04/07/1949.

(Dispõe sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba)

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º- Fica criado o Colégio Municipal de Sorocaba.

§ Único- O Prefeito Municipal providenciará junto as autoridades de ensino competentes no sentido de obter imediata legalização para o seu funcionamento.

Artigo 2º- O Colégio Municipal de Sorocaba deverá ser instalado com todos os requisitos para se tornar um estabelecimento modelo.

Artigo 3º- O 1º Ciclo do Colégio Municipal de Sorocaba, cujo funcionamento deverá ter início no próximo ano letivo de 1950, ocupará as instalações da Escola Normal Municipal Noturna, no período da manhã e tarde.

Artigo 4º- O 2º ciclo do Colégio Municipal de Sorocaba será instalado oportunamente, ficando para isso, o Prefeito Municipal, autorizado a ampliar o prédio da Escola Normal Municipal Noturna, de acordo com o que for necessário para o seu perfeito funcionamento.

Artigo 5º- Visando incentivar o estudo e premiar os alunos de real valor, será gratuito o curso no Colégio Municipal de Sorocaba àqueles que obtiverem média anual acima de 7(sete), inclusive.

§1º- Para efeito dessa gratuidade será considerado a média dos exames de admissão, para início do curso, e a média do ano letivo anterior, para o seguinte.

§2º- Dos alunos que não se enquadram no disposto neste artigo, serão cobradas as taxas que forem estabelecidas pelo Prefeito Municipal, de modo a satisfazer, no que fôr possível, as despesas com manutenção do estabelecimento, sem visar lucros.

Artigo 6º- O disposto no artigo anterior a seus parágrafos passará a ser aplicado na Escola Normal Noturna.

Artigo 7º- Os corpos docente e administrativo serão organizados pelo Prefeito Municipal, de acordo com as necessidades de funcionamento do estabelecimento.

§ Único- Os professores serão contratados e perceberão por aula dada, de acordo com a tabela que constar do respectivo Regimento Interno, aprovado pelo Prefeito Municipal.

Artigo 8º- Para atender às despesas com a execução desta lei, serão consignadas verbas próprias nos orçamentos dos próximos exercícios.

§ Único- As despesas que se verificarem no corrente exercício, para a legislação do funcionamento do Colégio Municipal de Sorocaba, correrão pela verba 931/8-99-4- Despesas Diversas, do orçamento, suplementada oportunamente se necessário.

Artigo 9º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 4 de julho de 1949. Dr. Gualberto Moreira Prefeito Municipal. Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Sorocaba, em 4 de julho de 1949. Doracy Amaral Diretor Administrativo.

Já no artigo 2º, a lei afirmou que o Colégio deveria ser instalado com todos os requisitos necessários para que se tornasse estabelecimento modelo. Os requisitos

seriam: a instalação de laboratórios, biblioteca, quadra poliesportiva e auditório, entre outras dependências, além da premiação aos alunos “de real valor” por meio de incentivo aos estudos, sendo que para esses alunos, o ensino seria gratuito, desde que mantivessem as médias acima de 70% de rendimento.

Se a premiação da gratuidade ocorreu somente aos alunos de “real valor”, os alunos sem valor, ou de irreal valor, ou seja, a maioria, poderiam ter sido inclusive os filhos dos políticos e cidadãos influentes da cidade? Certamente.

Conforme já elencamos e detalharemos ainda neste capítulo, esse feito deu-se ao final da década de 1960. O artigo 3º determinou o período noturno para o funcionamento da Escola Normal e atendimento diurno (manhã e tarde) às turmas do 1º ciclo do Colégio(Ginásio) Municipal, sendo que o 2º ciclo que refere-se ao ensino colegial funcionaria somente após a devida ampliação do prédio.

Sorocaba possuía portanto, nesse período, no ensino secundário “público”, a Escola Normal Livre Municipal, o Ginásio do Estado e o Ginásio Municipal, recriado.

Esse fato comprovou a necessidade de atendimento a uma demanda urgente. A Escola Normal passou novamente a ser anexa ao Colégio Municipal, já que o timbre na documentação oficial afirmava: “Colégio e Escola Normal Municipal de Sorocaba”.

Finalizando a análise da referida lei, no artigo 7º, foi dada total autonomia para que o prefeito fizesse a escolha do corpo administrativo e docente da escola, o que fez com que recorrêssemos aos estudos de Nóvoa, nos quais citou Adolfo Lima(1915), numa reflexão tão cabível para o momento, apesar da data:

O poder político é por definição incompetente para exercer a função educadora e tratar de assuntos doutra técnica que não seja a da política. [...]Um recrutamento de professores só pode ser feito por quem conheça perfeitamente as necessidades do ensino. O recrutamento de técnicos só pode ser conscientemente feito pelos seus iguais (1999, p. 4).

Parece que as incoerências nesse aspecto ainda perdurariam por mais algum tempo, até a implantação dos concursos públicos.

Na lei seguinte por conta da extensão, destacamos os artigos que referem-se à Educação.

LEI Nº 379 DE 29 DE OUTUBRO DE 1954 (REORGANIZA ÓRGÃOS PÚBLICOS):

A Câmara Municipal de Sorocaba decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Para a execução dos serviços municipais, a Prefeitura Municipal de Sorocaba fica reorganizada na forma desta lei e constituída dos seguintes órgãos, autônomos entre si e diretamente subordinados ao Prefeito:

Art. 13 - A Diretoria do Ensino Secundário e Normal, dirigida por um diretor com diploma de Professor Normalista, tem a seu caso a direção, fiscalização e contrôlo de ensino secundário a normal público municipal, bem como incentivar, por todos os meios ao seu alcance, as educacionais relativas ao seu setor.

§ Único - Esta Diretoria fica assim constituída: 1) Colégio e Escola Normal "Dr Getúlio Vargas" 2) Ginásio Municipal Noturno.

Art. 14 - A Diretoria do Ensino Primário e Expansão Cultural, dirigida por um diretor com diploma de professor, tem por finalidade dirigir, fiscalizar e controlar o ensino primário público municipal, bem como organizar e incentivar, por todos os meios ao seu alcance, as atividades culturais do Município.

§ Único - Esta diretoria fica assim constituída: 1) Grupo Escolar Municipal Noturno 2) Escolas Isoladas 3) Parques Infantis.

Art. 22 - Os cargos de Professor da Escola Primária serão providos mediante concurso de remoção e ingresso, nos moldes da lei estadual que regula o assunto.

Art. 23 - Os diretores e professores de Parque Infantil deverão possuir certificado expedido pelo Departamento de Educação Física do Estado de curso de recreação infantil.

Art. 24 - O Colégio Municipal de Sorocaba, criado pela lei nº 119, de 4 de julho de 1949, e atualmente constituído do Ginásio Municipal Diurno, e mais a Escola Normal Municipal Noturna passam a formar o Colégio e Escola Normal Dr. Getúlio Vargas".

§ 1º - O atual Ginásio Municipal Diurno servirá, nos termos da legislação estadual em vigor, com Curso Fundamental da Escola Normal Municipal Noturna.

Art. 25 - O Colégio e Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas" poderá fazer funcionar, futuramente, um curso de Formação Profissional do Profissional do Professor e Curso Pré-Normal, em período diurno dependendo das condições exigidas pela municipalidade.

Art. 26 - Para o Colégio e Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas" existirá um único corpo administrativo, sendo o seu corpo docente composto de duas categorias de professores.

§ 1º - Serão efetivos os professores da Escola Normal e contratados os do curso ginásial, ressalvadas as disposições do parágrafo seguinte.

§ 2º - Ficam os professores da Escola Normal, cujas cadeiras existam nêsse estabelecimento e no curso ginásial (1º Ciclo), e futuramente no curso colegial (2º Ciclo), obrigados a lecionar também nêsses outros cursos, ressalvado o limite de aula previsto no artigo seguinte.

Art. 27 - Os professores da Escola Normal são obrigados a ministrar, semanalmente, 12 (doze) aulas ordinárias e mais 12 (doze) extraordinárias, podendo, ainda, ministrar 12 (doze) aulas extraordinárias facultativas.

§ 1º - O professor de Sociologia da Escola Normal é, também, responsável pelas aulas de história da Civilização Brasileira no curso Pré- Normal.

§ 2º - As aulas de Anatomia, Puericultura e Fisiologia Humana, á critério do professor de Biologia, poderão ser distribuídas ao seu Assistente.

Art. 28 - Existirão, ainda, na Escola Normal as cadeiras de Psicologia e Pedagogia, cuja responsabilidade de nomeação e vencimentos pertencer á Secretaria da Educação do Estado.

§ 1º - Ao Professor de Psicologia e Pedagogia as aulas extraordinárias serão pagas pela Municipalidade na base padrão adequada pelo Estado.

§ 2º - Na forma de legislação estadual vigente, um dos Assistentes da Secção de Educação da Escola Normal, em comum acôrdo com o chefe da secção (Professor de Psicologia e Pedagogia), será o diretor do curso Primário anexo á mesma Escola.

Art. 29 - As aulas extraordinárias e o salário-aula dos professores contratados serão pagos na base de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

Art. 30 - Os professores da Escola Normal deverão possuir o respectivo registro de sua cadeira no Ensino Municipal e Particular do Departamento de Educação da Secretaria da Educação do Estado, e os professores do curso ginásial no departamento competente do Ministério da Educação.

Art. 31 - Para efeito do que dispõe o § 1º, do artigo 17, do Decreto-lei Estadual nº13.030, de 28 de outubro de 1942, são de livre provimento, independente de concurso, os seguintes cargos: de Diretores, Procurador jurídico, Engenheiro Auxiliar, Chefes de Secção, Chefes de Serviço, Professores da Escola Normal, Inspetores de Alunos e Auxiliar do Serviço Cultural.

§ único - Estes cargos somente serão providos por pessoas estranhas ao quadro, quando não houver funcionários que satisfaçam os requisitos exigidos para o preenchimento dos mesmos.

Art. 41 - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das verbas próprias que serão consignadas nos próximos orçamentos.

Art. 42 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogada a lei 180, de 29 de novembro de 1950, e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal, em 29 de outubro de 1954.

EMERENCIANO PRESTES DE BARROS

Prefeito Municipal.

Art. 26 - Para o Colégio e Escola Normal Municipal "Dr. Getúlio Vargas" existirá um único corpo administrativo, sendo o seu corpo docente composto de duas categorias de professores.

§ 1º - Serão efetivos os professores da Escola Normal e contratados os do curso ginasial, ressalvadas as disposições do parágrafo seguinte.

§ 2º - Ficam os professores da Escola Normal, cujas cadeiras existam nêsse estabelecimento e no curso ginasial (1º Ciclo), e futuramente no curso colegial (2º Ciclo), no artigo seguinte.

No artigo 14, no que concerne às funções do diretor, os verbos são assertivos: tinha por finalidade “dirigir, fiscalizar e controlar”, logo, pudemos afirmar que o diretor também podia ser denominado como dispositivo escolar de controle, conceito que discutiremos com maior profundidade no próximo capítulo.

No artigo 26 em seu parágrafo 1º há a afirmação de que o privilégio dos cargos efetivos seriam mantidos somente ao docentes da Escola Normal, sendo que os cargos do curso ginasial seriam ministrados por professores contratados, nas disciplinas cujos professores da Normal não fossem habilitados, caso contrário estariam “obrigados a lecionar também nêsses outros cursos, ressalvado o limite de aula previsto”.

3.4 A perpetuação de um monumento histórico: o prédio escolar e seu papel social.

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos(LE GOFF, 2013, p. 486).

Para Le Goff, o historiador trabalha com dois materiais essenciais de memória coletiva na forma histórica científica: os monumentos²⁰ como herança ou perpetuação do passado, e os documentos²¹, que seriam resultantes das escolhas e decisões do historiador, logo os testemunhos escritos.

Seguindo essa linha de raciocínio, deslocando essa reflexão para a história das instituições escolares, e se os documentos (na maioria papéis) são produções humanas constituídas pelos atores envolvidos, e estes utilizaram-se dos espaços ou monumentos arquitetados e construídos para tal, pudemos afirmar que o monumento(o prédio escolar) pode ser entendido como documento e vice e versa, pelo seu poder de perpetuação e testemunho dos fatos históricos, logo uma das provas dos fatos ocorridos.

Nosso foco ao tratar sobre a arquitetura predial deu-se a partir da década de 1940, da construção do prédio definitivo.

Salientamos que no início dessa década, a cidade contava com apenas dez grupos escolares, criados em prédios próprios a partir de 1910, portanto em tempos bem espaçados, de acordo com Almeida (1989):

1910 Inaugurou-se o prédio próprio do G.E. "Antônio Padilha",
1914 Criou-se o 2º Grupo Escolar "Visconde de Porto Seguro"
1919 Criou-se o 3º Grupo Escolar "Senador Vergueiro"
1925 Criou-se o 4º Grupo Escolar "Com. Pereira Inácio"
Votorantim
1925 Criou-se o 5º Grupo Escolar "Santa Rosália" - Sta. Rosália
1932 Criou-se o 6º Grupo Escolar "Baltazar Fernandes" Cemitério
1936 Criou-se o 7º Grupo Escolar "Mons, João Soares" - Cerrado
1936 Criou-se o 8º Grupo Escolar "Brigadeiro Tobias" Brig Tobias
1938 Criou-se o 9º Grupo Escolar "Arvore Grande" – Arv. Grande
1941 Criou-se o 10º Grupo Escolar "Afonso Vergueiro" - Salto de Pirapora.

Esse mesmo autor afirma que seria ilusão o historiador imaginar que os problemas históricos corresponderam a um único tipo de documento, ou somente os escritos, portanto, o prédio da Escola Normal Livre fez parte do arcabouço documental encontrado, e desta forma dialogou em proporções semelhantes aos dos documentos escritos, no sentido da compreensão e procedência de uma leitura arquitetônica e pedagógica desse edifício.

²⁰ Monumento(monumentum): palavra de origem latina, remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito(*mens*), a memória(*memini*). O verbo *monere* : “fazer recordar”, “iluminar”

²¹ Documento(documentum): também de origem latina, derivado de *docere*(ensinar), evoluiu para o significado de “prova”.

Como se deu o diálogo social do edifício com o bairro em que foi instituído, na região central da cidade que expandia-se freneticamente, e da escola com a sociedade sorocabana? Respondemos a esse questionamento no decorrer do traçado.

Buffa e Pinto, com vastos estudos sobre arquitetura escolar, alertam para a relevância em procedermos à leitura arquitetônica e pedagógica dos edifícios escolares, objetivando a compreensão das relações entre o projeto pedagógico e o projeto arquitetônico dos mesmos.

Esses autores destacam alguns momentos da história da edificação dos grupos escolares paulistas, numa de suas obras, onde afirmam que:

O primeiro momento- 1890-1920- é o da criação das escolas públicas republicanas: o grupo escolar e das escolas normais. Numa arquitetura eclética e neoclássica vigorava uma concepção tradicional de educação. O segundo, situado na década de 1930, é marcado pela introdução da modernidade nas escolas construídas na capital: preceitos modernos nos projetos e concepção moderna de escola: a Escola Nova. O terceiro momento- 1949-1954- caracteriza-se pela consolidação da modernidade das escolas construídas na capital[...] (2014, p.19).

Lembramos que estamos falando da construção de uma escola normal livre, construída e mantida pelos precários cofres municipais, e apelando para estratégias como “Campanhas do Tijolo”. Entendemos que essas campanhas (também em voga em inúmeras cidades), nada mais eram que trocas de favores entre os empresários e dirigentes municipais, que acabavam por conceder posteriormente, inúmeras vagas a alunos (muitas vezes com boas condições financeiras) nessas escolas, portanto sempre visando interesses particulares.

Eram os chamados *favores políticos*, que eximiam os contemplados (esses, filhos dos próprios empresários doadores, parentes ou conhecidos) dos exames de admissão, e dessa forma caíam por terra os preceitos da lei Nº 209 assim como os dos atos Nº 11 e 12 de 1933, os quais examinamos detalhadamente neste capítulo.

Portanto, se num primeiro momento, na década de trinta, de implantação da escola normal de Sorocaba, tivemos um primeiro projeto suntuoso, condizente com os ideários republicanos, porém que não foram levados adiante, como demonstraremos em seguida, num segundo momento, tivemos um projeto concretizado que contrariou definitivamente esses ideais:

[...] As rupturas na organização do espaço de ensino são marcadas por um contínuo aprimoramento de regras construtivas e de salubridade, por um rigor maior no que se refere à circulação, ventilação e higiene, por um dimensionamento mais funcional e ergonômico dos espaços, pelo desenvolvimento das técnicas construtivas, pela atenção mais cuidadosa com o mobiliário escolar, pela definição da implantação das escolas nas cidades e até pela elaboração, pelos órgãos competentes, de manuais precisos e exigentes no que se refere às construções escolares (BUFFA e PINTO, 2014, p. 20-21).

Definitivamente essas afirmações não condizem com o histórico do prédio da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

O prédio oficial foi construído somente no início da década de 1940, e ficou muito aquém do almejado, já que falamos de uma escola de formação de professores, e dessa maneira de uma valorização à profissão docente.

Dividimos a história das dependências em dois períodos peculiares distintos, desde a sua criação até sua extinção já que, de 1929 até 1941 (durante 12 anos) a mesma funcionou em dois prédios provisórios, sendo que no ano de 1928 o Ginásio funcionou no prédio do antigo Externato Noturno Sorocabano.

Alguns questionamentos nos permearam: quais seriam os fatores que teriam levado ao arquivamento do projeto do engenheiro Bierrenbach?

O custo elevado teria sido o principal motivador? Ou talvez o fato do próprio Bierrenbach não ter feito esforço para atuar junto à cúpula política atuante? Por que o projeto do engenheiro Letufo, que provavelmente nasceu a partir de um idealizador ou idealizadores, e mesmo para um menos avisado, foi tão aquém se compararmos com o projeto de Bierrenbach em se tratando de adequação, finalidade, nobreza, dependências entre outros?

A impressão, foi a da sugestão de um modelo predial de baixo custo, construído às pressas para atender a uma demanda bem aquém da esperada, não valorizando a finalidade maior, de atender a uma escola normal.

Fez-se importante a reflexão de que não haveríamos de esperar que quaisquer políticos que nada ou quase nada entendessem da área da educação fossem valorizar ou fazer tanta questão de um prédio de fato adequado, ainda mais sob uma cinzenta nuvem financeira. De uma forma ou de outra o protocolo, ainda que parcialmente, estava sendo cumprido, independente da estrutura do prédio.

O engenheiro Júlio Bierrenbach atuava como docente já na Escola Normal e também do Ginásio. Logo, tornou-se evidente constatar que seus ideais eram outros.

Um professor engenheiro ou um engenheiro com formação docente certamente encontrava-se provido de discernimento suficiente para projetar um prédio ideal, ainda que não tenha sido concretizado.

Houve evidências de que foi sugerido um molde predial de baixo custo, construído às pressas para atender a uma demanda bem aquém da real não valorizando uma escola normal, na nobre função formadora de professores, logo, não valorizando a educação.

Como essas decisões dependiam sempre dos parlamentares, seria utopia imaginar que políticos que nada ou quase nada entendessem de educação fossem valorizar ou fazer questão de um prédio apropriado.

Júlio Bierrenbach era engenheiro na prefeitura de Sorocaba e docente de álgebra e matemática na Escola Normal e também do Ginásio Municipal, e mais tarde no Ginásio do Estado. Possuía ideais docentes. Nesse caso, um professor engenheiro ou um engenheiro com formação docente certamente encontrava-se discernido o suficiente para projetar um prédio ideal, ainda que infelizmente não tenha sido concretizado.

Seguem ilustrações das primeiras instalações da Escola Normal Livre:

Figura 10- Primeiro prédio provisório da Escola Normal Livre.



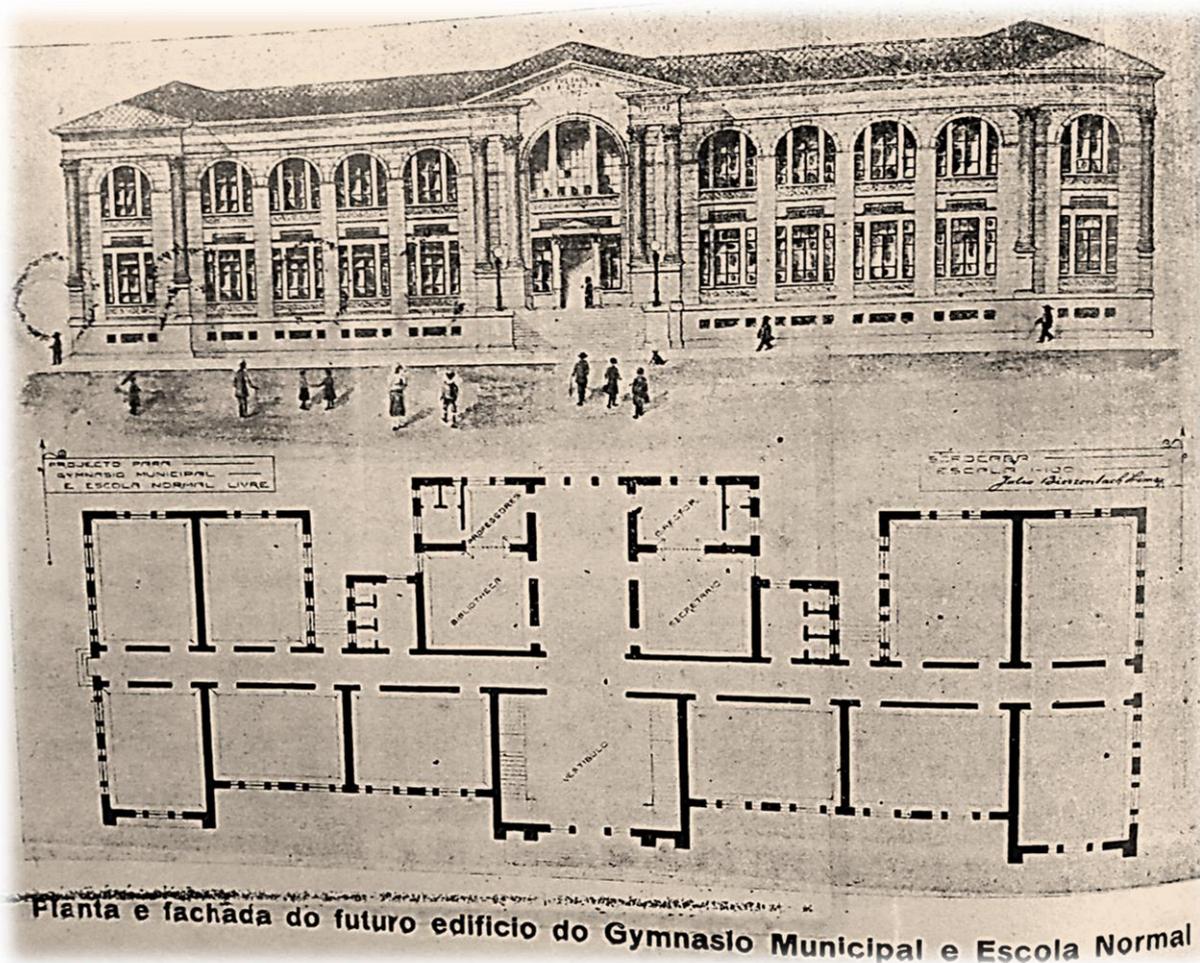
Fonte: Jornal "CORREIO DE SOROCABA"- ENSINO SECUNDÁRIO.
MARÇO/1930.

Localizado na rua Barão do Rio Branco, esquina com a rua São Bento, já demolido. A seguir, o mesmo prédio, alguns anos depois:



Segundo Vieira(1986), desde a fundação do Ginásio e Escola Normal pensava-se em um prédio próprio para abrigá-lo, e no mesmo ano de fundação da Escola Normal Livre, no mês de em junho, estava finalizado o projeto elaborado por Bierrenbach:

Figura 11- Projeto Pioneiro do Ginásio e Escola Normal Livre: Eng^o Júlio Bierrenbach de Lima:



Fonte: GABINETE DE LEITURA SOROCABANO: JORNAL "CORREIO DE SOROCABA. ENSINO SECUNDÁRIO. JANEIRO DE 1930.

A planta assobradada dispunha de todas as exigências para um prédio adequado para uma escola normal e ginásio: salas de aula amplas e arejadas, banheiros e vestiários, biblioteca e laboratórios, além de sala dos professores, diretoria, secretaria escolar e amplo pátio.

Todavia os percalços continuaram, e enquanto isso, as aulas da Normal aconteciam nas dependências provisórias.

Como se não bastasse o projeto, em que local adequado o mesmo seria construído? Foi pensado à princípio, uma praça na região central, antigamente e popularmente chamada "Jardim dos Bichos", hoje praça Frei Baraúna (antigo Fórum Velho).

Seus alicerces inclusive foram abertos e aos 14 dias do mês de julho de 1930 foi lançada a pedra fundamental.

Houve cerimônia presidida pelo então prefeito João Machado de Araújo, representando a Câmara Municipal e o Prof. Renato Sêneca Fleury, representando o Diretório Republicano, o jornal “Correio de Sorocaba” e o corpo docente do Ginásio e Escola Normal: “A urna inserida na primeira pedra, além de guardar a ata lavrada e assinada pelos presentes, teve também jornais da véspera, paulistanos e sorocabanos, além de moedas circulantes na época” (VIEIRA, 1986).

Se o prédio oficial houvesse sido construído nesse local, estaria defronte ao 1º Grupo Escolar sorocabano “Antônio Padilha”, à rua Cesário Motta.

O clichê do projeto arquitetônico de Bierrenbach foi publicado na edição especial do jornal “Correio” aos 25 de janeiro de 1930 (edição comemorativa da visita do então governador Júlio Prestes de Albuquerque à cidade).

“O estilo lembra muito a nossa Estação Ferroviária da Sorocabana. É muito mais bonito que aquele mais tarde construído e que ainda existe”.(VIEIRA, 1986).

Acerca do clichê publicado o jornal “Correio” afirmou:

A fachada obedece a um estilo sóbrio e de linhas elegantes, imponente mesmo, de uma harmonia e equilíbrio perfeitos. O prédio disporá de pavimento térreo, com larga escadaria dando acesso ao andar superior, amplos amplamente rasgados de largas janelas, que garantem abundância de luz, em todas as salas de classes, a diretoria, secretaria, almoxarifado etc(JORNAL CORREIO DE SOROCABA, JANEIRO, 1930).

Atendia portanto, aos ideais republicanos esperados descritos no início deste tópico.

De acordo com Vieira(1986), houve reunião com um grupo de sorocabanos bem influentes que redigiram um manifesto sobre a necessidade emergente da construção de um prédio próprio, o qual foi publicado pelo jornal “Cruzeiro do Sul”, que assim declarou e apelou escrachadamente, sendo que ainda não havia nem local certo para a construção do mesmo:

Sorocabanos: A convicção de que os nossos estabelecimentos de ensino secundário exigem um prédio próprio para o seu funcionamento, não só para que satisfaçam as exigências oficiais para sua equiparação, como também para que possam realizar plenamente os seus fins educacionais, levou-nos a empreender uma intensa campanha financeira visando a consecução dos recursos necessários para a construção de um edifício destinado a essas escolas. Conquanto não ignoremos que o Governo Municipal, fundador e mantenedor dessas instituições de ensino, é que competiria levar a efeito essa obra de inconteste necessidade, somos obrigados a reconhecer que no caso em apreço, nas atuais circunstâncias, uma iniciativa particular, apoiada como está pelos poderes públicos, e amparada pela boa vontade de inúmeros

cidadãos eminentes e pela simpatia popular é o caminho mais seguro e mais certo para atingirmos a meta desejada. Sem agravarmos a situação financeira do município, cremos haver de realizar aspiração máxima atual da sociedade sorocabana, a edificação de um grandioso prédio de acordo com os modernos preceitos da higiene e educação, como dum movimento popular, grande, espontâneo e entusiástico favoreado pelo Governo Municipal, e quiçá pelo Governo do Estado. Não há vozes divergentes nesta cruzada cívica. Não há quem duvide do seu êxito completo. Reina em seu favor uma boa vontade imensa. Aplausos e adesões valiosas, individuais e coletivas.

A campanha, pois, está iniciada. Nos próximos meses de setembro e outubro atingirá o auge.

Sorocabanos e amigos de Sorocaba! Amparai essa causa porque é vossa! Ajudai-nos em tudo o que puderdes e dentro de pouco veremos elevar-se em lugar conspícuo da nossa querida terra, um magnífico edifício, monumento glorioso da nossa fé cívica, com esplêndidas instalações, onde nossos filhos possam receber educação completa- o fortalecimento do seu físico, a formação dum caráter íntegro e a aquisição pela sua mente das riquezas imperecíveis do saber.

Ajudai-nos! Animai-nos! Enviai-nos dede já o vosso apoio incondicional para esse movimento que dever terminar com a sua completa vitória. Sorocaba, 2 de agosto de 1933. José Carlos de Sales Gomes, Aparício Mascarenhas, Abdiel Lopes Monteiro, Lemes Junior, Teócrita Menezes, Armando Rizzo, João Vicente de Oliveira, Renato Sêneca de Sá Fleury, Eurides Foçaça, João Tomé de Souza, José Stilitano, João Câncio Pereira, Enéas Proença de Arruda, Basilides Godoy, Aristides Ricardo, Achilles de Almeida e Eduardo Santos Maia (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 2 de agosto, 1933).

Estava lançada a popularmente conhecida “Campanha do Tijolo”, que teria auxiliado em partes, na construção dos prédios.

Faz-se relevante a compreensão de que essa campanha não dizia respeito literalmente à doação apenas de tijolos, mas às doações consideravelmente suntuosas, inclusive envolvendo a possível doação do terreno para construção do mesmo, além de possíveis e altas quantias em dinheiro etc., vindas principalmente de empresários sorocabanos.

Foi dado então, início à busca por um outro local, já que a escolha do “Jardim dos Bichos”²² aflorou os ânimos de parcela da população sorocabana, já que o local era tido como espaço de lazer público, de um zoológico improvisado, e concomitantemente, com a euforia do povo pela vitória da revolução getulista, num misto de manifestações, comemoração e arruaças nas ruas da cidade, ocorreu um fato de maneira no mínimo sorrateira, como relata Vieira:

²² <http://zoo.sorocaba.sp.gov.br/Historia.aspx> “A História do Zoológico de Sorocaba inicia-se em 15 de janeiro de 1916, no local onde hoje é a Praça Frei Baraúna, o Fórum Velho. Ali, no “Jardim dos Bichos”, foram alojados, em condições precárias, animais comumente encontrados na região, como jacarés, bichos-preguiça, veados, macacos, serpentes e aves. Esse zoológico, voltado tão somente à contemplação dos animais, extinguiu-se em 1930. Em 1965, a Prefeitura construiu uma área de lazer às margens do Rio Sorocaba, no espaço entre a ponte da Rua XV de Novembro e a Praça Lions, instalando ali alguns recintos de animais que foram inaugurados em 1966.

À 1 hora da madrugada, ainda continuavam as manifestações. Subindo para o Jardim Público da Praça Frei Baraúna, o povo invadiu-o, presenciando-se então um espetáculo curioso. Dois ou três homens com enxadas, que não se sabe de onde saíram, outros com paus e outros ainda com os pés, procuravam todos encher com a pouca terra ali existente, as enormes valas mandadas abrir pelo Diretório a pretexto de se construir prédio para as escolas. Como é sabido, todos os sorocabanos repeliram com indignação esse “plano de destruição” da única praça pública de nossa terra. E agora, ali estavam numa tentativa improfícua, mas dominados de verdadeira loucura, a querer recompor o logradouro(1986).

Dando andamento à “Campanha do Tijolo”, iniciaram-se as doações de alguns terrenos com características adequadas à construção dos prédios.

Houve um loteamento oferecido pelo Sr. Abílio Soares, de sua propriedade, situado atrás da Praça Frei Baraúna (onde seria inicialmente construído), na região central da cidade.

O empresário Alberto Trujillo ofereceu outro, na chamada “Chácara Speers”, de sua propriedade, o qual localizava-se defronte ao então chamado “Largo da Independência” (atual Praça 9 de Julho), e houve também alguns outros terrenos vistoriados, os quais não tivemos conhecimento quanto a sua localização e possíveis doadores.

Passaram-se cerca de dois meses, e então o “Cruzeiro” noticiou, em 21 de outubro, que os técnicos chamados para opinar sobre os terrenos, recomendaram o de Alberto Trujillo, porém dependeria de algumas doações do também proprietário Álvaro Teixeira de Souza Leite, também empresário sorocabano e da Diocese de Sorocaba, para abertura de uma avenida de 26 metros, com pistas duplas e canteiro central (a atual Av. Eugênio Salerno).

Em 23 de janeiro de 1934, passou-se a escritura de doação feita por Alberto Trujillo, à Comissão da Campanha Pró Prédio, *“um terreno medindo 100 metros de frente por 132 metros de fundo”*.

Passados alguns dias, o empresário Álvaro Leite, acima citado, proprietário da chácara Santa Terezinha, doou mais 15 metros no “Largo da Independência”, por 180 metros de fundo até o terreno do Ginásio, e o Dom José Carlos de Aguirre (da Diocese de Sorocaba), dias após, doava mais 11 metros de terreno de frente e mesmo comprimento, para o Largo referido acima.

Trinta dias depois, Alberto Trujillo avisou, que tão logo a prefeitura desse início à abertura da Avenida até a altura do Ginásio, ele daria o prosseguimento até o córrego do Supiriri²³, por conta própria.

Em 20 de março iniciou-se a abertura da avenida:

Era preciso tê-la transitável logo, pois que a construção do prédio já fora entregue à Firma Fortner & Perrone que obedeceriam planta elaborada pelo dr. Júlio Bierrenbach de Lima, engenheiro civil e professor do Ginásio e Escola Normal (VIEIRA, 1986).

As obras encontravam-se “a todo o vapor” e a quantidade arrecadada na Campanha Pró Prédio estava esgotando-se. Nesse momento o então prefeito Salerno resolveu ir à São Paulo, a fim de negociar empréstimo, conforme já relatado no capítulo primeiro.

Após seu assassinato, assumiu a prefeitura no início do mês de outubro, o dr. Francisco Paula de Camargo.

Foi recepcionado pela cúpula política em pleno movimento do prédio das escolas. Visitou as obras do Ginásio, voltou à São Paulo para providenciar sua mudança para Sorocaba e empregou-se para dar continuidade aos contatos políticos.

Ao retornar, cedeu entrevista ao “Cruzeiro” para explicar seu projeto de governo e num determinado ponto assim afirmou:

[...]Diga mais a seus leitores...diga que consegui aumento de mais 100 contos de réis do empréstimo para a conclusão do edifício do Ginásio Estadual, o que garante prontamente a perfeita conclusão da nossa casa de ensino[...] (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, agosto/ 1935).

Segundo Vieira(1986), nem os repórteres atreveram-se a questionar, já que o novo prefeito referiu-se ao Ginásio como Estadual e não mais Municipal com certa convicção, como se fosse já um fato, e de fato era!

O deputado, na época, Elias Machado já havia criado o projeto de lei que estaria tramitando na Assembleia Estadual, que “estadualizaria” o Ginásio.

Em 19 de outubro do mesmo ano, o “Cruzeiro” publicou que, em reunião do Conselho Nacional de Educação, teria sido convertido em diligência um pedido de fiscalização federal permanente do “Ginásio Estadual” de Sorocaba.

²³ Localizado no bairro hoje chamado Vila São João, próximo e paralelo à Av. Afonso Vergueiro sentido centro-bairro.

E no dia 28, o mesmo jornal trazia acerca ainda do empréstimo: [...]o montante do empréstimo, que se eleva a 250 contos já está quase coberto, graças à boa vontade de um pugilo dos sorocabanos e amigos de Sorocaba.

Em seguida Vieira rebateu, afirmando que a “boa vontade dos sorocabanos” não teria sido tão boa assim, e os “amigos de Sorocaba” não teriam sido tão generosos, visto que no dia 18 de novembro o prefeito viajou novamente a fim de ultimar as negociações daquele empréstimo.

No dia 07 de dezembro de 1935, o Governador do Estado promulgou a lei que autorizava receber em doação da Prefeitura de Sorocaba o prédio, instalações e material didático pertencentes ao Ginásio que passaria a ser mantido pelo Estado.

Já no dia 10, o mesmo jornal noticiou que mais uma turma de operários fora contratada, inclusive trabalhando no período noturno para que até o dia 31 o prédio das escolas estivesse pronto.

Essa mesma reportagem afirmou que o prefeito ordenou ao diretor do Ginásio que fizesse um levantamento minucioso do rol de materiais existentes a fim de serem entregue ao Estado, conforme autorização do legislativo.

Na data de 06 de fevereiro de 1936, o “Cruzeiro” publicou, enfim:

Campanha Pró- Prédio- Foi ontem assinada nas notas do cartório do 1º Ofício, a escritura de doação do Prédio Normal e Ginásio, feita pela Associação da Campanha à Prefeitura Municipal. Estiveram presentes por parte da Associação, Abdiel Monteiro, da comissão orientadora e os srs.farm. Eurides Fogaça, profª senhorita Francisca de Queiroz, dr. Diogo Moreira Sales, Antonio Tomé de Souza, dr. José Carlos de Sales Gomes, prof. Enéas Proença de Arruda, prof. Armando Rizzo, dr. Júlio Bierrenbach de Lima, prof. João Doreto, Teócrita Menezes, Mário Fazzio, dr. João Salerno, profª Guiomar Novaes e prof. Roskild de Andrade. Assinou a escritura recebendo a doação o dr. Francisco de Paula Camargo, prefeito. Testemunharam o ato os srs. Vicente Almeida e Porphírio Loureiro. A associação fez doação do prédio juntamente com uma área de 82x100m tendo sido reservada uma faixa de 50 x 100m para futura construção de outro prédio que se destinará à Escola Normal. A Prefeitura Municipal deverá agora fazer a entrega do imóvel com todas as instalações, ao governo do Estado, passando de fato o Ginásio a ser estadual. Está pois de parabéns a benemérita Associação da Campanha Pró- Prédio Normal Ginásio, pela brilhante vitória que veio coroar os seus ingentes esforços, e já quase completamente satisfeita uma das suas maiores e mais legítimas aspirações (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 06/02/1936).

Aos 06 dias de março o então prefeito Francisco de Paula Camargo, em São Paulo assinou a escritura de doação do prédio ao Estado e nos dias 08 e 11 de abril

publicou-se as nomeações para o Ginásio Estadual de Sorocaba, sendo seu diretor, o professor Antonio Miguel Pereira Junior, adjunto do “Grupo Escolar Antônio Padilha”.

Portanto nesta data foi dado início às atividades no “Ginásio do Estado” (hoje Escola Estadual Dr. Júlio Prestes de Albuquerque), e o projeto predial, não lembrou nem de longe o idealizado e realizado por Bierrenbach, cuja planta comportaria a escola normal e o ginásio.

Para Vieira(1986), realmente o prédio da Estação Ferroviária Sorocabana em muito lembrou o projeto de Bierrenbach, o que nos levou a sugerir que o mesmo pudesse ter sido aproveitado para tal. As semelhanças são muitas, ao menos externamente. Está localizado no início da Avenida Afonso Vergueiro, sentido centro bairro.

O “Ginásio Estadual” emprestou algumas salas para os alunos da Escola Normal, enquanto aguardavam a construção de seu prédio próprio.

O prefeito Paula Camargo deixou a prefeitura no mês de abril e assumiu então, nesse ínterim, o Sr. Porphírio Loureiro, o qual permaneceu apenas por 3 meses. No mês de agosto, encarregou-se o Sr. Alcino de Oliveira Rosa, conservando-se até 1938.

Fez-se necessário ressaltar que, a esta altura o prédio da Normal nem de longe existia. Por que a planta arquitetada por Bierrenbach não foi utilizada? Seria somente por condições financeiras insuficientes?

Quiçá também pelo fato de haver restado apenas uma faixa de terreno de 50m X 100m, não havendo possibilidade de comportar o suntuoso projeto?

Ou talvez o porquê estivesse justamente na possibilidade ou no feito de que uma Escola Normal destinada à formação de professores primários não interessava à cúpula política atuante.

A realidade foi que a “Escola Normal Livre” amargou cerca de cinco anos até o prédio oficial ser finalmente construído, e de acordo com nota publicada no “Cruzeiro”:

[...] em 1936 o Ginásio passou a ser Estadual, passando a funcionar nas dependências da “Escola Júlio Prestes de Albuquerque”. Entretanto a Escola Normal continuava a ser municipal e ocupando as salas da “Júlio Prestes”, até a construção do atual prédio da “Getúlio Vargas”, já que em 1938, o prefeito Alcino Oliveira Rosa conseguiu a aprovação do projeto do Engenheiro Zenon Letufo (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 16/03/1984).

Após tantos ocorridos e não ocorridos finalmente o prédio oficial da Normal começou a ser levantado no início de 1939, vindo a ficar pronto somente no ano de 1942, e então no local definitivo, situado na já Avenida Dr. Eugênio Salerno, 298, homenageando o prefeito assassinado.

Tornou-se possível constatar que o apelo midiático jornalístico da época foi incontestavelmente eficaz, pois de fato tocou o íntimo de alguns desses nobres e agraciados financeiramente cidadãos sorocabanos.

Até porque futuramente esses mesmos cidadãos dispuseram de cortesias políticas quando houve, por exemplo, a necessidade de vagas para os seus filhos ou entes próximos:

Figura 12- Obra de construção do prédio oficial ao final da década de 1930 e o prédio oficial nos anos 50.



Fonte: Arquivos escolares e Revista Comemorativa Aniversário de Sorocaba(2005)

Do prédio oficial não encontramos o projeto ou a planta baixa mas, o mesmo contava com 06 salas de aula, sendo uma no andar térreo e 05 no andar superior, 01 secretaria, 01 diretoria, banheiro para funcionários e professores, sala dos professores, pátio descoberto e 01 quadra descoberta, conforme relatório anual de 1960.

A primeira obra de ampliação ocorreu, inclusive, somente ao final dessa década, durante a gestão do Prof. Otto Wey Netto, apesar de autorizada desde 1949,

conforme a Lei Nº Lei Nº 119, de 04/07/1949, que dispôs sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba), conforme os artigos:

3º- O 1º Ciclo do Colégio Municipal de Sorocaba, cujo funcionamento deverá ter início no próximo ano letivo de 1950, ocupará as instalações da Escola Normal Municipal Noturna, no período da manhã e tarde. 4º- O 2º ciclo do Colégio Municipal de Sorocaba será instalado oportunamente, ficando para isso, o Prefeito Municipal, autorizado a ampliar o prédio da Escola Normal Municipal Noturna, de acordo com o que for necessário para o seu perfeito funcionamento.

Provavelmente por conta da demanda escolar, e interesses políticos, mais uma vez a Escola Normal ficou em segundo plano, passando a funcionar somente no período noturno.

Para atender ao artigo 4º, seriam amargados mais vinte anos. As vagas continuaram limitadas, atendendo apenas à nata da população sorocabana. E a cada ano, a escola foi sendo vista como a melhor, pela dificuldade em conseguir uma vaga (até pela estrutura compacta predial), pelos critérios rígidos dos exames de admissão, nessa época já chamados de exames vestibulares.

Destacamos que, aos 11 dias de abril de 1929, o prefeito João Machado de Araújo teria assinado uma lei (a qual não conseguimos localizar), que solicitava a instalação dos laboratórios de Física, Química e História Natural no Ginásio e Normal, entretanto, essa lei não foi cumprida, visto que na justificativa do ato nº12/1933, eram aludidos os gastos com essas instalações, somente vindo a concretizar-se no final da década de 1960, conforme já citamos.

Segue a transcrição na íntegra da escritura de doação da Associação da Campanha Pró Prédio da Escola Normal e Ginásio de Sorocaba(1º/10/1964):

Escritura de doação que faz a Associação da Campanha Pró Prédio da Escola Normal e Ginásio de Sorocaba(1º/10/1964)

República dos Estados Unidos do Brasil
Estado de São Paulo Comarca de Sorocaba.
Primeiro Tabelião Pedro Moreira Coelho

Primeiro Traslado- Livro Nº 137- Fls. 167 vs.a 168 vs.

Escritura de doação entre- vivos que faz a Associação da campanha Pró Prédio Normal e Gymnásio desta cidade, à Prefeitura Municipal de Sorocaba.

SAIBAM quantos esta escritura publica de doação entre- vivos virem, que no Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e trinta e seis(1936), aos doze(12) dias do mês de Novembro do dito ano, nesta cidade e Comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, em meu cartório e perante mim Tabelião, compareceram partes entre si justas e contractadas, a saber;

como outorgante doadora, a Associação da campanha Pró Prédio Normal e Gymnásio desta cidade, pessoa jurídica neste acto representada pelos seus diretores Coronel Vicente Amaral, Apparício Mascarenhas e Abdiel Lopes Monteiro, estes casados, brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, e como outorgada donataria à Prefeitura Municipal de Sorocaba, neste acto representada pelo seu Prefeito- Alcino Oliveira Rosa, este brasileiro, casado, residente nesta cidade, e autorizado pela Lei Municipal nº 10, de 3 de outubro de 1936, os presentes reconhecidos de mim pelos próprios de quem trato e das testemunhas ao final nomeadas e assignadas, do que dou fé. Em presença das quaes pela outorgante doadora a Associação da Campanha Pró Prédio Normal e Gymnasio desta cidade, representada na forma acima declarada, me foi dito que pela transcrição numero 4080, de ordem de 25 de janeiro de 1934 do Cartório competente desta Comarca, é senhora e legítima possuidora de um terreno medindo (50) cincoenta metros de frente por (100) cem metros da frente ao fundo, tendo nos fundos a mesma largura da frente, situado à Avenida Doutor Eugênio Salerno, esquina da rua Varnhagem da Villa Casa Nova, antiga chácara "Speer" desta cidade e Comarca de Sorocaba, Freguesia de Nossa Senhor da Ponte e dividindo-se pela maneira seguinte: a frente com a referida Avenida Doutor Eugênio Salerno, por um lado com o Gymnásio do Estado, por outro lado com a rua Varnhagem e pelos fundos pela rua do Gymnasio; que o imóvel acima descrito e confrontado e que possui livre e desembaraçado de qualquer ônus, disse ele outorgante doadora que pela presente escriptura e na melhor forma de direito, faz doação, e como effectivamente doado tem, no valor de quinze contos de reis(15:000\$000), à outorgada donataria a Prefeitura Municipal de Sorocaba, para nelle ser construído oportuna, ente o edifício destinado à Escola Normal Livre desta cidade. E assim cede e transfere à outorgada donataria toda a posse, jus, domínio, acção e direito, que tinha ou possa ter no referido terreno, para que do mesmo a donataria use, gose como seu que fica pertencendo. Presente a donataria a Prefeitura Municipal de Sorocaba, representada na forma acima declarada, me foi dito ante as mesmas testemunhas que aceitava a presente escriptura na fôrma e condições como nella se contem e declara, deixando de apresentar a sisa em virtude de gosar da isenção nos termos do Artigo 41 da Lei nº 2485, de 16 de dezembro de 1935. E de como assim disseram, do que dou fé, lavrei esta escriptura a este cartório hoje distribuída, que sendo lida às partes na presença das testemunhas e achada em tudo conforme, outorgaram, acceitaram e assignam com as mesmas testemunhas e que são Luiz Ferrucci e José dos Santos Terra, a tudo presentes, residentes nesta cidade, meus conhecidos. Eu, João de Moraes, Tabellião Ajudante que a escrevi. Eu, Pedro Moreira Coelho, Primeiro Tabellião, subscrevi. (aa) Vicente Amaral, Apparicio Mascarenhas, Abdiel Lopes Monteiro, Alcino Oliveira Rosa, Luiz Ferrucci, José dos Santos Terra. –Trasladada em seguida. Eu, (manuscrito), Pedro Moreira Coelho, subscrevo...

Na escritura não constou registro do nome do empresário sorocabano doador do loteamento: o sr. Alberto Trujillo, referindo-se apenas como entidade doadora a "Campanha Pró Prédio Normal e Ginásio".

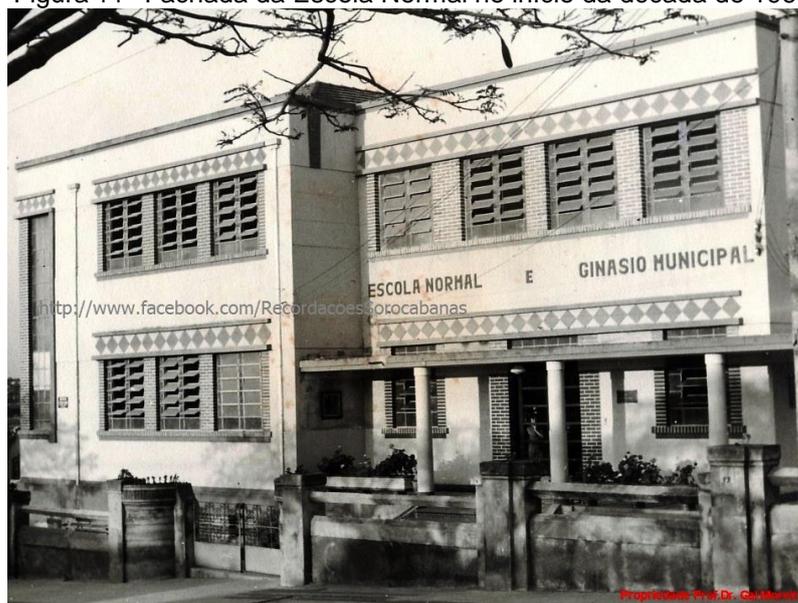
Figura 13 - Fachada da Escola Normal na década de 1950:



Fonte: www.facebook.com/RecordacoesSorocabanas.

Nessa imagem foi possível notar as condições de deterioração do prédio nessa década, apesar de passados apenas dez anos de sua construção.

Figura 14- Fachada da Escola Normal no início da década de 1960:



Fonte: www.facebook.com/RecordacoesSorocabanas.

Figura 15 - Início das obras de ampliação do prédio: início de 1968.



Fonte: Arquivo morto escolar E.M. "Dr. Getúlio Vargas".

Figura 16- Obras da ampliação do prédio: final da década de 1960:



Fonte: www.facebook.com/groups/156868631058272/

Nas duas ilustrações acima, o início das obras de ampliação do prédio, à rua Rio de Janeiro. Ao lado superior direito da ilustração, os fundos do prédio de origem, localizado à av. Eugênio Salerno.

As obras foram iniciadas em 1968, quando já não era mais Escola Normal Municipal. O mesmo foi mais tarde inaugurado como “Instituto de Educação Municipal Dr. Getúlio Vargas”.

Figura 17- Quadra escolar (antes da ampliação). Década de 1960.



Fonte: Arquivo morto escolar E.M. “Dr. Getúlio Vargas”.

Enfatizamos que as três últimas fotografias acima determinam o término de um período histórico para a cidade de Sorocaba, ou a extinção da escola normal, formadora de professores primários.

A ampliação do prédio, a transformação em Instituto de Educação Municipal, contendo as dependências adequadas às melhores práticas de ensino, a construção de uma quadra coberta, fez-nos pensar que os normalistas não puderam usufruir desses espaços no período de trinta e oito anos.

Figura 18- Fachada do prédio em 2015: Av. Dr. Eugênio Salerno, esquina com a rua Rio de Janeiro, na Vila Casa Nova(região central):



Fonte: Arquivos da autora- março/2015.

3.4.1 Algumas apologias acerca do monumento predial e um breve diálogo com Althusser.

Diante de todas as complexidades iniciais e de percurso que envolveram a criação, o projeto e a edificação do prédio definitivo no início da década de 1940, o qual perdura até os dias de hoje, temos condições de tecer um diálogo (ou um monólogo?) do mesmo com a cidade, sociedade, com as imediações nas quais foi instalado e tornou-se definitivamente símbolo monumental urbano da educação secundária profissionalizante municipal.

Arriscamo-nos afirmar que seu formato literalmente “caixa quadrada compactada”, construída por meio de “campanhas do tijolo” e localizada na região urbana central em expansão naquela época, pela sorte que fez com que um empresário local se comovesse diante da necessidade de construção de um prédio próprio, doando uma gleba generosa, fez-se compreender o seguinte enunciado, e certamente se as paredes pudessem verbalizar, como que uma narrativa apológica (FERREIRA, 2004), o enunciado mais próximo seria o seguinte: “População sorocabana e da região, mirem o prédio da Escola Normal Livre Municipal! Somos pioneiros e vimos fortalecendo ano após ano, a história da educação secundária profissional de prestígio nesta cidade, desde o início da década de 1930, quando às

duras penas esta instituição normal livre municipal foi criada. Vejam: municipal. Subentendam-se: problemas financeiros historicamente precários!

A primeira turma de professores primários da cidade, teve papel de suma importância e marcou o início de uma trajetória que perduraria até o final da década de 1960.

Dentre a história das escolas normais oficiais, cuja hegemonia era estadual, uma normal livre, além do domínio fiscal do Estado, estava fadada a fiscalização também direta dos dirigentes particulares ou municipais. Afinal de contas, esta escola é a menina dos olhos da prefeitura, ou a única escola municipal de caráter profissional até o presente momento histórico!

Almejam cursar o ensino secundário profissionalizante normal? Tornarem-se professores primários, e dessa maneira contribuir com a alfabetização e escolarização das nossas crianças?

Moças e rapazes capazes cognitivamente, providos de famílias abastadas financeiramente, moradores da região central de Sorocaba ou de outras cidades próximas, interessados em profissionalizarem-se, em concluir um curso secundário, ou no caso das moças, não necessariamente lecionar, mas conseguir concretizar uma sociedade conjugal vantajosa?

Passem pelos exames de admissão, altamente seletivos e classificatórios, até pelo fato que a "caixa predial" não pode comportar grande quantidade de alunos. Com taxas ditas módicas, porém impossíveis de serem arcadas a qualquer trabalhador comum que proveesse família.

Caso não encaixe-se nessas exigências, mas seja um aluno primoroso, ainda que não abastado financeiramente, ainda existe uma chance: dispomos de algumas escassas vagas, destinadas a você! Desde que, claro, possa comprovar perante o juiz da comarca, por meio de um atestado de miserabilidade, a sua pobreza financeira. Mas lembre-se, faça jus a sua vaga, dedique-se ao máximo, sob pena de perdê-la.

Alguns fizeram a farão parte desta congregação escolar. Outras só poderão conhecê-la por meio do olhar superficial da fachada externa. Logo, uma "caixa predial" detentora de poder" [...].

Julia, alerta para que evitemos essa ilusão de um total poder de uma escola, e insiste na necessidade do conhecimento interno de sua história:

[...]a história das instituições educativas não difere fundamentalmente das outras histórias das instituições (quer se trate de instituições militares, judiciais etc.) A história das populações escolares, que emprestou métodos e

conceitos da sociologia, interessou-se mais pelos mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola que pelos trabalhos escolares, a partir dos quais se estabeleceu a discriminação (2001, p. 12).

Nossa estrutura predial possui apenas seis salas de aula, logo, não foi criada para atender à maioria da população em idade escolar sorocabana, deixemos esse fato claro, que aliás nunca foi o objetivo do ensino secundário! Nossas dependências definitivamente não são adequadas a um ensino qualitativo, visto que a estrutura de uma escola normal exigia laboratórios, biblioteca, pátios, quadras esportivas entre outras, e esse fato fará com que amarguemos muitos anos ainda no aguardo da equiparação às escolas oficiais do Estado. Mesmo assim, procuramos oferecer ensino de destaque dentro do possível, por conta da qualidade dos nossos professores. Aliás, de acordo com Buffa(2005), discutindo a arquitetura das escolas primárias, e diante de uma atitude otimista em relação à escola, tanto a primária quanto a secundária, poderiam ser vistas como redentoras do pecado da ignorância e como fator certo de progresso social.

Somos subordinados às inspeções municipais, e nossos dirigentes diretos são escolhidos a dedo pelo prefeito, assim como respondem diretamente ao mesmo.

Daqui a uns doze anos, na década de 1950, por conta do desgaste causado por intempéries climáticas e uso constante, a “caixa” gritará por socorro, almejando reformas emergenciais e ampliação urgente da mesma, pois a demanda escolar viria aumentando a cada dia. Até porque, com as alterações de diretores e prefeitos, as visões políticas e educacionais tendem a ampliar-se, saindo do estado de miopia perante a necessidade do progresso.

Nada que novas “campanhas do tijolo” (certo que com uma nova roupagem), unindo-se ao empenho dos dirigentes à captação de recursos federais e estaduais não resolvessem. Estaríamos já ao final da década de 1960 e já não seríamos mais uma Escola Normal. A grande reforma e ampliação da “caixa predial” ocorreria já como “Instituto de Educação Municipal”.

Porém, essa seria uma nova história de uma nova instituição escolar.

Nosso interesse foi o de desvendar todas as possibilidades contidas no interior dessa caixa monumental, denominada Escola Normal Livre Municipal, que acondicionou outra caixa: A “caixa preta escolar”, conforme citamos no início do capítulo II.

Utilizamos-nos dessas analogias para propor um breve diálogo com Althusser(1986), no sentido de abordarmos alguns aspectos histórico- críticos, no âmbito das contradições, a partir do conceito de aparelhos ideológicos de Estado, visto que reconstruímos a história de uma Escola Normal Livre Municipal, contraditoriamente sob o domínio do exercício do poder de Estado.

Optamos por problematizar neste tópico, que tratou sobre uma analogia quanto ao prédio pelo fato de representar a Escola Normal Livre como um dispositivo em forma de monumento produzido por um grupo soberano, logo com ideias também dominantes, podendo em vista disso, ser considerado um aparelho ideológico de Estado, embora, para Althusser, aparelhos ideológicos remetam ao domínio privado:

[...] enquanto o aparelho repressivo de Estado pertence ao domínio público, a maior parte dos aparelhos ideológicos do Estado remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais são privadas (ALTHUSSER, 1985, P. 69).

A Normal de Sorocaba, como já explicamos, apesar de possuir caráter público por ser sido mantida pelo município, nunca foi para todos, e nem tinha condições físicas para tal, mas o fato de ser única na cidade fez com que adquirisse desde a sua fundação um status de melhor qualidade e reputação diante das outras escolas de segmentos semelhantes que viessem a ser criadas, sendo assim, essa ideologia foi fortemente incorporada pela população sorocabana interessada, além de outras cidades regionais.

A tese do conceito de ideologia defendida por Althusser é chamada por ele próprio de “radicalmente diferente”(não contrária) à alemã(defendida por Marx, de pura ilusão) pois para ele, ideologia seria uma representação da relação imaginária dos indivíduos diante das e com as suas condições reais de existência, podendo levar esses mesmos indivíduos a um estado de resignação ou conformismo perante essas condições impostas pela sociedade, e inclusive a possíveis sentimentos de culpa por não conseguirem atender às exigências sociais preponderantes.

Um bom exemplo foram os exames de seleção, para concorrência de vagas na Normal Livre, que explanamos no item 4.3 deste trabalho. Salientamos que nesse viés ideológico, esse mesmo autor poderia ter sustentado outros debates neste trabalho.

Por que aparelhos ideológicos? Para Althusser, existem os aparelhos repressores (podem funcionar por meio de violência ou ideologia), e os aparelhos ideológicos, como o próprio nome afirma, funcionam principalmente por meio da divulgação dos seus valores, ou valores dominantes (das classes dominantes).

Qual seria portanto, a função de um Aparelho Ideológico, e sendo a Escola Normal Livre, um desses aparelhos, qual foi a sua função? A de mera reprodutora dessas ideologias? Subordinada aos quereres do aparelho repressivo de Estado?

Pudemos comprovar esse exercício de poder de Estado, tendo em vista a morosidade quanto ao processo de equiparação, por conta das exigências não atendidas, correndo o risco de serem fechadas.

Durante vinte e quatro anos a Normal livre de Sorocaba ansiou por essa equiparação, e quando foi enfim deferida, no ano de 1953, ainda não atendia a todas as exigências. E atentamos que a última condição exigida durante o processo final, foi a licenciatura e registro do diretor e dos professores, ou idoneidade técnica dos mesmos, não exigindo a construção de laboratórios e bibliotecas, ou as condições legais dos planos de ensino, tão relevantes para o bom atendimento escolar.

O aparelho repressivo em plena função: havendo a comida, por que os pratos e talheres? E por que não equiparou-se bem antes então? A pressão maior deu-se sobre os sujeitos, neste caso diretor e docentes.

E como Althusser(1986) afirma, ora esses aparelhos funcionam por meio da repressão com (no caso da condição ameaçadora de fechar a escola), ora por meio da ideologia dominante, pois o Estado, dominador e soberano por natureza, não nasceu para perder.

Cabe aqui uma provocação do autor, para exemplificar, não somente o fato ocorrido no contexto da Normal Livre de Sorocaba, mas justamente por ser essa escola, cujo telhado possuía um vidro bem mais fino em relação às demais, em relação à forma sutil de repressão a que os professores foram e são submetidos historicamente, e o texto, escrito no início da década de 1970, encontra-se hoje, pertinente:

Peço desculpas aos professores que, em condições assustadoras, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as práticas que os aprisionam, as poucas armas que podem encontrar na história e no sabe que “ensinam”. São uma espécie de heróis. Mas eles são raros, e muitos (a maioria) não tem nem um princípio de suspeita do “trabalho” que o sistema (que os ultrapassa e esmaga) os obriga a fazer, ou, o que é pior, põem todo

seu empenho e engenhosidade em fazê-lo de acordo com a última orientação (os famosos métodos novos!) Eles questionam tão pouco que contribuem, pelo seu devotamento mesmo, para manter e alimentar esta representação ideológica da escola, que faz da Escola hoje algo tão “natural” e indispensável, e benfazeja a nossos contemporâneos como a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás (ALTHUSSER, 1986, p. 80-81).

Mas acrescentamos que o Aparelho de Estado compreende dois corpos: o corpo das instituições que constituem o aparelho repressivo de Estado, e o corpo de instituições que representam o corpo dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Se trouxéssemos para este diálogo Julia(2001), lembrando sua definição de cultura escolar, podemos afirmar que o prédio, representando a escola e sua cultura formada e produzida por um conjunto de normas inculcadas e conhecimentos a serem ensinados(mesmo não garantindo se serão de fato aprendidos) levando à possível incorporação(ou não) desses comportamentos, conforme as possibilidades, com a definição de ideologia althusiana, foi possível afirmar que a Escola Normal foi de fato um aparelho ideológico de Estado.

O conjunto de fontes históricas, sujeitos, prédio escolar, os saberes e cultura(s) escolar(es) fizeram parte de um arcabouço histórico, político e social interligados que nos permitiu essa corroborar com essa afirmação.

4 A GEOGRAFIA DOCUMENTAL ESCOLAR E A FABRICAÇÃO DE BOAS FLECHAS COM VARIADOS TIPOS DE MADEIRA: CULTURA(S) ESCOLARES(S)?

Iniciamos este capítulo citando um questionamento utilizado por Nascimento: “Se a instituição escolar é por definição, uma unidade de ação, um sistema de práticas, como fazer história das instituições escolares sem considerar as suas práticas?” (2007, p.9).

Deste modo, a sistematização dessas práticas ou a cultura das organizações puderam ou não serem perpetuadas (CARVALHO, 2006). Esse conjunto de ações foram providas de uma rede de relações estabelecidas pelos indivíduos enquanto sistema social atuante, portanto, para realizar a reinterpretação histórica da Escola Normal Livre Municipal por meio de sua cultura escolar, como uma das categorias de análise, foram considerados três aspectos relevantes e singulares: o primeiro, é que analisamos uma escola normal, livre e municipal, e essa condição a fez singular.

A adjetivação “*livre municipal*” é por si só contraditória, pois vem carregada de questões sociopolíticas e econômicas, inculcadas nos grupos de agentes que nela e por ela atuaram, direta e indiretamente, considerando os tempos e espaços distintos, nos percursos de sua trajetória histórica e cultural. Este foi um dos aspectos.

O segundo foi que, para analisar a massa documental disponível, ou as fontes históricas encontradas, ou o “núcleo duro” da pesquisa, segundo Mogarro(2006), consideramos pertinente trazer às reflexões, conceitos de cultura escolar constituídas por meio dos vestígios documentais que tiveram um papel crucial nessa trajetória histórica, deslocando para a história da instituição escolar, o conceito de dispositivos escolares ou de escolarização, de acordo com Agamben (2005), e já citado por Nóvoa (1991), que afirmam que: “os professores, sendo a voz dos dispositivos de escolarização, o Estado não hesitaria em criar condições para a sua profissionalização”.

Os estudos de Agamben (2005), baseados nas ideias foucaultianas, fortaleceram-nos para nomeá-los como: dispositivos escolares de controle.

Ele chama de dispositivo, tudo que de alguma maneira possa capturar, determinar, modelar, interceptar, controlar, além de assegurar gestos, condutas, comportamentos, opiniões e discursos humanos.

Nossos indícios apontaram para uma cultura dos dispositivos escolares, e por que não, dispositivos escolares de controle, já que praticamente noventa por cento

das fontes encontradas remeteram ao controle: o Estado controlando as escolas por intermédio dos inspetores fiscais, além da prefeitura por meio dos diretores, que eram também controlados por esses inspetores fiscais estaduais, que controlavam os professores, os quais controlavam os alunos, que pareceram não poder controlar ninguém (ao menos até a conclusão do curso, no caso dos normalistas).

E dezenas desses alunos, ao concluírem o curso profissional normal, lecionaram na própria Escola Normal Livre, dessa forma perpetuando parte da cultura escolar.

Nessa linha de pensamento, podemos afirmar que além de todo o arcabouço documental, o próprio prédio escolar foi um dispositivo, como pudemos verificar no capítulo anterior, quando por conta dos espaços limitados, ou dos exames de admissão, que eram acirrados e altamente seletivos. Ou seja, apenas o melhor entre os melhores! Isso quando a política de favores políticos não imperava.

Assim, de acordo com Lombardi:

A escola, portanto, reproduzia as formas de organização da sociedade em que estava inserida e, apesar dos discursos abstratos e generalistas de que ela se voltava para o atendimento de toda a sociedade, ela de fato reproduzia a estrutura de classes da sociedade em questão e, portanto, voltava-se ao atendimento diferenciado das diversas classes sociais(et al, 2012, p.26).

Embora a afirmação desse autor venha de encontro aos estudos da escola como instituição inserida numa sociedade de classes, e reprodutora das formas de organização sociais, fez-se importante a compreensão de como essa Escola Normal Livre, como parte da engrenagem social pode ter contribuído no decorrer da sua história para transformar essa sociedade, no sentido de superar essa ideia de reprodução.

O terceiro aspecto foi o efeito político e social, que pudemos chamar de cascata, e disse respeito exatamente ao conceito explanado acima: tivemos o Estado como detentor das escolas normais livres e oficiais, logo, também um dispositivo de controle.

Assim que o mesmo percebeu-se impotente para continuar arcando financeiramente com as mesmas, e ao mesmo tempo havendo a emergência da necessidade da criação de novas escolas normais para formar professores primários, foi dada uma autonomia relativa aos municípios, que poderiam criar suas escolas

normais, chamadas de livres, sendo as mesmas custeadas pelos municípios ou por particulares.

A afirmação de Penteado e Bezerra Neto, corrobora no sentido de que:

[...]as primeiras décadas do século XX viviam um acelerado processo de urbanização e de crescimento populacional, o que tornava necessária e urgente a expansão do sistema escolar- fato que implicaria obviamente, considerável aumento nos gastos com a instrução popular[...] (2012, p.93).

Se o Estado já não estava dando conta da criação e instalação das escolas primárias, para a instrução do “povo”, quem diria das normais?

De um lado o Estado não arcou financeiramente as escolas, porém continuou controlando ferrenhamente as mesmas por meio direto dos fiscais estaduais, que por sua vez, controlaram juntamente com o Estado os órgãos mantenedores diretos(prefeitura ou particulares), os quais indicariam e controlariam seus diretores(nomeados diretamente pelo prefeito), os quais controlaram seus professores, por meio dos dispositivos escolares de controle chamados livros ponto, mapas de movimento e memorandos internos, entre outros.

Dessa forma, não houve outra opção aos professores, que tiveram que controlar efetivamente os comportamentos de seus alunos, que por sua vez eram selecionados, por meio de exames e admissão, e avaliados por bancas formadas por docentes renomados e inspetores, podendo ao final do processo serem incluídos ou excluídos, não por ausência de inteligência ou de esforço, mas por vezes, pura e simplesmente, por conta das limitadas dependências do monumento predial, que foi construído no espaço que lhe restou, numa área limitada, com poucas salas de aula, como pudemos verificar no capítulo anterior.

Esses alunos “privilegiados”, os aprovados, tornaram-se mais tarde professores e continuaram ao longo da história reproduzindo os mesmos aspectos dessa cultura escolar.

Que escola “livre” foi essa que somente conseguiu equiparar-se às oficiais do Estado após vinte e cinco anos de funcionamento? Que deteve o poder de controle perante a equipe docente por meio de posturas autoritárias de alguns de seus diretores, que certamente eram também pressionados pela chefia imediata nas pessoas dos prefeitos, como poderemos constatar nos tópicos adiante?

Ao (re)construir a cultura escolar dessa instituição normal livre, até pela massa documental disponível, pudemos afirmar a possibilidade de mais de uma cultura escolar durante o seu percurso histórico, considerando as mudanças nos modos de pensar e fazer dos atores escolares.

Apontamos na introdução deste trabalho, um dos conceitos de cultura escolar que veio de encontro ao nosso conjunto de hipóteses, no caso, o de Dominique Julia(2001), que utilizou-se de algumas palavras-chave essenciais: normas, práticas, inculcação e incorporação de comportamentos, formando um conjunto de normas que podem definir conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar nos atores envolvidos.

Por esse motivo, arriscamo-nos afirmar que podemos falar de mais de uma cultura escolar, já que vamos demonstrar, que a partir da década de 1960, houve inúmeras alterações nos modos de fazer, os quais comprovaremos durante este capítulo.

A liberdade de ação e atuação da Normal Livre foi constantemente vigiada, e será que de fato foi permitido atingir a meta que lhe cabia, ou sua função social, a qual era determinada pelas leis? Formar bem professores primários independente da classe social a que pertenciam?

No recorte histórico pesquisado, alguns fatos históricos da educação brasileira foram importantes, e contribuíram para o cruzamento de alguns dados durante o percurso historiográfico, entre eles: a criação ao final da Primeira República e início da Segunda República, em 1930, concomitantemente com a Revolução e o início da Era Vargas, que durou quinze anos, até 1945.

Sobre o movimento da Revolução de 1930, Andreotti aponta que:

[...]a Revolução de 1930 não foi considerada como um movimento de ascensão da burguesia industrial ao poder, mas, sim, o resultado do enfraquecimento político do setor agrário e a incapacidade dos outros setores dominantes de assumirem a hegemonia, o que teria facilitado a instalação de um Estado forte e centralizador, sob uma vertente ideológica autoritária e nacionalista (2012, p.105).

Assim era caracterizada a Era Vargas: pela transição do modelo econômico agroexportador para o modelo de produção industrial.

O surgimento do movimento escolanovista, iniciado pelos idealistas liberais republicanos democráticos, intelectuais, autores das principais reformas educacionais, as quais marcaram o centro do interesse nas questões envolvendo a

educação brasileira, inclusive fazendo crer que a educação seria a salvaguarda de todas as mazelas brasileiras podendo inclusive, contribuir para o processo de estabilização social.

Criticaram a insuficiência da pedagogia tradicional, que iam de encontro com um mundo modernizado e capitalista, levando ao entendimento de que os preceitos e programas educacionais deveriam obrigatoriamente caminharem juntos e serem atualizados.

A escola como instituição educativa e cultural, promotora da educação, cuja finalidade maior é promover mudanças estáveis e desejáveis nos indivíduos que por ela passaram, é possuidora de cultura própria e entendemos ser possível haver até mais de uma cultura, conforme as conjunturas históricas da época.

Na história da criação das escolas normais de caráter livre no estado de São Paulo, a porcentagem de livres mantidas pelo poder público municipal foi significativamente inferior em relação às livres mantidas por particulares, embora não tenhamos dados precisos, mas consideramos os trabalhos de Furtado (2004) e Inoue (2014), por exemplo, os quais apresentaram dados específicos e levantamentos da quantidade de escolas normais livres municipais ou particulares em determinadas regiões do estado num determinado período, e assim pudemos ratificar e sustentar essa afirmação.

Várias escolas normais livres mantidas por particulares quase sempre possuíam um programa didático fortalecido pelos preceitos católicos, e foram várias, como pudemos verificar: “Escola Normal Livre Nossa Senhora...”, Escola Normal Livre São...”, Escola Normal Livre Santa...”

Já uma Escola Normal mantida pelo município, no caso, deste objeto de pesquisa, foram evidenciadas além das inconstâncias no programa didático pedagógico, como pudemos apontar no segundo capítulo, e sendo criada como um apêndice do Ginásio Municipal, o qual, de acordo com a Lei Nº 204, de 1927, seguia obrigatoriamente o programa didático do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Quando a escola normal foi criada em 1929, não especificou-se um programa oficial, o que nos leva à compreensão de que foi seguido o mesmo do ginásio, talvez com algumas adaptações, mas não um próprio dessa escola, como verificamos na Lei Nº 209, em 1929.

Um dos conceitos que mais se aproximam e respondem aos questionamentos e objetivos deste trabalho temos o de Julia, que assim descreve cultura escolar:

[...]um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (2001, p. 10).

Práticas e normas que caracterizaram o grupo de atores que fizeram da escola normal uma instituição possuidora de identidade e distinta das demais, apesar de todas as contradições ao longo de sua história, e que foram mudando conforme os prefeitos, diretores e professores.

Diante dessa conjuntura pudemos ratificar a afirmação de que houve mais de uma cultura escolar no período pesquisado. Uma que vai da criação até o início da década de 1940, a qual chamamos de cultura escolar provisória, e coincidentemente deu-se próximo ao período do governo provisório da Era Vargas (1930 a 1937) e outra que vai de 1942 a 1967, sendo que a partir do início da década de 1960, houve novas mudanças as quais chamamos de qualitativas, e que demonstraremos adiante.

Para Carvalho(2006), a cultura de uma organização provém de uma rede de relações estabelecidas pelos indivíduos enquanto sistema social, podendo ser perpetuada.

Como foram construídas as culturas de uma escola normal livre, que foi criada para ser vigiada pelo poder público estatal, embora não pudesse contar com esse poder em nenhum aspecto? Que subordinou-se às condições inadequadas dos prédios provisórios, que foi administrada por nada menos que 14 diretores, que respondiam à chefia imediata do prefeito e secretários de governo, e além disso, por intempéries de ordem financeira e implicitamente políticas?

Nossos indícios apontaram para uma cultura escolar composta ainda que parcialmente, de dispositivos escolares de controle, como citamos anteriormente, considerando os estudos de Agamben (2005), podemos afirmar que podem ser dispositivos escolares de controle, já que mais de oitenta por cento das fontes históricas encontradas remeteram ao controle, em especial, o docente.

E essas fontes produzidas ao longo da história da Escola Normal, tiveram um histórico de controle direto das instâncias superiores: o Estado controlando essas escolas por intermédio dos inspetores fiscais, a prefeitura por meio do prefeito, chefiando diretamente os diretores, nomeados pelo próprio. Os diretores, eram também controlados por esses inspetores fiscais estaduais, que controlavam além dos

atos do diretor, os professores, os quais controlavam os alunos, que não podiam controlar ninguém (ao menos até a conclusão do curso, no caso dos normalistas).

E dezenas desses alunos, ao concluírem o curso normal, foram lecionar na própria escola normal, dessa forma perpetuando essa cultura escolar.

Uma reportagem publicada pelo Jornal Cruzeiro do Sul anunciou sobre as comemorações do Jubileu de Ouro primeira turma de formandos da Escola Normal Livre, em 1932:

Primeiros mestres sorocabanos comemoram seu Jubileu de Ouro: Amanhã, sábado, os formandos de 1932 da Velha Escola Normal Livre e do então Ginásio Municipal de Sorocaba²⁴, hoje respectivamente, Escola Normal Getúlio Vargas e Instituto Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, estarão comemorando o seu Jubileu de Ouro. Trata-se, indiscutivelmente de um acontecimento marcante na vida social e educacional da nossa terra, uma vez que nessa turma encontram-se os primeiros mestres- escola de nossa cidade. São pessoas que tiveram uma esplendorosa vida dedicada ao magistério, chegando muitos a ocupar proeminentes posições na rede de ensino oficial ou municipal; forma vidas inteiras dedicadas a um sacerdócio dos mais nobres, qual seja, o da educação de crianças e jovens de nossa terra. Muitas dessas mestras e mestres, moldaram caracteres pessoais de seus alunos, fazendo com que grandes nomes e muitas gerações que passaram por suas mãos, proporcionassem enormes serviços à nossa Pátria" (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 17/12/1982).

Foram incisivas no texto da reportagem algumas marcas da cultura escolar arraigada na sociedade sorocabana: a partir de 1968, já não era mais Escola Normal, porém, passados catorze anos, a imagem ainda era viva. Da mesma forma com o "Estadão", que já não era um Instituto de Educação.

Acerca da primeira Escola Normal da cidade, que formou seus primeiros professores, afirmava-se com convicção:

Muitas dessas mestras e mestres, moldaram caracteres pessoais de seus alunos, fazendo com que grandes nomes e muitas gerações que passaram por suas mãos, proporcionassem enormes serviços à nossa Pátria...

Remeteu-nos a um prestígio imensurável, ainda que estivéssemos falando de parcela elitizada da sociedade sorocabana, que homogeneizava-se ano a no.

²⁴ Em 1982, a denominação oficial das escolas eram respectivamente: "Escola Municipal de 1º e 2º graus "Dr. Getúlio Vargas" e Escola Estadual de 1º e 2º graus "Dr. Júlio Prestes de Albuquerque", conforme a lei municipal Nº 1796, de 29 de outubro de 1974.

Carvalho(2006), cita que o princípio da homogeneização constituiu um dos sinais mais distintos de culturas escolares dessa época: de classes, programas, disciplinas, castigos, avaliações, exames, inteligências, professores.

Abaixo, duas canções compostas por alunos da escola, ao final década de 1960 que enfatizam afirmação acima:

Música: Aquarela do saber(melodia: Aquarela do Brasil)

Autoria: Letícia Tortola(aluna).

Getúlio, minha escola querida,
Você é minha vida...
Vou amar-te para sempre.
Oh! Getúlio, escola que faz
Faz de mim um adulto capaz.
Oh! Getúlio! Oh! Meu amor.
Agradeço a nosso Senhor
Getúlio!
Prá mim...
Prá mim...
Getúlio!

Música: “Getúlio Vargas”(melodia: Terezinha de Jesus)

Autoria: Lilian Cristiane, Ediane e Carine(alunas)

Nossa Escola, é o Getúlio, nome de um grande presidente,
Que durante seu governo, trabalhou por nossa gente.

Nossa Escola, é o Getúlio, onde estudam bem contentes,
As crianças, juvenzinhos, e também os mais mocinhos.

Ao saírem dessa escola, já disseram muita gente,
Que os jovens aqui formados, já são cidadãos decentes.

Nessa escola se pretende, preparar o cidadão,
Para juntos, garantirmos, o futuro da nação.

O Getúlio, é uma escola, que não tem comparação,
Quem estuda nessa escola, não terá preocupação.

Os versos acima vem carregados de prósperas certezas, como se poder ter a chance de estudar no “Getúlio Vargas” garantisse o brilhante futuro de todas as crianças e jovens que por ali passassem.

É um exemplo evidente da cultura da prática de inculcação e incorporação de comportamentos e conhecimentos.

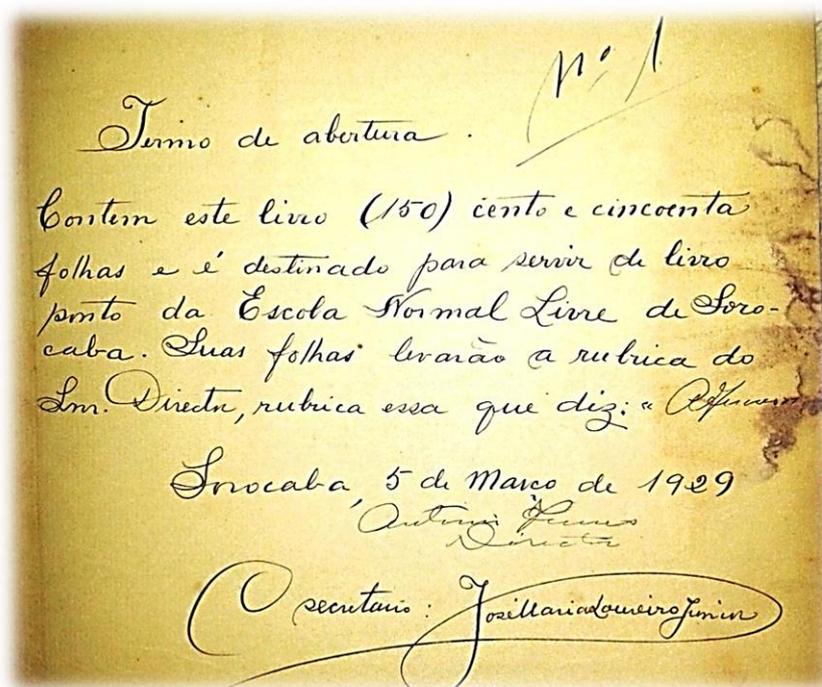
4.1 Os registros e seus atores históricos escolares: Livros ponto 1929 a 1930, 1931 a 1932 e 1944 a 1946: inspetores fiscais, diretores, secretários de escola, professores e funcionários.

Os livros de registro, entre eles, os de ponto dos professores e funcionários escolares, assim como livros de matrículas da Escola Normal e ginásio municipal, nos períodos demonstrados na tabela 1 (introdução), possibilitaram investigar a definição do perfil dos alunos que frequentaram a escola normal: origem geográfica, gênero, articulação com a cidade e região, formação de possíveis elites locais, sociais e econômicas, respondendo a uma parte da nossa problematização.

Encontramos três livros ponto em bom estado, nos quais foram registradas a frequência diária docente, as disciplinas, lições do dia, além dos vistos diários do diretor e inspetor fiscal.

No livro em que foi registrado a década de 1940, os vistos do inspetor fiscal estadual foram esporádicos em relação aos livros do final da década de 1920 e início da década de 1930:

Figura 19 - Termo de abertura do livro ponto docente:



Fonte: Arquivo morto E.M. Dr. Getúlio Vargas”

O termo de abertura do primeiro livro ponto da Escola Normal Livre registrou a assinatura dos primeiros diretor e secretário escolar, respectivamente, Antonio Funes e José Maria Loureiro.

Nessa época, o secretário escolar acumulava o cargo de secretário e bibliotecário, porém como a Normal Livre de Sorocaba somente foi possuir uma Biblioteca nos fins da década de 1960, o acúmulo não ocorreu.

Enfatizamos a lacuna quanto ao arcabouço documental inexistente nos arquivos mortos da escola entre os anos de 1933 a 1941, período das instalações provisórias. Existe a hipótese de que esses registros possam estar armazenados no prédio da Escola Estadual “Júlio Prestes de Albuquerque”, já que no período aproximado de 1937 a 1941 a Escola Normal funcionou nas suas dependências, até a construção do prédio oficial.

Os dois primeiros livros ponto, dataram de 06 de março de 1929 a 25 de novembro de 1930, e 30 de março de 1931 a 30 de novembro de 1932. As aulas eram ministradas de segunda a sábado:

Quadro 3 - Disciplinas ministradas no 1º ano A Normal (12/03/1930), período da manhã:

Disciplina	Horário	Lente	Licção do dia
Gymnastica	08h00 às 09h00	Guiomar Novaes	Exercícios preparativos
Francez	09h00 às 10h00	Alda V. de Paiva Meira	Vocabulário
Algebra	10h00 às 11h00	Júlio Bierrenbach de Lima	Frações
Desenho	11h00 às 12h00	José Pereira da Fonseca Jr.	Continuar o mesmo

Quadro 4- Disciplinas ministradas no 1º ano B Normal (12 de março de 1930), período da tarde:

Disciplina	Horário	Lente	Licção do dia
Arithmética	13h00 às 14h00	Antonio Miguel Pereira Junior	Multiplicar 2ª parte
Portuguez	14h00 às 15h00	Renato Sêneca de Sá Fleury	?
Francez	15h00 às 16h00	Alda V. de Paiva Meira	Vocabulário
Trabalhos manuais	16h00 às 17h00	Guiomar Novaes	Determinação de tarefas

Quadro 5- Disciplinas ministradas no 2º ano Normal (março de 1930), período tarde:

Disciplina	Horário	Lente	Licção do dia
Phisica	13h00 às 14h00	João Doretto	Composição de movimentos
Francez	14h00 às 15h00	Alda V. de Paiva Meira	Interrogação
História Universal	15h00 às 16h00	José Reginato	População
Chorographia	16h00 às 17h00	Américo Augusto Figueiredo	Riqueza Animal

Fonte: elaboração própria.

O terceiro e último encontrado, iniciou em 05 de junho de 1944 e terminou em 19 de junho de 1946.

O primeiro diretor atuou de 06 de março a 28 de outubro de 1929, Antonio Funes, o qual também lecionou a disciplina de Arithmética, e a partir de 01 de novembro do mesmo ano, o professor, bacharel em Direito e poeta Achilles de Almeida, assumiu a direção da Escola Normal, atuando até os meados de 1932. Foi indicado pelo então prefeito Otacílio Malheiros.

Nesse ínterim o professor Antonio Miguel Pereira Junior, atuou como vice diretor, conforme verificamos no livro ponto. O secretário: José Maria Loureiro Junior. Inspetor Fiscal: Genésio Machado.

Abaixo, propaganda jornalística referente à profissão de bacharel em direito de Achilles de Almeida e poesia composta pelo mesmo:

Figura 20- Anúncio referente a Achilles de Almeida:



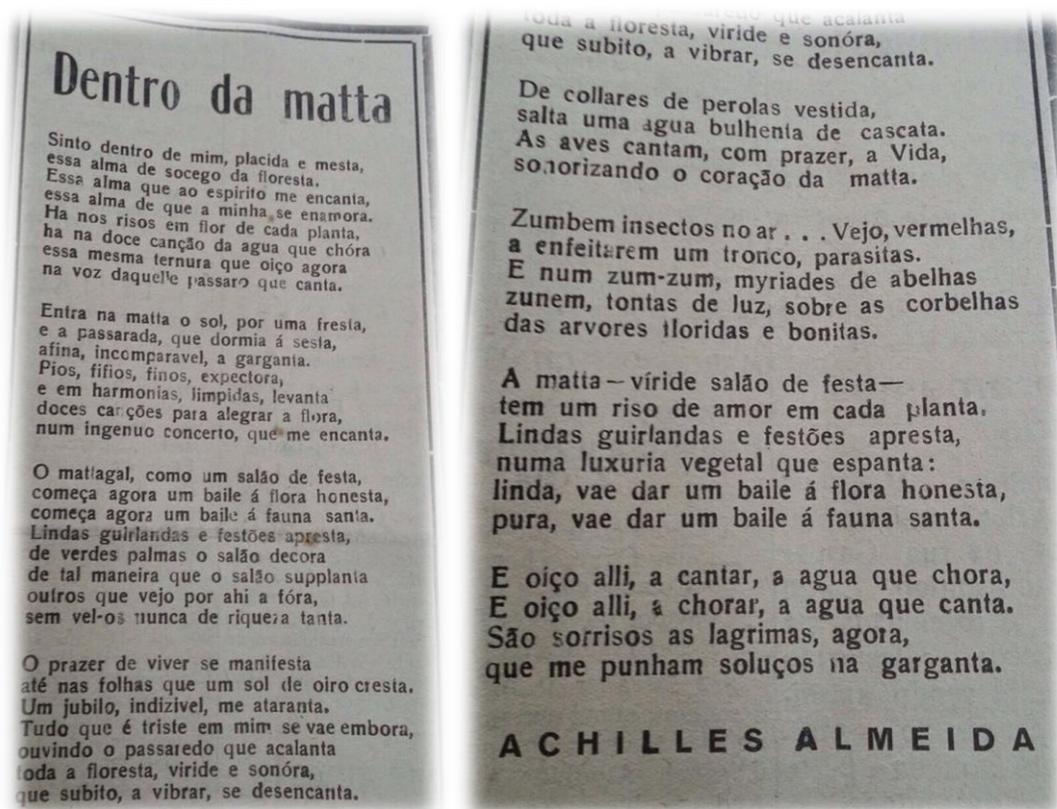
Fonte: Jornal Correio de Sorocaba- março de 1930.

Mogarro afirma que era muito comum os docentes demonstrarem outras habilidades para além da sala de aula:

São trabalhos científicos, pedagógicos e culturais, poesias, que muitas vezes surgem na imprensa regional e pedagógica, da autoria de professores da instituição, os quais também publicaram livros, expressando através destas diversas modalidades a sua cultura profissional (2006, p. 74).

Podemos ilustrar e comprovar essa afirmação por meio das produções de Achilles de Almeida, entre elas, uma poesia, esta publicada via imprensa, mas é sabido que o mesmo compôs e publicou nada menos que dois livros de poemas:

Figura 21- Poesia “Dentro da matta”, escrita pelo Prof. Bacharel em Direito Achilles de Almeida:



Fonte: Jornal Correio de Sorocaba- março de 1930.

A poesia cultuou as maravilhas pacíficas, visuais e auditivas da natureza, onde o autor pareceu refugiar-se nos momentos complexos de sua vida, para ali encontrar forças e continuar sua jornada, por meio dos mais simples espetáculos naturais e festis, do verde, das flores, dos pássaros e pequenos insetos. Ele publicou duas obras no decorrer de sua carreira profissional.

De 06 de março a 20 de setembro de 1929, os registros contidos no livro ponto foram referentes às disciplinas, nomes dos professores e horário das aulas.

A partir de 21 de setembro, houve alterações nesses horários, que passaram de uma hora relógio (60') para 50 minutos, sendo 10 minutos de intervalo entre uma aula e outra, e os primeiros e segundos períodos referiam-se aos 1º e 2º anos do curso normal, com turmas no período da manhã e tarde.

As aulas ocorriam das 8 às 11h50, e à tarde, das 13 às 16h50.

Na tabela abaixo, os primeiros professores da Escola Normal Livre, atuantes em 1929, e respectivas disciplinas:

Quadro 6- Disciplinas ministradas e primeiros professores:

Disciplina	Professor
Francez	Alda V. de Paiva Meira
Arithmetica	Antônio Miguel Pereira Junior
Desenho	José Pereira da Fonseca Junior
Musica	Accacia Wey Poppini
Geographia	Américo Augusto de Figueiredo
Algebra	Antônio Miguel Pereira Junior
Portuguez e Calliphasia²⁵	Renato Sêneca de Sá Fleury
Trabalhos manuais/gymnastica feminina	Guiomar Novaes
Gymnastica masculina	Gallileu Pasquinesi
Algebra	Antonio Funes

Fonte: elaboração própria.

Na disciplina de gymnastica, uma das lições do dia era “marchas e voltas a pé firme”, referenciando o patriotismo exacerbado dessa época.

A equipe docente ou dos lentes²⁶, que poderiam ser catedráticos²⁷ era formada nos primeiros anos da normal, por uma equipe escolhida pelo prefeito como iremos constatar. Aqui cabe uma citação de Adolfo Lima:

O poder político é por definição, incompetente para exercer a função educadora e tratar de assuntos doutra técnica que não seja a da política[...]. Um recrutamento de professores só pode ser feito por quem conheça perfeitamente as necessidades do ensino. O recrutamento de técnicos só pode ser conscientemente feito pelos seus iguais.(1915, pp.360-361, apud Nóvoa, 1999, p.04)

O advento da indicação política, parece ter ocorrido com frequência desde muito antes da Proclamação da República, e damos ênfase às instituições educativas

²⁵ Califasia significa a arte da boa fala, ou falar distinta, correta, expressiva e harmoniosamente. Uma das lições do dia, em califasia, ministrada pelo professor Renato Fleury, era “substituição synonymica e leitura expressiva” e fonemas e syllabas- recitação.

²⁶ Lente: denominação para o professor. É a categoria mais elevada da carreira docente universitária em Portugal. Corresponde à categoria de professor titular no Brasil (NOSELLA, 1996).

²⁷ [...] Destinados à docência das áreas nobres- ciências, letras e línguas- vitalícios, formavam a Congregação da Escola- estrutura e nomenclatura próprias de uma faculdade (idem).

escolares, pelo fato de em algum momento da história da educação todos os segmentos, políticos ou não, encontrarem-se no direito de palpitarem nessa área, independente de serem ou não da área da educação.

A propaganda referente à qualidade do trabalho oferecido pela escola normal, em regime de externato, era diretamente ligada à competência docente, e a única ênfase dada às dependências, era quanto à amplitude das salas. Ocorria por meio dos jornais, em especial do “Correio”:

Estão funcionando, com a máxima regularidade, em amplas salas, as aulas do acreditado curso preparatório e aperfeiçoamento em geral do “Externato Normal”, proficientemente dirigido pelos profs. srs. Renato Fleury, ex- director de vários grupos escolares, ex- lente do “Liceu Nacional Rio Branco”, da capital, autor de diversas obras didacticas adoptadas oficialmente nas escolas paulistas e no Pedro II, e lente da Escola Normal e do Gimnasio desta cidade; prof. Antonio Miguel Pereira Junior, adjunto do grupo escolar Antonio Padilha e lente da Escola Normal e do Gimnasio; e Enéas Proença de Arruda professor da Escola Nocturna Estadual.”(JORNAL CORREIO DE SOROCABA, março 1930).

Não tivemos condições de levantar precisamente a quantidade exata de alunos formados na Escola Normal no seu período de atuação, mas enfatizamos e demonstramos que parte significativa seguiu a carreira do magistério, inclusive lecionando na própria escola. Por meio do levantamento proporcional da quantidade de matrículas anuais e referidos registros de diplomas, podemos afirmar que foram formados cerca de hum mil alunos.

O inspetor fiscal, prof. Genésio Machado (uma escola estadual de Sorocaba levou o seu nome), comparecia diariamente para fechamento do livro ponto, para controle da frequência docente.

A partir do dia 21 de setembro de 1929, o livro ponto registrou além do horário das aulas, nome dos professores e disciplinas, as lições do dia.

Os secretários escolares tiveram um papel por demais relevante, pois se podemos afirmar que na escola existem dois corações, um deles é o pedagógico e o outro é o burocrático, que fica nas mãos atentas do secretário.

Tivemos evidências conforme os registros analisados, de que os secretários foram os braços direitos de seus diretores, havendo situações em que o mesmo chegava a substituí-los em seus impedimentos.

Na Escola Normal Livre, houve um caso em que o secretário e professor Daniel Pereira do Nascimento, prosseguiu com seus estudos, se formando normalista nessa

mesma escola, e vindo posteriormente a ocupar um cargo de chefia na prefeitura municipal, fazendo com que o diretor, que foi seu chefe, se tornasse seu subordinado.

As aulas de História Universal e Chorographia do Brasil²⁸ iniciaram-se a partir de fevereiro de 1930 e foram ministradas respectivamente pelo prof. José Reginato (nome de escola estadual) e Américo Augusto de Figueiredo (nome de via pública sorocabana).

Outros professores passaram a lecionar a partir de 1930: Júlio Bierrenbach de Lima (Álgebra e Aritmética), Zélia Dulce de Campos Maia (Psychologia) e João Doretto (Phisica).

O quadro abaixo aponta algumas dessas alterações:

Quadro 7- Quadro docente e respectivas disciplinas nos anos de 1931 e 1932:

Disciplina	Professor
Portuguez e Literatura	Prof. Abdiel Monteiro
Francez	Prof. Vicente de Paula Bella/ João Doretto
Inglez	Prof. João Salerno
Phisica e Chimica	Farmacêutico Albertino Manente
Biologia, Hygiene, Puericultura²⁹	Médico José Stillitano
Mathematica	Prof. Antonio Miguel Pereira Junior
Mathematica	Eng ^o Julio Bierrenbach de Lima
Mathematica	Prof. Mário Aurélio Dias
Organização escolar	Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury
Organização escolar	Prof. Roskild de Andrade
Psychologia , Pedagogia	Prof. Renato Sêneca de Sá Fleury
Psychologia , Pedagogia	Prof. Júlio Pinto Ferreira
Musica e orfeão³⁰	Prof ^a . Euthymia Vasconcellos Duarte
Musica e orfeão	Prof ^a Maria Padilha
Musica e orfeão	Prof. João Mentone
História do Brasil	Prof. Nestor Grillo
Gymnastica masculina	Prof. Roskild de Andrade

Fonte: elaboração própria.

²⁸ A Corografia (descrição histórico-geográfica de um lugar) Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil, do padre Manuel Aires de Casal, foi o primeiro livro editado no Brasil, no ano de 1817.

²⁹ Especialidade médica que trata dos cuidados das crianças durante os primeiros anos de sua vida.

³⁰ Dá-se o nome de orfeão ao canto coletivo, isto é, entoado por muitas vozes, simultaneamente.

Havia a disciplina História Universal e do Brasil, sendo que as aulas de Cosmographia passam a ser ministradas juntamente com as aulas de Geographia.

Durante os primeiros dois anos de funcionamento, a normal livre teve como professor fiscal o prof. Genésio Machado.

No início de 1931, ao ser criada a “*secção de educação*” pelo então Diretor Geral do Ensino Paulista Lourenço Filho, o professor Fleury prestou concurso para Inspetor Fiscal de escolas normais sendo muito bem classificado e vindo a ser nomeado justamente na Escola Normal Livre de Sorocaba, com a qual contribuiu diretamente na fundação e também lecionando até então, conforme capítulo anterior.

[...]a Secção de Educação, chefiada por um professor normalista, aprovado no concurso então instituído com o título de Professor –fiscal e chefe da Secção de Educação. Esse chefe fiscal estadual era encarregado das aulas de Psicologia, Pedagogia e Didática, tendo dois assistentes, um para escola de Aplicação, anexa ao curso normal (FLEURY, Renato Sêneca. *História do “Getúlio Vargas”*. Artigo constante de recorte de jornal, sem indicação de origem e data, encontrado nos arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”).

Dias antes o professor teria sido “desligado” do cargo sem motivos justos aparentes, como ele mesmo relatou:

[...]Até fins de 1930, o autor destas memórias lecionava português na Normal e no curso Ginásial que funcionava no mesmo prédio e vinha de 1928. Mas o prefeito Araujo- *amicus infidelis meus*- achou que este autor estava ganhando muito mais que os outros docentes (as aulas de português na Normal e no Ginásio eram numerosas), e resolveu confiar as aulas da matéria, no Ginásio à ilustre professora normal Francisca Silveira Queiroz, que lecionou, somente no Ginásio por muitos anos, até seu algo prematuro falecimento[...] Esse cidadão(o então prefeito Otacílio Malheiros, subserviente a ditadura então vigente no país.), lavrara -num bilhete à lápis(!!!), a mim entregue por um soldado- minha demissão de professor das duas escolas municipais. Entretanto, aprovado em concurso de títulos e provas, quem estas memórias redige, retornou à Normal agora como fiscal estadual e chefe de secção de Educação, o que chocou fortemente o prefeito, que cuidou de mover perseguição aquele a quem sumária e ditatorialmente demitira, mas em vão. No exercício de minhas funções na Normal, tive sucessivamente como assistentes os profs. normalistas Rosckild de Andrade, Mario de Almeida (diplomado pela escola, e idem, Maria Helena Fleury), esta para prática de ensino e os outros dois para História da Educação (idem).

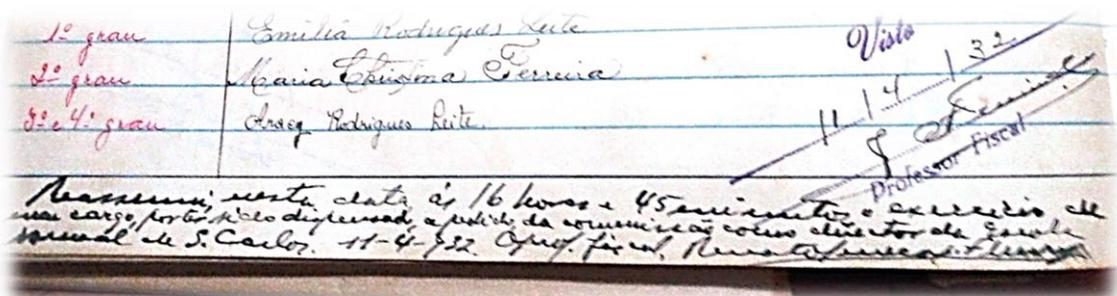
O jornal Cruzeiro do Sul posicionou-se contra a nomeação do prof. Fleury, como citou o historiador Vieira em artigo publicado no “Cruzeiro”, em 13/09/1986, mais de meio século após: “A 4 de abril de 1931, o Cruzeiro do Sul noticiou e combateu a

nomeação do prof. Renato Sêneca de Sá Fleury para professor fiscal da Escola Normal Livre de Sorocaba”.

Por que a contrariedade? Ele prestou concurso e foi devidamente aprovado. O professor não carecia de indicação política. Possuía de fato, notória competência. Seria esse o motivo da perseguição política? O fato de ser competente incomodava tanto? Parece que sim, já que a notícia publicada em 1931 não esclarece os motivos, e no segundo livro ponto, podemos constatar a resistência evidente durante o seu exercício legal:

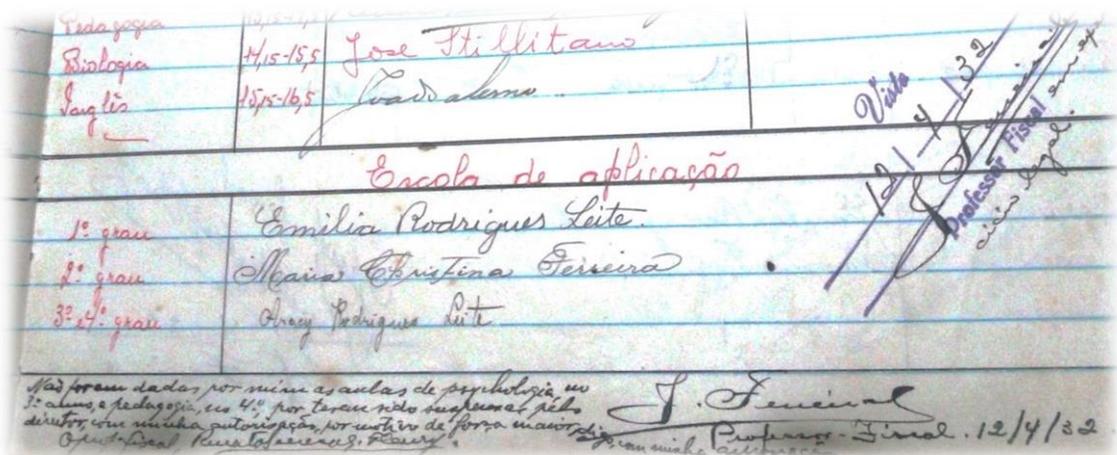
As ilustrações abaixo remetem aos vestígios do importúnio, sendo que o primeiro registro do prof. Fleury no segundo livro ponto no cargo de inspetor fiscal é de 13 de abril de 1932:

Figura 22- Página nº 112 a do segundo livro ponto:



Fonte: Arquivo morto “E.M. Dr. Getúlio Vargas”

Figura 23 - Página 112b do segundo livro ponto:



Fonte: Arquivo morto “E.M. Dr. Getúlio Vargas”

As notificações do professor Fleury, ao pé das páginas dizem respectivamente o seguinte:

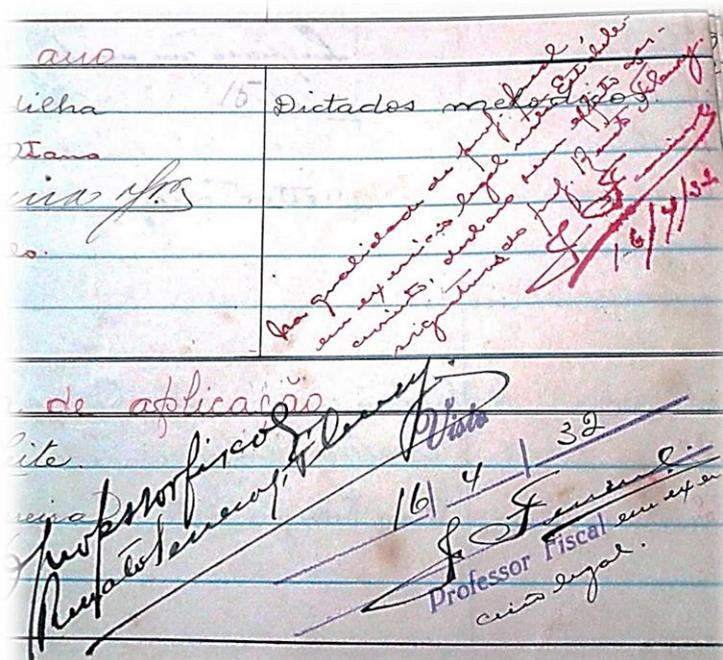
Reassumi nesta data, às 16 horas e quarenta e cinco minutos o exercício de meu cargo, por ter sido dispensado, a pedido da comissão, como diretor da Escola Normal de São Carlos. 11-4-932. O prof. Fiscal Renato Sêneca S. Fleury.

Não foram dadas por mim as aulas de psychologia no 3º anno, e pedagogia, no 4º, por terem sido suspensas pelo diretor com minha autorização, por motivo de força maior, digo, com minha aprovação. O prof. Fiscal, Renato Sêneca S. Fleury.

Pudemos notar em ambas as páginas e até a página que registra o dia 22 de abril, que o também professor fiscal Júlio Pinto Ferreira, o qual estava substituindo o prof. Fleury durante o seu afastamento legal, assinou o livro juntamente com ele, como que negando a entregar-lhe o cargo de direito, conforme relato do próprio prof. Fleury, já anteriormente analisado.

Já na página 114 “b”, do mesmo livro, o professor Ferreira registrou o que para ele foi um ato de afronta, escrito em tinta vermelha:

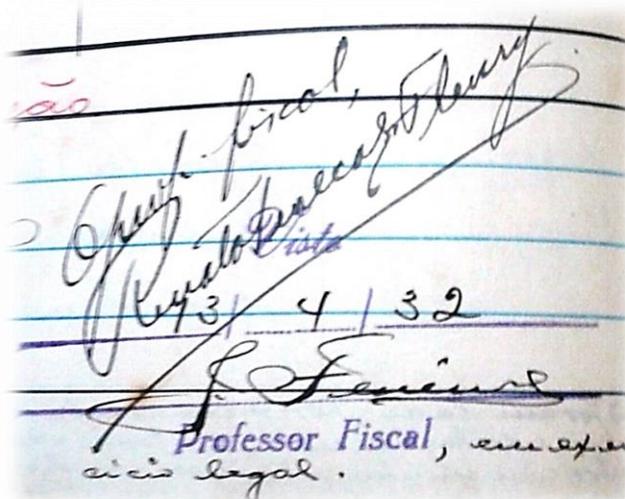
Figura 24- Página 114 “b” do segundo livro ponto:



“Na qualidade de prof. Fiscal em exercício legal neste estabelecimento, declaro sem efeito a assignatura do prof. Renato Fleury. Júlio Pinto Ferreira- 16/4/32.”

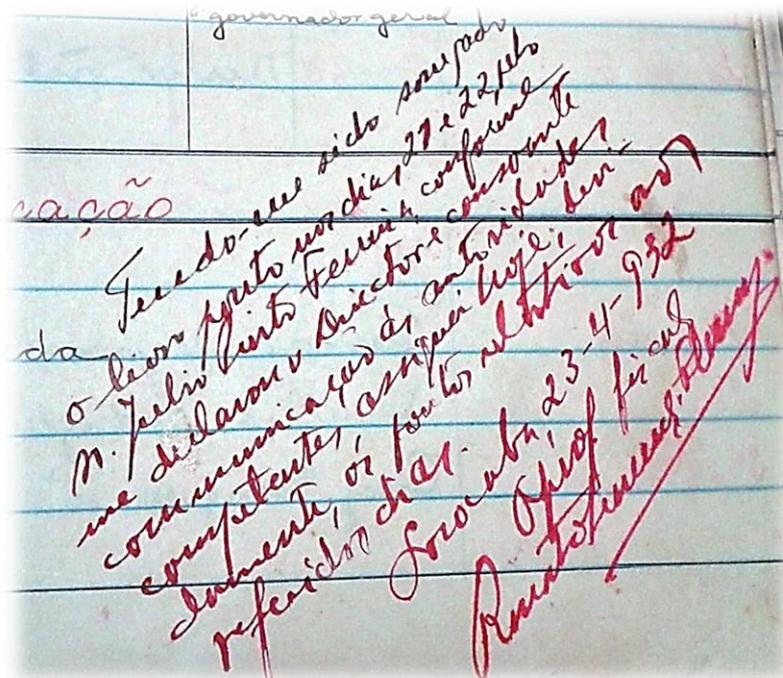
Na página 117 a e b, resolveu-se de uma vez por todas esse impasse:

Figura 25 - Respectivas páginas 117 “a” do segundo livro ponto:



Handwritten signature of Professor Fiscal Fleury on lined paper. The signature is written in blue ink and includes the name "Fleury" and "Professor Fiscal". Below the signature, the text "Professor Fiscal, em exercício legal." is written in blue ink. There is also a date "4/32" written in blue ink.

Figura 26- Página 117 “b” do segundo livro ponto:



Handwritten notes in red ink on lined paper. The notes are written in a cursive style and include the following text: "governador geral", "da", "Tendo-se sido suspostos", "o livro ponto nos dias 27 e 22 fev", "M. Júlio Pinto Ferreira, conforme", "me declararam o Director, conforme", "competentes, a quem se deu", "Juntamente, os pontos referidos", "referidos de ar.", "Sociedade, 23-4-1932", "Fleury".

Fonte: Arquivo morto E.M. “Dr. Getúlio Vargas”

Na figura a, temos a assinatura do prof. Fleury, juntamente com a do prof. Júlio Pinto Ferreira, que fez questão de salientar: “em exercício legal”.

Já na página 117b, o prof. Fleury registrou a seguinte declaração:

Tendo-me sido sonogado o livro ponto nos dias 21 e 22, pelo sr. Júlio Pinto Ferreira, conforme declarou o diretor e consoante comunicação de autoridades competentes, assignei hoje, devidamente os pontos relativos aos referidos dias. Sorocaba, 23-4-932. O prof. Fiscal Renato Sêneca Fleury.

Ainda em seu memorial, o prof. Fleury esclareceu com detalhes o impasse:

Interrompi por um tempo as minhas funções na normal em 1934, por ter sido designado pelo emérito e prestigioso prof. Sud Menucci (três vezes diretor geral de ensino, para diretor, em comissão especial, da então Escola Normal Estadual de São Carlos, tendo ficado em meu lugar, provisoriamente, o normalista equiparado Julio Pinto Ferreira (que foi aproveitado no Ginásio até aposentar-se). Esse colega, mal interpretando circunstâncias de meu provisório afastamento da Normal, recusou-se, inadvertidamente, a entregar-me o cargo, mas Sud Menucci resolveu serenamente impasse. O Júlio, que passou a manter-se distante de suas relações, não demorou muito para, esquecendo ressentimentos mútuos, restar amistosos convívios com este autor (ibidem).

Outro fato que chamou a atenção no segundo livro ponto, foi em relação à professora de música Euthymia Vasconcellos Duarte, “*sorocabana e pianista formada*”, em conformidade com a afirmação do professor Fleury no depoimento já analisado anteriormente, a qual lecionou durante a década de 1931, e início da década de 1932, sendo a mesma substituída pela prof^a Maria Padilha e prof. João Mentone, como mostrou o referido livro, e catorze anos após, na análise do terceiro livro ponto, de 1944 a 1946, a mesma apareceu no cargo de inspetora de alunos, porém nesse período, ano de 1944, seu nome registrou-se em vermelho, chamando a atenção e comprovando suas ausências. A partir de 1945, seu nome foi excluído do livro ponto, e a sra. Julia Scarpa assumiu o cargo de inspetor de alunos.

Não ficou claro o motivo pelo qual a professora teria ou não, assumido esse outro cargo. Porventura nesse período, pode ter ocorrido sua aposentadoria como professora, e ao voltar a trabalhar com os alunos, na função de inspetora, sendo a mesma, professora de música, poderia unir o útil ao agradável. Porém são meras suposições. As ilustrações seguintes mostrarão a página nº 38 do segundo livro ponto, que mostra a assinatura da prof^a Euthymia, e página nº 01 do terceiro livro ponto, no qual sua função consta como inspetora de alunos, já na gestão de Bento Mascarenhas, pela rubrica na margem direita:

Figura 27- Página nº 38 do segundo livro ponto (30 de março de 1931 a 30 de novembro de 1932):

17. Julho. 1931 Achille Almeida

Ponto	1º ano	Sexta-feira
Disciplinas	Nome	Lições de dia
Portugues e Desenho appl. 8-8,50	Guionar Trovas	Desenho appl.
Musica 9-9,50	Euthymia V. Duarte 1	
Ingles 10-10,50	Guadalupe 22	Sabbatia
Francês 16-16,50	João Duarte 3	Preparação para o...
2º ano		
Portugues e Literatura 12-12,50	Abdil Moutier 35	Sabbatia
Francês 13-13,50	João Duarte 4	Lectura e anal.
	Abdil Moutier 36	Base 1 Francês

Fonte: Arquivo morto E.M "Dr. Getúlio Vargas".

Figura 28- Página nº 01 do terceiro livro ponto (1944 a 1946):

B. Mascarenhas

Ponto de 5-6-1944. 2ª feira

Corpo administrativo

	Assinaturas	Observações
1. Secretário	Euthymia Palombo	
2. Escrivão	Euthymia Vasconcellos	Honorina Mattos de Carvalho
3. de alunos	Amatício de Lamayo	
4. Porteiro	Maria Ardengo	
5. Sente	Aminda de Moura	
6. "	Laura Fogaça	
7. "	Curso Anual	Substituições
1º ano	Lesolina de Sousa	
2º ..	Maria de Lourdes Soares	
3º ..	Guionar Verano	
4º ..	Ether B. de Lamayo	Eudmiras Neves

Fonte: Arquivo morto "E.M. Dr. Getúlio Vargas"

Mesmo o nome da professora constando no livro ponto acima, no ítem nº 3, houve a percepção de que a mesma, ao menos nesse período não atuou um dia sequer como inspetora de alunos.

Como não encontramos os livros ponto referentes ao período de 1933 até 1943, certamente por conta das mudanças de prédios provisórios, como já vimos, não tivemos condições de responder se essa professora teria atuado ou não nessa função. Aliás, como já afirmamos, houve uma lacuna na história da Escola Normal Livre nesse período pela ausência de fontes históricas.

A análise dos registros nos livros ponto encontrados na escola reportou-nos à emergência de explanação do conceito de dispositivo, trazido por Giorgio Agamben, em seus estudos foucaultianos, que já faziam-se salientes:

[...]chamarei de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (2005, p.13).

A despeito de ser um conceito relativamente atual, edificado durante o século XX, podemos afirmar que de certa forma sempre existiram esses dispositivos, neste caso, os de controle, de recuo ou retrocesso de condutas e discursos humanos e acreditamos ter vindo de encontro aos conceitos de cultura escolar aqui estudados.

E se a história é feita de ações humanas, e nesta conjuntura, esses mesmos dispositivos sujeitaram-se à formação direta da cultura da escola, conforme evidências demonstradas acima.

Se não tínhamos a resposta naquele momento textual para o questionamento “Por que o professor Fleury fora impedido de assumir o cargo de inspetor fiscal?”, sendo que os contrários apelaram e utilizaram-se da ferramenta jornalística, na tentativa de interceptá-lo, agora temos resposta plausível: sendo a função de um dispositivo humano de controle, tornar corpos submissos, e no caso do prof. Fleury, que nada tinha de submisso, isto é, seus comportamentos e ações faziam-se riscos certos mediante atitudes de mediocridade dos então dirigentes da época, que dispunham nada mais que somente dos cargos indicados de prefeito ou diretor de escola, e abusavam portanto do poder que esses cargos podiam oferecer. Esses realmente nada tinham de “notória competência”.

Agamben (2005) afirma como exemplo que, nos dias atuais, um aparelho celular controla literalmente os passos humanos, logo um verdadeiro dispositivo de controle.

Esses, possuem função estratégica, e estão imbricados em relações hierárquicas (verticais e ou horizontais) de poder.

Parafrazeando o autor acima citado, podemos afirmar que no passado, mais precisamente dentro do nosso recorte histórico de pesquisa, o jornal era um significativo dispositivo de controle e por que não de libertação e autonomia? Ainda que dentro de limites, já que parte significativa da população não tinha acesso ao mesmo.

Parece que a população que acessava ao jornal era a fatia dirigente das sociedades, além dos seus agregados. A ferramenta jornalística podia informar, formar e deformar opiniões. Prova disto foi o impulso comprovado do papel da imprensa durante a trajetória da Escola Normal Livre o qual tratamos neste mesmo capítulo.

Nessa linha de raciocínio, a (re)construção da cultura escolar fez-se por meio de um conjunto de *práxis*, de saberes, de medidas, cujo objetivo era o de administrar e controlar num sentido supostamente útil, dos comportamentos, dos gestos e dos pensamentos humanos, sendo desta maneira possível refletir sobre praticamente todas as fontes históricas como oriundas de dispositivos maiores de controle, sendo estes, as instâncias superiores ou macro do Estado, da legislação, das prefeituras municipais e secretarias, as quais dirigiam e controlavam a toda a ação cotidiana escolar, como poderemos comprovar por meio da análise das demais fontes na sequência.

O terceiro e último livro ponto encontrado e analisado, trouxe alterações em relação ao quadro de funcionários, composto por secretário, escriturário, inspetor de alunos, porteiro, além de três serventes, na década de 1940:

Quadro 8- Funcionários de apoio no ano de 1944:

Secretário	Daniel Pereira do Nascimento
Escriturária	Jacintha Palombo
Inspetor de alunos	Euthymia Vasconcellos
Porteiro	Anastácio de Camargo
Servente	Maria Ardengo

Servente	Ormindia de Moura
Servente	Laura Fogaça

Fonte: elaboração própria.

A Escola Normal possuía nesse ano, uma turma do curso pré- normal, e o jornal “Cruzeiro do Sul” publicou uma reportagem que contextualizou mudanças importantes quanto à duração do curso normal, definição e implantação do curso pré- normal:

Até 1942, o curso ginasial era composto de cinco séries e o chamado Curso Normal, ou seja, o Curso de Formação de Professores Primários era feito em dois anos. A partir desse ano, foi suprimida a antiga 5ª série ginasial, ficando aquele curso com quatro anos. Assim, em 1944, ocorreu no curso normal a formatura dos que ingressaram com certificados das quartas e quintas séries ginasiais. Posteriormente foi criado mais um ano no Curso Normal, com o título de “Pré-Normal”, mais tarde incorporado ao próprio curso que passou a ter três de duração. Com esses três anos de duração, veio a Escola Normal mais tarde denominar-se “Magistério”, ficando acrescido um quarto ano de especialização. A turma que comemora o seu “Jubileu de Ouro”, é portanto, integrada por formandos das antigas quarta e quinta séries ginasiais. (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 21 de agosto de 1994).

A professora primária Esther Bueno de Camargo, anos mais tarde passou a lecionar a disciplina de matemática na escola normal, mais precisamente na data de 20 de fevereiro de 1945, página 81“a”, de acordo com notificação por escrito no próprio livro ponto por Daniel Pereira do Nascimento: “Foi dado hoje posse de exercício a Esther Bueno de Camargo no cargo de professora de Matemática e Noções de Estatística”. No ano anterior, 1944, essa mesma professora liderou o índice de faltas na turma do 4º ano primário, talvez pelo já iniciado trâmite da alteração do cargo.

Na mesma página, noticiou-se também o início do exercício da profª Celeste Stella Campos Maia, em substituição efetiva à vaga da profª Esther.

A professora Celeste, como pudemos verificar, garantiu o valor da assiduidade e lecionou na escola primária anexa à Escola Normal até sua aposentadoria, no final da década de 1960, com o mínimo de ausências somente durante todo o período de atuação como docente.

O diretor da escola primária nessa época era o prof. Mário de Almeida (filho de Simpliciano de Almeida, membro do Diretório do Partido Republicano Paulista), o qual também lecionava na escola normal, sendo que o diretor da Escola Normal era o sr. Bento Mascarenhas, o qual atuou até início da década de 1940. O prof. Mário foi um dos professores assistentes do prof. Fleury, como ele próprio citou.

No dia 05 de maio de 1945 o prof. Mario de Almeida assumiu a direção da escola normal, permanecendo por vários anos, até o seu suicídio ao final da década de 1950.

O corpo docente da Escola Normal era formado em 1944 pelos professores: Josefina Zília de Carvalho, Izilda Silva Pinto, Maria das Graças Arruda Pereira, Paulo Costivelli, Maria Helena Fleury(filha de Renato Fleury, também formada pela normal), José Matrigani, Mario de Almeida(formado pela normal), Paulo Breda Filho, Jorge Moysés Betti(ex prefeito de Sorocaba no período de 1927 a 1929, assinando, na qualidade de prefeito municipal, a Lei Nº 204 de 03/12/1927 que dispunha sobre a criação do Ginásio Municipal de Sorocaba, tencionada e redigida pelo advogado Gustavo Schereppel), Maria Padilha, que já lecionava a disciplina de música desde a inauguração da Escola Normal e Zulmira de Barros Vieira.

Destacamos a velha e histórica questão do absenteísmo docente, que já dava seus sinais vitais desde o primeiro ano de funcionamento da escola normal, mas certamente a problemática deveria ser abrangente e não específica da Escola Normal Livre de Sorocaba.

Os livros pontos evidenciaram essa problemática, de acordo com a quantidade de marcações à tinta vermelha, seguidas dos nomes dos professores substitutos, hoje chamados eventuais.

O professor Fleury publicou no “Correio” uma notificação de falecimento e homenagem a um professor renomado, normalista formado na Escola Normal da Praça, Sr. Saverio Cristofaro, complementando-a com a seguinte declaração acerca do ofício do magistério: “Esta carreira é um fardo pesado. Tem quase sempri um peso superior ás forças dos que o recebem nos ombros”.

Essa afirmação poderia ser um relevante indício das dificuldades e contradições do ofício docente.

A próxima figura mostra num mesmo dia, 10 de julho de 1944, a ausência de quatro docentes e dois funcionários de apoio:

Figura 29 - Página nº10 terceiro livro ponto:

10

10 de 10. 9. 1944 2ª feira
Corpo Administrativo
Ossinatos

1. Secretário	Amélia De Almeida	Observações
2. Escrevente	Guilherme Vasconcelos	
3. Insp. Geral	Nestor de Camargo	Honorina Mattos
4. Diretor	Maria Odeiro	Fernanda Leite
5. Secretário	Orninda de Moura	
6. " "	Laura Joazeiro	
10. Quo	Luiz Tamariz	Substituição
20. " "	Aurora de Souza	
30. " "	Maria de Lourdes Ramos	Margarida Maria Ferraz
40. " "	Guilherme Verano	Maria José da Silveira Bello
40. " "	Esther B. Espargosa	Administradora
Diretor	A. A. Almeida	

10 de 10. 9. 1944 2ª feira
Corpo Docente

Ossinatos	notas	Observações
Amélia	4	
Rosa das Neves	2	
Antônio de Jesus	3	
Bento Mascarenhas	4	
A. A. Almeida	1	
Maria Helena Fleury	2	Lidia Joana Engler Rosa
Jacinta Palombo	3	
Maria Helena Fleury	2	Faltou 1 (2º ano de)
Jacinta Palombo	2	nao deu / aula

Fonte: Arquivo morto escolar.

Algumas professoras substitutas das professoras Guiomar Verano, e Esther Bueno de Camargo, as sras. Margarida Maria Ferraz, Ionne de Barros Monteiro, Maria Aparecida Marins, Maria José da Silveira Bello, continuaram lecionando, e anos mais tarde tornaram-se efetivas, como veremos em livro próprio de registros da escola primária. Todas formadas pela Escola Normal.

A partir do dia 03 de novembro de 1944, o sr. Bento Mascarenhas solicitou licença sem vencimentos, conforme ilustração abaixo, referente à página 59a do terceiro livro ponto, não mais reassumindo o cargo de diretor, sendo substituído pelo então secretário da escola, Daniel Pereira do Nascimento até a assunção do prof. Mario de Almeida, que até então dirigia a escola primária, passando à direção da escola normal, não mais acumulando o cargo de docente.

A sra. Jacinta Palombo, atuou como escriturária e assumiu o cargo de secretária escolar a partir do dia 07 de novembro de 1944, em substituição ao sr. Daniel Pereira do Nascimento, o qual já não estava relacionando-se à contento com o diretor.

O ano letivo encerrava-se no dia 30 de novembro, retornando somente ao início do mês de fevereiro do ano seguinte, provavelmente pelo fato das aulas ocorrerem normalmente aos sábados.

Os registros nesse livro ponto demonstraram que o prédio da Escola Normal Livre, com o curso primário em anexo, somente pode atender a uma ínfima parcela populacional em idade escolar, pois contava com apenas uma turma de cada ano primário (1º, 2º, 3º e 4º), no período da tarde. Referimo-nos ao prédio definitivo localizado à Avenida Eugênio Salerno.

As turmas da Escola Normal funcionavam no período da manhã, sendo apenas cinco salas de aula, uma turma do pré-normal, duas de primeiro ano, e uma de segundo ano.

No ano de 1945, havia uma turma do curso diurno pré-normal, duas de 1º normal e uma turma de 2º ano contando com os respectivos professores e disciplinas:

Quadro 9 - Disciplinas ministradas e professores (1945):

Disciplinas	Professores
Anatomia e fisiologia humana	Paulo Costivelli
Desenho	Maria Helena Fleury
História Civilização Brasileira	Zulmira de Barros Vieira
Ciências físicas e naturais	Zulmira de Barros Vieira
Investimentos sociais em meio	Jorge Moysés Betti
Psicologia	Josephina Zília de Carvalho
Pedagogia	Josephina Zília de Carvalho
Prática de Ensino	Otto Wey Netto
Música	Maria Padilha
Biologia	Paulo Costivelli
Trabalhos manuais	Maria das Graças A. Pereira
Trabalhos manuais	José Matrigani
Crescim. Fisiológico da criança	Izilda Silva Pinto
Português	Esther Bueno de Camargo
Educação Física	Margarida Maria Ferraz
Matemática e noções de estatística	Esther Bueno de Camargo
Religião	Maria de Lourdes Ayres de Moraes
Higiene e Educação sanitária	Izilda Silva Pinto
Fundamentos da sociologia	Jorge Moysés Betti
Sociologia Educacional	Jorge Moysés Betti

Figura 30 - Professora Josephina Zília de Carvalho na sua formatura como normalista em 1932 e já próximo à aposentadoria em meados dos anos 50 :



Fonte: E.M. "Profª Josephina Zília de Carvalho"- Sorocaba.

No caso das professoras Esther Bueno de Camargo e Zulmira de Barros Vieira, ambas lecionaram disciplinas específicas, o que nos remete a afirmação de que poderiam ter cursado e concluído duas graduações.

Da mesma forma, a profª de Música, sra. Maria Padilha, lecionou desde o ano de 1929, e permaneceu até a data de fechamento do referido livro ponto, 19 de março de 1946, ou seja, quase ou mais de vinte anos.

No dia 05 de maio de 1945, conforme registro nesse livro ponto, o prof. Mario de Almeida assumiu o cargo de diretor da escola normal, e passou a função de diretora da escola primária à profª Anna Maria Augusto Rosa.

A quantidade de ausências docentes chamou a atenção conforme fomos virando as páginas do livro. A ilustração a seguir comprovou a ausência de cinco professores ausentes nesse dia, num total de nove:

Figura 31- Página 108 “a” do livro ponto(1945):

Livro de 5.5.1945 Sábado

Horário	Disciplinas	Assunturas	Observações
7.35-8.20	Quat. Lis. Humana.	Tri. Social. Paulo Costinelli	Alameda
8.30-9.15	Desenho	Maria Helena Fleury	
9.25-10.10	Hist. e Brasil.	Helena de Barros Dória	
10.30-11.05	Ciências Lis. e Matemática	Helena de Barros Dória	
11.15-12.00			
10. Ano. A.			
7.35-8.20	Simul. Sociais e Humanas	Jorge Betti	
8.30-9.15	Psicologia	Josephina Zília de Carvalho	
9.25-10.10	Pedagogia	Josephina Zília de Carvalho	
10.30-11.05	Prática de Ensino	Otto Wey	
11.15-12.00			
10. Ano. B.			
7.35-8.20	Psicologia	Josephina Zília de Carvalho	
8.30-9.15	Simul. Sociais e Humanas	Jorge Betti	
9.25-10.10	Prática de Ensino	Otto Wey	
10.30-11.05	Pedagogia	Josephina Zília de Carvalho	
11.15-12.00			
20. Ano			
7.35-8.20	Prática de Ensino	Otto Wey	
8.30-9.15	Biologia	Paulo Costinelli	Alameda
9.25-10.10	Trat. Matemática	Helena de Barros Dória	Trabalho
9.25-10.10	Trat. Matemática	Josephina Zília de Carvalho	
10.30-11.05	Música	Maria Tereza	
11.15-12.00			

Fonte: Arquivo morto E.M. “Dr. Getúlio Vargas”

A professora Josephina Zília de Carvalho que até então era titular da cadeira da 1ª seção de educação, respondendo pelas aulas de psicologia e pedagogia, desligou-se do cargo, assumindo em 02 de julho de 1945, a profª Nelda Thaís Haidée Defilippi, segundo registro na página 134a do livro.

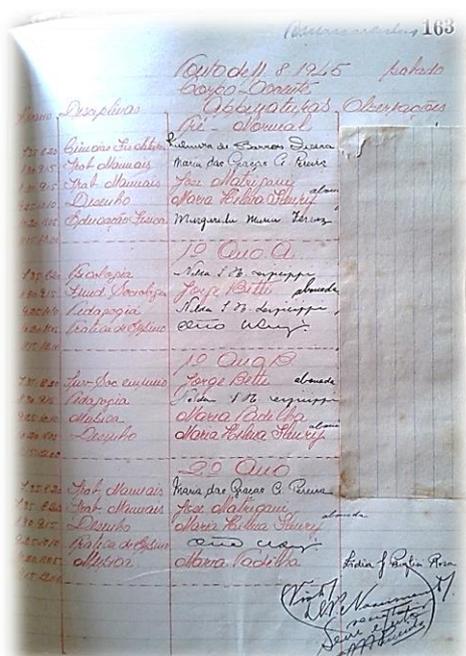
Já na escola primária, pudemos perceber com o passar do tempo, que a equipe formada pelas quatro professoras da escola primária já não era tão sólida, visto as excessivas faltas e registros de professoras substitutas, certamente motivadas pelo cansaço.

O professor Otto Wey Netto, formado no ano de 1943, assumiu as aulas de Prática de Ensino e História da Educação, à convite do professor Renato Sêneca de Sá Fleury, que estava prestes a se aposentar, já que o mesmo destacou-se com notas de excelência nessa disciplina específica, além da demonstração do valor da assiduidade.

Na página 163 “a”, no dia 11 de agosto de 1945, uma ocorrência chamou-nos bastante a atenção. No campo das observações, o qual o diretor, prof. Mario de

Almeida utilizava para registrar os pedidos de licenças docentes, reassunções e desligamento de cargos, comunicados relacionados aos professores, etc., foi ocultado com um recorte de folha de caderno, e conseguimos verificar o registro oculto por meio de uma lanterna, escrito pelo sr. Daniel Pereira do Nascimento, o qual apesar de ser o secretário escolar, acabava por substituir o diretor de escola, prof. Mario de Almeida em suas ausências e impedimentos, claro que irregularmente, e dizia o seguinte:

Figura 32- Página 163 “a” livro ponto:



“O secretário não tem autorização para vizar ponto”, assinado pelo diretor sr. Mário. Em seguida, vem a nota escrita pelo secretário sr. Daniel: “O secretário foi sempre o substituto automático do sr. Diretor, razão porque vieste o ponto. Se entretanto tivesse sido informado como deveria, de que não poderia exercer tal função, não o teria feito”. Assinando em seguida. O secretário registrava a falha do diretor em não cumprir bem o seu papel de orientar corretamente quanto a determinados procedimentos, e dessa forma, enquanto subordinado, sentiu-se no direito de chamar-lhe a atenção, em forma de registro, já

que nas ausências do diretor, deveria responder pela escola, assumindo uma função que nem de longe poderia ser a sua.

O fato causou extremo desconforto, visto que três dias após o ocorrido, o secretário solicitou dois meses de licença, somente retornando em meados do mês de outubro.

A senhora Jacinta Palombo, ocupava até então a função de escriturária, e deveria certamente estar provida de experiência o bastante na função de secretária, já que nos impedimentos do sr. Daniel, a mesma assumia essa função.

O clima entre diretor e secretário após o ocorrido não foi mais amistoso, fazendo com que o diretor desse posse a sra. Jacinta como secretária oficial a partir de 07 de janeiro de 1946, nomeando o sr. Jair Moreira Soares como escriturário e desligando o sr. Daniel do respectivo cargo.

Início de ano acomete energias renovadas, e pudemos verificar no livro as pouquíssimas ausências docentes e de funcionários nesses períodos iniciais.

Até o final da década de 1940, a Escola Normal e a Escola de Primária anexa, funcionaram no período diurno. Lembramos que o ginásio municipal foi estadualizado, em outro prédio, porém urgia novamente um novo ginásio municipal, por conta da excessiva demanda discente, que viria a ocorrer em 1949, após a criação da Lei Nº 119, de 04/07/1949, analisada no capítulo II.

4.1.1 Documentos e provas de exames de admissão: março e dezembro de 1929.

Encontramos três amostras dos primeiros exames de admissão do 1º ano da “Escola Normal Livre Anexa ao Gymnasio Municipal de Sorocaba”, junto às pastas das primeiras matrículas num dos armários do principal arquivo morto escolar.

Eram das alunas: Maria de Oliveira, matriculada em 05 de março de 1929, e Aurora Marques de Campos e Fantina Vaz de Oliveira, matriculadas em 07 de dezembro de 1929, faixa etária entre dezesseis e dezessete anos.

Para candidatar-se, eram exigidos um requerimento ao diretor, devidamente anexados a um atestado de bom comportamento elaborados e assinados pelo juiz de paz em exercício na comarca, certidão de nascimento, além de recibo de pagamento de taxa de exames, declaração de consentimento do pai para a realização de tais exames e atestado médico nos mesmos moldes que demonstraremos com ilustrações no próximo tópico.

Os candidatos eram submetidos aos exames em folha de papel almaço, referentes às seguintes disciplinas: “Portuguez, Algebra, Arithmetica, História, Geographia, Cartographia, Francez, Trabalhos Manuais, Desenho, Música, Sciencias Physicas e Naturaes e Geometria”, num total de doze. As exigências eram muitas, e os candidatos chegavam a confeccionar até as partituras musicais.

Todas as provas eram rubricadas pelo diretor (Antonio Funes), vice-diretor (Albertino Manente) e o inspetor fiscal (Genésio Machado), além do corpo docente examinador. Pelo fato de ser a primeira turma, constatamos a acirrada concorrência, pois a aluna citada fazia parte da terceira turma, sendo a 78ª candidata.

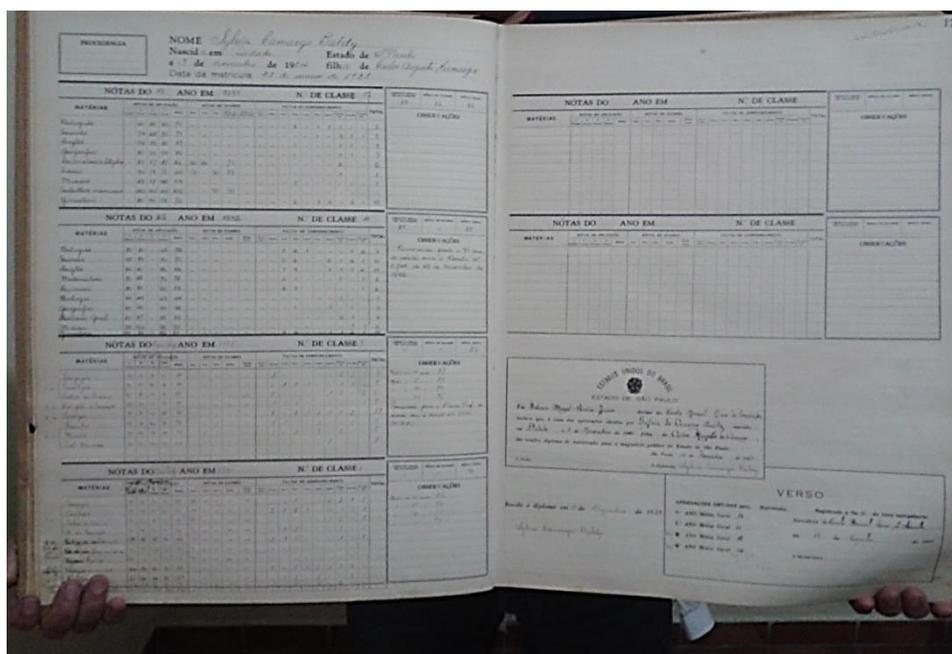
Nas provas de Português, uma das tarefas dos candidatos, além de conjugações verbais, análise sintática, havia uma produção de texto, e uma delas chamou-nos a atenção, com o tema “A escola”:

A escola é a nossa casa de alta educação. É dela que nos vem a luz da inteligência. É o lugar onde aos poucos começamos a soletrar desde a 1ª letra do alfabeto, e seguimos cada vez mais avantes a nossa trilha. É aqui que nós aprendemos a ser meigas e justas. Por isso que a escola faz muita falta, porém, em qualquer lugar que seja, principalmente nos sítios, aquellas creanças, moços e moças, senhores e senhoras que nem sabem nem conhecem o que é o verdadeiro carinho da escola paterna. A escola é como a primavera da mocidade inquieta. Lutamos todo anno contra nossa cathedra vertiginosa, para um dia ganharmos como educadoras, desta tão querida escola. Ninguém a despreza, todas a querem no íntimo da alma, pois, quem é que não gosta de instrucção, da virtude, do exemplo? Só mesmo um cego que nunca pode ao menos reviver neste lar. Que não tem as suas inspirações, o seu entendimento como nós que conhecemos o seio desta auspiciosa escola. Enfim nada nos protege como esta escola, que aqui nada nos falta, do que a boa força de vontade para carregarmos a cruz pesada de livros, a qual nos dá a luz da intelligência e gratidão pelos bons educadores (AURORA MARQUES DE CAMPOS, 7-12-1929).

4.1.2 Livro de matrículas e históricos iniciais da Escola Normal.

O livro de matrículas dos alunos da Escola Normal ano de 1929, 1930, 1931, 1932 e 1933 na gestão do Prof. Achilles de Almeida, destacou-se dos demais em especial pelas medidas (45cm X 54cm), além do volume e alto peso, como podemos observar na ilustração seguinte:

Figura 33- Um dos primeiros livros de matrícula da Escola Normal:



Fonte: Arquivo morto da E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

O objetivo da figura acima é destacar o padrão das medidas desses livros utilizados na época.

Constaram nesse livro os registros das matrículas de 200 alunos nesse período, entre os que iniciaram e concluíram o curso na Escola Normal Livre de Sorocaba, os que ingressaram por transferência de outras escolas normais, e os que abandonaram o curso, a média aproximada de formandos por ano foi de vinte e cinco a trinta e quatro alunos, a partir da primeira turma formada em 1932.

O Jornal “Cruzeiro do Sul” publicou uma reportagem intitulada: “Primeiros mestres sorocabanos comemoram seu Jubileu de Ouro”, a qual dizia:

Amanhã, sábado, os formandos de 1932 da velha Escola Normal Livre e do então Ginásio Municipal de Sorocaba, hoje, respectivamente, “Escola Municipal de 1º e 2º graus Dr. Getúlio Vargas” e “Instituto de Educação Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, estarão comemorando o seu Jubileu de Ouro. Trata-se indiscutivelmente de um acontecimento marcante na vida social e educacional de nossa terra, uma vez que nessa turma encontram-se os primeiros mestres- escola de nossa cidade. São pessoas que tiveram uma esplendorosa vida dedicada ao magistério, chegando muitos a ocupar proeminentes posições na rede de ensino oficial ou municipal; foram vidas inteiras dedicadas a um sacerdócio dos mais nobres, qual seja, o da educação de crianças e jovens de nossa terra. Muitas dessas mestras e mestres, moldaram características pessoais de seus alunos, fazendo com que grandes nomes e muitas gerações que passaram por suas mãos, proporcionassem enormes serviços à nossa Pátria (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 17/12/1982).

A afirmação “foram vidas inteiras dedicadas a um sacerdócio dos mais nobres”, fez lembrar a afirmação já anteriormente citada, pelo prof. Fleury, em 1930: “Esta carreira é um fardo. Tem quase sempre um peso superior às forças dos que o recebem nos ombros”, num misto de contradições, metáforas e ironias: amor e dor, alegria e tristeza, céu e inferno, riqueza e pobreza, profano e sagrado.

Nesse período houve alunos transferidos de escolas como: Escola Normal Livre anexa ao Colégio Nossa Senhora do Patrocínio em Itu, Escola Normal Peixoto Gomide em Itapetininga, Escola Normal de Tietê, Botucatu e Santa Cruz do Rio Pardo entre outras.

A identificação nas páginas desse livro trazia o nome completo do aluno, a nacionalidade (cidade e estado) além data de nascimento e de matrícula, mais a filiação, na qual constava apenas o nome do pai ou tutor. O nome da mãe aparecia tão somente caso a mesma fosse viúva.

Eram oriundos de Sorocaba e cidades do estado de São Paulo e região, além de outros estados, como o Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal, além dos imigrantes da Itália, Japão, Espanha, Alemanha, Síria, Polônia entre outros. Esses alunos foram os nascidos nas décadas de 1900 e 1910, sendo que boa parte eram procedentes do próprio Ginásio Municipal de Sorocaba.

Nesse livro contabilizamos apenas dez alunos do sexo masculino, ou seja, 5% do total das duzentas matrículas naquele período, um número bastante discreto.

Coincidência ou não, mas nenhum dos alunos registrados trouxe o sobrenome Vergueiro, ao contrário dos membros do Diretório do Partido Republicano Paulista, os quais os derrotaram, aliás, nenhum dos livros analisados trouxe esse sobrenome.

A aprovação dos alunos era baseada no Decreto Nº 5.744, de 28 de novembro de 1932.

Destacamos alguns normalistas no respectivo livro, os quais foram posteriormente imortalizados nos nomes de várias escolas públicas estaduais e municipais sorocabanas, outros lecionaram na própria Escola Normal Livre e outros, são filhos de políticos, professores e personagens públicos importantes na cidade naquele período:

Quadro 10 - Alunos normalistas destaque no início da década de 1930:

Aluna(o)	Filiação(pai ou tutor)	Nome imortalizado em escola pública?
Luiza Funes e Antonieta Funes	Antonio Funes(primeiro diretor da escola normal)	Não.
Maria Escholástica Rosa e Waldemar de Freitas Rosa	Cherubim Rosa	Sim(os dois irmãos)
Adozínia de Campos	Antonio Vieira de Campos)	Sim(o pai)
Luiz de Almeida Marins	Joaquim Izidoro Marins)	Sim(pai e filho)
Isolda Wey Popini	irmã da profª Accácia Wey Popini	Não
Maria das Graças Arruda Pereira	Antonio Miguel Pereira Junior(tutor)	Sim(tutor e tutelada)
Guiomar e Enéas Verano	Daniel Verano	Sim(o pai)
Maria Helena Fleury	Renato Sêneca de Sá Fleury	Sim(o pai)
João Baptista de Oliveira Arruda	Enéas Proença de Arruda	Sim(o pai)
Ignez Pereira	Antonio Miguel Pereira	Não
Norma Justa Gonçalves D'allara	D. Izabel D'allara	Sim(a filha)
Dirce Araújo Gonçalves e Lail Araújo Gonçalves	Gumerindo Gonçalves	Sim(o pai)
Desolina de Souza	João Marçal de Souza)	Não
Lucia Yolanda de Campos Maia e Vera Sylvia de Campos Maia	Osório de Campos Maia	Sim(o pai)

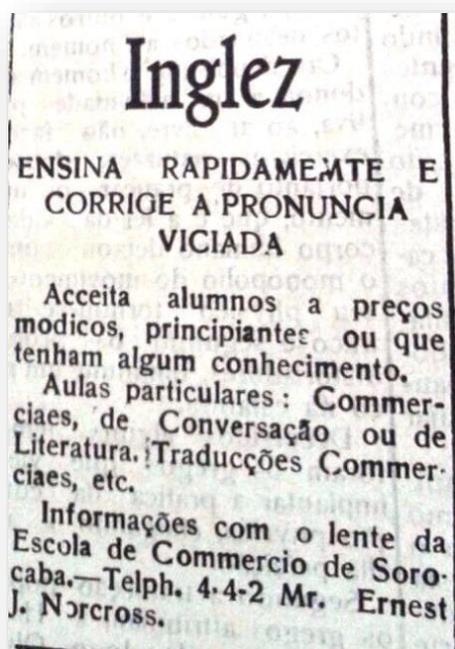
Josepha Rodrigues	Francisco Rodrigues	Sim(a filha)
Barbara Rosa	Joaquim de Almeida Rosa	Não
Thereza Bellotti	Antonio Bellotti	Não
Maria Aparecida A. Neves	Jugurtha Neves	Não
Renata Mascarenhas	Renato Mascarenhas	Não
Lourdes Rios	D. Izolina Rios)	Não
Maria de Lourdes Fazano	Armindo Fazano)	Não
Ossis Salvestrini	Caetano Salvestrini	Sim(a filha)
Cilae e Josephina Zília de Carvalho.	Américo de Carvalho	Sim(Josephina)
Judith Betti	Felipe Moysés Betti	Não
Cecy Nogueira Bevevino	Nicolau Bevevino	Não
Clara Vieira Dias	Roque Vieira Dias	Não
Natalina Padilha	João Padilha de Camargo	Não
Mario de Almeida	Simpliciano de Almeida	Não
Adelaide Cesar do Nascimento e Augusta César do Nascimento	Augusto Cesar do Nascimento	Não
Daniel Pereira do Nascimento	Adolpho A. do Nascimento	Não
Alice Norcross	Ernest Jackson Norcross	Não
Nair Pinto Ferreira e Carmen Pinto Ferreira	Julio Pinto Ferreira(inspetor fiscal estadual)	Não
Jacyra Palombo	Geraldo Palombo(pai Jacintha Palombo)	Não
Esther Bueno de Camargo e Maria Bueno de Camargo	Francisco Bueno de Camargo	Sim (Esther)
Ary de Oliveira Seabra	Benedicto Antonio da Silva Seabra	Sim(o filho)

Fonte: livro de registros das primeiras matrículas na Escola Normal Livre.

Somente nesse período, foram catorze professoras ou pais professores homenageados, além de personalidades importantes na cidade.

Pudemos notar que os filhos de vários membros do Diretório do PRP matricularam seus filhos e filhas na escola normal, inclusive um dos inspetores fiscais do estado, Júlio Pinto Ferreira.

Figura 34 - Propaganda jornalística do Prof. de inglês Ernest Norcross:



A normalista Alice Norcross era filha de um lente da disciplina de inglês, da Escola de Commercio de Sorocaba, o prof. Ernest Jackson Norcross, como pudemos constatar em propaganda publicada no jornal “Correio de Sorocaba”, em março de 1930, certamente um dos imigrantes que poderiam estar visualizando a cidade como promissora, e reconhecendo o valor da Escola Normal Livre de Sorocaba, ao matricular sua filha, assim como as demais personalidades de destaque na cidade.

Os documentos exigidos pela Escola Normal Livre para efetivação da matrícula eram o certificado de aprovação do ano anterior, atestado médico, atestado de bom comportamento, requerimento ao diretor da escola solicitando a matrícula no ano seguinte, além do comprovante de taxa de exames de admissão, os quais podemos afirmar, que funcionavam como verdadeiros dispositivos de controle, seleção e exclusão:

Figura 35- Certificado de aprovação:

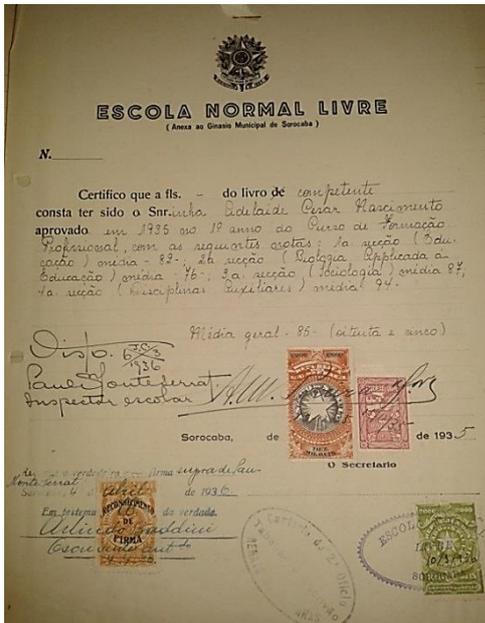
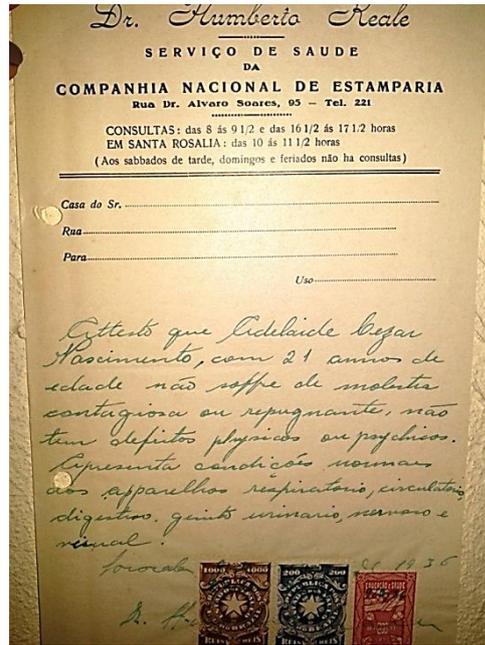


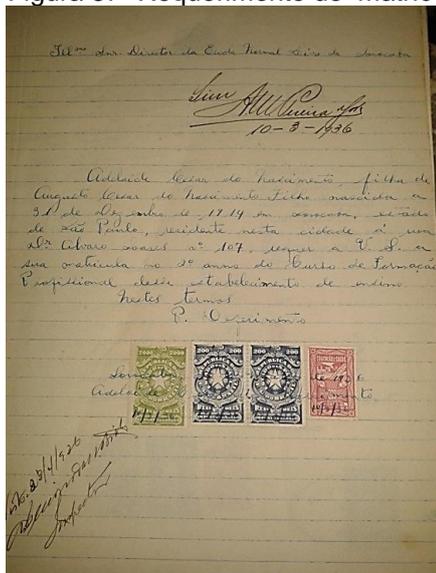
Figura 36- Atestado médico:



O atestado médico acima, do ano de 1936 dizia:

Attesto que Adelaide Cezar do Nascimento, com 21 anos de idade não sofre de moléstia contagiosa ou repugnante, não tem defeitos físicos ou psíquicos. Apresenta condições normaes dos aparelhos respiratório, circulatório, digestivo, genito urinário, nervoso e visceral. Dr. Humberto Reale.

Figura 37- Requerimento de matrícula do curso normal:



Fonte: Arquivo morto da E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

A referida aluna era filha do capitão Augusto César do Nascimento (ex prefeito de Sorocaba e irmã de Aureliano César do Nascimento, que casou-se mais tarde com a profª Esther Bueno de Camargo, e tiveram nove filhos.

A seguir, um atestado de bom comportamento, redigido e assinado pelo delegado regional de polícia, da aluna Adelaide Augusta César do Nascimento, de 31 de janeiro de 1933, uma das exigências aos candidatos às vaga na Escola Normal, o qual dizia:

Attesto que a senhorinha Adelaide Augusta César do Nascimento, filha do Sr. Augusto César do Nascimento Filho, brasileira, com 18 annos de idade, solteira, residente nesta cidade, tem bom comportamento. Servirá este para matrícula em escola secundária. Sorocaba, 31 de janeiro de 1931.

Figura 38- Atestado de bom comportamento:



Fonte: Arquivo morto da E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Figura 39- Comprovante pagamento taxa de exames de admissão:

Ginásio Municipal de Sorocaba e Escola Normal Livre Anexa

N. de ordem 50\$000 Nº 0739

Recebi a quantia de Rs.50 \$ 000 correspondente
à TAXA de exames de admissão
do aluno Adelaide Cesar do Nascimento
do do curso normal
Sorocaba, 7 de Janho de 1933

Almeida
Guerra
Secretário

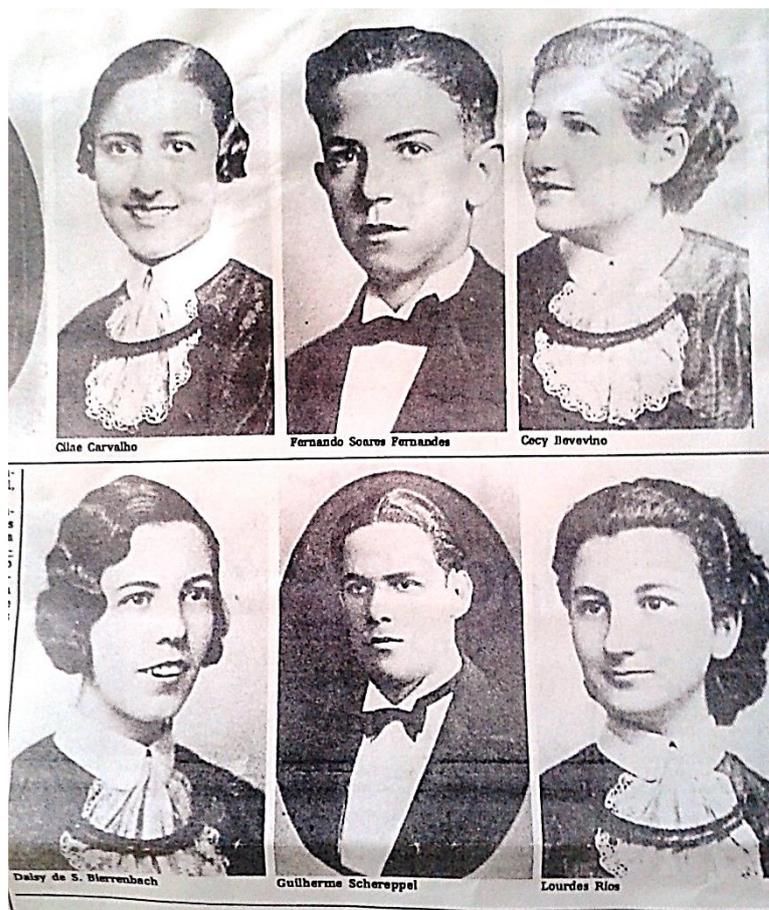
Typ. São José — Sorocaba

Fonte: Arquivo morto da E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

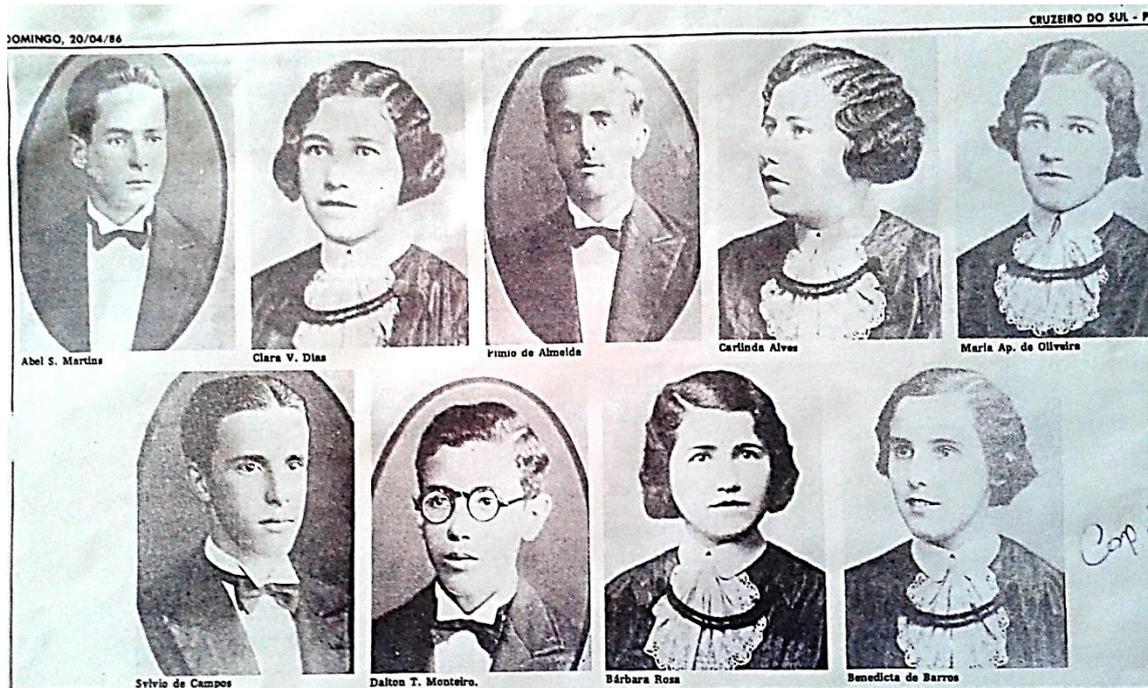
A seguir, as fotografias de alguns normalistas matriculados e formados durante a década de 1930 na Escola Normal Livre, inclusive alguns lecionaram na própria escola, como Maria de Lourdes Fazano, Maria Aparecida Neves, Cilae de Carvalho, Fernando Soares Fernandes, entre outros.

Essas fotos foram publicadas nas reportagens de Rogich Vieira, no ano de 1986, por meio do jornal Cruzeiro do Sul:

Figura 40- Normalistas no início da década de 1930:



Fonte: JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 20/04/1986.



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul: 30/04/1986.

As roupagens, específicas para os garotos e garotas, os cortes de cabelo curtos inclusive para as garotas, que retratavam uma época e perduraram pelas décadas seguintes, podiam significar uma autonomia, um posicionamento social.

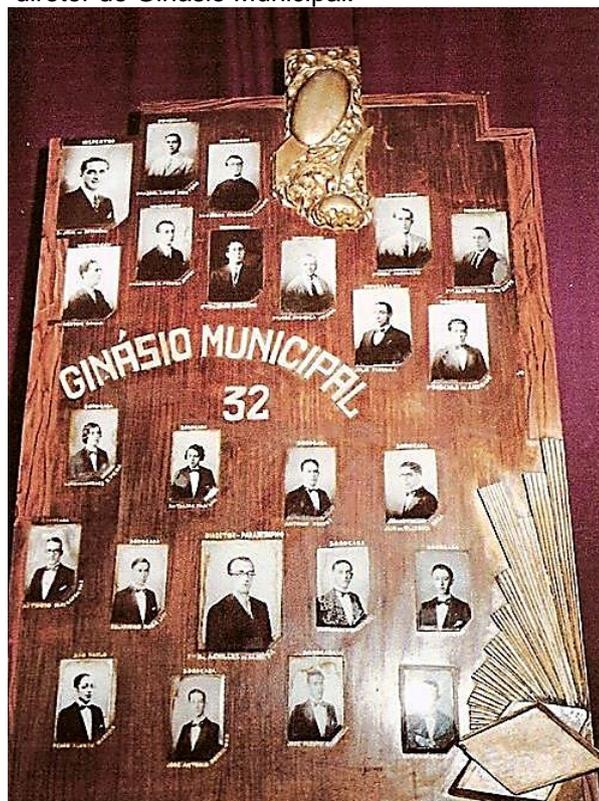
Inclusive, apesar de constarmos nos livros de matrículas a pouca idade desses jovens, a leitura que pudemos fazer dessas imagens, foi a de uma formalidade e adultidade precoce produzida.

Os três conjuntos de fotografias e/ou imagens acima, reportaram-nos à análise das mesmas como algo produzido, reproduzido e de cunho estritamente cultural, logo, o contexto da imagem fotográfica não pode ser considerado conteúdo e sim, apropriação dessa imagem como artefato, e até como um dispositivo social de controle.

Para Lima e Carvalho, a imagem fotográfica sob a luz da Semiótica:

[...]passa a ser compreendida não como verdade, mas como marca, isto é, como índice. O índice é um tipo de signo que se define como vestígio do objeto que lá esteve, ou o referente social.(2012, p. 42).

Figura 41- Quadro de professores e diretor do Ginásio Municipal:



Fonte: www.facebook.com/groups/156868631058272

A ilustração acima é um quadro com as fotos do corpo docente e administrativo do antigo Ginásio Municipal, em 1932. Infelizmente não encontramos o quadro original nos acervos escolares e, por conta da resolução da foto postada numa rede social, não foi possível elucidar os nomes de nenhum professor, exceto o de Achilles de Almeida, no retrato maior, no cargo de diretor.

Aliás, a foto do diretor em destaque por meio dessa distinção, confere um estatuto de veracidade e práticas de significação contidas dentro das estruturas institucionais, as quais são responsáveis por produções de consensos, cujo o eixo são os interesses de dominação associados ao Estado. (LIMA E CARVALHO, 2012).

4.1.3 Livro de matrículas dos alunos do curso profissional normal (1941 a 1952).

O conteúdo desse livro trouxe indicadores importantes no sentido da verificação da procedência familiar e geográfica dos alunos formados na Escola Normal, assim como seus destinos profissionais.

Nas páginas 26b e 27a, um registro feito pelo diretor Mario de Almeida em tom ameaçador, dizia:

Torno sem efeito os espaços em branco, destas páginas e das páginas seguintes: 27 verso, 28, 28 verso, 29, 29 verso, 30 verso e 31. Chamo a atenção dos funcionários Jair Soares e Maria José Vieira, para que não mais se repitam esses enganos, sob pena de *suspensão* e até demissão do serviço (LIVRO PONTO, ALMEIDA, 1944- 1946).

O quadro abaixo demonstra a quantidade de formandos por ano, sendo que a partir do ano de 1949 notamos um aumento significativo no número de alunos do gênero masculino e que certamente atuaram como docentes, inclusive na própria escola normal, sendo que a partir do ano de 1942, as aulas já ocorreram no prédio oficial:

Quadro 11 - Número de alunos matriculados e formados na década de 1940:

Ano	Curso normal	Pré normal A	Pré normal B	Total
1941	44	-	-	44
1942	42	-	-	42
1943	113	-	-	113
1944	16	50	-	66
1945	10	43	-	53
1946	-	42	11	53
1947	6(2º ano)7 (1º ano)	11	-	24
1948	22(2ºano) 36(1º ano)	55	-	113
1949	39(2º ano)42(1º ano)	29(masc).	18(fem).	128
1950	53(1ºmasc)35(2º masc). 24(1ºfem.)35 2º fem)	43	-	191
1951	85(1ºano) 81(2º ano)	69	-	235
1952	40(1ºano)48(2º ano)masc. ³¹	45(masc)	39(fem)	-

Fonte: Livro de matrículas arquivo morto E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Salientamos que nem sempre o número de matriculados correspondeu ao número de formados, já que houve inúmeros casos de abandono, repetência,

³¹ As matrículas continuaram num outro livro o qual não encontramos, segundo notificação ao pé da página 100 em 28-02-1952, que registrou as matrículas femininas.

mudanças de cidade entre outros. E se de um lado destacamos as várias dezenas de alunos considerando seus berços familiares, parentescos importantes e formações quase sempre relevantes socialmente, de outro lado muitas centenas permaneceram no anonimato, e provavelmente também cumpriram muito bem o seu papel docente ou em outras profissões, modificando e influenciando a sociedade.

No ano de 1950, o curso profissional da Escola Normal passa a ser noturno, conforme o decreto Nº Lei Nº 119, de 04/07/1949, que dispunha sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba, valendo a partir do ano de 1950, e conseqüentemente aumentaram-se as salas de aula e a quantidade de alunos matriculados, até pelo fato de favorecer os que necessitavam trabalhar durante o dia.

Uma quantidade ínfima de alunos nasceu na década de 1910, os quais prestaram o exame de madureza e a maioria dos alunos matriculados eram os nascidos nas décadas de 1920 e 1930.

Quanto à procedência geográfica, praticamente 90% das alunas e alunos eram residentes na região central e leste de Sorocaba, corroborando o privilégio de uma elite sorocabana.

Entre esses alunos, alguns vieram transferidos de Escolas Normais Livres (Agudos, Itu), e oficiais (da Praça, Itapetininga, Guaratinguetá, Padre Anchieta, Caetano de Campos, Tietê, Casa Branca), podendo desta forma evidenciar o prestígio da Normal de Sorocaba.

As turmas eram ora mistas, ora masculinas e femininas, sendo a nacionalidade de vários alunos bastante diversificada: italiana, austríaca, síria, japonesa, espanhola, alemã, polonesa e romana.

Seguem alguns normalistas de destaque nesse período:

- Abney Medeiros (médica, o CEI 36 em Sorocaba levou o seu nome);
- Iracema Trujillo (filha de Alberto Trujillo) empresário doador do terreno para construção dos prédios definitivos das escolas normal e ginásio estadual;
- Alva Machado Pomar (filha de Genésio Machado, ex inspetor fiscal estadual);
- Aureliano César do Nascimento, nascido em 1910 e matriculado em 1951 (filho do capitão Augusto César do Nascimento- ex prefeito de Sorocaba) e esposo da profª Esther Bueno de Camargo Nascimento) um dos quais prestou o exame de madureza³²;

³² Até alguns anos após a década de 60 havia um curso destinado a preparar jovens e adultos para

- Azarias Mendes (escola estadual votorantinense levou o seu nome);
- As irmãs Cacilda, Graziela, Cilae e Josephina de Carvalho (filhas de Américo de Carvalho, todas formadas na Escola Normal), sendo que Josephina foi professora chefe da 1ª seção de educação-substituta de Renato Sêneca) e Graziela lecionou na Escola Normal;
- Cesar Soares (filho do dr. Alvaro Soares, médico conceituado na cidade);
- Durval Doretto (filho do prof. João Doretto, da escola normal);
- Edson Segamarchi (docente conceituado em Sorocaba);
- Helio Teixeira Callado (personalidade sorocabana);
- Jordina Odin do Amaral Arruda (filha de José Odin de Arruda e Jordina Amaral Arruda) família de professores, tiveram seus nomes imortalizados em escolas estaduais sorocabanas;
- José Bella Netto (filho de José Bella Junior) veterinário sorocabano;
- José Carlos Corrêa Marins (filho do prof. Diógenes de Almeida Marins- diretor da escola normal por um curto espaço de tempo);
- José Carlos Moysés Betti (filho de Jorge Moysés Betti);
- José Quevedo (nome de Escola Estadual sorocabana);
- Maria Magdalena Reginato (filha do prof. José Reginato);
- Laila Galep Saker (nome de Escola Estadual sorocabana);
- Leda Theresinha Borghesi (nome de Escola Municipal sorocabana);
- Lucia de Almeida (irmã do prof. e diretor Mario de Almeida);
- Maria Domingas Tótora (nome de escola municipal sorocabana);
- Marcio Soares Fernandes (filho de Marina Grohmann Soares Fernandes, nome de escola estadual sorocabana);
- Flora Aurélio Dias (filha do prof. Mario Aurélio Dias);
- Nelson Flório (professor na Escola Normal);
- Odinir e Owanil Furlani (professores, e o sr. Odinir foi vice diretor do prof. diretor Otto Wey Netto);
- Osmar Maciel (professor e nome de via pública sorocabana);
- Oswaldo Elles Casali (professor e diretor temporário da escola Normal);

o exame de aferição do conhecimento curricular daqueles que não frequentaram o Ginásio e/ou Colégio mas que desejavam ter o respectivo diploma de conclusão: o EXAME DE MADUREZA ginasial (para maiores de 16 anos) e colegial (para maiores de 19 anos).

- Pedro Augusto Rangel (nome de via votorantinense e Escola Estadual);
- Roberto Loureiro Paschoalick (filho de Roberto Paschoalick, nome de Escola Estadual sorocabana);
- Rosemary de Mello Moreira (nome de Escola Estadual sorocabana);
- Ruth Bonilha Costivelli (filha prof. Paulo Costivelli);
- Salvador Ortega Fernandes (nome de Escola Estadual);
- Sayonára da Costa Dias (professora temporária na Normal e filha de Anibal da Costa Dias, nome de via sorocabana)
- Therezinha de Jesus Gomes (professora do Ginásio Municipal e do Estado concomitantemente);
- Wilson Prestes Miramontes (escola estadual votorantinense possui o seu nome).

Uma das matrículas que chamou a atenção, na página 96b, foi a do aluno Arnaud Nery Heine, nascido e formado em Salvador, no estado da Bahia, em 1906, com o diploma de “doutor em medicina”, matriculado no 1º ano do curso profissional normal no ano de 1951, já com 45 anos de idade.

Estabeleceu-se em Sorocaba, casou-se e concomitantemente, o seu filho de 11 anos, era matriculado nesse mesmo ano no curso ginásial municipal, conforme constatamos no livro de matrículas do curso ginásial na década de 1950.

Durante os trinta e oito anos de história da escola normal, houve a atuação de nada menos que quinze diretores, todos do sexo masculino e nomeados pelo prefeito municipal.

Se a influência política direta na nomeação tanto dos professores quanto dos diretores tinha abrangência nacional, quem dirá nos municípios:

Contudo é importante salientar que, num caso como no outro, de uma ou de outra forma, na escolha de professores e diretores e também de funcionários, a interferência política era grande (NOSELLA E BUFFA, 1996, p. 56).

A seguir, os catorze diretores da Escola Normal e período aproximado de atuação no período de 1929 a 1967(alguns exerceram o cargo mais de uma vez):

Quadro 12 - Diretores no período de 1929 a 1967:

Diretor	Período de atuação
Antônio Funes	06/03/1929 a 28/10/1929
Achilles de Almeida	29/10/1929 a 1932
Antonio Miguel Pereira Junior	1933 a 1937
Bento Mascarenhas	1938 a 03/11/1944
Daniel Pereira do Nascimento	04/11/1944 a 30/04/1946(substituição)
Mario de Almeida	05/05/1945 a 1950(período insconstante)
Daniel Pereira do Nascimento	1948 a 1949(substituição)
Diógenes de Almeida Marins	1950(substituição)
Oswaldo Elles Casali	1950(substituição)
Vicente Caputi Sobrinho	1951(substituição)
Mario de Almeida	1951 a 1954
Otto Wey Netto	A partir de 1950(vice diretor), e de 1954 a 1956(vereador do município de Sorocaba)
Mario de Almeida	1959(ano de seu suicídio)
Sergio Pedreira Chagas	Março a agosto de 1959
Aureliano César do Nascimento	09/1959 a 12/1959
Otto Wey Netto	1957 a 1958(diretor substituto)
José Carlos Gomes	1962 a 1963(vice-diretor e diretor)
Otto Wey Netto	1960(secretário de educação e saúde)
José Carlos Gomes	1962 a 1963(substituto de Otto Wey Netto)
Antonio Pedroso de Souza	1964 a 1967(vice-diretor e diretor até o ano de 1979)

Fonte: Arquivos escolares E.M. Dr. Getúlio Vargas.

O diretor exercia papel determinante nas escolas. Como nos grupos escolares, ele era o responsável pela escola perante o governo municipal, assumindo a função de interlocutor com a administração do ensino.

De acordo com Souza(1998), o diretor detinha todo o poder, o qual se interpunha entre os professores e inspetores e entre estes e a administração.

A hierarquia era muito rígida, e embrenhava-se numa trama normas a obedecer e deveres a cumprir intermitentes. De um lado, o diretor, o professor e o aluno, e de outro, o diretor, o servente e o porteiro, afastando evidentemente a comunidade e responsáveis pelos alunos.

No Decreto nº 518 de 11/01/1898, pudemos verificar a súmula do diretor de grupos escolares, porém as atribuições são semelhantes às da escola normal.

Ananias(2012), em seus estudos sobre a administração escolar no período imperial, afirma que ao final deste, a educação já era colocada como base da civilização, sendo uma forma acertada de regenerar a sociedade, num discurso que intensificou-se com a Lei nº 54 de 15 de abril de 1868, reformando o ensino e manteve em relação à inspeção escolar (inclusive particulares), a centralização no presidente da província (posteriormente o prefeito), e no inspetor geral.

Portanto:

[...]as escolas públicas de primeiras letras, tal como nas décadas anteriores, ainda não possuíam um diretor. A administração desses espaços era empreendida pelo próprio professor que, além de fazer anualmente, um relatório que prestava contas da escola em que lecionava, era fiscalizado pelos inspetores de distritos, pelas Câmaras Municipais e pelo inspetor geral da instrução pública, que respondia diretamente ao presidente da província, conforme a Lei nº 54 de 1868. Essa situação permanecerá válida até o final do Império (ANANIAS, 2012, in ANDREOTTI et al, p. 69-70).

Entendemos dessa forma, que no contexto de implantação da escola normal e ginásio, ocorreu uma reprodução dos modos de fazer em se tratando da administração das escolas, já que foram as diretrizes republicanas que estabeleceram o lugar das instituições e sua administração interna a partir da criação dos grupos escolares, e esses diretores inclusive respondiam diretamente ao prefeito, como pudemos comprovar nos memorandos e outros.

Havia um secretário municipal de educação, mas que acumulava cargo como secretário da saúde, e certamente desprovido de condições de atender à demanda

das escolas, e nesse período não existia a atuação do supervisor escolar, o que só veio a ocorrer no início da década de 1970 com a implantação da Lei nº 5692/71.

Alguns desses diretores, além de terem atuado na Escola Normal por vários anos seguidos, ou entre idas e vindas, acumularam o cargo de professor também na Escola Normal e ou no ginásio municipal e liceu, na década de 1930.

Sua função era essencial, tornando-se um cargo almejado, honrado e distinto. Era visto como autoridade do governo (SOUZA, 1998).

Na análise do quadro acima, pudemos também destacar a condição provisória de atuação dos diretores, por conta da inconstância e rotatividade nos escassos tempos de administração. E nesse sentido, inferimos com Agamben, ao fundamentar o termo dispositivo:

O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (2014, p.37).

Logo, podemos a partir dessa afirmação, pensar que cada diretor que passou pela escola normal, obrigou-se a sujeitar-se aos limites previstos no cargo, pela instância superior direta, e por esse motivo, apesar da rotatividade dos mesmos, esses sujeitos foram de certa forma produzidos para assim reproduzirem um sistema.

4.1.4 Livros de registro de diplomas dos professores formados pela Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1942 a 1945- 1946 a 1950).

Em 1942, o diretor era Bento Mascarenhas e o prof. Chefe da 1ª seção de educação era Renato Sêneca de Sá Fleury. Nesse ano houve 42 formandos, entre eles José Quevedo e Maria Leandrina de Almeida (filha de Achilles de Almeida e Anna Zizina de Arruda Almeida).

De 1943 a 1944, o diretor ainda era Bento Mascarenhas e a professora substituta chefe da 1ª seção de educação era Josephina Zília de Carvalho. Foram 30 alunos formados em 1943, entre eles Oswaldo Elles Casali, o qual atuou com diretor da normal por um curto espaço de tempo.

Em 1944, formou-se a maior turma de normalistas, num total de 111 alunos. Acerca desse fato, o “Cruzeiro”, publicou:

No próximo sábado, dia 27 de agosto, a maior turma de professores formada pela Escola Normal Municipal, integrada por 111 elementos estará comemorando o seu Jubileu de Ouro. Dessa turma de educadores, muitos se projetaram no cenário educacional do Estado, e outros também tiveram uma brilhante carreira no magistério, educando e alfabetizando inúmeras gerações, com alguns nomes de projeção no mundo político, social, cultural e financeiro do país. Por isso, as comemorações do próximo sábado revestem-se de grande importância, visto que é essa a primeira turma de professores daquele estabelecimento que consegue comemorar o seu Jubileu de Ouro (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 21/08/1994).

O texto da reportagem destacou a importância da Escola Normal não só para a cidade de Sorocaba, mas inclusive seu reflexo em âmbito nacional ao citar alguns alunos que destacaram-se profissionalmente.

Entre eles, Anna Maria Augusto Rosa (professora e diretora da Escola de Aplicação por mais de duas décadas), Maria Magdalena Reginato (filha do prof. José Reginato, Isabel Crespo (professora e esposa do prof. Otto Wey Netto), Izoraida Marques (professora, nome de importante via pública sorocabana), Otto Wey Netto, Marina Grohmann Soares Fernandes, Maria Margarida Coelho (professora da normal, falecida em março deste ano), Nair Reze (professora, filha de Abrão Reze), Iracema Trujillo (filha de Alberto Trujillo).

A partir do ano de 1945, o diretor foi o prof. Mario de Almeida, e a prof^a. Chefe da 1^a seção de educação, Nelda Thaís Haidée Defilippi. Nesse ano houve apenas 17 alunos formados, entre eles: Wilson Prestes Miramontes e Sayonára da Costa Dias (prof^a. da normal).

Em 1946, foram 49 alunos formados, entre eles: Josepha Fernandes e Beathris Caixeiro Del Cistia (nomes de escolas estaduais sorocabanas), Bruneilda Nóbrega de Almeida, Graziella de Carvalho (irmã da prof^a Josephina Zília de Carvalho).

Em 1947, tivemos o registro do diploma de apenas 06 alunos, sendo dois homens e 4 mulheres, e em 1948, houve 22 alunos formados, entre eles, Gitla Ptaszkiewicz, filha de Majer Ptaszkiewicz, de origem polonesa, nascida em 1930.

Creemos que sua família possa ter imigrado para o Brasil fugindo do Nazismo, visto que em 1940, os campos de concentração e extermínio humano de Auschwitz começaram a ser construídos por Adolf Hitler no sul da Polônia, no início da 2^a guerra mundial.

Os irmãos Angela Oliveira Bella e José Bella Netto (veterinário, trabalhou durante muitos anos em Sorocaba, mesmo bastante idoso), José Carlos Moysés

Betti(filho de Jorge Moysés Betti) e José Carlos Correia Marins(filho do prof. Diógenes de Almeida Marins, diretor da normal por um tempo), Maria Elisa Palombo(irmã da secretária da normal Jacintha Palombo), além de Tala Miguel Saker(filha de Barbar Miguel Saker, ilustre sorocabano).

Até o ano de 1946, os formandos tinham a obrigatoriedade de pagar taxa de retirada de diploma, na Coletoria Estadual de Sorocaba, no valor aproximado de Cr\$ 51,00, devidamente recebidos e assinados pelo secretário escolar. A partir de 1947, todos os recibos, constantes no próprio livro de registros permaneceram em branco, entendendo que a lei da isenção de taxas estava valendo de acordo com o DECRETO N. 17.698, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1947 ³³ no governo de Adhemar de Barros.

Em 1949, foram 39 alunos formados, sendo 24 homens e 15 mulheres, os quais destacamos: Osmar Maciel, Jurandy Favoretto (professor da escola normal), Jesus Cheda, Altair Genésio Machado(filho de Genésio Machado).

O prof. Daniel Pereira do Nascimento assinou como diretor da Escola Normal no ano de 1950. Entendemos que o mesmo certamente buscou aperfeiçoar-se nos estudos, e de secretário passou a docente e posteriormente diretor, inclusive da normal, embora não encontramos registros do mesmo como professor nessa escola.

Foram 62 alunos formados nesse ano. O prof. Diógenes de Almeida Marins assinou alguns diplomas como diretor, cremos que durante o impedimento de Daniel Pereira do Nascimento.

Alunos destaques: Owanil e Odinir Furlani (irmãos), Nelson Flório, Edson Segamarchi, Maria Domingas Tótorá, Liba Ptaszkiewicz, polonesa também filha de Majer Ptaszkiewicz.

A prof^a chefe da 1^a seção de educação, Nelda Thaís Haydee Defilippi atuou até o ano de 1947, e a partir de 1948, passou a atuar o delegado regional de Ensino, cujo nome está ilegível.

Outro ponto importante foi o número significativo de professores (homens) formados, em detrimento das mulheres em alguns anos dessa década.

O quadro abaixo permite melhor visualização quanto ao número de formandos na década de 1940:

³³ SECÇÃO VI- Dos diplomas e certificados: **Parágrafo único** - A conclusão de qualquer dos demais cursos de formação profissional ou de qualquer extraordinário, dará direito a um certificado. **Artigo 1.082** - São isentos de qualquer taxas os diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos do ensino primário, normal, secundário e industrial.

Quadro 13- Número de formandos na década de 1940:

Ano	Total de formandos
1942	42
1943	30
1944	111
1945	17
1946	49
1947	06
1948	22
1949	39
1950	62

Fonte: elaboração própria.

Um total de 377 normalistas formou-se ao longo dessa década, a qual acreditamos ter sido de consolidação e reconhecimento da Escola Normal Livre, no prédio definitivo, a partir do ano de 1942.

O número de alunos do sexo masculino formados em relação às do sexo feminino, foi maior em vários anos.

Esse fato não quer dizer que esses jovens (do sexo masculino) formavam-se com o objetivo de lecionarem, mas sim de almejar ao realizar o curso normal, a possibilidade de seguir adiante com o ensino superior, já que o mesmo habilitava para tal e a cidade não oferecia mais opções nesse segmento.

Figura 42 - A maior turma de formandos: 1944 em frente à Catedral Metropolitana de Sorocaba:



Fonte: Arquivo morto E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Figura 43- Formandos 1944, confraternizando em 1969, comemorando Jubileu de Prata no Recanto Britânia em Brigadeiro Tobias: vários professores já falecidos.



Fonte: Arquivo morto E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Figura 44- Turma de formandos de 1957:



Fonte: Arquivo morto E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

Pudemos observar nessa turma, conforme a ilustração acima, apenas dez moças, certamente um casal de docentes ou o diretor e uma professora, ao fundo e vinte e oito homens, num total de trinta e oito alunos.

Era o ano de 1957, e os cortes de cabelos femininos continuavam curtos. As garotas sentadas na frente, em respeito às garotas. Uma única aluna negra, primeira da fila. A gravata era ainda utilizada, porém não obrigatória, como mostra a fotografia.

Notamos as iniciais nas gravatas femininas: E.N.M. (Escola Normal Municipal).

A denominação "livre" já era extinta, considerando a condição de equiparação com as oficiais estaduais, em 1954.

Seria o curso normal uma possibilidade de os homens darem sequência aos estudos, e não necessariamente de seguir com a carreira docente, conforme já afirmamos anteriormente?

Até por que era uma escola normal de formação de professores primários, e não era comum haver professores homens lecionando nas turmas da Escola de Aplicação, porém, há a hipótese de que os mesmos, quando optassem por lecionar, tivessem sido deslocados de fato, para lecionar nas escolas rurais da região ou nas escolas primárias estaduais.

Porém, não encontramos nenhum documento que comprovasse essa condição.

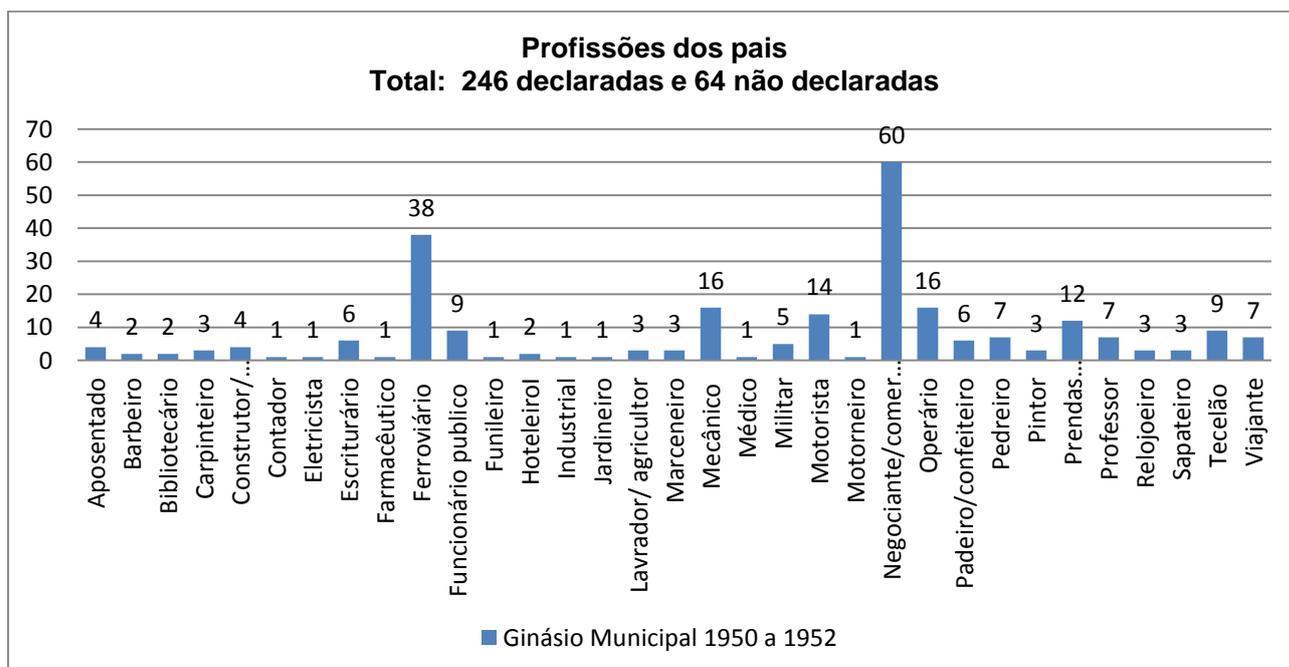
4.1.5 Ano de 1950: a volta do Ginásio Municipal.

Assim que a Lei Nº 119, de 04/07/1949, a qual deliberou sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba, o qual contemplava o Ginásio Municipal, as novas matrículas foram realizadas, a partir do ano de 1950, como pudemos constatar no referente livro. As mesmas foram registradas de fevereiro de 1950 a fevereiro de 1952, sendo 105 alunos em 1950(turma mista), nascidos de 1933 a 1939, 1º ano ginásial. Foram 40 alunas, 37 alunos (dividiram em masculina e feminina a mesma turma de 1950), sendo 28 alunos a menos(desistências).

Em 1951 havia: 1ª série A: 45 alunas, 1ª série B:42 alunas e 1ª série C: 44 alunos. Em 1952: 1ª série A masculina: 45 alunos e 1ª serie B feminina: 46 alunas, e 1ª série C mista: 11 alunos. Totalizando portanto, 310 alunos nesse período.

Seguem gráficos demonstrando esse total em porcentagem de gênero e referente às profissões dos genitores desses alunos:

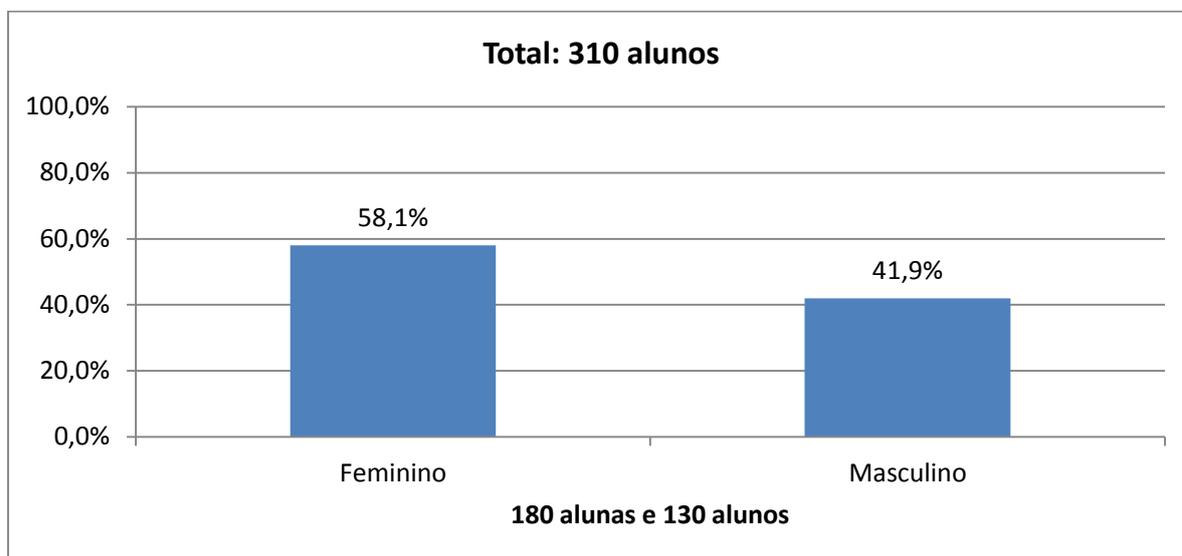
Gráfico 1: Profissão dos pais dos alunos matriculados no Ginásio em 1950:



Fonte: Elaboração própria: Livro de matrículas de 1950 do Ginásio Municipal (arquivo morto escolar).

Verificamos que do total de profissões declaradas pelos responsáveis, 40% eram pais ferroviários e negociantes e ou comerciantes, seguidos de 7% operários e mecânicos e 6% motoristas. Não foram considerados os 26% não declarados.

Gráfico 2- Porcentagem de alunos matriculados por gênero:



Fonte: Elaboração própria: Livro de matrículas de 1950 do Ginásio Municipal (arquivo morto escolar).

Não houve diferença significativa entre os gêneros, até porque fizemos referência ao curso ginásial, e o resultado demonstrou equilíbrio.

Após treze anos retornava o Ginásio Municipal, após a estadualização do primeiro Ginásio em 1937.

Sorocaba possuía então dois Ginásios secundários de caráter público, e certamente esse feito foi de grande valia à população escolarizada, embora continuasse atendendo a uma parcela privilegiada, já que esses alunos continuavam sendo oriundos da região central da cidade e vindos de cidades da região, e passando por exigentes exames de admissão os quais tinham a função única de selecionar e classificar.

4.2 Pluralidade e potencialidades das fontes históricas oficiais: memorandos enviados e recebidos e os ofícios.

De acordo com Mogarro, documentos como ofícios circulares, memorandos, comunicados e uma gama de textos produzidos pela instituição escolar puderam

assegurar o fluxo de comunicação entre o organismo político de tutela(prefeitura) e a própria escola, visto que:

[...] muitos dos seus documentos estão marcados pela materialidade dos seus suportes, outros pela oralidade com que os actores educativos expressaram o seu discurso. Ao localizar estes materiais, podemos estabelecer uma geografia documental sobre a escola [...] (2006, p.74).

Neste ítem, fizemos a análise de algumas coleções de correspondências arquivadas, assim como as circulares emanadas da prefeitura para a escola e vice e versa, as quais foram expedidas e recebidas no período de 1935 a 1967, trazendo a compreensão e caracterização das relações com o organismo de tutela, neste caso a prefeitura municipal, e pudemos mensurar o grau de autonomia da escola em relação a este.

Essa mesma autora afirma que esses documentos:

[...]permitem apreender a realidade educativa em que foram produzidos, mas podem ser lidos em perspectivas diversas e expressam, na sua materialidade e no seu conteúdo, a riqueza dos contextos de produção- isolados, são fragmentos do passado, cabendo ao historiador a tarefa de lhes conferir validade, coerência, lógica e unidade, no estabelecimento necessário de relações com outros documentos e acervos (idem, p.77).

Por meio da análise desses arquivos, realizamos um exercício de cruzamento de dados nos intramuros escolares e para além dos mesmos, condizentes com situações e contextos que, além de afetar diretamente alguns aspectos de sua trajetória, no sentido de progressos e até de regressos, e o quanto esses fatores fizeram com que a cultura da escola fosse solidificando-se (em alguns casos liquefando-se, por exemplo a cada mudança de diretor), cada vez mais conforme o tempo foi passando.

A primeira pasta continha arquivos oficiais correspondentes aos anos de 1933 a 1955. Inclusive foi a única que trouxe uma quantidade ínfima de documentos relativos ao período já citado em que a Normal esteve abrigada nas salas do “Estadão”.

As demais pastas trouxeram registros entre o período que correspondeu à década de 1950 a 1967.

Um desses ofícios foi de 30 de junho de 1933, assinado por Abdiel Lopes Monteiro, diretor interino da Normal Livre, endereçada ao Sr. Secretário da Educação

e Saúde Pública do Estado, reiterando o teor de um ofício anteriormente enviado, porém com suspeitas de ter-se extraviado, solicitando a equiparação da Normal Livre às oficiais do Estado, por meio da exigência constante no artigo 173, do Decreto nº 5846, de 21 de fevereiro de 1933³⁴, exatamente no último dia do prazo exigido pelo decreto.

O pedido foi indeferido, e novamente no ano de 1934, encontramos outro ofício, redigido pelo então prefeito Eugênio Salerno, intervindo quanto à solicitação de equiparação, comunicando as satisfações às exigências determinadas pelo decreto nº 6427, de 09 de maio de 1933, e cremos que foi barrada novamente, por conta do não atendimento ao requisito da letra f (funcionar em prédio em condições higienicas e pedagogicas, exigidas pelas leis e regulamentos federais), já que a escola não dispunha de prédio próprio, e conforme já citamos, a equiparação somente foi ocorrer duas décadas após, e parece que esse foi um dos complicadores. Os demais ofícios, a partir do ano de 1936, já eram timbrados com os seguintes dizeres: “Escola Normal Livre de Sorocaba- Anexa ao Gymnasio do Estado”.

Em 15 de julho de 1938, um informativo com a relação dos alunos concluintes do curso normal, num total de catorze, todos moradores das ruas centrais de Sorocaba, entre eles, Elza Salvestro e Flavio Gagliardi, hoje nomes de escolas públicas estaduais.

A década de 1950, por meio dos ofícios, apontou inovações significativas quanto à dinâmica das atividades da Normal Livre. O ofício nº 99/52, solicitava ao Secretário de Educação do Rio de Janeiro, autorização para excursão dos normalistas a então capital, por vias férreas.

No itinerário das visitas constavam o Instituto de Educação, a Escola de Educação Física, o Museu Nacional e ao “Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas”, já patrono da escola em plena vida, cuja audiência havia sido solicitada.

³⁴ **DECRETO N. 5.846, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1933:** *Regula a formação profissional de professores primarios e secundarios e administradores escolares, transformando o Instituto "Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nivel universitario; reorganizando as escolas normais oficiais do Estado e estabelecendo providencias para o ajustamento das escolas normais livres á nova organização. Art. 173.* - As escolas normais livres, em regime de fiscalização previa, que tenham o curso complementar organizado, devem requerer a sua equiparação, até 30 de junho de 1933; as que não o tenham, devem iniciar sua organização regular em 1934 e conclui-la até 1936. **Paragrafo unico.** - Se, nos prazos estabelecidos, não tiver sido concedida a equiparação, será retirada a fiscalização, cessando as regalias dela decorrentes.

E conforme a premissa “o apoio ao esporte fortalecia a raça”, no mesmo ano, uma outra solicitação, desta vez, aceitando o convite da Escola Normal de Rancharia, sendo que o grupo de sessenta e cinco normalistas e ginasiandos seriam hóspedes oficiais da prefeitura daquele município, e necessitariam das passagens por meio da prefeitura de Sorocaba. No ano seguinte, 1953, o de nº 64/53, solicitou autorização para uma excursão à Campos do Jordão, envolvendo setenta alunos, num trajeto também por via férrea.

A programação contaria com dois recitais do orfeão dos alunos de Sorocaba, além de demonstrações de performances de educação física musicada e basquete.

O diretor solicitou para a realização do evento, colaboração da Secretaria de Educação do Estado, na cessão de passes ferroviários ao percurso dos alunos.

Desde 1947 a Normal estava autorizada a funcionar no período noturno, mas esse fato foi validado apenas com a criação da lei nº Lei Nº 119, de 04/07/1949. (Dispõe sobre a criação do Colégio Municipal de Sorocaba).

Uma pedra no sapato dos envolvidos, em especial no instante em que a opinião pública “começava a apaixonar-se pelo destino do ensino normal noturno”, como demonstrou o teor do ofício nº 20/54, enviado ao Sr. Prof. Carlos Corrêa Mascaro, nessa ocasião, Diretor Geral do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, onde o vice-diretor Sr. Otto Wey Netto, convidava-o para conhecer de perto o trabalho da Escola Normal de Sorocaba e dessa maneira apontar boa parte das dificuldades de um ensino normal noturno.

No ano de 1956, já funcionava o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, da Faculdade de Educação da USP, e segundo Ferreira:

[...]especialmente São Paulo e cidades da região atravessavam momentos de intensa urbanização e industrialização que demandavam uma nova postura dos educadores frente aos problemas educacionais. Os Centros de Pesquisa Educacionais procuravam colaborar com suas pesquisas e cursos para essa renovação educacional (2001, p. 176).

Uma das pesquisas já havia sido iniciada em 1954 e dizia respeito à realização de um levantamento destinado a determinar os pontos positivos e negativos das Escolas Normais oficiais, municipais e particulares do estado de São Paulo.

O objetivo da pesquisa era fornecer elementos para o estudo da problemática criada por conta do aumento exacerbado da rede escolar normal, atentando aos pontos fulcro, diretor, professor e aluno:

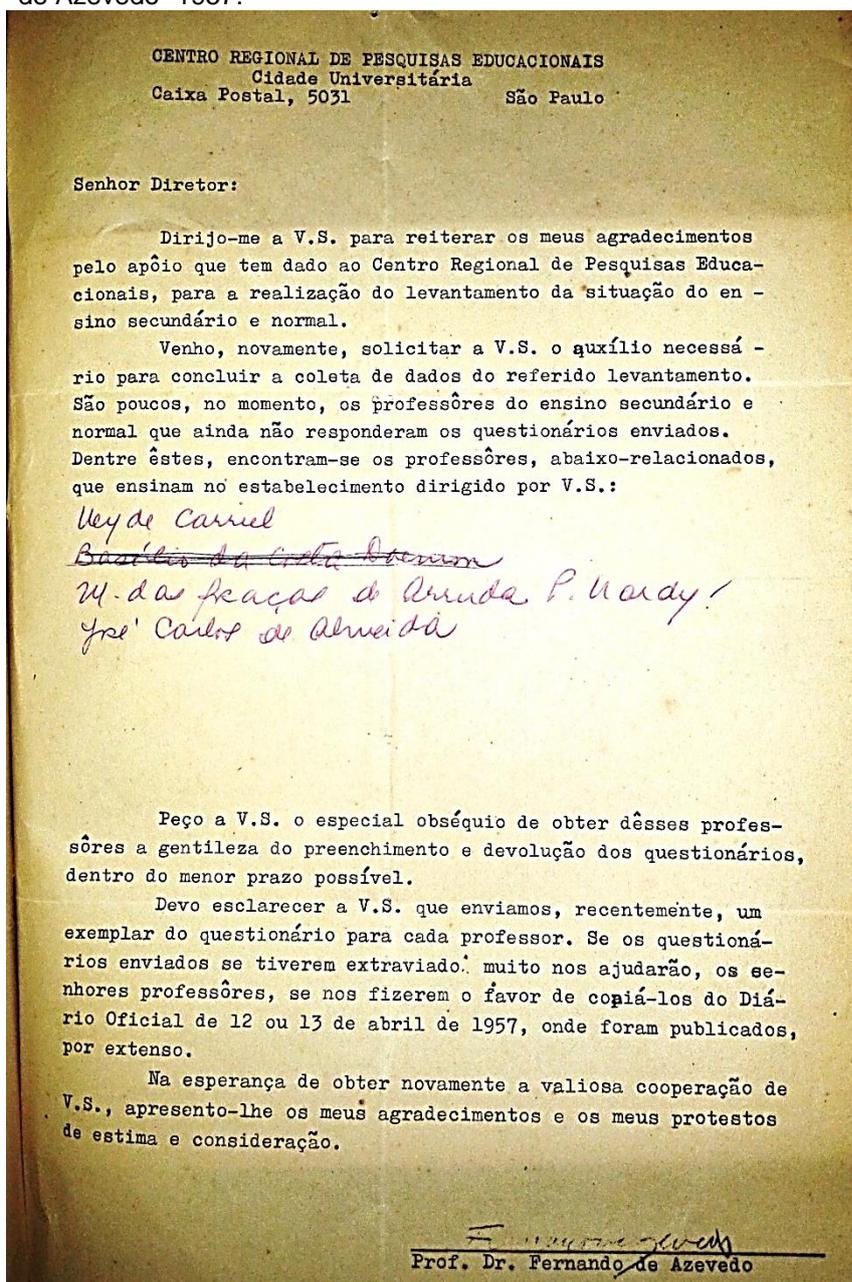
Conhecendo a qualificação profissional dos professores e diretores das escolas secundárias e normais- suas opiniões sobre os principais problemas escolares, suas condições de trabalho, suas necessidades- os resultados desta pesquisa poderiam servir de base para a análise da realidade escolar paulista (idem, p. 60).

A Escola Normal Livre de Sorocaba colaborou com essa pesquisa, porém essa autora salienta que as dificuldades eram evidentes, inclusive quanto à veracidade dos resultados, visto que de cerca de 6000 pesquisas enviadas, num primeiro momento, apenas 1500 retornaram, e o grupo de pesquisadores utilizou-se de nova estratégia:

Finalmente, decidiu-se solicitar a cada diretor de escola que enviasse a relação de professores de seu estabelecimento. Essa relação permitiu localizar os professores que não responderam aos questionários e eliminar os questionários dos professores afastados, obtidos nos anos anteriores[...] (ibidem, p. 61).

A seguir, cópia do ofício enviado ao diretor da escola normal, pelo então diretor do CRPE, Dr. Fernando de Azevedo:

Ilustração 45- Ofício recebido pelo diretor do CRPE-USP- Dr. Fernando de Azevedo- 1957:



Fonte: Arquivo morto Escola Municipal "Dr. Getúlio Vargas".

Considerando que nesse ano a escola contava com uma equipe de cerca de 35 docentes, considerando ginásio, primário e escola normal, apenas três deles não havia entregue o questionário solicitado: Neyde Carriel, Maria das Graças Arruda Pereira Nardy e José Carlos de Almeida.

Já os mapas de movimento foram de fato um relevante dispositivo de verificação e controle criado e timbrado pelo Estado, utilizados nas escolas e

entregues ao setor responsável, pelo diretor, à Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo, isso já nos anos trinta.

Constava na súmula do diretor a obrigação de elaborá-los e enviá-los. Foi um documento considerado relevante, visto que o volume desses destacou-se em relação as demais tipagens.

As instruções para o seu preenchimento eram as seguintes:

- a) Devem figurar neste mapa, escrito por extenso, os nomes de todos os professores, mesmo dos que estejam comissionados em outras em outras escolas ou função, ou dos que hajam comparecido apenas um dia.
- b) O movimento dos alunos será escriturado da linha correspondente àquela em que se acha o nome do professor efetivo da escola, embora afastado e com substituto.
- c) O mapa deve ser escriturado pela ordem crescente do estágio das escolas, figurando em primeiro lugar as providas por professores efetivos, em segundo plano as providas em comissão, em terceiro as providas interinamente, e por último as vagas, escrituradas, estas, a tinta vermelha.
- d) Na folha das “Observações”, deverão constar as ocorrências de cada professor, devendo ser repetido o número de ordem.
- e) Durante todo o tempo de seu afastamento, o professor terá, nas colunas de “Observações” e “Resumos”, a declaração do ato inicial.
- f) O mapa de movimento deverá ser escriturado com o máximo asseio, não devendo conter rasuras nem emendas.
- g) No corpo do mapa existem 2 colunas em branco para serem preenchidas por casos não previstos.
- h) Neste mapa devem figurar todas as escolas municipais do Município, providas em qualquer condição ou vagas.
- i) Os movimentos do primário, pré- primário e emergência deverão ser escriturados de acordo com as instruções vigentes.

Analisamos uma pasta contendo os mapas mensais de movimento no período de 1960 a 1967, referentes ao curso primário. Nessa mesma pasta, os mapas foram até o ano de 1975, portanto foi bem clara a transição da Escola Normal para Instituto de Educação, que criou além das turmas de pré-primário, a sala de atendimento às crianças com necessidades especiais.

Pelas orientações citadas, parece que a profissão docente sempre esteve fadada aos afastamentos e ausências. Em todos os mapas encontramos registros de afastamentos docentes, assim como os registros dos professores substitutos.

Já as ocorrências discentes referiram-se tão somente a registros numéricos quanto à quantidade de matriculados por gênero, ou desistentes, não havendo nem mesmo a listagem dos nomes desses alunos.

Numa das pastas de correspondências expedidas à prefeitura municipal, o primeiro ofício assinado pelo vice-diretor, Sr. José Alexis Rodrigues, trouxe a

relação dos funcionários do ginásio e escola normal, em 18 de janeiro de 1952, conforme quadro abaixo:

Quadro14 - Funcionários e professores em 1952:

Diretoria		
Vicente Caputti Sobrinho		Diretor interino
José Alexis Rodrigues		Vice- diretor efetivo

Secretaria		
Jacintha Palombo	Secretária efetiva	Escola normal e ginásio
Branca Nascimento	Escriturária efetiva	Escola Normal noturna
Clotilde B. de Oliveira	Escriturária efetiva	Ginásio diurno
Maria de Souza	Escriturária efetiva	Escola Normal noturna
Geraldo Madureira	Escriturário	Ginásio diurno
Gracia F. Nogueira	Escriturária	Escola Nomal noturna
Nice de Zoppa	Escriturária	Ginásio diurno

Funcionários de apoio		
Julia Scarpa	Inspetora de alunos efetiva	Escola normal noturna
Orminda de Moura	Servente efetiva	Ginásio diurno
Luiza Ribeiro	Auxiliar de inspetor	Ginásio diurno
Walkíria L. Kirk	Bibliotecária	Escola normal e ginásio
Antonio Rossoni	Guarda noturno	Escola normal
Antonio Firmiano da Silva	Jardineiro	Prédio
Theodolinda Raffa	Portaria	Escola normal
Audir Tersi	Auxiliar de portaria e da diretora da escola primária	Diurno

Corpo docente Escola Normal		
Professor(a)	Disciplina	Regime
Aluisia Amparo	Psicologia e pedagogia	Estado
Otto Wey Netto	Prática de Ensino	Efetivo
Jorge Moyses Betti	Sociologia	Efetivo
Dr. Fernando Soares Fernandes	Biologia	Substituto
Theodolinda Del Santoro	Desenho	Efetiva
Maria das Graças S. Pereira	Trabalhos manuais	Efetiva
Arthur Tonon Pereira	Trabalhos manuais	Substituto
Esther Bueno de Camargo	Português e matemática	Efetiva
Izilda Silva Pinto	Anatomia	Efetiva
Zulmira Barros Vieira	Ciências e História	Efetiva
Wilson Prestes Miramontes	História da Educação	Substituto
Margarida Maria Ferraz	Educação Física	Efetiva
Ruy Amparo	Educação Física	Substituto

Maria C. de Almeida	Música	Efetiva
----------------------------	--------	---------

Corpo docente Ginásio diurno

João Teixeira	Latim
Anna Ferreira Leão	Português
Maria do Carmo Rocha Melchior	Francês
Dulce Pupo Pinheiro	Inglês
Pe. André Pieroni Sobrinho	Matemática
Milton Marinho Martins	Geografia
Arthur Fonseca	História
Jacira Ribas de Andrade Cardoso	Desenho
Olinda Alves Mendes	Trabalhos Manuais
Horácio Mesquita	Trabalhos Manuais
Aurora Tótora	Música
Ruy Amparo	Ed. Física
Theodolinda Latorre	Ed. Física

Curso primário

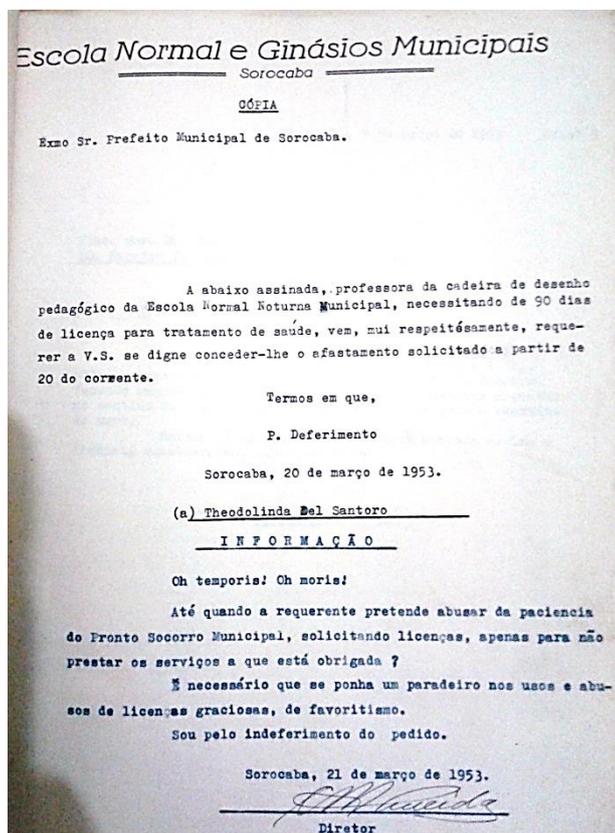
Anna Maria Augusto Rosa	Diretora	Efetiva
Celeste Stella de C. Maia	Professora	Efetiva
Maria A. Melchior	Professora	Efetiva
Maria de Lourdes Fazano	Professora	Efetiva
Dorothy de Oliveira	Professora	Contratada
Desolina de Souza	Professora	Efetiva
Evanira Romano	Professora(Pré-primário)	Contratada
Berenyce Sant'Anna	Professora(Pré-primário)	Contratada

Fonte: elaboração própria.

Ressaltamos a equipe de apoio formada por inúmeros membros, inclusive com guarda noturno, porém, houve solicitação de mais uma funcionária para reforçar e melhorar a limpeza do prédio. Em relação aos dias atuais, houve um retrocesso significativo, inclusive no que diz respeito à demanda de pessoal para o trabalho burocrática, além do pessoal de apoio.

Marcas de uma postura autoritária por parte de um dos diretores também foram evidentes. O ofício abaixo trouxe o pedido da professora titular da cadeira de desenho pedagógica da Escola Normal, ao prefeito, requerendo 90 dias de afastamento para tratamento de saúde. No dia seguinte, o diretor Mário de

Almeida, datilografou, no mesmo ofício, abaixo do pedido da professora os seguintes dizeres: “Oh temporis! Oh moris!”³⁵ Até quando a requerente pretende abusar da paciência do Pronto Socorro Municipal, solicitando licenças, apenas para não prestar os serviços a que está obrigada? É necessário que se ponha um paradeiro nos usos e abusos de licenças graciosas, de favoritismo. Sou



peço pelo indeferimento do pedido. Sorocaba, 21 de março de 1953. Mario de Almeida- diretor.”

Um outro ofício datado de 25 de março do mesmo ano, indicou o nome do professor Wilson Prestes Miramontes para ministrar as aulas à título de substituição à referida professora, e diante desse fato concluímos que o prefeito deferiu seu pedido, entendendo que realmente a professora necessitava do tratamento, e que a postura do diretor poderia ter sido intransigente. Aliás, todas as

indicações de professores substitutos, provinham do diretor.

Durante a década de 1950, mais precisamente no ano de 1952, além de todas as mudanças, houve a necessidade de dar início às melhorias prediais e reparos por conta do desgaste, já que uma década havia se passado e os sinais de deterioramento começaram a surgir.

Reparos urgentes na quadra de bola ao cesto e cabines, encanamento e torneira dos bebedouros, reconstrução de trecho de muro localizado na rua Rio de Janeiro, construção de mais 04 salas de aulas, por conta do aumento da demanda escolar, além da instalação de gabinete de ciências físicas e naturais, e anexando a essa solicitação, uma relação de mais de cem itens de materiais específicos para uso prático em laboratório de ciências.

³⁵ Latim: Oh tempos, oh costumes!

Em 25 de setembro de 1953, o prof. Otto Wey Netto, então vice-diretor, solicitou ao prefeito, via ofício, inúmeras providências e melhorias em relação ao prédio, em caráter emergencial: reparação de telhas quebradas, adaptação de um galpão no pátio para serem usados como salas de aula, entre outros.

Comuns também foram os ofícios solicitando isenção de pagamentos de taxas mensais aos alunos cuja média era acima de 7(sete), ou quando comprovada a impossibilidade financeira.

A questão do processo de equiparação estava prestes a ser concluída, porém correndo o risco de ter fechadas as suas portas, de acordo com ofício nº 076/1953, conforme relatou o prof. Wey Netto ao então prefeito Sr. Emerenciano Prestes de Barros:

[...]cumpre notar que até o presente momento todas as dificuldades surgidas, foram superadas pela Direção do estabelecimento. Chegamos, contudo, a uma situação deveras difícil, e cuja solução, que foi tornada imprescindível, pela Comissão de Equiparação, é o objeto do presente. Vários nomes de professores do Corpo Docente da Escola, foram impugnados por não possuírem o necessário Registro no Serviço do Ensino Normal Livre e Municipal. Várias medidas para a solução desse impasse foram ativadas, sem entretanto, chegar-se a uma solução satisfatória, uma vez que, a referida Comissão permaneceu inflexível, firmando a sua exigência no Registro em questão; chegou mais, a dar um prazo improrrogável de 30 dias a contar de 21 de setembro p.p. para que o processo de equiparação fosse ultimado. Em vista do exposto, e uma vez que a equiparação prende-se exclusivamente à solução do "caso" dos professores, tomamos a liberdade de sugerir a V.S., com a máxima urgência as seguintes medidas:

I) Determinar o imediato afastamento de suas funções aos seguintes professores do estabelecimento:

- a. Jorge Moysés Betti- Sociologia
- b. José Matrigani- Trabalhos Manuais
- c. Esther Bueno de Camargo- Português e Matemática
- d. Zulmira de Barros Vieira- Ciências Físicas e Naturais e História da Civilização Brasileira.
- e. Theodolinda Del Santoro- Desenho Pedagógico.

II) Determinar , ao lado do afastamento pleiteado, para que a Procuradoria Jurídica dessa Prefeitura, estude cada caso de per si a fim de salvaguardar o direito funcional de cada professor.

Esta diretoria indicará, após ato de V.S. os nomes dos professores registrados que passarão a responder como substitutos pelas cadeiras supra mencionadas[...]São essas medidas contudo, fator imprescindível para a continuação do funcionamento da Escola, que caso contrário será fechada. Sendo o que se nos apresenta, subscrevêmo-nos com estima e apreço. Atenciosamente, Otto Wey Netto- Vice diretor.

E no ofício nº 077/1953, de 15 de outubro, o prof. Wey Netto comunicou o prefeito que, tendo cumprido os atos dispostos no ofício anterior, que aqueles professores assinassem ponto somente até o dia 17, e em seguida anunciou os nomes dos novos professores:

Abimael Campos Vieira- Sociologia e História da Civilização Brasileira; Therezinha de Jesus Gomes- Português;
Araldo Alexandre de Almeida Souza- Ciências Físicas e Naturais e Matemática; Maria Dora Darienzo- Desenho Pedagógico;
Horácio Mesquita- Trabalhos Manuais.

Já no ofício nº 83/53, Wey comunicou que, tendo a profª Therezinha “por motivos estranhos” não aceitado a indicação e desinteressado-se pela regência das aulas, a professora Anna Leão Nery, atendeu ao convite e iniciou o exercício em 20 de outubro.

Os ofícios enviados, os recebidos e os memorandos foram canais de comunicação entre a direção escolar e a prefeitura, sendo que boa parte foi redigida pelo secretário escolar, porém quase sempre pensada pelo diretor, e embora boa parte tivesse a função técnica de cumprimento de obrigações, informações, uma outra parte teve a função de levar os anseios escolares de âmbitos profissionais, pedagógicos, propagandístico e reivindicador.

Nessa massa documental, pudemos apreciar visões administrativas diferenciadas, potenciais, fragilidades e dessa forma visualizar e intervir com clareza quanto ao movimento histórico social.

4.3 Relatórios anuais 1954 e 1960: a vez e a voz do diretor?

Encontramos dois relatórios anuais específicos da Escola Normal Municipal “Dr. Getúlio Vargas” datados de 1954 e 1960. Foram datilografados e assinados respectivamente pelo vice diretor e posteriormente diretor, professor Otto Wey Netto.

Fizemos algumas considerações sobre cada relato e suas especificidades, assim como relevamos alguns fatos relevantes em relação ao segundo relato já no ano de 1960.

Os relatórios foram redigidos em tópicos salientando aspectos internos escolares, de necessidades e do andamento e atuação da escola, consolidação da vida funcional no regime de equiparação, destacando que a partir de então houve “acentuado aprimoramento nos processos didáticos, pedagógicos e de orientação vocacional”. Sobre a implantação dos exames de seleção, tivemos o seguinte relato:

Foi-nos grato introduzir pela primeira vez em nossa cidade, e como um dos raros estabelecimentos no Estado, os “exames de seleção”. Tal fato prendeu-

se ao elevado número de alunos que afluíram ao limitado número de vagas disponível no estabelecimento. Os “exames de seleção” realizados para os candidatos à vagas no Curso Pré- Normal e 1º ano do Curso de Formação Profissional do Professor, surtiram os efeitos desejados, salvaguardando uma situação de justiça e equidade à todos os candidatos. Foi mesmo essa medida adotada pela Normal Municipal alvo de considerações em várias revistas pedagógicas do estado e ainda na reunião dos professores de educação realizada na Capital. Firmou assim o estabelecimento um critério que na certa será adotado seguidamente em todos os anos letivos.

Justiça e equidade? É fato ao final da década de 1950, o prédio escolar estava longe de comportar muitos alunos, e a reputação da escola era das melhores possíveis, sendo as poucas vagas oferecidas, almejadas por muitas famílias que tinham filhos em idade escolar primária e secundária. Mas afirmar que os exames de seleção “salvaguardariam situação de justiça e equidade”?

Absolutamente que não. Essa medida na verdade nada mais foi que outro artefato de controle e exclusão não velada, e sim, notória, e ao mesmo tempo, necessária, por conta do grande aumento populacional.

Porém não aos olhos menos avisados da população. Que não teriam como tomar nenhuma providência a favor dos seus, afinal era apenas um pequeno prédio que podia comportar parcela pequena de alunos, considerando os períodos diurno e noturno. O mesmo se deixava ler: é para poucos!

O advento dos exames de seleção foi considerado em revistas pedagógicas da época, mas quem eram os seus leitores senão intelectuais e parcela restrita populacional específica? Quem não gostaria de pleitear e garantir uma vaga na escola normal? Quantos candidatos capazes não ficaram de fora por décadas, visto que de uma média de 125 alunos inscritos, apenas 25 ou 30 alunos eram aprovados?

Isso sem considerar, que se na década de 1930, a Escola Normal Livre de Sorocaba já era para poucos, considerando a população aproximada de 56.987 habitantes, quem dirá na década de 1960, cuja população aumentou para 136.271 habitantes? (GONÇALVES, et al, 2014).

Os que podiam arcar com as mensalidades eram matriculados nas escolas particulares quando na fase do ensino secundário e profissionalizante. Se não, estavam fadados a ficarem fora da escola.

Nesse ano de 1953, comemorou-se o III Centenário da cidade de Sorocaba, e a escola havia sido destaque pelo fato de ter estado presente na maioria das atividades como: palestras, reuniões, conferências e concertos.

Salientamos uma nota quanto ao funcionamento da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, naquele ano mantida pelos cofres municipais:

Em companhia da Escola Normal funcionou no ano findo, no mesmo prédio escolar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras mantida pela municipalidade. Desse funcionamento conjugado muito lucraram os alunos da escola normal que tiveram o ensejo de poder consultar a sua excelente biblioteca. Nada houve de anormal no funcionamento conjugado desses dois estabelecimentos de ensino no mesmo prédio (RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE 1954).

O fato de que os alunos tenham, ainda que temporariamente, utilizado uma biblioteca, foi de grande valia e sorte dos matriculados naquele período, já que a escola normal nunca pode ser provida com uma biblioteca, visto o espaço precário.

Relatou-se sobre a importância das atividades desenvolvidas pelo Centro Normalista “Dr. José Reginato”, cuja meta era angariar fundos para a festa de formatura das escola “a fim de dar a mesma um caráter apolítico sem a necessidade de apadrinhamentos de qualquer espécie”.

Foi evidente a cortesia do redator (vice diretor), em relação a pessoa do prefeito municipal, que alguns anos mais tarde, veio a tornar-se vereador e secretário municipal de educação e saúde, logo, parecendo cultivar interesses pessoais, que viriam beneficiar a própria escola normal, já que não pudemos deixar de destacar a sua competência profissional.

As características apontadas no relatório referente ao ano de 1954, foram cem por cento positivas, dóceis, quase que resignadas, como se não houvesse problema algum permeando o andamento das atividades escolares. Tudo ocorreu na mais perfeita ordem, aos olhos do leitor, que leu o que queria ler, mas será que aos olhos do redator também?

Já o relatório anual referente ao ano de 1960, escrito pelo mesmo professor Otto Wey Netto, já na condição de diretor escolar, foi definitivamente assertivo, crítico e reivindicador, apontando inúmeras falhas, inclusive, da má administração municipal.

Enquanto o relatório de 1954 possui apenas duas páginas, o de 1960 conta com sete páginas, e em várias passagens foi notável o desabafo do diretor.

Iniciou apontando a instabilidade em vários aspectos:

[...]vai o presente relatório redigido com a mesma linguagem clara e franca, pois, achamos que somente a verdade poderá contribuir para a solução dos mais difíceis problemas.[...]o exercício de 1960 neste estabelecimento de

ensino foi considerado fase de transição, pois realmente, neste ano deu-se: posse de novo governo municipal, adoção do sistema de secretarias de administração pública, nosso retorno à frente da direção escolar, cessando uma fase atribulada onde em quatro anos, estiveram em exercício como substitutos, nada menos que cinco diretores[...] (RELATÓRIO ANUAL- 1960).

Em seguida, referiu-se ao total de alunos matriculados, sendo setecentos e cinquenta e nove em todos os segmentos.

A frequência dos alunos apresentou melhora significativa, pelo fato das alterações constantes na legislação do Ensino Normal, que faria com que os faltosos fossem fadados aos exames de segunda chamada.

A implantação do boletim escolar, prática já utilizada nos grupos escolares, e dessa forma os responsáveis controlariam mais eficazmente a frequência dos seus filhos. Parece ou é uma constatação, que alguns alunos já cultivavam o costume das faltas, e ocultavam o fato dos seus pais?

Frisou que apenas na disciplina de Biologia houve necessidade de reposição e aulas devido ao elevado número de ausências da professora titular responsável.

Nesse ano também foi implantada a “Caixa de Cooperação Escolar” (colaboração financeira mensal das famílias para a escola visando pequenas melhorias imediatas), para a qual o diretor teceu inúmeros elogios, pelo fato de não precisar reportar-se ou solicitar à prefeitura materiais miúdos e escolares, dessa forma agilizando o trabalho cotidiano escolar:

O sistema presentemente em vigor, qual seja, todas as compras efetuadas pela “Caixa de Cooperação Escolar”, veio proporcionar: mais rapidez na aquisição de material; compra de material mais adequado, ou seja, o material ideal para o serviço, sem perigo de erro em sua compra, mais economia para os cofres públicos, etc. O sistema da compra direta pelo estabelecimento de todo o material, evita os trâmites burocráticos, e o serviço não sofre qualquer colapso em seu desenvolvimento (idem- 1960).

Esse sistema de cooperação significou uma condição de autonomia ao diretor, ainda que parcial, garantia o lanche escolar aos alunos mais carentes, além de ser uma maneira de colaboração por parte das famílias, e para o diretor, era ainda uma forma de valorizar ainda mais o ensino municipal por parte destas.

Assim, nesse ano, evidenciou o início de algumas melhorias emergentes:

Assim, foram realizados vários melhoramentos, como a construção de uma praça de esportes (retirada do prédio escolar, com vestiários, chuveiros, etc); uma sala para os professores de educação física; uma oficina para trabalhos manuais (que em 1961 estará abrigando o curso pré-primário existente);

bebedouros e filtros para os alunos com capacidade para 250 litros horários; reforma nas instalações elétricas externas; arrumação do pátio; compra de ferramentas; aquisição de material escolar, compra de material suplementar para fanfarra; aquisição de bandeiras, bandeirolas e material para desfile etc.(ibidem- 1960).

A projeção referente à ampliação do prédio apareceu de maneira tímida no relatório de 1954, e muito patente no de 1960, já que o diretor destacou que o movimento tesoureiro do estabelecimento foi o maior de toda a história da escola, envolvendo as arrecadações da “Caixa de Cooperação Escolar”, do “Centro Estudantil Dr. José Reginato”, além das taxas e mensalidades arrecadadas pela Prefeitura, e que foram incorporadas à receita da escola, fato que fez com que a escola prosperasse.

O plano seria a construção imediata de mais oito salas de aula, salão nobre, além de laboratórios e biblioteca.

Nesse relatório houve um tópico referente às sugestões do diretor para melhoria do rendimento escolar. O sistema de exames de seleção já estava implantado há seis anos, e apesar de a escola contar com um alunado seletivo, problemas ainda existiriam, mas a declaração do diretor foi a seguinte:

Rendimento escolar é melhorado com melhores escolas; com melhores professores; com melhor material didático; com melhores métodos de ensino; enfim, com maior poderio econômico. As nações que ocupam em nossos dias os primeiros postos no campo educacional, são aquelas onde em seus orçamentos, as grandes dotações são endereçadas ao ensino em todos os seus aspectos (ibidem- 1960).

Reivindicou em seguida melhoria de qualidade e quantidade de reuniões com a secretaria da educação, criticando a escassez e pauta das mesmas. Inclusive que a discussão de assuntos pertinentes pedagógicos foram nulos.

As poucas que houve foram de cunho estritamente administrativo, questionando o controle da frequência docente e funcional, escala de férias, número de horas aula trabalhadas, enfim, uma problemática estritamente técnica- burocrática.

Sem contar a questão do desânimo do corpo docente em virtude dos baixos salários, e a falta deles em alguns meses, deixando claro que era um assunto nunca discutido pelos governantes.

O diretor demonstrava ter ampla visão do ensino e frisou que o fato da cidade já possuir naquela época uma Faculdade de Filosofia com seção especializada em

Pedagogia, poderia perfeitamente apoiar e desenvolver parceiras com a “máquina escolar municipal”, por meio de pesquisas e elaboração de teses, e a partir de seus resultados, partir para ações plausíveis e assim garantir melhorias no rendimento escolar.

A solicitação de relatórios anuais por parte da prefeitura aos diretores escolares foi uma ferramenta que garantiu a vez mas não a voz os diretores. O conteúdo desses relatórios não eram amplamente debatidos e divulgados e ficavam no plano escola-prefeitura- escola.

No caso da Escola Normal, por exemplo, em se tratando da ampliação, esta só viria ocorrer quase uma década mais tarde, portanto ficou evidente que a educação nunca esteve em primeiro lugar nos planos de governo.

A sociedade veio sofrendo rápidas transformações, porém a escola, apesar de lutas e reivindicações não conseguiu acompanhar, até porque entre tantos quereres, seu poder era pequeno e dependia do poderio e querência dirigente.

Corroboramos com Saviani:

Com efeito, a visão mecanicista inerente às teorias crítico- reprodutivistas considera a sociedade como determinante unidirecional da Educação. Ora, sendo esta determinada de forma absoluta pela sociedade, isso significa que se ignora a categoria de ação recíproca, ou seja, que a educação é, sim, determinada pela sociedade, mas que essa determinação é relativa e na forma da ação recíproca- o que significa que o determinado também reage sobre o determinante. Conseqüentemente, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação (1986, p. 26).

A década de 1960 trouxe mudanças importantes no trabalho desenvolvido na escola normal, e fez-se importante destacar a postura desse diretor, que parece ter sido o que mais trabalhou para que essas mudanças pudessem ocorrer de fato, embora muitas ações projetadas tenham ficado aquém, pelo fato de não depender somente de seus esforços.

Sem dúvida o fato também desse diretor ter tido a oportunidade de atuar não somente na escola, mas em outros âmbitos políticos na cidade, como a vereança e secretarias da prefeitura, e podendo retornar à labuta escolar, oportunizou-lhe contatos para além da cidade, a amplitude dos olhares sobre o que acontecia de fato nos intramuros escolares, sendo de suma importância para a concretização das ações possíveis e esperadas.

4.4 Laboratórios de ver para saber fazer: a escola de aplicação.

As escolas- modelo, preliminares ou de aplicação foram criadas por meio do Decreto de 12 de março de 1890³⁶, com a condição de serem partes integrantes da Escola Normal.

Os normalistas já no terceiro ano, deveriam praticar os ensinamentos recebidos e aplicar seus conhecimentos nessas escolas, daí o nome “aplicação”:

Sobre a Escola- Modelo[...]o livre pensador e reformador paulista Caetano de Campos asseverava seu papel fundamental na formação de professores, considerando-a base de toda a reforma da instrução pública paulista, pois seria impossível ser mestre sem ter visto fazer e sem ter feito, e disso vem a sua importância (PENTEADO E BEZERRA FILHO, 2012, p.78).

De acordo com esses autores, as Reformas da Escola Normal(1890) e da Instrução Pública (1892), foram cruciais para concretizar iniciativas significativas e produtivas acerca do magistério público paulista, que focava um ensino primário bem sucedido, o qual dependia diretamente da qualidade da atuação e formação dos professores normalistas, ou seja:

[...]sem professores bem preparados praticamente e instruídos nos modernos processos pedagógicos e com cabedal científico adequado às necessidades da vida atual, o ensino não pode ser regenerador e eficaz (Decreto nº 27, 12/03/1890 apud REIS FILHO, 1995, p.50).

A escola de aplicação era uma das exigências para o privilégio da tão almejada equiparação.

Tanuri chamou a organização das escolas normais na condição de livres de “simplificadas e modestas”, pelo fato de que não havia dispositivos legais que pudessem prescrever a instalação de escolas-modelo(aplicação) a elas anexadas, objetivando a prática pedagógica, garantindo melhor qualidade na formação docente:

Enquanto as normais do Estado possuíam um grupo escolar e duas escolas-modelo isoladas- uma com a organização das escolas urbanas e outra, das

³⁶ Reforma a Escola Normal e converte em Escolas Modelos as Escolas anexas, ampliando o currículo com ênfase nas matérias científicas, o prolongamento de seu curso para quatro anos e a exigência de uma cultura enciclopédica, a ser avaliada através de exames para ingresso na referida instituição (TANURI, 1979).

rurais destinados à prática de ensino das normalistas, esta seria cumprida pelos alunos das normais livres em grupos escolares da localidade ou, caso existissem, nas escolas primárias anexas à Normal, quando então seria necessária uma autorização da Diretoria Geral da Instrução Pública (1979, p.212-213).

O profissional responsável pela escola de aplicação seria um professor normalista-diretor, nomeado pelo prefeito, e com no mínimo dois anos de experiência no magistério primário. Suas atribuições seriam referentes à coordenação pedagógica, em detrimento da função administrativa, até pelo fato de que o diretor responsável pela escola normal arcaria com tal responsabilidade.

As aulas da Escola de Aplicação na Normal Livre de Sorocaba iniciaram-se no dia 10 de julho de 1931, na gestão do prof. Achilles de Almeida”, denominando-se “Curso preliminar anexo”, e a partir de 18 de julho do mesmo ano passou a chamar-se “Escola de Aplicação anexa”. O diretor responsável nesse período inicial foi o prof. Mário de Almeida, normalista formado na mesma escola, o qual posteriormente tornou-se diretor da Normal por vários anos.

Como afirmou a autora acima citada, existia uma escola de aplicação, neste caso em Sorocaba, porém se pensarmos que nesse ano e nos anos seguintes essa escola ficaria estabelecida improvisadamente numa casa localizada à rua Dr. Álvaro Soares, e nas dependências emprestadas do Ginásio do Estado, pudemos imaginar as possíveis precárias condições e evidentemente não atendendo a praticamente nenhuma das exigências oficiais, exceto o mínimo básico. Apesar desse possível contexto, certamente cumpriu mesmo que às duras penas a parte que lhe cabia, alfabetizando centenas de alunos e contribuindo para melhorar a formação docente.

Os únicos registros encontrados nesse período, referentes à escola de aplicação foram os registros da frequência docente, ou livro ponto, até o ano de 1946, além do único livro de registros de “Atas de exames do Curso Primário Anexo à Escola Normal Livre Municipal”, referente ao período de 1944 a 1963. As primeiras professoras da escola de aplicação foram D. Anna Zizina de Arruda e D. Emília Rodrigues Leite, as quais lecionaram nas duas “classes de 1º e 2º gráo”, ou 1ª e 2ª séries primárias, conforme ilustração abaixo, que mostra o registro do primeiro dia de exercício da escola de aplicação:

Figura 46- Folha nº35 do primeiro livro ponto docente(1931):

10. Julho 1931		35	
Ponto	1º ano	2º ano	3º ano
Portuguezas	Guimarães Torres		
9.9.30			
Musica	Aracy Vrg. Leite	10	Trabalho Pratico
9.9.30			
Langue	Aracy Vrg. Leite	11	Trabalho Pratico
10.10.30			
Francuz	Prof. Vicente Paula Bella		
11.11.30			
2º ano			
Portuguezas e literatura	Abdul Monteiro	10	Trabalho Pratico d'organizacao
12.12.30			
Francuz	Prof. Vicente Paula Bella		
13.1.30			
Geographia e Cartographia	Abdul Monteiro	11	Cartographia
14.11.30			
Mathematica	Abdul Monteiro	12	Trabalho Pratico
15.1.30			
Comunicação (leitura e escrita)	Guimarães Torres		
16.1.30			
Comunicação (leitura e escrita)	Guimarães Torres	13	
17.1.30			
3º ano			
Musica	Aracy Vrg. Leite	11	Trabalho Pratico
9.8.30			
Desenho pedagogico	Prof. Maria Zizina de Arruda	12	Trabalho Pratico
9.9.30			
Organizacao escolar	Aracy Vrg. Leite	13	Trabalho Pratico
10.10.30			
Psychologia pedagogica	Aracy Vrg. Leite	14	Trabalho Pratico
11.11.30			
Comunicação	Aracy Vrg. Leite	15	Trabalho Pratico
12.12.30			
4º ano			
Comunicação	Aracy Vrg. Leite	16	Trabalho Pratico
13.1.30			
5º ano			
Comunicação	Aracy Vrg. Leite	17	Trabalho Pratico
14.1.30			

Fonte: arquivo morto escolar E.M. "Dr. Getúlio Vargas"

A partir de 1º de março de 1932, havia além das classes de 1º e 2º graus, as de 3º e 4º graus, ministradas as aulas pela professora Aracy Rodrigues Leite (esta irmã da professora Emília).

Os horários ministrados na Escola de Aplicação eram os seguintes:

Quadro 15- Horários das aulas na escola de aplicação:

Classes	Horários	Professora
1º grau	8h00 às 11h00	Anna Zizina de Arruda
2º grau	11h00 às 14h00	Emília Rodrigues Leite
3º e 4º graus	14h00 às 17h00	Aracy Rodrigues Leite

Fonte: Elaboração própria: Primeiro livro ponto docente- arquivo morto escolar.

D. Anna Zizina de Arruda, lecionou até exatos 04 de março de 1932, sendo substituída pela professora Maria Christina Ferreira a partir de 09 de março até o dia

16 de abril de 1932, quando retornou ao exercício do cargo, e acreditamos que seu afastamento naquele período deu-se por conta de algum tipo de licença.

A prof^a D. Anna Zizina de Arruda casou-se alguns anos mais tarde com o prof. Achilles de Almeida (diretor da Escola Normal no início dos anos trinta), e o nome da sua pessoa imortalizou-se no terceiro Parque Infantil de Sorocaba, localizado no bairro Largo do Divino, criado no ano de 1957, hoje CEI-03 “Dona Zizi de Almeida”, levando seu apelido e sobrenome de casada.

Já em alguns anos durante a década de 1940, o corpo docente era formado por:

Quadro 16- Equipe docente da Escola Primária na década de 1940:

Curso primário	Professores
1º ano	Desolina de Souza
2º ano	Maria de Lourdes Fasano
3º ano	Guiomar Verano
4º ano	Esther Bueno de Camargo

Fonte: Elaboração própria: Livro ata de exames finais da Escola primária (arquivo morto escolar).

Destacamos o fato de que a equipe docente da escola primária nesse período foi constituída por quatro professoras formadas pela Escola Normal Livre Municipal, como veremos em tópico posterior, todas na faixa etária dos trinta anos de idade, como mostrou o quadro acima (década de 1940). Verificamos a faixa etária nos registros dos diplomas das referidas professoras.

A nomenclatura foi alterada para “escola primária” e não mais “escola de aplicação”, além da divisão das turmas em anos e não em graus.

A direção da escola primária passou para as mãos da prof^a Anna Maria Augusto Rosa, no dia 11 de maio de 1945, cujo cargo era assistente. Essa professora, também formada pela Escola Normal Livre de Sorocaba, já havia lecionado na primária como substituta, e sua coordenação pedagógica exemplar perdurou por quase três décadas, como pudemos constatar por meio dos mapas de movimento.

Nos anos cinquenta, parece que somente a escola de aplicação não deu conta de atender à demanda de professorandos, sendo que estes foram estagiar e aplicar seus conhecimentos também nos grupos escolares estaduais.

No curso primário anexo funcionavam quatro turmas, sendo uma de 1º, 2º, 3º e 4º anos. O processo de alfabetização deveria ocorrer já no 1º ano, e foi a turma que

mais reteve seus alunos. Eram os conservados. A média de aprovação dos 1º anos dava-se em torno de 60% ano. Até o ano de 1945, esses alunos eram avaliados por meio da aritmética, linguagem escrita e leitura apenas, o que traduz bem o básico “ler, escrever e contar”.

Já os alunos dos demais anos passavam por testes de Aritmética, Português, Geografia e cartografia, História, Ciências e Leitura. A média de aprovação girava em torno de mais de 75% por ano.

O termo final de exame era redigido pela diretora da escola, Profª Anna Maria Augusto Rosa, e os mesmos eram realizados em meados do mês de novembro:

[...] realizaram-se os exames finais deste curso primário, com a assistência das respectivas professoras e sob a presidência da diretora, profª Anna Maria Augusto Rosa. A escola alcançou o seguinte resultado geral: porcentagem de alfabetização 61,76%(sessenta e um inteiros e 19 centésimos); Total de examinados 82 (oitenta e dois); Total de promovidos 64(sessenta e quatro); Concluíram o curso 15 (quinze). Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata que segue assinada por mim e professoras (ANNA MARIA AUGUSTO ROSA. Sorocaba, 22 de novembro de 1949.

Além de mais reprovar, as turmas de 1º ano eram as mais lotadas, com cerca de 35 alunos. Em todos os anos, caso o aluno faltasse ou estivesse doente no dia dos exames, estava automaticamente conservado(reprovado).

As turmas dos anos finais mantinham um número adequado de alunos, em torno de 25 a 26 alunos, tanto que o índice de aprovação sempre passava de 80%. Ao contrário dos anos iniciais, 1º e 2º, a taxa de reprovação podia chegar aos chegava aos 53% numa turma de 35 alunos por exemplo.

Havia classes mistas, masculinas e femininas, e o corpo docente mante-se com os mesmos nomes por vários anos, entre eles: Maria de Lourdes Fazano, Celeste Stella Campos Maia, Desolina de Souza, Maria Antonieta Melchior, Maria dos Santos Pires do Amaral, Margarida Maria Ferraz (que veio a falecer neste ano, na cidade de Sorocaba, com 91 anos de idade).

Durante a década de 1950, foi visível o aumento de alunos por turma, chegando até quarenta e oito, como a turma do 4º ano misto da profª Maria Margarida Ferraz, curiosamente com quarenta e sete aprovados. Assim aumentou também o número de professoras substitutas.

Os termos de exames finais, como o do ano de 1956, diziam:

[...]realizaram-se os exames finais deste Curso Primário com a assistência das professoras, das substitutas regentes de classes e das normalistas especialmente indicadas, e sob a presidência da diretora, profª Anna Maria Augusto Rosa[...].

Resta-nos pensar se esse aparato humano ocorreu diariamente ou somente por ocasião dos exames finais, certamente para garantir um controle e aprendizado mais eficiente dos alunos, e assim evitar fatos indesejáveis, como a possível “cola”?

E se no dia-a-dia as professoras eram fadadas a reger classes com essa quantidade absurda de alunos, ficou fácil compreender o porquê de tantas professoras substitutas.

Esse livro registrou dezoito anos de trabalho com as turmas do ensino primário, realizado por um corpo docente e de apoio essencialmente feminino. Embora a escola primária fosse anexa à escola normal, pareceu uma escola totalmente independente, realizando um trabalho também independente, já que não verificamos nenhum visto ou parecer dos diretores, que nesse período foram pelo menos três.

Lembramos que o trabalho da diretora da escola primária deveria ser especialmente voltado ao pedagógico, e o do diretor da escola normal deveria abranger tanto o pedagógico quanto o administrativo.

O fato é que a profª Anna Maria Augusto Rosa sempre procurou fazer juz a um trabalho sério, e certamente não mediu esforços para garanti-lo. Inclusive nesse mesmo livro, houve dias em que a própria Anna atuou como professora substituta.

Todas as atas finais foram redigidas por ela mesma, e cada professora tinha a incumbência de redigir a da sua turma. Esse trabalho ocorreu durante todos os meses de novembro.

É fato também que esse corpo de mulheres professoras detinham muita garra e conquistaram o respeito de boa parte dos alunos que passaram por suas mãos, assim como das famílias, que apesar de atuarem perante a escola invisivelmente, cumpriram o seu papel de educar.

Mas incoerências gritantes também foram registradas: em 1959, uma classe de 2º ano mista, regida por uma professora substituta, com 22 alunos, teve uma porcentagem de aprovação de apenas 40%, ou seja, apenas 9 alunos aprovados!

No mesmo ano, uma observação ao final dos registros de uma das atas de 1º ano, dizia: “O aluno José Dimas Bessórnia, por estar doente, não compareceu aos exames finais. Foi julgado pelas provas mensais do 2º semestre, foi conservado”.

A questão da retenção não era uma regra, entretanto aprovar 100% da turma era uma exceção: A prof^a Celeste Stella de Campos Maia, por exemplo, lecionou por mais de trinta anos, foi a que menos faltou e a que menos reprovou seus alunos.

Ela trabalhava com os anos finais (4^o e 5^o anos primários). Foi comum verificarmos suas atas e constatarmos a aprovação total de suas turmas. Lembrando que as turmas na maioria das vezes iniciavam com cerca de 35 alunos, e no ano final podiam chegar a 18 ou 20 apenas.

Em contrapartida, a prof^a Desolina de Souza (que atuou com o ano inicial, alfabetização, foi uma das que mais reprovou. Certamente sua responsabilidade em “mandar adiante” essas crianças, pode ter feito com que agisse de maneira a acreditar que estava fazendo um bem a esses alunos. Ou não.

Como os registros das avaliações foram sucintos e numéricos, não deixando transparecer que estratégias didáticas eram ou não utilizadas pelas docentes, quisemos acreditar que essa professora em especial utilizou-se das melhores estratégias. Ou as que melhor atingiram a grande maioria dos seus alunos.

Outros fatos relevantes sobre a Escola Primária: as classes poderiam ser mistas, masculinas ou femininas. Da média de 84 alunos matriculados em todos os anos até 1950, a partir de 1951 vai para 139, sendo um aumento de 64%. A partir de 1953, o 5^o ano final passa a existir. Reiterando: 1^o e 2^o anos: maiores taxas de reprovação. 5^o ano: 100% aprovação. As professoras substitutas são atrizes protagonistas todos os anos. Em 1955, a média de 152 alunos matriculados aumentou para 212, num total de 62%. Em 1956: de 212 para 239.

Em 1957: classes com até 48 alunos matriculados, inclusive nos anos iniciais. Foram sete turmas, 281 alunos. Oito turmas em 1958 e um total de 295 alunos.

O programa didático dos anos iniciais (1^o Alfabetização e 2^o ano): linguagem escrita, aritmética, conhecimentos gerais e leitura. Demais séries: linguagem escrita, matemática, conhecimentos gerais e leitura.

Quanto às duas turmas do pré- primário, encontramos apenas o registro nesse mesmo livro, de atas escritas pela prof^a Anna Maria A. Rosa, de visitas a essas classes, em 30 de novembro e 14 de dezembro de 1959, os quais resolvemos transcrever pela riqueza da especificidade dos detalhes e revelações:

No dia trinta de novembro de um mil novecentos e cinquenta e nove, realizei uma visita à classe pré-primária de primeiro grau sob a regência da prof^a Maria Coraly Genofre de Carvalho, para verificar o trabalho realizado pela dita

professora no correr do ano de um mil novecentos e cinquenta e nove. Ao findar o ano letivo eram 32 os alunos matriculados, não estando entretanto, todos presentes. A professora da classe expôs os trabalhos executados pelos alunos, em madeira, papel, massa, caixas de fósforos, pausinhos de sorvete e outros materiais usuais. Muitos deles eram pintados em guacho. Em seguida os alunos apresentaram números de recitativo e cantos, aprendidos em classe. Examinando os trabalhos e mais os caderninhos de desenho e pintura e em palestra com a professora, verifiquei que cinco alunos se destacavam pela aplicação e capricho: Wilson dos Santos Corrêa, Alzira Teresinha Martins, Wally Martinelli, Lúcio Ângelo Rosa, Cleni Aparecida Mentone. Com exceção de seis alunos que continuarão no jardim, ou melhor, no primeiro grau do pré- primário, os demais passarão a frequentar o ano seguinte o segundo grau. Devo anotar também alguns trabalhos realizados pela professora, para decoração da classe, durante o estágio de dez dias, que fez nos parques infantis da cidade. De tudo para constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada. Sorocaba, 30 de novembro de 1959. Anna Maria Augusto Rosa, diretora (ANNA MARIA AUGUSTO ROSA, 30/11/1959).

Nesse primeiro registro, pudemos enfatizar o caráter lúdico, artístico com trabalhos manuais e utilização de sucatas, a retenção (as crianças tinham apenas 4 anos de idade), assim como destaque aos alunos aplicados, e realização de estágio nos parques infantis da cidade, os quais foram arquitetados para atender a essas crianças menores, afinal tínhamos um parque dentro de uma grande escola, o que remeteu-nos à constatação de que o tempo e espaço para essas crianças foi por demais prejudicado, já que literalmente nunca houve um parque dentro da escola para os momentos de lazer externos.

Os registros da visita a outra classe pré- primária do segundo grau (hoje pré I e pré II- 4 e 5 anos de idade), diziam:

No dia 14 de dezembro de um mil novecentos e cinquenta e nove, realizei uma visita à classe pré-primária do segundo grau, sob a regência da profª substituta Maria das Graças Morais Arruda. A titular profª Berenyce Santana achava-se licenciada, por três meses. A profª substituta apresentou os cadernos de caligrafia, desenho, linguagem, ou melhor, cópia e contas. Verifiquei em todos eles, capricho e esforço da parte dos alunos e correção e notas, da professora dadas com cuidado e constância. Entre todos pude destacar como melhores, os cadernos dos alunos: Dirceu Doreto, Maria Regina Mendes, Ana Lúcia Amaral Silva e Maria Lúcia dos Santos Pires do Amaral e mais oito alunos também bastante aplicados; seguiam-se dezoito alunos médios e seis alunos fracos. Por idade todos eles frequentarão no ano que vem as aulas do primeiro ano primário. As crianças apresentaram cinco canções novas: Gatinhos, Nha Chica, Jumento, Sapo e Brasil. Foi a parte que mais despertou minha atenção e mesmo admiração pois era patente o cuidado que tivera a professora na escolha e no ensino dessas cançõezinhas. De tudo para constar, lavrei a presente ata que vai por mim assinada (Sorocaba, 14 de dezembro de 1959. ANNA MARIA AUGUSTO ROSA-DIRETORA).

Essa era a classe das crianças de 5 anos. Em relação ao relato anterior, houve fortes evidências de um caráter escolar propriamente dito: a caligrafia, cópias, contas, correções, notas e a questão da aplicação. Alunos fortes, medianos e fracos. A diretora afirmou que pelo quesito idade, todos iriam frequentar o primeiro ano primário no ano seguinte, mas estariam fadados certamente à retenção, os dito alunos fracos.

Todos esses indícios revelados conferiram à essas fontes históricas um estatuto de um papel revelador de culturas escolares específicas e destacaram aspectos que pudemos identificar nesses registros ordinários da escola, no caso, nesse livro de registro de atas de exames finais.

A escola de aplicação na sua organização, no seu funcionamento compôs uma multiplicidade de traços culturais, caracteres e valores que estão na base da cultura dessa instituição, representados, de acordo com Viñao Frago (2000), por inúmeros elementos constituidores das culturas escolares, tais como, o papel desempenhado pelos professores e alunos, os modos de comunicação, de registros e a especificidade do atendimento às crianças de tenra idade. E outro detalhe relevante: liderada somente por mulheres.

Como explanamos, a década de 1950 foi marcada por grandes mudanças na estrutura da escola normal. Tornou-se finalmente equiparada, retornou o funcionamento do ginásio, a escola normal passou a ser noturna, levou o nome oficial de “Getúlio Vargas”, portanto, pudemos afirmar que urgiu pensarmos em mais de uma cultura escolar, ou em elementos dessa cultura, por conta dessas singularidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967), laica, foi a pioneira e única na formação de professores primários na cidade de Sorocaba até a década de 1940.

Estabeleceu-se no seio conjuntural de intempéries sociopolíticas partidárias e econômicas, num momento histórico em que a indústrias começavam a instalar-se na cidade. Após esse período, algumas escolas normais particulares (Instituto de Educação Santa Escolástica, Ciências e Letras, Organização Sorocabana de Ensino e o Curso Normal vinculado ao Ginásio do Estado) foram instaladas na cidade, porém a Normal Livre continuou destacando-se perante as demais, pois já havia conquistado prestígio entre a população sorocabana e da região.

Nos seus primeiros quinze anos, professores, lentes catedráticos, bacharéis e outros especialistas formaram o corpo docente. A presença de professoras ainda era tímida em relação aos professores do gênero masculino. A Escola de Aplicação (Escola Primária anexa à Escola Normal Livre) foi criada em 1931, e a equipe administrativa e docente dessa escola passou a ser feminina.

Esses anos iniciais garantiram a construção de seu prestígio e suas culturas, visto que inúmeras escolas primárias que viriam a ser criadas posteriormente levariam o nome dos primeiros docentes da Normal Livre, e esse evento perdurou por várias décadas. Atendeu a uma população de classe média, que não era a maior parte da população, pois eram oriundos da região central da cidade de Sorocaba, formada por filhos de comerciantes, professores, negociantes, políticos, ferroviários, sendo que a maioria desses alunos era mulheres.

Como a escola tinha o caráter “livre”, verificamos várias transferências de alunos durante a década de 1930, para escolas normais estaduais oficiais (Itapetininga, São Carlos, São Paulo, Campinas, entre outras, pelo fato de as famílias desacreditarem na idoneidade dos diplomas por ela expedidos, e por acreditarem que o termo livre significava que os alunos não precisavam manter frequência obrigatória. Mas essa situação reverteu-se com o auxílio da imprensa por meio dos esclarecimentos do professor Fleury, personalidade relevante desde a fundação da escola até 1943, como citamos no trabalho.

Após sua criação, em 1929, a escola normal livre amargou vinte e quatro anos na expectativa da equiparação com as oficiais estaduais, e treze anos aguardando prédio próprio, que continuou instável em relação ao prédio pioneiramente projetado.

Equiparar-se às escolas normais oficiais do estado sugeria garantir autonomia e emancipação em relação ao próprio Estado, sendo seus diplomas devidamente validados. Essa questão incomodou-nos durante todo o percurso da pesquisa, e concluímos que, mesmo quando veio ocorrer de fato a equiparação, em 1954, após todo esse tempo, várias exigências ainda não tinham sido atendidas e não foram enquanto escola normal.

A escola foi ampliada somente ao final da década de 1960, quando já era Instituto de Educação. Por que então tanto tempo de espera?

A planta predial arquitetada inicialmente por Bierrenbach não foi considerada por inúmeras razões, entre elas, condições financeiras insuficientes e pelo fato de, desde o início, o projeto não ser prioridade. Pudemos comprovar essa afirmação, pois sua criação deu-se como “anexa” ao Ginásio Municipal, no final da década de 1930, e quando houve a doação do terreno para sua construção, o foco foi o Ginásio do Estado, que foi primeiramente construído, restando uma extensão mínima, que não comportaria o projeto inicial de qualquer maneira.

A planta posteriormente considerada e construída (a qual não encontramos), comportou apenas seis salas de aula, fato que fez com que no início da década de 1950, a escola normal funcionasse no período noturno, por conta da volta do Ginásio Municipal, nesse mesmo prédio, assim permanecendo até a sua extinção: Escola Normal Livre “anexa”, “Colégio e Escola Normal”, num indício de segundo plano, fato que não impediu seu reconhecimento e cumprimento possível do seu papel socioeducacional com o passar do tempo.

Formou cerca de mil alunos, com significativo público do gênero feminino, embora a partir da década de 1940 esse número quase equiparou-se com o gênero masculino, conforme os dados apresentados, fator que não garantiu que esses jovens fossem atuar no magistério primário.

O interesse deles e das famílias, na verdade, era garantir o ensino secundário profissionalizante e a partir daí, partir para outras ocupações ou graduações.

Dessa maneira, esse fato não descaracterizou o fenômeno histórico de feminização do magistério primário, já que quem de fato acabava por atuar na profissão, a maioria, continuava sendo as mulheres.

Essa instituição educativa ampliou a oportunidade de prosseguimento de estudos para os concluintes do curso ginásial, com perspectivas de ingresso no magistério primário dos grupos escolares e escolas isoladas rurais da região de Sorocaba, além do aprimoramento cultural, em especial às mulheres.

Esse fato não descaracterizou o fenômeno histórico de feminização do magistério primário, já que, quem acabou por atuar na profissão, foram em sua maioria as mulheres.

Socialmente, o magistério era praticamente a única profissão “autorizada” para as mulheres, pois não interferia na vida doméstica e familiar, e também pela hipótese de a mulher ser naturalmente dotada de especificidades necessárias ao bom desempenho no magistério e conseqüentemente com as crianças (amor, bondade, cuidado, dedicação), embora nem sempre isso fosse uma regra.

Apesar de não termos encontrado fontes históricas por meio das quais pudéssemos analisar os programas de ensino, percebemos pelos livros ponto, que, de acordo com as disciplinas ministradas, os conteúdos eram considerados válidos social e historicamente visando serem apre(e)ndidos por futuros docentes, marcando o tipo de professor/a que se pretendia formar para educar os futuros cidadãos sorocabanos.

As contradições desvendadas e problematizadas na reescrita da história dessa escola, com vasto apoio teórico, possibilitou o descortinamento do interior de sua “caixa preta”, trazendo a compreensão de como se deu a formação de suas culturas escolares, por conta de todas as variantes sociais e políticas que desembocaram no interior dos muros escolares, em especial da Escola Normal Livre Municipal.

Nossas análises realizadas em torno da “geografia documental” encontrada possibilitou a construção de boas flechas, visto que não pudemos garantir apenas madeira de qualidade, por conta das próprias lacunas das fontes não atinadas. Por outro lado, toda as fontes históricas disponíveis trouxeram, além de questionamentos, respostas que procuramos elucidar no decorrer da pesquisa, e dessa forma, compreender o que fazer com o que foi feito da escola.

A Escola Normal Livre sempre possuiu autonomia parcial. Em alguns períodos, essa autonomia pareceu nula, e a metáfora do funil, embora não citada, foi lembrada em todos os capítulos. Autonomia esta, hierarquizada, sendo o Estado como a base maior do funil, na dissipação, seguido pela prefeitura, e a escola como a extremidade menor, apertada e pressionada.

O professor normalista Renato Sêneca de Sá Fleury cumpriu papel social e político determinante no período de 1929 a 1942, atuando diretamente na criação, implantação e solidificação do trabalho na Escola Normal. Assim como no período de 1943 a 1965, o professor Otto Wey Netto, de perfil visionário social e político cumpriu um relevante papel de feitos e ações que contribuíram com o progresso escolar.

Alguns dos vestígios da(s) cultura(s) escolar(es) produzida(s) e inculcada(s) por essa instituição escolar que foram instituídas para si, seus agentes e para a sociedade na qual estava inserida foram entre tantos: alta rotatividade de prefeitos (aproximadamente 27), e como consequência: uma alta rotatividade de diretores (homens): catorze(14) em 38 anos de história, fato que veio influenciar diretamente o cotidiano da escola normal.

A manutenção do *status quo*, mesmo diante de fortes tensões (baixos salários, atrasos, pressões), não transpareceu à sociedade. Os dispositivos (escolares) de controle, referentes às fontes documentais históricas, que de acordo com Agamben (2005): “[...] tudo que de alguma maneira possa capturar, determinar, modelar, interceptar, controlar, além de assegurar gestos, condutas, comportamentos, opiniões e discursos humanos”, sendo esses dispositivos: o prédio escolar, a condição de “Livre”, o Estado, a Prefeitura, os Diretores, os Professores e Funcionários, os Alunos, as Fontes Históricas, A consolidação de um ensino dito de qualidade (para poucos), os exames de admissão a partir da década de 1950 (classificando e excluindo), além do problema do absenteísmo docente desde a criação, o que nos levou a concluir que esse problema é inerente à profissão docente, evidente que não de maneira generalizada, porém de forma relevante. Também a criação do caixa de cooperação escolar, artifício apelativo, oriundo das “campanhas do tijolo” já que a mantenedora, neste caso a Prefeitura, nunca conseguiu de fato arcar com essas escolas.

Da mesma forma não podemos desconsiderar que o poder municipal teve forte e positiva influência nos avanços alavancos da educação sorocabana, visto que, o crescimento populacional da cidade de 1930 até 1960, aumentou em 140%, ou seja, de 56.987 para 136.271 habitantes, aumentando as dificuldades e desafios socioeconômicos e educacionais.

Mesmo assim não se deixou abater, e diante de todas as fragilidades apontadas, pode cumprir o seu papel socioeducacional, até porque, não sendo para todos, a cidade não precisava somente de professores, e em parceria com o Estado, é que podem ter descumprido parte essencial do seu papel, não priorizando a

educação e deixando a cidade desprovida de um número adequado de escolas. Definitivamente, áreas prioritárias, em especial a educação, não acompanharam o crescimento exacerbado da cidade.

Esperamos que estas investigações possam motivar outras pesquisas relacionadas à história das instituições escolares, inclusive na prolongação da história da dessa escola num período histórico posterior, por meio de outro arsenal de fontes, alçando e ampliando o olhar diante de novas perspectivas na intenção do aprimoramento da compreensão da história da educação sorocabana.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Ilha de Santa Catarina. 2º semestre de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: abril/ 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & O que é um dispositivo?** Coleção: Grandes Temas, nº 21. Chapecó, SC: Argos, 2014.

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba:** (1889 – 1930, da queda da Monarquia ao fim da primeira República). Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994. vol.2.

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba:** (1931-1954, do fim da primeira República ao suicídio de Vargas. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1995. vol. 3.

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba:** da fundação à Proclamação da República. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999. vol.1

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da escola normal paulista(1846-1920) - Revendo uma trajetória. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.76, nº 184, p. 665-689, set./ dez. 1995.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1889-1930). **Revista Educar**, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009.

ALMEIDA, Jane Soares de. DURAN, Marília Claret Geraes. Quem tem saudade da Escola Normal? **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-81, jan./jun. 2010.

ALMEIDA, Aluísio de. História de instrução em Sorocaba (1660- 1956) Estudos Regionais Paulistas. **Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**, SP: Shekinah, 1989.

ALTHUSSER, Louis, 1918. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE/ Louis Althusser; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDREOTTI, Azilde de Lima, LOMBARDI, José Claudinei , MINTO, Lalo Watanabe, (Orgs) - **História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas, SP: Alínea, 2012.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARÓSTEGUI, Julio. **Pesquisa Histórica - teoria e método** – Coleção História – EDUSC. 2006.

AZANHA, José Mário. P. Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas. **Revista USP**- SP. dez./ jan./ fev.1990-1991.

BARREIRA, Luiz Carlos. Contribuições da história da escola pública sorocabana para a história da educação brasileira. In LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval. e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas: Autores Associados, 2005. 254 p. (Coleção memória da educação).

BOSCHETTI, Vânia Regina, FERREIRA, Valdelice Borghi. Imprensa operária: expressão das condições da mulher e dos movimentos sociais urbanos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p. 169-181, jun/ 2011.

BOSCHETTI, Vânia Regina. SANDANO, Wilson. Escola Normal Municipal de Sorocaba: ideias e raízes. In: CARMO, Jefferson Carrielo do. et al. (Orgs.). **Instituição escolar na diversidade: políticas, formação e práticas pedagógicas.** Campinas , SP. Mercado das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2003

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2002.

BUFFA, Ester. A questão das fontes de investigação em História da Educação. **Série Estudos.** Campo Grande. MS. n. 12. p. 79 - 86. jul/dez. 2001.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar?** 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

CARMO, Jefferson Carrielo do. et al.(Orgs.). **Instituição escolar na diversidade: políticas, formação e práticas pedagógicas.** Campinas , SP. Mercado das Letras, 2014.

CARVALHO, Renato Gil Gomes de. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana de Educación,** 2006.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 309-331, abr. 2011 - ISSN: 1676-2584.

CASTANHA, André Paulo. **Retornar às Fontes: desafios histórico-educativos**. In História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica/ organizadores João Carlos da Silva, et al. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis, Vozes, 1997.

FARIA FILHO, Luiz Mendes de; GONÇALVES Irlen Antonio. et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Márcia dos Santos. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1961)**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. 2001.

FERREIRA, Valdelice Borghi; SANDANO, Wilson. Educação Escolar e Movimentos Sociais em Sorocaba, no Início da República (1889 - 1920). In: **Revista HISTEDBR on line**, Campinas, n. 27, p.172-178, set. 2006.

FLEURY, Renato Sêneca. **História do “Getúlio Vargas”**. Artigo constante de recorte de jornal, sem indicação e data, encontrado nos arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926 - 1996)**. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 3).

FURTADO, Alessandra Cristina. A cultura escolar católica e a formação docente na escola normal livre Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP, 1944-1970. **Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

GATTI JR., Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: Edufu, 2005. (Coleção Memórias da Educação).

GONÇALVES, Júlio; GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano. Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro ginásio público de Sorocaba. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 27, set. 2007, p. 179-199.

GONÇALVES, Júlio; GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano. **Entusiasmo tardio: a história do primeiro ginásio público de Sorocaba no contexto da educação brasileira**. Universidade de Sorocaba. Uniso. 2007.

GONÇALVES, Antonio Gabriel Cerqueira. et al. A transformação do município de Sorocaba e a interferência nas relações socioambientais da população no período de 1654-2014. Iniciação - **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística** - Edição Temática: Sustentabilidade. Vol. 4. n. 2 – Ago. 2014.

GONZALES, Jorge Luiz Cammarano; SANDANO, Wilson. A Formação da Educação Escolar Pública em Sorocaba 1850-1880. In: **Revista HISTEDBR on-line**. Campinas, n. 16, p.36-60, dez. 2004.

GONZALES, Jorge Luiz Cammarano; SANDANO, Wilson. A formação da educação escolar pública em Sorocaba - um balanço preliminar. In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil, 2006, Campinas/SP. **V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - História, Sociedade e Educação no Brasil**. Campinas/SP : HISTEDBR, v. 1. p. 1-9. 2006.

GONDRA, José Gonçalves. (org.). VIEIRA, Carlos Eduardo. et al. **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INGENIEROS, José. **O homem medíocre**. Tradução: Lycurgo de Castro Santos: [ilustrações Rita]. 2ª Ed. São Paulo: Ícone, 2012.

INOUE, Leila Maria. **Igreja católica e formação de professores em São Paulo: a Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus(1943)**, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2014.

JORNAL CORREIO DE SOROCABA: **Edições do ano de 1930**. Gabinete de Leitura Sorocabano.

JORNAL CORREIO DE SOROCABA: Edição de março de 1930: **O ensino secundário**. Redator: Carlos Correia. Gabinete de Leitura Sorocabano.

JORNAL CORREIO DE SOROCABA, SALLES, Diogo Moreira. Edição de agosto de 1927).

JORNAL CORREIO DE SOROCABA, Redator: Carlos Correia. Edição 1º de janeiro de 1928.

JORNAL DIÁRIO DE SOROCABA (Arquivo Cruzeiro do Sul) - **História da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”**. 28-08-1977.

JORNAL: OPÇÃO. **Nossa história...** agosto/1978.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL, MEMBROS PRP, 28/01/1928.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. **Educação e ensino**: 06/02/1936.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba. SP.: **Educação e ensino**: 03-06-1949.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba. SP. **Primeiros mestres sorocabanos comemoram seu “Jubileu de Ouro”**. 17-12-1982.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP : **25 anos depois**. 20-11-1983.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP: **“Getúlio Vargas” comemora hoje seu aniversário**. 16-03-1984.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP: **Formandos de 1946 da Escola Normal, 40 anos depois**. 16-12-1986.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP: **Liberada verba para a escola profissional**. Rogich Vieira. 21-05-1990.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP:: **“Jubileu de Ouro- maior turma do “Normal” celebra os 50 anos**. 21-08-1994.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL ed.30.000. Sorocaba, SP: **Série de suplementos especiais do jornal Cruzeiro do Sul**, Fascículo 13, 4 set. 2005.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP, ano 104, ed.3816, 2 abr.2007.

REVISTA CIDADE: 15-08-2005: **A importância da tradicional escola municipal**.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista brasileira de história da educação**. Nº 1. Jan./jun. 2001

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas. Editora da UNICAMP, 2013.

LIMA, Idelsuite de Sousa. **A cultura escolar e a pesquisa em história do currículo**. Revista Espaço do currículo, v.3, n.1, pp. 275-282, Março de 2010 a Setembro de 2010.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO Vânia Carneiro de. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). **O historiador e suas fontes**.— 1. ed., 2ª reimpressão.- São Paulo: Contexto, 2012.

LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. Nascimento, Maria Isabel Moura. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP.: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná(UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.- (Coleção Memória da Educação).

LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura.(orgs.)- **A escola pública no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, 2005. – (Coleção Memórias da Educação).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional.** SANFELICE, José Luis., LOMBARDI, José Claudinei. e SAVIANI, Dermeval. Orgs. Campinas. SP. Autores Associados, HISTEDBR, 1999- Coleção educação contemporânea.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista. Editora universitária São Francisco. 2004. 178 p. (CDAPH- Série historiográfica).

MARRACH, Sonia. **Outras histórias da educação: do Iluminismo à indústria cultural(1823-2005)**- São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MENON, Og Natal. Educação em Sorocaba de 1768 a 1920. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, v. 23-24, 1998.

MENON, Og Natal. **Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República.** São Paulo: PUC, 2000(Tese de Doutorado).

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. O significado da educação pública no Império (Paraná-Província). In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise** – objetos e fontes. Belo Horizonte: Edições HG, 1999. p. 87-94.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Vidal, Diana Gonçalves. Araujo, José Carlos Souza.(orgs.). **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)** – Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.- Coleção Memórias da Educação.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação: A construção da memória educativa. Sísifo. 2006. **Revista de Ciências da Educação**, 1, pp. 71-84

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (et. al.) Outros organizadores: Sandano, W., Lombardi, J. C., Saviani, D. **Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica** – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR:UEPG, 2007. – Coleção Memória da Educação.

NORONHA, Olinda Maria. Historiografia da instituições escolares: contribuição ao debate metodológico. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Nascimento, Maria Isabel Moura. et al (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.- Coleção Memória da Educação.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos.**- São Carlos, SP, EDUFSCar, 1996.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: **Navegando na história da educação brasileira**. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: abr. 2014.

NÓVOA, Antonio. **Instituto Histórico da Educação**. Lisboa: Ministério da Educação. 1997.

NÓVOA, Antonio. **História da Educação**: novos sentidos, velhos problemas. In: MAGALHÃES, Justino Pereira (org.). Fazer e ensinar a história da educação. Braga, Universidade de Minho, pp.35-54. 1998.

NÓVOA, Antonio. **As organizações escolares em análise**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

NÓVOA, Antonio. **Para uma análise das instituições escolares**. Alexandre Ventura . 1999.

OLIVEIRA, Regina Tereza C. de. **Legislação educacional como fonte da história da educação brasileira**. Texto elaborado para a Vídeo Conferência organizada pelo HISTEDBR e apresentado na Faculdade de Educação/UNICAMP, em 29.09.2005.

ORSO, Paulino José. **História, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação**. In História da Educação: arquivos , instituições escolares e memória histórica/ organizadores João Carlos da Silva, [et al.]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

PENTEADO, Ana Elisa de Arruda., BEZERRA NETO, Luiz. As reformas educacionais na Primeira República (1889-1930). In ANDREOTTI Azilde Lima., LOMBARDI, José Claudinei ,MINTO, Lalo Watanabe. (orgs). **História da administração escolar no Brasil**: do diretor ao gestor. Campinas, São Paulo: editora Alínea, 2012.

PETITAT, André. **Reprodução da escola, reprodução da sociedade**. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTO, Adriana Aparecida, VALDEMARIN, Vera Teresa. Das lições de coisas à escola nova: ideias em expansão? **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013

PINTO JUNIOR, Arnaldo. Como Sorocaba virou a “Manchester Paulista”? **Jornal da Unicamp**. Universidade Estadual de Campinas – 3 – 16. abr. 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tânia Regina de(orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Revista Educar**, Curitiba, n.18, p.13-28. 2001. Editora da UFPR.

REIS FILHO, Casimiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira L.; SILVA, Elizabeth Farias da. e SILVA, Maria Aparecida A. Jornal como fonte: uma das pontas do iceberg nas narrativas em história da educação. **Cadernos de História da Educação** – v. 13, n. 1 – jan./jun. 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RONDELLO, Pedro Alexandre.; BARREIRA, Luiz Carlos. **Escola, poder e exclusão social: práticas de exclusão na escola pública primária sorocabana nos anos 60 do século XX : uma contribuição para a história das práticas de exclusão sociais**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba. Sorocaba. SP. 2007.

SANDANO, Wilson. GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. A formação da educação escolar pública em Sorocaba. **Cadernos de História da Educação (Uberlândia)**, v. 5, p. 27-41, 2006.

SANDANO, Wilson. A escola em Sorocaba no final do Império. **Série-Estudos**, Campo Grande- MS, nº 24, jul./dez. 2007, p. 187-199.

SANDANO, Wilson. A criação da escola normal livre municipal de Sorocaba. **Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. *Campo Grande-MS*, n. 24, p. 187-199, jul./dez. 2007.

SANDANO, Wilson. FERREIRA, Valdelice Borghi. Educação escolar e movimentos sociais em Sorocaba no início da república(1889- 1920). **ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – São Leopoldo, 2007.

SANDANO, Wilson. SILVA, Ivanilson, Bezerra da; e CARMO, Jefferson Carriello do. **A imigração italiana na cidade de Sorocaba e a experiência escolar no final do século XIX e início do século XX**. Sorocaba: Uniso, 2008.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares e gestores educacionais; **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas. Número especial, p-20-27, ago. 2006- ISSN: 1676-2584.

SANFELICE, José Luís. **História das instituições escolares.** In: NASCIMENTO, Maria Isabel. M.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José C.; SAVIANI, D. (Orgs.). Instituições escolares no Brasil. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; 2007.

SANFELICE, José Luís. **História das instituições escolares- desafios teóricos.** Campo Grande- MS, n.11-17, jan./jun. 2008.

SANFELICE, José Luís. História e historiografia das instituições escolares. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 192-200, set.2009 - ISSN: 1676-2584

SANFELICE, José Luís. História de instituições escolares e micro- história. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.39, p. 32-41, set.2010 - ISSN: 1676-2584

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico- crítica no quadro das tendências críticas da Educação Brasileira. **Revista da ANDE**, nº 11, 1986.

SAVIANI, Dermeval. LOMBARDI, José Claudinei; Sanfelice, José Luis. (Orgs.)- **História e história da educação: O debate teórico- metodológico atual.** Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 1998.- (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, Dermeval [et al.]. 2. Ed. revisada e ampliada- **O legado educacional do século XIX.** Campinas, SP: Autores Associados, 2006- (Coleção educação contemporânea). Outros autores: Jane Soares de Almeida, Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarim.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil- 2. ed. –** Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção Educação Contemporânea). Outros autores: Jane Soares de Almeida, Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarim.

SILVA, Fabiany de Cássia C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidade de pesquisa. **Educar. Curitiba.** Nº 28. p. 201-216. Editora UFPR. 2006.

SILVA, João Carlos. [et al.] (orgs.). **História da Educação:** arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

SOROCABA (Município). **Lei nº 204, de 31 de dezembro de 1927.** Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Lei nº 209, de 16 de janeiro de 1929.** Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Lei Nº 1452, de 18 de fevereiro de 1967.** Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Decreto nº 11, de 24 de janeiro de 1933.** Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Ato nº 12 de 1933**. Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Lei Nº 119, de 04 de julho de 1949**. Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOROCABA (Município). **Lei Nº 379 de 29 de outubro de 1954**. Arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”.

SOUZA FILHO, João Dias de (org.). **Sorocaba 350 anos** – uma história ilustrada. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 2004. p. 177-192.

SOUZA, Rosa Fátima de, **O direito à Educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de Publicações CMU/ Unicamp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**. A implantação da escola primária graduada no estado de SP: 1890-1910. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Valdemarim, Vera Teresa. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/ FCLAr - (Coleção educação contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. Fernando de Azevedo e a reconstrução do sistema educacional do estado de São Paulo em 1933: sentidos e alcances de um projeto de reforma. In: **Reformas educacionais: as manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. Vidal, Diana Gonçalves. Araujo, José Carlos Souza. (orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.- Coleção Memórias da Educação.

SOUZA FILHO, João Dias de (org.). **Sorocaba 350 anos: uma história ilustrada**. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 2004, p. 177-192.

TANURI, Leonor Maria. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo, 1890- 1930**. FE/ USP, Série Estudos e Documentos, S. Paulo, 1979.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, nº. 14, mai/jun/jul/ago 2000, p. 61-88.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. (in História das instituições escolares. NASCIMENTO, Maria Isabel. M.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei.; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. O Inquérito sobre a Instrução Pública (1926) e as disputas em torno da educação em São Paulo. In **Reformas educacionais: as**

manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946) MIGUEL, Maria Elizabeth Blanck. Vidal, Diana Gonçalves. Araujo, José Carlos Souza. (orgs.)– Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2011. Coleção Memórias da Educação.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal I – Primórdios do ensino secundário em Sorocaba** . Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 02/02/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal II. A lei 204.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 23/02/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal III – Antecedentes da fundação** . Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 09/03/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal IV- Instalação do ginásio.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba:16/03/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal V – A lei 209.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 23/03/1986

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal VI –Revolução de 1930.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 06/04/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal VII – Duas outras leis.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 13/04/1986.

VIEIRA, Porphírio Rogich. **Ginásio Municipal VIII –O prédio das escolas.** Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba: 20/04/1986.

